

GLOTOPOLÍTICA

e práticas de linguagem

Mônica Maria Guimarães Savedra
Telma Cristina de Almeida Silva Pereira
Xoán Carlos Lagares
organizadores



Universidade Federal Fluminense

Reitor

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor

Fabio Barboza Passos

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

Conselho Editorial

Renato Franco [Diretor]

Ana Paula Mendes de Miranda

Celso José da Costa

Gladys Viviana Gelado

Johannes Kretschmer

Leonardo Marques

Luciano Dias Losekann

Luiz Mors Cabral

Marco Antônio Roxo da Silva

Marco Moriconi

Marco Otávio Bezerra

Ronaldo Gismondi

Silvia Patuzzi

Vágner Camilo Alves

Conselho Consultivo

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (UFRJ)

Ângela Vaz Leão (PUC-Minas)

Célia Marques Telles (UFBA)

Evanildo Cavalcante Bechara (UERJ/UFF/ABL)

Gladis Massini-Cagliari (UNESP)

Hilário Franco Júnior (USP)

José Rivair de Macedo (UFRGS)

Leila Rodrigues da Silva (UFRJ)

Lênia Márcia de Medeiros Mongelli (USP)

Luís Alberto de Boni (PUC-RS)

Mário Jorge da Motta Bastos (UFF)

Vânia Leite Fróes (UFF)

Yara Frateschi Vieira (UNICAMP)

Mônica Maria Guimarães Savedra
Telma Cristina de Almeida Silva Pereira
Xoán Carlos Lagares
organizadores

GLOTOPOLÍTICA

e práticas de linguagem



Niterói
2021

© 2021 Mônica Maria Guimarães Savedra, Telma Cristina de Almeida Silva Pereira, Xoán Carlos Lagares (organizadores).
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

Equipe de realização

Editor responsável: Renato Franco

Coordenador de produção: Ricardo Borges

Revisão: Beatriz Maia

Normalização: Vinicius Ribeiro e Camilla Almeida

Projeto gráfico, capa e diagramação: Natália Brunnet

Supervisão gráfica: Marcio André Baptista de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP

G563 Glotopolítica e práticas de linguagem / Mônica Maria Guimarães Savedra, Telma Cristina de Almeida Silva Pereira, Xoán Carlos Lagares (organizadores). – Niterói : Eduff, 2021. – xxx kb : il. ; ePUB.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5831-037-2

BISAC LAN009050 LANGUAGE ARTS & DISCIPLINES /

Linguistics / Sociolinguistics

1. Sociolinguística. 2. Linguagem – aspecto político. 3. Glotopolítica.

I. Título. II. Savedra, Mônica Maria Guimarães. III. Pereira, Telma Cristina de Almeida Silva. IV. Lagares, Xoán Carlos.

CDD 401.41

Ficha catalográfica elaborada por Márcia Cristina dos Santos CRB7-4700

Direitos desta edição cedidos à

Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja

Icarai - Niterói - RJ

CEP 24220-008 - Brasil

Tel.: +55 21 2629-5287

www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Impresso no Brasil, 2021.

Foi feito o depósito legal.

Sumário

Prefácio	7
Carlos Alberto Faraco	
Apresentação	9
CAPÍTULO 1	
Defesa da Glotopolítica	11
Louis Guespin	
Jean-Baptiste Marcellesi	
CAPÍTULO 2	
Uma leitura da “Defesa da Glotopolítica”	51
Xoán Carlos Lagares	
CAPÍTULO 3	
Elementos para uma perspectiva relacional dos campos glotopolíticos	63
Ariel Matías Blanco	
CAPÍTULO 4	
O uso do Pomerano no Brasil: uma prática glotopolítica neoautóctone?	83
Mônica Maria Guimarães Savedra	
CAPÍTULO 5	
Migração, diglossia e identidade: a língua e a cultura galegas em Buenos Aires	107
Henrique Monteagudo	
Facundo Reyna Muniain	
CAPÍTULO 6	
As novas práticas de interação comunicativa: isolamento ou ampliação do espaço de comunicação?	125
Mario Luis Monachesi Gaio	

CAPÍTULO 7

- Contato do Português com as Líguas
Bantu Moçambicanas: Vitalidade e
Manutenção Etnolinguísticas** 145
Letícia Cao Ponso

CAPÍTULO 8

- Ser bicultural não foi uma escolha:
consequências do contato entre os Kaxinawás
(Huni-Kuin) e a sociedade majoritária** 165
Beatriz Christino

CAPÍTULO 9

- Língua, norma, nação e ideologia** 183
Dante Lucchesi

CAPÍTULO 10

- Representações sociolinguísticas e políticas
de imigração: os haitianos no Rio de Janeiro** 199
Telma Pereira
Débora Costa

- Sobre os autores** 217

Prefácio

Carlos Alberto Faraco
UFPR

A linguagem verbal tem inúmeras faces cuja elucidação tem desafiado filósofos, cientistas e artistas há milênios. Nos últimos duzentos anos, a constituição da linguística como uma disciplina científica autônoma, no contexto do desenvolvimento da ciência moderna, direcionou as investigações para alguns temas específicos como, num primeiro momento, o fenômeno da mudança linguística e, com o surgimento da dialetologia já nos fins do século XIX, a variação das línguas no espaço geográfico.

A partir da década de 1930, fundados nas reflexões pioneiras de Whitney, Saussure e Bloomfield, se constituíram e adquiriram proeminência os estudos sincrônico-estruturais. Embora bastante produtiva em áreas como a fonologia e a sintaxe, essa perspectiva, ao privilegiar a autonomia absoluta do sistema, deixou as tendências dominantes na linguística afastadas das múltiplas questões relativas ao funcionamento social da linguagem.

Um contraponto ao domínio do sincrônico-estrutural começou a tomar corpo, a partir da década de 1960, com o desenvolvimento da sociolinguística, da pragmática, da análise de discurso, dos estudos funcionalistas e das teorias da enunciação. Com essas novas perspectivas, passava-se a focar a linguagem não como um sistema autônomo, mas como uma realidade situada nas relações sociais. Foi na esteira dessas tendências que, na década de 1980, Louis Guespin e Jean-Baptiste Marcellesi, dois sociolinguistas franceses, estenderam a abordagem social para o universo das relações entre política e linguagem e adotaram, para designar essa perspectiva, o termo *glotopolítica*.

Este livro traz, já de início, a tradução para o português, feita por Marcos Bagno, do texto fundacional de Guespin e Marcellesi, bem como uma leitura desse mesmo texto por Xoán Lagares que aponta o vigor das pesquisas glotopolíticas na atualidade.

Na sequência, encontramos oito artigos – dois que abordam questões pela ótica glotopolítica e seis que examinam diferentes práticas linguísticas como práticas fundamentalmente sociais.

O livro foi organizado por Mônica Savedra, Telma Pereira e Xoán Lagares. Os três estão vinculados à linha de pesquisa sobre história, política e contato linguístico do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). As/os integrantes dessa linha de pesquisa constituem hoje um dos mais destacados grupos de pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os a desenvolver investigações sobre as muitas relações entre política e linguagem. E contam com colaboradoras e colaboradores de outras universidades que compartilham uma mesma perspectiva de estudo social da linguagem e frequentemente participam das atividades e encontros do grupo.

Cada um dos artigos aqui reunidos traz uma importante contribuição teórico-analítica para fazermos avançar as perspectivas que buscam explicitar e entender a dinâmica sociopolítica da realidade linguística. Por isso, o livro deve ser saudado por todos quanto se dedicam ao estudo da linguagem assumindo um ponto de vista social – um ponto de vista que não se coloca apenas numa posição paralela a dos estudos sincrônico-estruturais, mas questiona as próprias fronteiras conceituais entre o social e o linguístico.

Apresentação

Este livro apresenta um conjunto de trabalhos que abordam questões sociolinguísticas e glotopolíticas diversas, mas que compartilham uma mesma perspectiva de estudo social da linguagem. Eles são um produto de trabalhos desenvolvidos no âmbito da linha de pesquisa sobre história, política e contato linguístico do programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF. Nesses trabalhos participam tanto pesquisadores e pesquisadoras do programa quanto colaboradores e colaboradoras, pertencentes a outras universidades, que mantêm uma presença e uma interlocução habituais nas nossas atividades e encontros.

O título do volume recolhe as duas grandes linhas que percorrem o livro. De um lado, a perspectiva glotopolítica, como uma abordagem propositadamente ampla e abrangente de questões de políticas linguísticas, e do outro lado, as práticas de linguagem, entendidas como práticas sociais que se dão em contextos complexos, em que podem estar implicadas o que consideramos ser uma ou várias línguas, e que mantêm uma estreita relação com representações sociais e ideologias linguísticas.

A perspectiva glotopolítica está explicitamente representada nos quatro primeiros capítulos. O primeiro deles é uma tradução do já clássico artigo-manifesto de Guespin e Marcellesi, publicado originariamente em 1986, no número 83 da revista *Langages*, aqui traduzido pela primeira vez para o português por Marcos Bagno. O segundo capítulo, de Xoán Carlos Lagares, é uma leitura atual desse texto fundacional, identificando os elementos que hoje constituem um certo ressurgir da perspectiva glotopolítica nos estudos sobre linguagem em sociedade. Os capítulos 3 e 4 empregam já alguns desses princípios glotopolíticos na análise de situações sociolinguísticas concretas. O capítulo 3, de Matías Blanco, propõe, com base em Bourdieu, o conceito de “campo glotopolítico” como um espaço social definido relacionalmente em que se desenvolve o debate sobre a norma linguística. O capítulo 4, de Mônica Savedra, identifica no uso do

pomerano, uma língua migração de origem europeia que hoje só existe no Brasil, uma prática glotopolítica neoaυτόctone.

Os capítulos seguintes abordam diversas situações de contato linguístico, entendidas como práticas de linguagem em contextos complexos, provocadas por mudanças ou por intervenções sociopolíticas que transformaram a vida social de comunidades inteiras. O capítulo 5, de Henrique Monteagudo e Facundo Reyna Munian, trata sobre a língua e a cultura da comunidade migrante galega na cidade de Buenos Aires, e seus desdobramentos ao longo das gerações numa situação de contato linguístico permanente. O capítulo 6, de Mario Gaio, estuda o modo como novas práticas comunicativas, em relação aos descendentes de imigrantes italianos no Brasil, dão lugar também a novas noções de comunidade linguística. O capítulo 7, de Letícia Cao Ponso, analisa a vitalidade e a manutenção das línguas bantos em Moçambique, ao se produzirem ressignificações nos usos como consequência do contato linguístico com o português. O capítulo 8, de Beatriz Protti Christino, também estuda novas práticas de linguagem, muitas delas relacionadas à escrita, do povo Kaxinawá, como estratégias de resistência contra a assimilação linguística e cultural.

Os dois últimos capítulos do livro tratam sobre questões relacionadas a representações e ideologias, como elementos fundamentais envolvidos nas mais diversas situações linguísticas. O capítulo 9, de Dante Lucchesi, estuda de uma perspectiva histórica a relação entre a noção de língua que nasceu com o estado nacional moderno e a ideologia nacionalista criada pela classe dominante, que determina em boa medida a ideia de norma linguística. Finalmente, o livro acaba com um capítulo, o 10, de Telma Pereira e Débora Amaral Costa, dedicado à análise de uma situação concreta, as representações sociolinguísticas de imigrantes haitianos no Rio de Janeiro.

Com a publicação conjunta desses trabalhos pretendemos dar a conhecer alguns resultados de pesquisas comprometidas com uma visão social da linguagem. Ao mesmo tempo, esperamos que os trabalhos teóricos e as análises concretas de situações sociolinguísticas e de práticas glotopolíticas que aqui recolhemos possam servir como referência para novas pesquisas, com o intuito de desenvolver novas abordagens no estudo social da linguagem, cada vez mais necessárias para entendermos a nossa realidade linguística.

Mônica Savedra, Telma Pereira e Xoán Lagares

Defesa da Glotopolítica¹

Louis Guespin

Jean-Baptiste Marcellesi

Uma necessidade

A propósito do termo

Ninguém na França pensaria em negar a utilidade, para outros países, da ação política sobre a linguagem. Aliás, é difícil imaginar como se poderia ocultar a importância dessa prática em países como o Quebec ou a Catalunha diante da amplitude dos trabalhos nesse domínio. Basta se referir a publicações facilmente acessíveis: para o Quebec, Martin (1981a; 1981b), Bedard e Maurais (1983) e Maurais (1985a); para a Catalunha, Kremnitz (1980; 1981), Puig-Moreno (1985) e Vallerdu (1985).

Na França tem havido, sim “políticas linguísticas”, e dotadas da eficácia que sabemos: a crer na demonstração de R. Balibar (1985), não nasceu o francês precisamente de uma certidão de reconhecimento-nascimento conforme define Marcellesi (1984b)? Mas existe a tendência a pôr toda a ênfase no primeiro elemento do sintagma, e os linguistas, raramente convocados, raramente se sentem implicados. A existência de um serviço ministerial com esse rótulo não é necessariamente mobilizadora.

No entanto, são outras considerações que nos levaram a preferir, no lugar de locuções como política linguística ou planejamento linguístico, um neologismo. Sem tê-lo inventado, propusemos o termo “glotopolítica” por ocasião de um simpósio cujas atas acabam de ser publicadas (WINTHER, 1985). Apresentamos em Guespin (1985b) as razões que nos levaram a usar esse termo. Essencialmente, ele oferece, a nosso ver, a vantagem de neutralizar a oposição entre língua [*langue*] e fala [*parole*], sem se exprimir a esse respeito. Designa as diversas abordagens que uma sociedade faz da

¹ *Pour la Glottopolitique*, de Guespin e Marcellesi (1986). Tradução de Marcos Bagno.

ação sobre a linguagem, tenha ela ou não consciência disso: seja sobre a língua, quando a sociedade legisla sobre os *status* recíprocos do francês e das línguas minoritárias, por exemplo; seja sobre a fala, quando se reprime determinado uso por parte desta ou daquela pessoa; seja sobre o discurso, quando a escola torna matéria de exame a produção de determinado tipo textual — *glotopolítica* é necessário para englobar todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político.

Essas considerações não pretendem, de modo algum, tornar obsoletos os termos planejamento linguístico ou política linguística. Mas é preciso levar em conta que toda decisão de política linguística terá necessariamente, se entrar em aplicação, consequências glotopolíticas; é isso que exprime particularmente a oposição anglófona entre *language corpus planning* e *language status planning* (POOL, 1979).

Perspectivas gerais

Para dar uma primeira ideia dos problemas, utilizaremos Meisel (1981), que estuda paralelamente a Comissão Federal sobre o Bilinguismo e o Biculturalismo em Ottawa (1963) e a Comissão sobre os Direitos Linguísticos no Québec (1968). O leitor é levado a se interrogar sobre diversos pontos; constatar de que modo se elaboram as políticas da língua é assumir o desejo de que as coisas mudem? Como apelar às forças reais, aos interessados, sejam eles quem for? Como obter um volume mais verdadeiro dos dados de linguagem? E como passar a uma negociação realmente aberta a todos os usuários e a todos os interesses de linguagem?

As políticas linguísticas estarão fadadas ao fracasso se duas condições não forem cumpridas: uma reflexão de fundo sobre a pesquisa e a informação sobre a linguagem, e importantes progressos no conhecimento da mudança linguística.

Uma política de informação sobre a linguagem é necessária

Acabamos de contemplar o melhor dos casos, aquele em que a percepção da necessidade conduz um governo a decidir pela constituição de uma comissão, e essa mesma situação suscita muitas reservas. O caráter democrático das decisões não está de fato garantido; ainda se trata de manter o equilíbrio entre grupos de pressão, e não está garantida a representação dos defensores dos diversos setores interessados; de fato, não se trata de tentar fazer o conjunto dos cidadãos participar das decisões glotopolíticas.

Uma política democrática da língua exige uma informação linguística em duas direções.

Na direção dos “decididores”, que devem tomar consciência de que as medidas glotopolíticas só encontram eficácia na convicção dos usuários. Isso não passa obrigatoriamente por um aperfeiçoamento de sua retórica: todos os usuários devem participar da investigação da discussão, da decisão. Os problemas que entrarão em debate vão ter então, necessariamente, aspectos além dos propriamente linguísticos: os responsáveis deverão compreender que, longe de organizar apenas um debate sobre a língua, eles estarão engajados forçosamente num confronto sobre as relações de interação entre identidade social e práticas de linguagem.

Esse confronto só terá chance de ser superado se a massa dos usuários estiver em condições de participar da reflexão, de formular seus problemas e de ultrapassar as afirmações de um pseudo bom senso. Uma ampla política de informação linguística é necessária, portanto, a fim de abalar certezas demasiado cômodas e suscetíveis de bloquear o debate. A negação do direito do outro à fala, por exemplo, é largamente aceita; ora, dado que todo mundo é usuário da língua, todos podem se expressar sobre suas necessidades de linguagem, e seria importante que todos pudessem elaborar suas representações de linguagem na liberdade dada pelo conhecimento.

O papel glotopolítico do linguista

Os linguistas nem sempre estão conscientes do papel glotopolítico que têm a desempenhar. Sabe-se que no século XIX eles se exilaram numa torre de marfim: fizeram investigações excelentes, mas alheias a qualquer utilidade social. No século XX, o saussurismo e o chomskismo produziram efeitos semelhantes; pode-se falar de ideologia descritivista dos linguistas. A conjuntura está em vias de mudar; W. Labov, por exemplo, tem consciência das implicações sociopolíticas de sua pesquisa. De igual modo, para B. Techtmeier (1985):

o linguista não deve se limitar a analisar as mudanças do comportamento verbal, no sentido amplo do termo, inclusive a mudança das superfícies verbais, e a educar os falantes, mas [...] sua tarefa é influenciar a opinião pública e vigiar a codificação dessas mudanças.

Para P. Gardy (1985), quando uma língua minorizada atingiu um estado gravemente patológico e a reivindicação linguística e identitária permaneceu viva, não são os decididores tradicionais que têm muito o que fazer ali; concordem ou não com tantas “horas de occitano”, sem dúvida são políticas linguísticas diferentes que se implementarão e eles agirão sem saber aonde vão.

O papel do linguista, então, é necessário: só ele poderá fornecer “um estoque de funcionamentos linguísticos occitanos capaz de sustentar

a substituição, no processo de *patoisement*², de um desejo de occitano”; só ele poderá propor, para um processo de renascimento, uma “norma problemática de equilíbrio”.

Lutar contra os preconceitos dos linguistas

Os linguistas não estão isentos de preconceitos. Houve, por exemplo, toda uma tradição que imputava ao bilinguismo precoce as mais graves deficiências. F. Prudent (1981) reuniu sobre o tema um implacável besteirol. Na obra de autores por outro lado sérios, de Pichon a Jespersen, o “bom senso” consistiu em representar o bilinguismo como uma “enfermidade”. Esse preconceito perdura, por exemplo, em J. A. Laponce (1981), que ainda dramatiza terrivelmente a situação do falante bilíngue e o preço do bilinguismo.

Reivindicar um papel crescente dos linguistas na organização do debate glotopolítico é, necessariamente, pedir aos linguistas que só exponham o melhor de sua disciplina e que revisem os conceitos e os métodos já ultrapassados. Esse novo papel exigirá um rigor deontológico novo e a integração de numerosos conhecimentos.

Avançar no conhecimento da mudança linguística

Para compreender de que modo se pode agir voluntariamente sobre a língua, é preciso saber quais são as condições e os processos de mudança “espontânea”, isto é, modificações linguísticas não provocadas por uma política concertada. Os responsáveis estão a par das forças estruturais em jogo (dinâmica dos sistemas)? E das forças sociolinguísticas em presença (ator da mudança, forças de conservação, falares e discursos de referência simbolicamente valorizados ou minorizados etc.)?

Também, é importante estar informado sobre a variação linguística. As decisões de política linguística consistem frequentemente em proibir esse ou aquele empréstimo ou determinada lista de empréstimos, em impor determinada língua na escola, na empresa, na administração. Ora, as coisas não são assim tão simples. Essas decisões pré-fabricadas não levam em conta o mercado da troca simbólica, a complexidade do jogo das práticas de linguagem. A circular Savary³ sobre as línguas minoritárias, por exemplo,

² *Patoisement*: processo em que uma língua, por deixar de ser falada e cultivada mais amplamente, se torna um *patois* (patoá), isto é, uma variedade rudimentar, restrita a interações informais, com poucos recursos linguísticos que lhe permitam expressar o conhecimento científico, o pensamento mais abstrato, a literatura mais sofisticada [N.T.].

³ Do nome de Alain Savary (1918-1988), ministro francês da Educação de 1981 a 1984. Em 1982, redigiu uma circular dita “Circular Savary” sobre as línguas regionais da França. O texto organizava o ensino de línguas e culturas regionais do maternal à universidade e autorizava experimentos, como a abertura de classes bilíngues. [N.T.]

estava repleta de boas intenções e poderia ter originado grandes progressos no sentido do reequilíbrio das práticas de linguagem na França; mas o tratamento idêntico de línguas em relativa “boa saúde”, como o alsaciano, o basco e o corso, e de línguas “em farrapos” [“*en lambeaux*”], conforme a justa expressão dos occitanistas (WINTHER, 1985, p. 61) é muito problemático. J. Landrecies (1984) analisa com preocupação as consequências desastrosas dos favores inesperados concedidos, entre outras línguas, ao picardo.

Há muito trabalho por fazer para esclarecer a opinião pública e os responsáveis, que cometerão novos erros se decidirem substituir a violência e o desprezo dos centralizadores por uma generosidade mal informada. Enfim, os linguistas devem completar seu trabalho de informação para o exterior com uma intensificação de sua pesquisa no domínio glotopolítico. Para ajudar os usuários a colocar de modo claro seus problemas será necessário progredir em várias direções.

Vamos abrir o excelente número do *International Journal of the Sociology of Language* dedicado a “Language and Identity Planning” (“planejamento linguístico e de identidade”). O primeiro artigo, de J. Pool (1979), alude, de maneira totalmente especulativa, a uma sociedade com grupos homogêneos quanto à identidade e quanto à língua, em que um membro do grupo A, Ma, que fala portanto La, de repente “adquire a competência em Lb, perde a competência em La, começa a se identificar como membro de B ou deixa de se identificar como membro de A”. Depois de semelhantes premissas, o autor se crê autorizado a afirmar que “se línguas diferentes influenciam de maneira diferente o modo de pensar de seus falantes, conforme a hipótese levantada, o fato de alguém se tornar falante de uma língua diferente deveria mudar o modo como pensa” (WHORF, 1956).

Sem questionar globalmente o número da revista em questão nem mesmo o artigo de Pool, muito interessantes ambos, sublinhamos esse raciocínio para mostrar que está em ação ali o perigo especulativo, que desconsidera a realidade: ninguém fala uma língua totalmente específica de um grupo, ninguém adquire sem outra mutação uma competência nova numa língua estrangeira etc; tais abstrações, se recorrermos a elas, convocam automaticamente Whorf e a metafísica.

É necessário recolocar o indivíduo na sociedade, fazê-lo aparecer como um ser social. É possível apoiar-se, por exemplo, nas observações de D. Faïta (1985) que, ao estudar o diálogo entre médicos e trabalhadores na experiência dos planos de saúde, escreve: “Sem dúvida seria interessante aprofundar o potencial expressivo que pode estar contido [...] no falante coletivo constituído por um coletivo de trabalho”. Abordam também esse aspecto F. François (1982) e C. Bachmann (1977) sobre a *categorização*,

assim como Guespin (1984). Analisando de um outro ângulo o lugar das relações entre sociedade e linguagem, o conceito de *estruturas de sociabilidade*, tomado de empréstimo aos historiadores, também é suscetível de fazer avançar a pesquisa glotopolítica (GUESPIN, 1985a).

A sociolinguística, sob suas diversas formas, com os trabalhos sobre as línguas minorizadas, os avanços da crioulação, a praxêmica, oferece os primeiros conceitos para pensar a realidade da linguagem quando desmoronam as oposições especulativas, frutíferas num primeiro momento, mas já esgotadas. Assim, na contramão da tradição saussuriana, a língua não poderia ser considerada, hoje em dia, senão como uma criação contínua, reinventada incessantemente. A análise francesa do discurso, o interacionismo estadunidense e a reedição de Volochinov e Bakhtine (1977) manifestam de maneiras diversas a necessidade de semelhante visão da linguagem: a língua não preexistente, mas fazendo-se sem cessar no ato da enunciação.

A proliferação dos trabalhos sobre o discurso traduz a necessidade de ir estudar a língua *lá onde se faz o novo*, lá onde, no dia a dia, se cria a língua: na interação pela linguagem. Desse modo, a perspectiva discursiva integra naturalmente a contribuição de Palo Alto, tanto quanto os trabalhos de sociolinguística de Labov, os trabalhos franceses sobre a categorização — a noção de “não altamente estruturado” de Labov se combina com a de “debilmente codificado” de F. François. E os trabalhos soviéticos dos anos 1920 (Bakhtine, Volochinov, Vygotski) para levantar os problemas de uma glotopolítica preocupada em agir, não mais apenas sobre o *status* das línguas, mas também sobre *as práticas de linguagem* e sobre as relações, no indivíduo social, entre pensamento e linguagem.

Língua e sociedade hoje

A dupla determinação

Somos levados a mencionar sucessivamente os dois aspectos da interação entre linguagem e sociedade, mas queremos insistir na imbricação dos dois fenômenos: toda sociedade é languageira, e toda prática de linguagem é social. Isso tem consequências práticas: não basta definir um objeto único (seja a manutenção ou a transformação de uma sociedade concebida como valor em si, sobre a qual se age pela língua, seja a sobrevivência de uma língua ela também supervalorizada, sobre a qual se age por pressão da sociedade). Os princípios são abstratos e fixistas em ambos os casos. A justificação profunda da glotopolítica não é o alinhamento de práticas

de linguagem ou práticas sociais sobre um ideal abstrato de língua ou de sociedade: é o desenvolvimento da personalidade social.

A linguagem como agência de socialização

A pesquisa estadunidense se interessa pelas relações entre planejamento linguístico e processo identitário. Pool (1979) sublinha as diversas consequências da relação de interação entre linguagem e identidade. O autor conclui pela necessidade de se saber como linguagem e identidade e, particularmente, como mudança linguística e mudança identitária interagem. Ele se apoia em trabalhos interessantes que, no entanto, quando são apresentados sob o ângulo especulativo próprio de Pool, não trazem muita luz sobre a identidade. Trata-se do sentimento de comunidade? Do nascimento ou da manutenção de uma ideologia coletiva? Da dinâmica de constituição do indivíduo social? Fica-se na incerteza.

É essencialmente por sua reflexão sobre as práticas manipulatórias possíveis que a escola estadunidense é interessante. Por exemplo, a oposição entre *language status planning* e *language corpus planning* é importante: o planejamento do *status* são as decisões que levam a fazer aprender e amar línguas; o planejamento do *corpus* são as medidas que tendem a aproximar as línguas, ou a detectar o que há de comum em línguas ou em variedades.

O vínculo estabelecido entre planejamento das línguas e planejamento da identidade poderia ser interessantíssimo, se a identidade fosse definida. Por exemplo, Pool introduz no *language corpus planning* as políticas de diferenciação linguística, isto é, as tentativas de fazer divergir uma língua ou um dialeto de outra(o); cita o nynorsk⁴, o quebequense literário etc. Assim, seria interessante estudar diversas línguas minoritárias segundo tais critérios.

Pool assinala com alguma ironia que as políticas de diferenciação linguística “são frequentemente acompanhadas de uma retórica em que se estampa a crença de que a diferenciação linguística é um fortalecimento poderoso para a busca de uma identidade separada”. Com efeito, as coisas não são assim tão simples, e as políticas linguísticas por vezes são simples, quando não simplistas. Pode se tomar o exemplo da Suíça germanófona (SCHLAPFER, 1985), ao privilegiar, conforme uma tendência recente, o schwyzerdütsch⁵ em detrimento do alto-alemão, o que querem e o que

⁴ Nynorsk (“norueguês novo” em norueguês): forma literária do norueguês, baseada em dialetos rurais e elaborada no século XIX para servir de língua nacional mais claramente distinta do dinamarquês do que a outra norma-padrão do norueguês, chamada *bokmål*. [N.T.]

⁵ *Schwyzerdütsch* (ou *swyzerdütsch*): variedade de alemão mais falada na Suíça, muito diferente do alemão-padrão (chamado também alto-alemão); também chamado *alemânico*. O nome significa “alemão suíço” nessa variedade (cp. com o alemão-padrão: *Schweizerdeutsch*). [N.T.]

fazem exatamente os suíços germanófonos? Pode se considerar que, por um lado, ao se separar do alemão-padrão, eles renunciam a um aspecto de sua identidade ou, em todo caso, que a restringem. Contudo, é preciso levar em conta, também, a distribuição das línguas no conjunto suíço e observar que essa tendência modifica uma característica do jogo específico do país, onde as três línguas principais são calcadas nestas línguas mais ou menos internacionais que são o francês, o alemão e o italiano.

Um artigo de J. A. Lefevre (1979) é interessante por colocar o problema das relações entre linguagem e identidade sob o *ângulo do processo*. Assim, o autor distingue a *categoria linguística* (conjunto de indivíduos descritos como tendo o mesmo sistema de comunicação) e o *grupo linguístico* (esse mesmo conjunto, mas somente a partir do momento em que os falantes têm consciência do caráter particular de seu sistema de comunicação). Pode se estudar o processo de *identificação linguística*, isto é, a passagem de uma identidade linguística latente a uma identidade linguística manifesta:

Se os atores sociais concordam quanto à definição de uma comunidade linguística e encontram cada vez mais conscientemente uma parte de sua identidade pessoal ao participarem dessa comunidade, existe identificação linguística (LEFEVRE, 1979).

O autor distingue dois processos de identificação: a identificação histórica e a identificação estrutural. Esta última consiste em “se identificar com um grupo que se organiza na base de um passado cultural”. O conceito de identificação histórica é mais novo, esse processo seria o trabalho de intelectuais; a entidade visada é uma ficção, “um grupo hipotético e potencial”, e “tudo se passa como se uma cultura, não reconhecida oficialmente por aqueles que detêm o poder, pudesse preexistir a um grupo real, como se a essência de um grupo precedesse sua existência”; assim, os intelectuais “forjam o mito de um grupo linguístico ao se referirem à história de uma cultura particular, cuja língua é um dos suportes essenciais mais visíveis”. Essa investigação é importante para a apreciação das forças glotopolíticas desconhecidas que exercem seu papel no processo identitário. Se tomarmos o exemplo do occitano, percebemos que não existe apenas reivindicação occitana, mas também construção da occitanidade pelos intelectuais, segundo uma identificação mítica, apoiada em dados reais. A partir daí, o processo pode chegar até a necessidade de construção da língua identitária (GARDY, 1984).

Dito isso, não esgotamos a questão das relações entre linguagem e sociedade. Curiosamente, a polarização dos responsáveis pela política linguística se encontra nos trabalhos de pesquisa. O conjunto constituído por Lamy (1979), que tem o mérito de aproximar trabalho sobre a língua e trabalho sobre a identidade, coloca o problema exclusivo da língua como

fator causal de estruturação das sociedades. Mas não levar em conta o papel da linguagem como fator de estruturação dos indivíduos pode acarretar graves erros de raciocínio.

A sociolinguística ganhou muito ao considerar numerosos patamares intermediários entre língua e fala. O interesse dedicado por W. Labov à estrutura discursiva da narrativa, por exemplo, permitiu estabelecer que, entre as considerações que incidem sobre a língua de grupo e as que incidem sobre o estilo individual, há lugar para técnicas discursivas específicas da pequena comunidade; já assinalamos as contribuições dos conceitos de falante coletivo e de categorização. No quadro de nossas propostas para uma melhor adequação da sociolinguística às exigências de uma glotopolítica científica, nos parece importante assinalar a necessidade de se engajar em pesquisas sobre os diversos coletivos sociais. O problema da individuação linguística dos coletivos políticos já foi levantado por Marcellesi (1976). As estruturas de sociabilidade dos historiadores merecem a atenção do sociolinguista (GUESPIN, 1985a); as diversas agências de socialização e de formação da personalidade são *lugares de linguagem*, o mesmo vale para o trabalho (GUESPIN, 1980).

Surge então um problema inesperado, que a sociolinguística pode igualmente ajudar a resolver. Os responsáveis pelas glotopolíticas se veem confrontados a um macluhanismo difuso, forma nova do “bom senso linguístico”, que está em voga. Bastardas-Boarda (1985) cita I. Riera, que se crê no dever de apontar “um processo de desverbalização, real apesar da caricatura alarmista” que se faz “dos macluhanistas”; “a palavra perde, a imagem ganha”, e

seria preciso ultrapassar os argumentos macluhanianos, no sentido de que é não somente a galáxia Gutembergue, a da letra escrita, que é superada, mas também a galáxia X, a da palavra objeto de conversação: discussão, consulta, admoestação, confidência ou regateio.

Superestimar MacLuhan para ultrapassá-lo é prestar um mau serviço à clareza do debate glotopolítico. Que trabalhos comparativos permitem depreender uma “desverbalização real”? O que significa uma enumeração na qual o regateio, sem dúvida em retrocesso na *nossa* economia, é posto no mesmo plano que a discussão, que nada comprova estar ameaçada (precisamos lembrar a “reunionite” tão frequente em inúmeros ambientes)?

Estudos se concentram sobre epifenômenos (generalização do telefone, recurso às telas da informática etc.), sem considerar a tendência essencial de nossa época: a linguagem tende a se erigir em constituinte cada vez mais necessário das comunidades sociais e, por isso, das personalidades. Uma quantidade considerável de tarefas produtivas se realizava tradicionalmente com um recurso mínimo à palavra; ora, uma parte essencial da produção social

passa agora por práticas de linguagem; a diminuição dos efetivos camponeses e do número de operários especializados acompanha uma fantástica extensão do trabalho intelectual de todas as camadas assalariadas. Ninguém tem os meios para quantificar globalmente o recurso à linguagem hoje em dia e “antigamente”, mas um fato parece evidente (fato que a sociolinguística sem dúvida deveria estudar e medir): a transformação das condições de produção sob a ação da revolução científica e tecnológica fortalece amplamente o papel das interações verbais, de natureza aliás frequentemente inédita (como a interação cada vez mais verbal entre homem e máquina). Decerto é esse caráter novo que incomoda os descritores apressados demais, na busca exclusiva de formas de linguagem já etiquetadas.

A ação da linguagem sobre a sociedade nos parece ter de ser amplamente levada em conta em todo estudo com finalidades glotopolíticas. Para tanto, falta empreender um trabalho considerável — sobre as instâncias intermediárias entre língua e fala, entre sociedade e indivíduo — se quisermos elevar a sociolinguística à condição de guia para uma glotopolítica adequada.

A ação da sociedade sobre a língua

Esta ação é de fato. É divertido ver que só se tomou consciência dela há pouco tempo. Conforme observa J. Pool (1979), até poucos anos atrás “as tentativas dos governos de manipular esses fenômenos (língua e identidade) teriam parecido demasiado assistemáticas, demasiado naturais ou demasiado criminosas para merecer o termo *planejamento*”. Efetivamente, o problema não era colocado; repetia-se de bom grado, com o senso comum e com a cautela de Saussure, que não se podia mudar nada na língua e, como exceções a confirmar a regra, citava-se algumas tentativas; aliás, a violência totalitária das intervenções fascistas (BACHMANN, 1985) tinha criado um verdadeiro tabu, “natural” ou “criminoso”, eis de fato o que escondia os problemas reais, problemas que é preciso postular... Quem faz as gramáticas? Quem decide sobre o falar bem? O que se passou em Villers-Cotterêts?⁶ O que é um “dicionário da Academia”? O que é uma gramática escolar? Quem decreta o “francês correto”?

Nada disso é da ordem da natureza ou do crime. Quase temos vergonha de dizer (de tal modo deveria ser óbvio) que, assim como a sociedade, como a personalidade humana, a língua é da ordem da cultura, objeto socializado

⁶ Villers-Cotterêts: pequena cidade do norte da França, onde, em agosto de 1539, o rei Francisco I promulgou a *Ordonnance de Villers-Cotterêts*, conjunto de instrumentos legais variados, entre eles a instituição do francês como língua de uso em todos os documentos da administração pública, no lugar do latim. [N.T.]

de ponta a ponta. Pode-se, com Pool, datar de cerca de vinte anos a tomada de consciência de tais problemas. O fatalismo linguístico não é mais um princípio único de pesquisa, e o problema da norma é colocado em termos mais científicos. Quer se trate de ortografia, de gramática, de terminologia, de todas as formas de normatização, a ação da sociedade sobre a linguagem já é percebida. O conceito de planejamento linguístico é característico dessa novidade, mas cabe assinalar que o mesmo vale para o conceito de conflito linguístico; todo planejamento linguístico, numa sociedade de classes, é necessariamente a política linguística de uma classe social dominante, resultando ao mesmo tempo de um compromisso.

O conflito epistemológico entre linguística do sistema (linguística saussuriana da língua) e linguística da interação verbal vai necessariamente ocorrer aqui. Numa aproximação grosseira, pode se dizer que os defensores de uma política linguística, do planejamento linguístico, tendem a se apoiar nas linguísticas da língua, enquanto a linguística da interação verbal conduz necessariamente ao estudo científico das práticas glotopolíticas.

Alguns problemas de glotopolítica

A noção de francofonia

Aqui está um caso típico em que toda política linguística é insuficiente. Essa afirmação pode parecer paradoxal: a constituição de uma noção de francofonia, com seus países aderentes, suas instâncias e seus modos de concertação, é uma construção plenamente *política* a partir de uma solidariedade que incide sobre a *língua*. Tem-se portanto o sentimento de que é nesse nível que uma política linguística tem mais chances de operar. No entanto, o objeto mesmo dessa congregação, a francofonia, ultrapassa em muito qualquer definição de língua. A condição mesma de sucesso da noção (o interesse das reuniões, o alcance das decisões, o progresso do bem-estar dos falantes) é a consideração de práticas de linguagem exercidas em condições de extrema diversidade.

É muito importante que se compreenda cada vez mais: a gestão de uma língua exige comissões, instâncias, ações e meios, financeiros e editoriais, que são da ordem do político. Mas essa política tem que ser iluminada por um conhecimento da realidade das práticas de linguagem nos países implicados, necessária para uma definição negociada dos objetivos (de manutenção, transformação, otimização). A relação com o francês-padrão, como forma preferencial, opcional ou imposta, de certas comunicações, escritas ou orais, não é evidentemente a mesma numa comunidade sobretudo unilíngue (caso de uma parte da França, do Quebec etc.), numa comunidade

em que o francês escrito e oral é praticado em concorrência com uma língua “regional” ou minoritária (diversas regiões da França), em concorrência com línguas étnicas (África Negra), em concorrência com uma língua materna de base lexical francesa (caso dos crioulos).

A sensibilidade dos responsáveis e dos usuários para com a necessidade da ação pela manutenção dos grandes conjuntos de línguas, sempre inevitavelmente “artificiais”, é algo novo. Mas as interrogações que surgem dessa tomada de consciência encontram os linguistas só em parte bem equipados. A noção de *língua veicular* bem estudada por L. J. Calvet (1981) requer muita reflexão. Porém, o mesmo vale para a noção de “língua materna”: até que ponto o conhecimento de um francês regional ou de uma variedade qualquer de francês é a chave para o francês-padrão, o francês da escola, o francês da mídia? Até que ponto a noção de língua materna abrange as práticas de linguagem dominantes nas estruturas de sociabilidade frequentadas pela criança no curso do processo de primeira formação da personalidade?

As línguas minorizadas

Aqui também o progresso das consciências é evidente. Progresso da consciência dos usuários, assim como dos intelectuais encarregados, como vimos, do processo de identificação histórica. Progresso também dos responsáveis, que tendem a superar o simplismo das respostas tradicionais para a questão da diglossia. Por muito tempo, as atitudes políticas consistiram ou em praticar o que se chamou de jacobinismo linguístico, ou em estimular a folclorização da língua minorizada.

Se começa a compreender melhor o caráter necessariamente voluntarista dos processos de construção-manutenção da comunidade linguística, em relação com a construção-manutenção do consenso identitário; a pesquisa está cada vez mais sensível às diferenças importantes nas formas da negociação e na dinâmica que dela resulta, como por exemplo no caso do corso e do alsaciano.

As comunidades se tornam assim sensíveis a solidariedades até então mal percebidas. É significativo ver os francófonos e os italófonos da Confederação Helvética expressar sua preocupação quanto à coesão identitária do conjunto suíço diante das tendências a privilegiar o *schwyzerdütsch* em detrimento do alto-alemão no domínio germanófono suíço. Refletindo bem, esse problema que se coloca para a Suíça poderia esclarecer diversos problemas franceses, na dialética das relações entre francês nacional e línguas minoritárias.

Sabemos que a situação glotopolítica da França vem tendendo a se desbloquear desde 1981.⁷ Sem dúvida, a troca de equipe teve seu papel. No entanto, pode-se supor que o progresso constituído (com relação à lei Deixonne) pelo relatório Giordan ao ministro da Cultura (1982) e pela circular Savary se deve igualmente ao melhor entendimento do tema, graças aos progressos de uma linguística da interação e sob a influência da sociolinguística e do conhecimento das relações entre linguagem e personalidade.

As práticas glotopolíticas

O fato glotopolítico

Em princípio, a política linguística é constituída de atos discretos (decisões, recomendações, criação de instâncias etc.) que visam uma ação sobre um ou mais sistemas linguísticos, eles também considerados como discretos. A glotopolítica, em contrapartida, está incessantemente em ação e visa práticas de linguagem, que são de natureza contínua. Segundo as modalidades da interação verbal, nem sempre é fácil determinar se um antilhano “fala francês” ou “fala crioulo” (MÉRIDA; PRUDENT, 1984).

Atos habitualmente considerados anódinos, pouco dignos de observação (por exemplo, a correção de um “erro” com referência a uma norma), não são evidentemente da alçada de uma política linguística ou, mais exatamente, a pesquisa sobre a política linguística é perturbada pelos fatos dessa ordem: se o lugar da tomada de palavra for oficial, se a correção for feita por um professor, se o “erro” acarretar uma punição, o descritor definirá o fato como político; mas se a situação for informal, se o ambiente for familiar, se a correção tiver valor de conselho, ele nada terá a registrar. Ora, a correção em função de uma norma é idêntica nos dois casos; J. P. Kaminker e D. Baggioni (1980) enfatizam o princípio mesmo da correção normativa, pouco importando se a intenção é ou não política e repressiva.

O conceito de glotopolítica permite, ao mesmo tempo, levar em conta o caráter idêntico dos dois casos e também sua especificidade; ele engloba simultaneamente as políticas concertadas e as repercussões, conscientes ou inconscientes, ativas ou passivas, dessas políticas.

Assim, o fato glotopolítico vai dos atos minúsculos e familiares evocados acima até as intervenções mais visíveis: decisão sobre o direito de

⁷ A referência ao ano de 1981 decerto está relacionada ao início do governo do socialista François Mitterrand, que representou algumas mudanças progressistas significativas em diversas áreas da sociedade francesa (por exemplo, a abolição da pena de morte, a nomeação da primeira mulher a ocupar o cargo de primeiro-ministro [Édith Cresson] etc.). [N.T.]

determinada categoria social ao uso da palavra, sob a modalidade que for (escrita, com os cadernos de queixas; oral, com a participação num conselho de administração; televisiva, com o direito a programas eleitorais em caso de candidatura etc.). Essas decisões podem implicar a língua mesma; neste caso, a glotopolítica engloba a política linguística: todos os casos de promoção, proibição, instrumentação, mudança de *status* de uma língua são eminentemente fatos glotopolíticos; a política linguística, portanto, é um caso particular da glotopolítica, a ser estudado de dois ângulos: tanto em sua relação de igualdade de princípio com as outras formas de glotopolítica quanto em sua especificidade de único nível que apaixona as massas, de único âmbito em que a intervenção política é facilmente detectável e em que a relação com a identidade étnica é diretamente percebida etc.

O conceito de glotopolítica dá conta de um *eixo vertical*, ligando o fato normativo ou antinormativo aparentemente mais insignificante aos fatos mais salientes de política linguística. Cobre também um terreno *horizontal*, muito mais vasto do que aquele coberto pela noção de política linguística, pois a inovação glotopolítica nem sempre é percebida como tal: toda decisão que modifica as relações sociais é, do ponto de vista do linguista, uma decisão glotopolítica. Podemos tomar como exemplo as leis Auroux⁸; é normal encará-las pelo seu conteúdo social, como uma modificação dos direitos dos trabalhadores na empresa. Mas o linguista observará, para além disso, que essas leis constituem determinado indivíduo, determinado representante, determinado grupo como *falante legítimo* em determinada instância no âmbito da empresa. A medida, sem dúvida, não é uma decisão de política linguística, mas comporta uma importante incidência glotopolítica: diz respeito a pôr em discurso a economia, as relações de produção, o mundo de trabalho. Toda medida que afeta a distribuição social da palavra, mesmo que seu objetivo não seja a linguagem em si, afeta a situação glotopolítica.

O termo *glotopolítica* pode ser usado com duas finalidades: para evocar práticas e para designar a análise. A glotopolítica, portanto, é ao mesmo tempo uma prática social, da qual ninguém escapa (“todo mundo faz política sem saber”, seja um simples cidadão, seja o ministro da Economia), e pode se tornar uma disciplina de pesquisa, um ramo hoje necessário da sociolinguística. Nesta seção, vamos nos ocupar da *prática glotopolítica*.

⁸ As “leis Auroux” são um conjunto de quatro leis que modificaram de maneira significativa o direito do trabalho na França. Foram promulgadas em 1982, durante o primeiro mandato de François Mitterrand. Trata-se da lei relativa às liberdades dos trabalhadores na empresa, da lei sobre o desenvolvimento das instituições representativas do pessoal, da lei sobre a negociação coletiva e a regulação dos conflitos trabalhistas e, por fim, da lei relativa aos comitês de higiene, segurança e condições de trabalho. Trazem o nome do ministro do Trabalho, Jean Auroux. [N.T.]

Por uma tipologia das práticas glotopolíticas

O liberalismo glotopolítico

Uma tipologia das práticas glotopolíticas foi esboçada por Guespin (1985). Ela distingue o liberalismo, que, sob sua forma absoluta, tem sido pouco estudado, salvo no exemplo de Tânger, nos anos 1930 (SALLAS-MARTINELLI, 1985) e o dirigismo.

O liberalismo glotopolítico pode encontrar caução entre os linguistas. Para R. Ruiz (1985), acerca do inglês dos Estados Unidos, há pessoas que têm interesse em falar de crise das línguas e de qualquer modo, sempre se falou de crise das línguas; enfim, isso não é quantificável. O ponto de vista liberal sustentado no artigo se fundamenta, definitivamente, na aceitação de uma sociedade dual: os meios intelectuais, tendo necessidades glotopolíticas, são hipersensíveis aos problemas de linguagem, mas se relativizará essa sensibilidade (será até possível ridicularizá-la) quando se fizer referência ao mundo do trabalho.

Os cientistas que se fazem apologistas do liberalismo de Estado precisam justificar teoricamente as tendências que afirmam constatar. É o caso, por exemplo, da *consociational theory*. Quem desconhecer essa novidade vai encontrar em J. M. Spina (1979) tanto sua exposição quanto sua clara refutação. Essa teoria estuda as sociedades multilíngues e multiculturais (Canadá, Suíça, Bélgica, por exemplo). Segundo ela,

- » essas sociedades padeceriam se o apego à ideia nacional fosse demasiado forte. A rigor, um apego nulo dos diversos grupos à ideia nacional não prejudica o funcionamento;
- » em tais sociedades, elites surgidas dos subgrupos têm estratégias de acomodação que evitam a balcanização. A atitude é duplamente liberal: (1) a ideia nacional, pouco útil, pode se revelar nociva e (2) é preciso confiar na autorregulação dos sistemas.

Spina refuta essas afirmações a partir da situação canadense. Se apoiando em particular na Comissão de Inquérito de 1965, sobre o bilinguismo e o biculturalismo, ele depreende com clareza um vínculo estatístico entre apego nacional e engajamento em favor do bilinguismo. Conclui, muito legitimamente, que a teoria consociacional das “duas solidões” é “*an old theory in a new guise*” [“uma teoria velha em roupagem nova”]. O perigo, evidentemente, é o fatalismo, cômodo para o raciocínio liberal: essa teoria

pode conduzir os planejadores linguísticos a ceder às pressões para transformar as afirmações tradicionais sobre o caráter ‘inevitável’ das insuficiências de responsabilidade mútua e de identidade nacional numa nova ortodoxia.

Temos sido às vezes severos em nossa apreciação dos trabalhos que tendem a promover ou sustentar o liberalismo glotopolítico. De fato, pode-se pensar que essa atitude é reivindicada de boa fé, de tal modo preconceitos antigos e populares vão nesse sentido. Com Spina, no entanto, dificilmente se admitirá que esses preconceitos deem ensejo a uma nova ortodoxia. Contudo, é preciso se perguntar sobre quem se beneficia com o liberalismo glotopolítico. Essa atitude de degradação dos conflitos linguísticos, favorecendo a penetração ou a manutenção da ideologia dominante, nos parece a atitude linguística preferencial de uma classe dominante em *fase conservadora*.

Não se deve esquecer que estamos refletindo sobre as situações contemporâneas. O liberalismo, sem dúvida alguma, é uma política, mas é em princípio a política no estado amorfo: a lei da selva não é uma lei. Ora, essa posição glotopolítica é insustentável hoje em dia, porque as próprias solidariedades internacionais tornam necessária a ação estatal (recomendações da Unesco, textos de Helsinque). Logo, o liberalismo fica necessariamente contaminado; o discurso liberal é tão somente o conjunto de intervenções que beneficiam as camadas interessadas na conservação de uma situação linguística que lhes é favorável.

O dirigismo glotopolítico

O dirigismo é evidentemente uma atitude glotopolítica muito mais espetacular do que o liberalismo. A não intervenção prejudica, mas não choca; a morte das línguas conforme a lei da selva é atribuída a uma fatalidade, a inadaptação linguística de massas de falantes é vivida na autoculpabilização e no mutismo social. Em contrapartida, o intervencionismo glotopolítico necessariamente cria *eventos*: decisões são tomadas, relatórios são elaborados, instruções são dadas.

Trabalhando com o conceito de glotopolítica, compreendemos melhor por que o intervencionismo assume formas muito variada: esse polimorfismo se deve ao aspecto contínuo da linguagem, da fala à língua, da intervenção em família aparentemente a menos socialmente codificada até o uso mais monológico e mais estereotipado, que recorre a normas universalizantes (formulários administrativos, língua do Direito, discurso pedagógico, metalíngua do dicionário etc.).

Se tomarmos como exemplo a *Ordonnance* de Villers-Cotterêts, verificamos que um determinado uso social é que foi visado: tratava-se de língua, mas num dado tipo de discurso, a redação dos atos jurídicos.

Formulamos a hipótese de que o liberalismo glotopolítico, puro ou apoiado no Estado, era o recurso de uma classe politicamente conservadora. A hipótese complementar vai considerar o dirigismo glotopolítico como a

política linguística de uma formação social em ascensão. Não é por acaso que o início dos tempos modernos, a Revolução Francesa, a Revolução Russa, são períodos de intensa atividade glotopolítica, aliás de sentidos muito diferentes.

Dito isso, a oposição entre liberalismo e dirigismo não resolve todos os problemas que se apresentam à análise. Temos visto a ambiguidade de certas decisões glotopolíticas, cujo intervencionismo permite um liberalismo assumido. Resta assinalar que, apesar de Helsinque⁹, a política de imposição de uma língua ainda é atestada. Podemos citar o exemplo das relações entre os Estados Unidos e Porto Rico, estudada por M. Perl (1985).

Gltopolítica de ontem e de hoje

Uma descrição sem complacência das práticas gltopolíticas poderia ter um efeito desencorajador; o dirigismo pode levar aos excessos apontados, enquanto o imobilismo, real ou afetado, serve sempre para a recondução dos mesmos interesses. Ao denunciar acima o liberalismo, não estávamos condenando de modo algum um projeto de *liberdade das práticas de linguagem*. De igual modo, uma análise do dirigismo gltopolítico como política linguicida não deve acarretar condenação da ideia mesma de *gestão das práticas de linguagem*.

É fácil encontrar mil testemunhos da necessidade das práticas gltopolíticas. O caso da Finlândia, em sua história e sua situação atual, mostra bem o interesse de uma política de planejamento linguístico minuciosa, honesta e evolutiva; vale a pena ler a exposição de Y. Gambier (1985) sobre a questão. A necessidade dessas grandes concertações sobressai ainda melhor por contraste: os perigos incorridos pela Suíça atual provêm talvez do não intervencionismo confederal e da insuficiência de estruturas nacionais de negociação.

Engajados nessa reflexão, convém distinguir claramente, de um lado, defesa, promoção ou instrumentação de uma língua e, do outro, defesa e promoção de um sistema de dominação linguística. Gluck e Sauer (1985), estudando as políticas linguísticas da RFA (República Federal Alemã) e da RDA (República Democrática Alemã), estabelecem o comum e o diferente: nos dois Estados alemães, atesta-se a atitude gltopolítica orientada para a melhoria das práticas de linguagem, no sentido dos interesses sociais dos indivíduos. No entanto, enquanto não parece encontrar muita oposição na

⁹ Referência aos Acordos de Helsinque, firmados em 1º de agosto de 1975 por 35 países (a maioria da Europa, mas também a URSS, os EUA e o Canadá), sobre segurança e cooperação na Europa, com vistas a melhorar as relações entre o Ocidente e o antigo bloco comunista. Alguns dos itens do documento se referiam ao respeito aos direitos humanos e à liberdade religiosa, cultural e linguística. [N.T.]

RDA, essa tendência enfrenta, na RFA, uma atitude de conservadorismo feroz, profundamente enraizada na manutenção das vantagens sociais: “Fazer crítica linguística se tornou uma coisa séria e uma questão política na RFA [...]. Os autores que exercem essa crítica falam de linguagem mas têm outra coisa em mente”.

Enfim, no quadro de uma glotopolítica dirigista, existe lugar para um debate sobre as escolhas entre medidas incitativas e medidas prescritivas. É um problema importante, por exemplo, no Canadá e na China. Desde 1955, Luo Chang Pei¹⁰ pede que a normalização linguística na China se realize por incitação, mais do que por via institucional. A Constituição de 1982 declara o putonghua, o mandarim, língua comum do país. Entretanto, essa decisão não vem acompanhada de medidas coercitivas. Yang Jian (1985) acredita ser possível resumir assim a situação atual: “O esforço do governo para estender essa língua comum mudou a situação linguística na China, do unilinguismo (uso exclusivo do dialeto) ao bilinguismo (uso paralelo do dialeto e do putonghua)”.

Seja por amor à francofonia ou pelo gosto do paradoxo, temos dificuldade em não sentir um fraco pela glotopolítica quebequense. No entanto, ela não é irrepreensível. Martin (1981) assim traça suas grandes linhas: ela é “caracterizada por uma extensão progressiva dos campos de aplicação do intervencionismo linguístico, por um refinamento das modalidades de aplicação dessa legislação tanto quanto pela afirmação de seu caráter coercitivo”. Aqui estamos nos antípodas do liberalismo, mas junto a uma glotopolítica contestável. Prujiner (1981) aponta as inovações da glotopolítica quebequense. Para ele, a política linguística se imiscui no *direito privado*: “surgimento de exigências formais de conteúdo linguístico nas relações entre as pessoas”. Ela penetra até no *direito penal*: a Carta da Língua Francesa (Lei 101) institui uma comissão de vigilância, encarregada de introduzir ações penais. Para o autor, essa ameaça não passa de um tigre de papel — “o impacto político dos processos jurídicos paralisa aquelas ações” —, mas o instrumento penal “acarreta novos constrangimentos, tão difíceis de prever e de avaliar quando os dos outros domínios”. Quando afirmamos certa simpatia pela glotopolítica quebequense, não temos de modo algum a intenção de erigi-la em modelo; o que queremos expressar, com alguma ingenuidade, é nosso interesse por uma negociação *aberta* do problema: aberta a todos, sem dúvida com todos os riscos e todos os defeitos do parlamentarismo e do sistema dos grupos de

¹⁰ Luo Chang Pei (1899-1958), linguista chinês, deu grandes contribuições ao estudo da fonologia histórica chinesa. Foi também pioneiro no estudo moderno dos dialetos chineses e das línguas não-chinesas faladas em seu país. [N.T.]

pressão (comissões, influências diversas, argumentos demagógicos vindos de todos os lados). Mas, desde logo conduzida *sob os olhos de todos*, posicionamento do problema da linguagem à luz da realidade política. No fundo, o que nos agrada é o engajamento glotopolítico do povo do Quebec, não a glotopolítica dos políticos.

O trabalho de Spina (1979) é significativo: o autor trata com certa desenvoltura as análises feitas a partir de um *point of view with Marxist overtones* [“ponto de vista com conotações marxistas”]. Segundo esse ponto de vista rapidamente caricaturado, “o conflito linguístico é só o acompanhante de um problema mais fundamental: a desigualdade econômica. Assim, uma reação aos problemas linguísticos deixaria sem solução o conflito fundamental”. O interessante é que essa esquematização de um raciocínio marxista sobre a questão linguística é seguida, poucas páginas depois, de dados extraídos das comissões de inquérito canadenses; estará o autor consciente de seus *Marxist overtones* quando sublinha que em Montreal, em 1961, um francófono bilíngue ganhava \$ 1.000 mais que um francófono monolíngue, e que um anglófono monolíngue ganhava ainda \$ 739 mais que o francófono bilíngue? Ou seja, a situação canadense e o modo como os povos canadenses, especialmente no Quebec, têm sabido se apoderar da questão são tais que a metafísica fica amplamente ultrapassada. Marxista ou não, é preciso falar daquilo que Marx chamava de “a linguagem da vida real”. No Quebec, uma glotopolítica intervencionista, repressiva, irregular, recorre a manipulações arriscadas; mas essa política, tornada necessária pela sensibilização de todos aos problemas da linguagem, se negocia e se conduz sob os olhos de cidadãos nitidamente interessados.

Pela glotopolítica de amanhã

Diversos fatores convergem para nos permitir pensar uma outra glotopolítica, fora das alternativas polarizadas do laxismo e da força. Em primeiro lugar, e essencial, a tomada de consciência internacional do direito a práticas de linguagem negociadas, garantidas, autênticas. E, concomitante e não sem relação causal, a ascensão da corrente sociolinguística. Assim, podemos avaliar melhor do que antes os meios e os caminhos de uma glotopolítica adequada ao mundo tal como é.

Não são as comissões nem as decisões ministeriais, nem os recursos jurídicos que mobilizarão, na questão da linguagem, as forças reais e que conduzirão às soluções de interesse geral. O estado atual da reflexão linguística permite ao especialista ver desenhar-se as trilhas de elaboração glotopolítica de amanhã. Para começar, o esforço de captação das práticas

de linguagem reais é enfim compreendido, e deve se intensificar. Não é por acaso que N. Gueunier, após ter publicado com outros *Les Français devant la norme* (1979) [*Os franceses diante da norma*], tenha sido encarregada do artigo sobre a França em *La crise des langues* (1985) [*A crise das línguas*].

Gueunier (1985) observa o aumento da distância entre competência ativa e competência passiva. Em vez de denunciar, de maneira vaga, a mídia, o telefone, a informática, é importante constatar de fato essa característica da comunicação moderna: o aumento exponencial das audiências e, em medida contudo menor, do público leitor. A proliferação tem sido fantástica, do teatro ao cinema e, depois, à televisão. O mesmo vale para os debates eleitorais: dos claustros de trinta anos atrás aos grandes *shows* Giscard-Mitterrand. Em vez de uma condenação que não significa nada, a atitude glotopolítica realista reside em levar em conta esse desequilíbrio entre atividade e passividade linguísticas: que lugares de interação favorecer, para que funções sociais, a fim de lutar contra uma clivagem tendencial entre uma minoria de especialistas da fala pública e uma maioria cada vez maior de puros receptores?

Em seguida, observemos que os linguistas já não hesitam em se engajar francamente contra o “senso comum”; com efeito, eles constatam que finalmente estão armados para isso. Assim, para J. Maurais (1985a):

Todo mundo parece concordar em dizer que a democratização em si e em geral é uma coisa boa, menos quando ela toca na língua. Haveria o desejo de que ela permanecesse imutável e respeitada igualmente por todos os grupos sociais, como se ela fosse una, isenta de variação.

Acreditamos poder interpretar assim essas linhas: uma glotopolítica moderna não pode ser uma generalização do “francês nacional”, valorização pelo século XIX do francês do XVII, em prol da burguesia. Deve ser um esforço para a captação do *novo francês*.

Esse francês será necessariamente um francês do mundo do trabalho, e isso sem nenhum populismo (*mundo do trabalho* não significa “o bar da esquina”), mas registrando o fato já mencionado de que a produção moderna *passa cada vez mais pela linguagem*, do cheque ao computador. Assim como o corolário de que os intelectuais, deixando de ficar isolados na pequena franja das profissões liberais, já são agora maciçamente membros das camadas assalariadas e amplamente engajados no processo de produção. Esses fatos têm imensas implicações sobre a realidade nova das práticas de linguagem no quadro da revolução científica e tecnológica e da emergência de novos modos de produção.

Esse francês novo registrará necessariamente o fato de que a *palavra circulante*, tema de uma sondagem recentemente empreendida pelo CREDIF¹¹ (LEHMANN, 1985), está profundamente penetrada de plurilinguismo; por meio das notícias e das embalagens tanto quanto pelas ondas, as línguas estrangeiras penetram os lares mais estanques. Conforme sublinha Gueunier (1985), assistimos a uma verdadeira *relativização* da língua nacional por intermédio ao mesmo tempo das viagens e da mídia. A posição justa não pode ser uma atitude de purismo fechado. Observemos também que as línguas aprendidas pelas crianças são na maioria línguas vivas, em detrimento das línguas clássicas; são portanto línguas efetivamente faladas, num outro-lugar cada vez mais acessível e que penetra cada vez mais nosso espaço nacional.

As condições linguísticas novas, também, comportam a tomada de consciência das minorias, tanto no plano de sua especificidade linguística quanto no plano identitário. Assistimos também a uma verdadeira crise dos substratos; o estado de numerosos falares regionais é *objetivamente* mais deteriorado que nunca, mas *subjetivamente* o desejo e a valorização do falar regional são muito mais fortes que nos anos 1950. Por outro lado, o fenômeno *beur*¹² leva a considerar a existência de francófonos, com muita frequência franceses, de substrato mal determinado (pais que falam árabe dialetal ou berbere, parcialmente francófonos).

O estudo desse francês novo registrará também que o prolongamento do ensino, os novos direitos dos trabalhadores e as diversas mutações do mundo contemporâneo fazem entrar no mercado nacional das trocas linguísticas camadas até agora dependentes, sobretudo do oral e excluídas dos circuitos da fala legítima. Daí as referências, as formações discursivas e as práticas de linguagem novas, como mostra Gardin sobre o discurso sindical (1976) e Gardin, Baggioni e Guespin (1980).

A mutação das práticas de linguagem também está em relação com o fato de que a distinção entre privado e público ora perde seu rigor, ora se desloca. Morrer não é mais um assunto estritamente familiar, mas também uma questão administrativa e técnica em que a assistência pública e a seguridade social têm um papel de parceria. É menos nítida a clivagem estanque entre linguagem microestrutural, linguagem da célula familiar, do a sós, e linguagem oficial, linguagem universalizante do administrativo e do nacional, e isso até mesmo para as elites: recurso lícito ou tolerado à

¹¹ CREDIF: Centre de recherche et d'étude pour la diffusion du français (Centro de pesquisa e de estudo para a difusão do francês). Organismo público francês, criado em 1958 e extinto em 1996. [N.T.]

¹² *Beur*: termo familiar que designa a pessoa de cidadania francesa nascida de pais de origem norte-africana ("árabe"). [N.T.]

gíria, à familiaridade, à grosseria, em relações que outrora ainda excluía tais empregos; estilo oral de cursos, palestras, conferências, anteriormente dispensados em francês elevado, segundo a fórmula do oral-escrito; o *topo*¹³ é preferido cada vez mais à conferência; a interação verbal rebuscada se modificou claramente. O estudo das transmissões radiofônicas empreendido no quadro do inquérito do CREDIF (LEHMANN, 1985) já é promissor a esse respeito.

Ao estudar, para responder à questão de uma eventual crise do francês na França, o contexto social contemporâneo, Gueunier (1985) também menciona o papel social das mulheres. Embora as pesquisas sociolinguísticas tenham estabelecido que as mulheres eram mais apegadas à norma do que os homens, pode-se sugerir que esse parâmetro deveria se opor a muitos dos que mencionamos anteriormente. Cabe objetar que isso só estaria garantido *em uma situação em que a norma fosse nítida e única*. De fato, também se assiste uma *crise da instância normativa*, fator talvez essencial, gravemente desconsiderado pela pesquisa, e não reparado pelo público. O conceito de “camadas culturalmente hegemônicas” (MARCELLESI, 1976b; 1979) surgiu, em parte, do estudo dessa crise. Na França, a construção de instâncias normativas hegemônicas foi objeto de um processo voluntarista de longa duração e pode-se considerar que o edifício foi totalmente concluído na 3ª República (1870-1940). No momento presente, essas instâncias oficiais ou mais ou menos cobertas pela autoridade ministerial se acham em crise.

Elas são minadas por dentro e estão cada vez mais balcanizadas (AFNOR, FRANTERM, CILF¹⁴ etc.). As antigas formas de gestão perderam seu prestígio: a Academia Francesa, o Littré¹⁵, “a” gramática perdem seu valor de referência em prol de instituições menos controláveis. O interesse em conhecer as regras da gramática e da ortografia se relativizou com a crise do ensino e das formas de controle. A própria diversidade das instâncias que formulam aquelas regras e a variedade das modalidades de controle têm modificado a relação com a norma, cada vez mais percebida como relativa e, por isso mesmo, arbitrária e facultativa.

As instâncias normativas e glotopolíticas tradicionais também sofrem concorrência de fora, da parte de meios de comunicação aos quais elas não

¹³ *Topo* (pronunciado *topô*): exposição sumária, em linguagem simples; resumo facilitado. [N.T.]

¹⁴ AFNOR: Association française de normalisation (Associação Francesa de Normalização), seção francesa da iso (International Standardization Organization). FRANTERM: Association française de terminologie (Associação Francesa de Terminologia). CILF: Conseil international de la langue française (Conselho Internacional da Língua Francesa). [N.T.]

¹⁵ Littré: *Dictionnaire de la langue française*, mais conhecido como *Littré*, por causa do nome de seu autor, Émile Littré (1801-1881), obra mais célebre da lexicografia do francês, publicada entre 1863-1872. [N.T.]

conseguiram se impor. Podemos avaliar o papel da transmissão ao vivo como fator importante de negligência com relação à norma; a reportagem ao vivo, em particular no esporte, impõe diversas inovações: abandono do oral-escrito evidentemente, mas também, sob a ação da emoção ou para transmitir e criar a emoção e adoção de um tipo de interação verbal que, imita a presença do interlocutor. Roger Couderc, o apóstolo do rúgbi na televisão, decerto desempenhou um papel importante nesse âmbito, mas as rádio-reportagens, do *Tour de France*¹⁶ por exemplo, tinham aberto o caminho. Essa inovação não se limitou ao esporte; embora os grandes encontros cara a cara ainda ofereçam a ocasião para uma relativa exibição do francês acadêmico, numerosos debates, análises feitas de improviso e mesas redondas permitem conectar uma ampla audiência a interações totalmente informais. Recentemente, um programa de televisão levou ao ar jornalistas embriagados.

Levando-se em conta os índices de audiência do rádio e da televisão e o número médio de horas consagradas a ela, é possível supor que o lugar de origem da norma linguística esteja se deslocando. Diante das *instâncias oficiais de normatização*, que dominavam o terreno quase sem concorrência até os anos 1950, as *camadas culturalmente hegemônicas* que se desenvolvem são essencialmente aquelas cujo acesso à mídia está assegurado. A luta contra esse monopólio passa pela busca do acesso de todas as camadas sociais à gestão e à expressão na mídia. Podemos esperar muito das novas tecnologias (televisão por cabo, *modem* etc.) se elas permitirem lutar pela palavra de todos, a fim de reduzir a distância observada entre competência ativa e competência passiva. O sistema acadêmico precedente, com suas instâncias prestigiosas, era tudo menos democrático, mas seu rigor e seu monolitismo tornavam difícil a contestação. A anarquia normativa, a variabilidade e a sensibilidade aos modos que caracterizam hoje as camadas culturalmente hegemônicas tornariam aquelas instâncias mais vulneráveis a uma reivindicação popular em glotopolítica.

Uma adequada glotopolítica não pode se privar de levar em conta essas tendências e essas relações de força. Cabe apreciá-las de outra maneira que não seja subjetiva e se pudemos abordar esses problemas é sem dúvida porque o *movimento das práticas de linguagem* é mais rápido hoje do que nunca, mas também porque hoje a sociolinguística permite formulá-los. Para lutar contra os preconceitos arraigados, para quantificar as tendências observadas, para estabelecer modos que sejam aproximações corretas do jogo de forças em ação, a análise glotopolítica tem grandes progressos a

¹⁶ *Tour de France* (Volta da França): tradicional competição entre ciclistas que percorrem uma grande parte do território francês (primeira edição em 1903). [N.T.]

fazer. No entanto, mesmo levando em conta tais lacunas, a sociolinguística é, em matéria glotopolítica, a única força propositiva que se apoia na teoria para escapar do empirismo, das soluções de visão estreita e do improviso; enquanto única ciência deste domínio, ela é a fonte da predizibilidade.

A análise glotopolítica

Mencionaremos primeiramente os fatos glotopolíticos a analisar; depois, os instrumentos de análise de que dispomos. Em seguida, indicaremos de que modo é possível valorizar os frutos da análise e como as equipes sociolinguísticas engajadas na análise podem encarar seu papel de *assessoria em glotopolítica*.

Análise da prática glotopolítica

Para analisar a prática glotopolítica num dado ponto do tempo e do espaço, a sociolinguística precisa acumular dados sobre os agentes e sobre as instâncias.

Os agentes

Labov se interessa por diversos tipos de comunidades linguísticas, dos guetos negros à pequena ilha de Martha's Vineyard. No entanto, uma leitura rápida reduz frequentemente suas conclusões à afirmação do papel essencial da *middle class* (classe média), que sabemos não passar de uma etiqueta cômoda. É deplorável a exclusão dos conceitos de análise social do marxismo: em matéria sociolinguística, são necessários os conceitos de classe dominante, de ideologia dominante, de classe operária (diante dos problemas que a definição e a apreensão da classe operária colocam hoje em dia para o marxismo). Outros instrumentos descritivos para a realidade social francesa, forjados na França: o conceito já mencionado de *estruturas de sociabilidade*, mas também a atenção prestada pela sociologia contemporânea ao *coletivo do trabalho* e ao *expert bruto* (o praticante) como interlocutor necessário do *especialista científico*.

Toda resposta precipitada sobre as forças glotopolíticas, as formas ativas *hic et nunc*, se reduziria a um postulado; a sociolinguística deve se tornar capaz de saber que forças, descobertas sob que grade de análise, podemos hoje distinguir, na França, por exemplo: forças de conservação glotopolítica, forças de inovação, forças admitidas na negociação, forças excluídas dessa negociação. O conceito de camadas culturalmente hegemônicas decerto é operacional hoje em dia: falta ainda à pesquisa sociolinguística preencher o quadro assim traçado.

Na ausência desse estudo, o discurso permaneceria vago. “Quais são exatamente esses intelectuais responsáveis pelos processos de identificação linguística?” (LEFEVRE, 1979). Quais são os agentes propagadores de antinormas? Como esses agentes intervêm nos conflitos normativos, com que autoridade, que sustentação e que sucesso? Um ministro que propõe *bouteur* em lugar de *bulldozer* acredita estar normalizando: alguém o ouve? Um jornalista que lança uma pretensa “palavra ao vento”, eventualmente fabricada para criar um acontecimento, está mais bem situado para ter êxito na operação neológica? Como é que são lançadas e relançadas palavras, afixos, estruturas sintáticas? Recordemos, a respeito, os trabalhos empreendidos por L. Guilbert, antes de seu falecimento (LANGAGES, 1974; GUILBERT, 1975).

Normas fonológicas e morfofonológicas: será preciso distinguir dicção política, dicção midiática, dicção tecnocrática? Quais são as fontes: Sciences Po, ENA, a Maison de la Radi,¹⁷ as escolas de engenharia? Existe um *melting pot* midiático normalizando ao mesmo tempo os ex-alunos da ENA, os gurus filosóficos, os políticos televisuais? A gente percebe que alguma coisa se agita nesse sentido, que a fonologia e a prosódia do francês estão desestabilizadas, e alguns trabalhos, por exemplo B. Laks (1980), trazem à luz fatos novos. De que modo esses fatos de inovação fonológica são recebidos, repassados adiante (por intelectuais de voo mais baixo, por aparelhos políticos, por igrejinhas)? Como e em que medida são adotados, constituindo pouco a pouco uma nova norma, relativamente fluida, não escrita, em matéria de acentuação, de elisões etc.?

Acabamos de citar muito depressa as forças ativas; mas é importante não esquecer o que poderíamos chamar de... agentes passivos. Diante dos difusores das novas normas, há indivíduos, grupos ou camadas tidos tacitamente por um certo consenso social como portadores de norma. Outras formas de passividade operante devem ser consideradas, diante da atividade desenvolvida por diversos agentes (inclusive, segundo as famílias, os pais, o círculo de amigos, o bairro), existem atitudes de recusa que têm igualmente consequências glotopolíticas: os especialistas de línguas minorizadas têm citado com frequência o caso de pais que se recusam a transmitir aos filhos a língua regional; essa atitude dos falantes de variedades regionais se encontra hoje nos ambientes de imigração, com consequências muitas vezes graves: os pais, aprendendo aos solavancos a língua do país anfitrião,

¹⁷ *Sciences Po*: nome popular da École libre de Sciences politiques (Escola Livre de Ciências Políticas), renomada instituição de ensino público francesa. ENA: École nationale d'administration (Escola Nacional de Administração), outra das chamadas grandes escolas do serviço educacional público francês. *Maison de la Radio* (Casa do Rádio): imponente obra arquitetônica situada em Paris que abriga todos os serviços públicos de transmissão radiofônica. [N.T.]

fabricam para si uma língua-franca familiar mais perigosa para a aquisição das estruturas linguísticas por parte das crianças do que tudo o que podem prever de pior os detratores do bilinguismo. Os fenômenos do auto-ódio, conforme a expressão dos sociolinguistas catalães, devem ser estudados não somente no quadro das línguas regionais, mas para os casos de imigração também, porque essa crise da linguagem pode resultar até em graves dificuldades de identidade.

As instâncias

A menção às instâncias glotopolíticas é frequentemente passional. Recordemos os litros de tinta que a Academia Francesa tem feito correr; derrisão e rancor são tão correntes que desistimos de qualquer bibliografia da questão; podemos simplesmente considerar a menor frequência desses ataques hoje em dia como indício do declínio do papel da Academia como instância glotopolítica. Contra a gramática escolar os ataques são mais recentes, mais vívidos; assinalemos o livro de Chervel (1977).

Com frequência, fala a paixão “pura e simples”: é o caso de muitos trabalhos que hesitam entre divulgação de uma linguística mais ou menos bem apreendida e panfleto ou testemunho da “realidade vivida”. Sabemos que televisões e editores preferem esses romances da linguística do que o rigor de nossa disciplina. É muito interessante a promoção midiática concedida recentemente a certas obras que pretendem traçar um panorama da linguística francesa, mas curiosamente silenciosa sobre as maiores personalidades e equipes da França. Apreciamos a distinção feita por M. Godelier (1985) entre “a valorização da pesquisa em ciências humanas e sociais” e “a divulgação segundo o modelo que algumas mídias apresentam”.

A atitude desapaixionada só foi obtida, na maior parte das vezes, pela negação da utilidade social. É o caso dos linguistas do século XIX e é também o caso mais frequente dos estruturalistas e gerativistas. Houve exceções, quando A. Martinet (1969) coloca a questão das *chances do francês*. Ele se arrisca, armado apenas com os recursos da linguística estrutural, numa tentativa de previsão social: um trabalho glotopolítico *avant la lettre*. Em geral, porém, descritivismo estruturalista e modelização gerativista acabaram permitindo que seus resultados fossem explorados no sentido de uma ideologia científica da norma por cima do social. A própria linguística, apesar do caráter imparcial de seus postulados, pôde ser explorada portanto como instância glotopolítica, ou pelo menos como fonte de legitimação para glotopolíticas.

Seria preciso elaborar uma história ao mesmo tempo fria e cuidadosa da dimensão social, das instâncias glotopolíticas. O estudo sincrônico terá de dizer como funciona um sistema de regulação glotopolítica; o estudo

diacrônico, como as instâncias nascem, se transformam e morrem. Essa investigação comportaria enumeração e estudo dos *modos de difusão* das políticas normativas: meios de pressão, medidas de incitação, sistema de prêmios. O ensino seria ali estudado tanto como retransmissor de instâncias normativas quanto como instância específica, provida de seu sistema de prescrição, de incitação e de repressão; seria preciso estudar o papel dos ministérios e o de agências intermediárias como a Inspeção Geral.¹⁸

Restará ver de que modo tudo isso constitui sistema, em diversos pontos do tempo e do espaço: por qual hierarquia de instâncias a sociedade age sobre a língua, os falares, os discursos. Mas também de que modo o mercado linguístico se autorregula nas sociedades que depositam confiança num certo grau de liberalismo glotopolítico: de que modo a lei do mercado constitui sistema. Será necessário estudar então as políticas editoriais, a penetração das práticas dominantes, dos compromissos linguísticos. Sem recorrer abertamente nem à incitação nem à repressão, que instrumentos ideológicos o liberalismo desenvolve para que tenha fundamento racional, legítimo, sua dinâmica de morte das línguas e culturas minoritárias? Com frequência se tem apontado o recurso à folclorização: o liberalismo permite a apropriação distorcida dos movimentos de reivindicação regionalista.

Os instrumentos de análise

Toda ciência em crise de desenvolvimento tem de enfrentar a proliferação de seus ramos: variedade dos terrenos e variedade das problemáticas. A sociolinguística deve recensear seus instrumentos de análise e reuni-los numa síntese, a princípio, forçosamente aproximativa. A própria demanda social, quando for criada e se exprimir, ajudará numa síntese em que os diversos ramos da disciplina estarão mais bem integrados.

Os terrenos são legitimamente variados; a própria existência da sociolinguística constitui um apelo: se tomou consciência disso no primeiro colóquio internacional de sociolinguística realizado na França (GARDIN; MARCELLESI, 1980). Assim, a questão das línguas minorizadas dependeu por muito tempo de abordagens que não se comunicavam muito bem entre si; se constatará essa falha retomando os trabalhos um pouco antigos de crioulística, de dialetologia, de linguística aplicada às línguas regionais e minoritárias.

¹⁸ Inspection générale de l'Éducation nationale (Inspeção Geral da Educação Nacional): organismo vinculado ao Ministério da Educação Nacional, constituído de um corpo de inspetores que fiscalizam as escolas públicas para controlar e avaliar o cumprimento das diretrizes de todo gênero estabelecidas pelo ministério. [N.T.]

No momento atual, se instala uma problemática unificada, as abordagens se confrontam e se enriquecem. Imensas lacunas permanecem, ao mesmo tempo legítimas e perigosas. É normal que as “grandes línguas” sejam objeto de estudos específicos e que organismos particulares se preocupem com sua instrumentação, sua difusão e sua promoção, mas nossa intervenção quer sugerir que esse ramo da linguística aplicada só será verdadeiramente científico e operacional no dia em que souber realizar sua junção com a problemática das línguas minoritárias e das práticas discursivas variadas. O francês não existe fora de uma relação, complementar e contraditória, com as línguas minorizadas atestadas no domínio francófono, nem fora de uma relação entre padrão e realidade das práticas de linguagem.

A sociolinguística é para a linguística o meio de recuperar a dimensão social. Da fonologia à estilística, todo estudo das práticas de linguagem deve necessariamente, hoje, cruzar parâmetros linguísticos e parâmetros sociais. Fizemos nossa homenagem no tempo da edificação do método estrutural, mas a conjuntura epistemológica se combina perfeitamente hoje com a conjuntura política internacional: a sociolinguística constitui cada vez mais o centro de federação, o viveiro do desenvolvimento disciplinar da linguística, ao mesmo tempo que o movimento das sociedades impõe, por toda parte no mundo, o recurso a glotopolíticas abertas e cientificamente esclarecidas. A linguística social é a resposta a esse problema social.

Rumo à ação glotopolítica

Os meios da glotopolítica

Como transformar os falantes em parte interessada no debate e nas decisões glotopolíticas? Alguém poderia nos acusar de demagogia, de tal modo a ignorância sociolinguística é a coisa mais bem compartilhada do mundo. No entanto, os planejadores linguísticos tomam consciência da necessidade de interessar as pessoas. Sobre o planejamento linguístico, Lebel Harou escreveu: “Será no mínimo difícil, senão impossível, chegar ao consenso popular sobre questões linguísticas se a situação não puder ser descrita de maneira convincente o bastante para mobilizar a consciência popular”. Mas é possível convencer sem ter a capacidade de comparar, de julgar? A massa dos falantes tem de ser tornada capaz de eliminar os fatores que falseiam a apreciação: auto-ódio e supervalorização da diferença; confusão entre norma valorizada e norma praticada; crença no valor de verdade de instrumentos necessários mas necessariamente redutores e fixistas (gramáticas,

dicionários) etc. Acreditando avaliar práticas de linguagem, os falantes respondem sob os ditames de uma ideologia que eles não controlam.

Glotopolítica esclarecida ou autogestão linguística?

Consideremos como adquirida a aceitação de uma glotopolítica democrática. Resta colocar a questão dos *atores da glotopolítica*. Duas concepções de democracia devem então ser confrontadas: a democracia representativa, como delegação de poder, e a democracia autogestionária.

Por comparação com a glotopolítica praticada hoje em dia na maioria dos Estados, política de panelinhas e de *lobbies*, é fácil imaginar o progresso que constituiria uma glotopolítica simplesmente científica, acompanhada e fundada na vontade popular. Ninguém se queixaria se a glotopolítica de amanhã repousasse em campanhas de sensibilização e de informação linguística, numa vasta coleta dos dados, das opiniões e das necessidades e se ela concedesse aos sociolinguistas seu lugar de direito. No entanto, ainda se trataria de delegação de poder, e nossas democracias modernas, minadas pela burocracia, e independentemente do modo de produção, sabem o custo e as disfunções imputáveis a tal princípio. Com o mesmo custo social, em matéria de pesquisa, de sondagem e de mobilização, é possível imaginar uma resposta melhor à necessidade social, com uma glotopolítica de autogestão linguística.

Rumo à autogestão linguística

O planejamento às vezes é preferido de maneira explícita à responsabilização dos atores; receia-se abertamente ser ultrapassado pelo processo. *L'État et la planification* [O Estado e o planejamento] (MARTIN, 1981) traça um quadro significativo das diversas preocupações dos políticos: “Em geral, já não se trata de responder aos problemas de diversidade das línguas por algum desmembramento do poder do Estado, mas, ao contrário, por um uso novo dos meios jurídicos disponíveis” (PRUJINER, 1981). Ora, é interessante ver L. Dion (1981) mencionar, no artigo precedente da mesma obra, o caráter perigoso do planejamento linguístico: “Se, apesar de tudo, fica-se persuadido a recorrer ao planejamento linguístico, é porque se considera que os riscos de subversão nacional ainda são maiores ao se abster do que ao se agir”. A política linguística, se deixada nas mãos dos políticos, fica necessariamente acuada entre dois imperativos; daí resulta com frequência uma política temerosa de fazer o mínimo.

De fato, onde é que a regulação linguística se executa pelo mal menor, hoje em dia? A Finlândia é um caso interessante de gestão flexível e planejada

do bilinguismo (GAMBIER, 1985); em condições bem diferentes, e com as reservas que já formulamos, é também o caso no Quebec. Será por acaso? Podemos supor que o caráter relativamente mais direto da democracia é um fator para se obter uma regulação glotopolítica menos ruim que em outros lugares. Em seguida, se tivéssemos de apontar um país que, numa situação glotopolítica objetivamente difícil, consegue casar vigilância e tolerância, citaríamos a Iugoslávia (CREISSELS, 1980). Sem praticar uma autogestão linguística sistemática, o país oferece um clima glotopolítico excepcional: ora, ele está engajado há muito tempo na via da autogestão econômica.

Qualquer país, seja qual for o tamanho, possui suas microestruturas. Khleif (1979) escreve sobre o País de Gales que ele

participa de um sentimento corrente, que atravessa o mundo inteiro, de hostilidade frente às grandes unidades e seu corolário: administração impessoal, fugaz ou tentacular; em suma, hostilidade frente às pressões banalizadoras e desumanizadoras da sociedade industrial moderna, à degradação e à manipulação das pessoas pelo lucro comercial, à ruína de sua dignidade por estruturas impessoais.

O autor coloca o problema da comunidade (ao mesmo tempo *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*¹⁹) como lugar necessário de estruturação, intermediário entre as relações de produção e o indivíduo. Temos os trabalhos de nosso grupo sobre as microestruturas (falante coletivo, individuação, estruturas de sociabilidade, comunidade de trabalho); daí nossa plena adesão às observações de Khleif.

Não podemos deixar de constatar um vínculo entre glotopolítica e conflito político, pois é difícil, realmente, não vincular autogestão linguística e autogestão econômica. Os intelectuais desempenham seu papel, em particular no processo de identificação histórica, mas como não registrar que a inovação glotopolítica verdadeiramente assumida, a única que não aliena ninguém, é aquela da qual se apoderam as massas? Devemos sublinhar a relativa comodidade glotopolítica das comunidades menos desestruturadas: quando o tecido comunitário permaneceu mais coeso, por razões históricas ou geográficas, as comunidades regionais puderam mais facilmente se beneficiar da corrente (finalmente reconhecida na França) de revalorização das estruturas intermediárias. As comunidades muito desestruturadas pelo

¹⁹ Na sociologia, é comum o emprego da dicotomia entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade), palavras do alemão. Segundo essa dicotomia, os vínculos sociais podem ser classificados, por um lado, como pertencentes às relações pessoais e aos papéis, valores e crenças que se originam de tais relações (*Gemeinschaft*: comunidade) e, por outro lado, como pertencentes às interações indiretas e aos papéis impessoais, valores formais e crenças baseadas nessas interações (*Gesellschaft*: sociedade). [N.T.]

colonialismo, pela urbanização desordenada, pelo turismo, pela industrialização selvagem etc. têm mais dificuldade; elas precisam *supervalorizar* a língua, ela mesma porém ameaçada, mais ou menos em frangalhos, como último testemunho da identidade histórica a partir da qual pode se construir a identificação moderna.

É evidente que, numa política autogestionária, a dimensão geográfica não é a única em causa. A vida social é composta de um número considerável de estruturas que se imbricam, se entrecruzam ou se interpenetram. A personalidade social é uma encruzilhada. O termo alienação é, finalmente, inevitável e, quanto a isso, conforme a investigação final de Marx, para além de todo economismo: a realização do indivíduo integral. É uma causalidade múltipla que está na origem do processo permanente de formação da individualidade. Ao mesmo tempo em que é cidadão de determinado país, membro de uma dada classe social, de tal região ou de tal etnia, o indivíduo se forma em diferentes estruturas de sociabilidade às quais escolhe aderir mais ou menos: prática religiosa, filiação política e/ou sindical, coletividade de trabalho, clubes, sociedades diversas. Todas essas estruturas devem, em sua medida, ser levadas em conta no organograma; elas são formadoras do indivíduo, ao mesmo tempo em que são os indivíduos que as formam; de igual modo, elas induzem práticas de linguagem, estruturando a linguagem individual, impondo o discurso de suas formações discursivas e, ao mesmo tempo, por ação de retorno, essas práticas de linguagem contribuem, numa parte essencial, para constituir as estruturas em questão.

Se, por um lado, a autogestão econômica pode legitimamente privilegiar certas instâncias, a autogestão linguística, por seu turno, exige que os diversos espaços de uma vida inextricavelmente social e linguageira sejam levados em conta. Podemos dar alguns exemplos. O primeiro e bastante geral é o do trabalho. A revista *Société française* (nºs 7, 8 e 9) publicou as atas de um colóquio sobre o trabalho (PARIS, 1983). Um dos seminários se interessou pela *ampliação da comunidade científica* e a pergunta de base era: “Em que condições é possível um conhecimento do trabalho?” (SCHWARTZ, 1983). Quais são as condições de participação dos trabalhadores na comunidade científica que produzem conhecimento sobre o trabalho? Questão fundamental, se de fato o trabalhador tiver conhecimentos específicos, não comunicáveis no estado atual das relações entre ergonomia e mundo do trabalho. Veremos que a elaboração da pergunta, tanto quanto as respostas, não é óbvia. Contudo, sabe-se que o próprio patronato, por razões que não têm a ver essencialmente com o florescimento da personalidade operária, é levado a se fazer essas perguntas: como medir a margem considerável entre trabalho prescrito e trabalho real? Como informar um sistema *expert*,

um robô? Como garantir a modernização, mesmo sob o ângulo um tanto cínico do roubo dos conhecimentos do *expert* bruto para aumentar os lucros?

Pelo ângulo de uma ergonomia mais desinteressada, a questão permanece colocada e assume um sentido mais humano: que coletivo de trabalhadores pode formar, com que coletivo de pesquisadores profissionais, uma nova entidade que possa realizar “essa comunidade científica ampliada”? Essas questões evidentemente dizem respeito ao sociolinguista; sabemos a rapidez com que o bom senso faz da não comunicação uma questão de linguagem. Verdadeira ou falsa, essa resposta demasiado rápida indica um problema e a necessidade da atenção do linguista.

Essa reflexão sobre a comunicação, a tomada de palavra, a interação entre o *expert* científico e o *expert* bruto só pode ser garantida hoje por forças militantes dos mundos em contato. A autogestão linguística provocaria a generalização desse diálogo, necessário para a verbalização das experiências concretas dos coletivos, para o enriquecimento e o reajuste recíprocos da ciência e do vivido, para a otimização dos funcionamentos sociais. Outro exemplo, mais restrito. A revista *Prévenir* acaba de dedicar um número às relações entre linguagem e medicina (out. 1985). A instituição de planos de saúde tem permitido verificar a que ponto a sociedade precisa progredir na apreensão das práticas reais de linguagem. Há níveis de comunicação que escapam à informação, entretanto, há outros que são perturbados pelas normas simbólicas dos discursos considerados legítimos. Refletindo sobre o estudo de I. Oddone et al (1981) acerca do ruído como risco profissional desigualmente sentido conforme o valor simbólico do posto de trabalho, Schwartz (1985) observa que

neste caso, pôr entre parênteses a experiência dos trabalhadores como fonte potencial de inteligibilidade das características específicas da situação de trabalho é abrir mão dos meios de apreciar o valor e os limites dos conceitos que se vai utilizar.

É necessário, portanto, que os próprios protagonistas “ensinem de certa maneira o conteúdo dessa experiência”. O mesmo artigo conclui pela necessidade de uma *clínica das situações de trabalho* que “busque definir com as pessoas implicadas as unidades pertinentes coletivos/ambientes que o clínico sozinho não poderia ter previsto”. Do conjunto do número de *Prévenir* se depreende a necessidade de melhor compreender as instâncias de práticas de linguagem, no caso o lugar da *reflexão médica sobre o trabalho* (ergonomia e medicina do trabalho), o lugar da *reivindicação operária* (em matéria de segurança e de riscos para a saúde) e para melhorar sua eficácia, em que a dinâmica de um *coletivo de trabalho* confronte os atores do debate. Trata-se, podemos dizer com Faïta (1985), da constituição de um novo *falante*

coletivo legitimado. Schwartz objeta que “essa zona de convergência parece menos uma *linguagem comum* do que o lugar de um trabalho em comum das formas específicas de cultura e de inclusão de uns e de outros”. Sem dúvida, mas isso não deve levar à desconsideração da *opacidade da linguagem*, de que se apercebe o conjunto do número da revista. Logo, o efeito do sistema é amplamente um efeito de linguagem; os sistemas (o do discurso médico, o do discurso sindical) oferecem grades de critérios, dificilmente revisáveis: renunciar a um termo é se arriscar a uma revisão dilacerante, porque será preciso muita confiança, negociação e inventividade para que se opere a nova regulação conceitual. Em seguida, será preciso ainda encontrar os significantes para dizer o novo e garantir sua ressonância para além do coletivo.

Necessária às regulações linguísticas do mundo moderno, a autogestão nos parece igualmente a única glotopolítica que permite lutar contra o raciocínio metafísico. Mesmo profundamente democrática, uma glotopolítica que fique só nas mãos dos especialistas tende a simplificar os dados ao *separar* as unidades contraditórias; acredita-se então ser possível raciocinar sobre “o” francês, supõe-se que as línguas se excluem “naturalmente” uma à outra, que as comunidades tendem “espontaneamente” ao monolingüismo. Nada disso é falso: é simplesmente unilateral, portanto inadequado para se levar em conta o aspecto dinâmico das contradições linguísticas. Somente a atenção às práticas de linguagem, tornada incontornável por uma prática de autogestão, poderá respeitar em profundidade essa dinâmica real da linguagem, pois só ela criará as condições do diálogo permanente entre os diversos coletivos sociais e, a partir daí, as melhores condições de regulação da linguagem. É um caminho difícil, mas definitivamente necessário.

O presente número

Tentamos circunscrever os problemas, encomendando artigos que incidissem sobre algumas situações consideradas típicas. Ao mesmo tempo, desejamos que fossem contemplados os problemas de teoria e de método. Baggioni nos indica que existem glotopolíticas *avant la lettre*. Em seguida, Muljačić levanta a questão do reconhecimento das línguas a partir do sistema de H. Kloss que, amplamente utilizado em outros lugares, é ignorado na França, o que evidentemente não é um fato anódino.

No mesmo espírito, Thiers mostra qual aplicação o sistema de Kloss e de Muljačić pode receber no quadro do curso. A esse processo de individuação sociolinguística, que faz sofrer tanto alguns linguistas, opomos, com o trabalho de Elimam sobre o árabe, o *não reconhecimento como outro* daquilo que é linguisticamente diferente e a teorização que deve ser feita

disso. Bochmann apresenta a glotopolítica dos países socialistas da Europa tanto no plano da *intralinguística* (como gerir cada língua) quanto no da *interlinguística* (como gerir o plurilinguismo). Maurais analisa a experiência do Quebec, tão instrutiva já que se trata de uma situação em que uma língua internacional, dominante em outros lugares, está em posição de inferioridade num conjunto federal e volta a ser dominante pela vontade política de um dos Estados federados. Quisemos abordar também, por meio do artigo de Aubague, a *resistência cultural* das comunidades ameríndias do México. Esse fenômeno pode ser considerado como um fator frequente, e subestimado, capaz de explicar muitas evoluções inesperadas. Enfim, P. van de Craen, a partir das situações belga e occitana, nos propõe um conjunto teórico e metodológico destinado a sustentar uma glotopolítica científica. Outras situações deviam ser mencionadas: a hesitação de alguns especialistas que foram solicitados indica talvez que entramos num domínio em que a intervenção não se dá sem risco.

Conclusão

Ao cabo desta exposição, deve ter ficado claro que a *utilidade social* é nosso critério de base. Essa escolha não recusa nenhuma outra. É legítimo que uma linguística especulativa, linguística dos postulados e/ou dos modelos *a priori*, conserve seus especialistas, mesmo que cinquenta anos de tal prática tenha acarretado por um desenvolvimento não buscado, mas previsível, uma crise epistemológica e a afirmação da sociolinguística. É igualmente inevitável que um normativismo ingênuo e acientífico prossiga sua carreira, ameaçada não por nós, mas por forças que o ultrapassam. Uma única eventualidade nos chocaria: que as forças linguísticas despreocupadas com a realidade contemporânea se opusessem, pelos diversos canais e sistemas de poder de que elas dispõem, à conjunção entre as necessidades sociolinguísticas consideráveis das sociedades modernas e as disciplinas novas que podem ajudar a colocar os problemas e a caminhar no rumo das soluções.

Bibliografia

- AVILA, R. La langue espagnole et son enseignement: oppresseurs et opprimés. In: MAURIS, J. (org.). *La crise des langues: textes colligés et présentés*. Montréal: Conseil de la langue française; Paris: Le Robert, 1985, p. 331-364.
- BACHMANN, C. "Illes a dits devant lui il n'avait pas peur...": analyse de conversation. *Pratiques*, Lorraine, n. 17, p. 77-99, out. 1977.
- BALIBAR, R. *L'institution du français: essai sur le colinguisme des Carolingiens à la République*. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

- BASTARDAS-BOARDA, A. La 'crise de la langue standard' dans la zone catalane. In: MAURIS, J. (org.). *La crise des langues: textes colligés et présentés*. Montréal: Conseil de la langue française; Paris: Le Robert, 1985, p. 365-370.
- BEDARD, E.; MAURIS, J. *La norme linguistique*. Québec: Conseil de la langue française; Paris: Le Robert, 1983.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*, v. II. Paris: Gallimard, 1974.
- BOCHMANN, K. Pour une étude comparée de la glottopolitique des fascismes. In: WINTHER, A. (ed.). *Problèmes de glottopolitique: symposium international*, Mont-Saint-Aignan, 20-23 septembre 1984. Mont-Saint-Aignan: Publications de l'Université de Rouen, 1985, p. 119-130.
- CALVET, L. J. *Les langues véhiculaires*. Paris: Presses universitaires de France, 1981.
- CHERVEL, A. *Et il fallut apprendre à écrire à tous les petits Français: histoire de la grammaire scolaire*. Paris: Payot, 1977.
- CREISSELS, D. *Multilinguisme et politique linguistique en Yougoslavie et en particulier dans la région autonome de Voïvodine: l'état et la planification linguistique*. Québec: Office de la langue française, 1981.
- DION, L. L'état: la planification linguistique et le développement national. In: MARTIN, A. *L'État et la planification linguistique: tome 1: principes généraux*. Québec: Office de la Langue Française, 1981, p. 13-36.
- FAÏTA, D. Langage, idéologie, expériences. *Prévenir*, 1985.
- FRANÇOIS, F. Ebauche d'une dialogique: langage et situations. *Connexions*, n. 38, p. 63-87, 1982.
- GAMBIER, Y. Le "District bilingüe", pierre angulaire du bilinguisme officiel en Finlande. In: WINTHER, A. (ed.). *Problèmes de glottopolitique: symposium international* Mont-Saint-Aignan (20-23 septembre 1984). Mont-Saint-Aignan: Université de Rouen, 1985, p. 201-208.
- GARDIN, B. Discours patronal et discours syndical. *Langages*, Malakoff, n. 41, p. 13-46, 1976.
- _____, BAGGIONI, D.; GUESPIN, L. *Pratiques linguistiques, pratiques sociales*. Paris: Presses universitaires de France, 1980.
- _____, MARCELLESI, J. B. (ed.). *Sociolinguistique: approches, théories, pratiques*. Organização geral GRECO Rouen. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
- GLUCK, H.; SAUER, W. La crise de l'allemand. In: MAURIS, J. (org.). *La crise des langues: textes colligés et présentés*. Montréal: Conseil de la langue française; Paris: Le Robert, 1985, p. 219-280.
- GODELIER, M. À l'aube de la valorisation. *Courrier du CNRS*, Paris, n. 63, jul./out. 1985.
- GUESPIN, L. Langage et travail, de l'anthropologie à la théorie de la personnalité. *La Pensée*, Paris, n. 209, p. 114-129, jan. 1980.
- _____. Interaction verbale et catégorisation dans l'entretien: sur une enquête sociologique à Louviers. *Langages*, Malakoff, n. 74, p. 47-91, jun. 1984a.

- _____. Structures sociales et discours: le problème de la causalité. In: COLLOQUE SOZIOLOGISTISCHE VARIATION, 1984, Leipzig. *Actes du Colloque*. Leipzig: [s.n.], 1984b.
- _____. Les structures de sociabilité, un niveau d'analyse pour l'approche du langage. *La Pensée: revue du rationalisme moderne*, Paris, n. 244, p. 120-130, 1985a.
- _____. Matériaux pour une glottopolitique. In: WINTHER, A. (ed.). *Problèmes de glottopolitique: symposium international*, Mont-Saint-Aignan, 20-23 septembre 1984. Mont-Saint-Aignan: Publications de l'Université de Rouen, 1985b, p. 13-33.
- _____. Vers une autogestion du langage. *Prévenir*, 1985c.
- GUEUNIER, N.; GENOUVRIER, E.; KHOMSI, A. *Les français devant la norme: contribution à une étude de la norme du français parlé*. Paris: H. Champion, 1978.
- _____. La crise du français en France. In: MAURIS, J. (org.). *La crise des langues: textes colligés et présentés*. Montréal: Conseil de la langue française. Paris: Le Robert, 1985, p. 3-38.
- GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- KAMINKER, J. P.; BAGGIONI, D. La norme, gendarme et boue émissaire. *La Pensée: revue du rationalisme moderne*, Paris, n. 209, p. 50-63, jan. 1980.
- KHLEIF, B. B. Language as an ethnic boundary in Welsh-English relations. *International Journal of the Sociology of Language*, Bad Feilnbach, n. 20, p. 59-74, 1979.
- KREMELITZ, G. Démarches et particularités de la sociolinguistique catalane. In: GARDIN, B.; MARCELLESI, J. B. (eds.). *Sociolinguistique: approches, théories, pratiques: organização geral GRECO Rouen*. Paris: Presses universitaires de France, 1980, p. 21-34.
- _____. Du bilinguisme au conflit linguistique: cheminement de termes et de concepts. *Langages*, Malakoff, n. 61, p. 63-74, mar. 1981.
- LAKS, B. L'unité linguistique dans le parler d'une famille. In: GARDIN, B.; MARCELLESI, J. B. (eds.). *Sociolinguistique: approches, théories, pratiques. Organização geral GRECO Rouen*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980, p. 239-254.
- LAMY, P. Language and ethnolinguistic identity: the bilingualism question. *International Journal of the Sociology of Language*, Bad Feilnbach, n. 20, p. 23-36, 1979.
- LANDRECIES, J. L'enseignement du picard. In: GIORDAN, H. (dir.). *Par les langues de France*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1984.
- LANGAGES. Malakoff, Larousse, n. 36, dez. 1974.
- LAPONCE, J. A. La distribution géographique des groupes linguistiques et les solutions personnelles et territoriales aux problèmes de l'état bilingüe. In: MARTIN, A. *L'état de la planification linguistique: principes généraux*. Québec: Office de la langue française du Québec, 1981, p. 83-106.

LEFEVRE, J. A. Nationalisme linguistique et identification linguistique: le cas de Belgique. *International Journal of the Sociology of Language*, Bad Feilnbach, n. 20, p. 37-58, 1979.

LEHMANN, D. Recueillir la parole circulante: médias, environnements. *Cahiers du français des années 80*, Paris, n. 1, 1985.

MARCELLESI, J. B.; GARDIN, B. *Introduction à la sociolinguistique: la linguistique sociale*. Paris: Larousse, 1974.

_____. Analyse de discours à entrée lexicale: application à un corpus de 1924-1925. *Langages*, Malakoff, n. 41, p. 79-124, 1976a.

_____. Norme et hégémonie linguistique. *Cahiers de linguistique sociale: la norme: glottopol archives*, Rouen, n. 1, p. 88-94, 1976b.

_____. Quelques problèmes de l'hégémonie culturelle en France: langue nationale et langues régionales. *International Journal of the Sociology of Language*, Bad Feilnbach, n. 21, p. 63-80, 1979.

_____. Discours d'ouverture. In: GARDIN, B.; MARCELLESI, J. B. (ed.). *Sociolinguistique: approches, théories, pratiques: organização geral GRECO* Rouen. Paris: Presses universitaires de France, 1980, p. 11-18.

_____. Bilinguisme, diglossie, hégémonie: problèmes et tâches. *Langages*, Malakoff, n. 61, p. 5-11, 1981.

_____. La définition des langues en domaine roman: les enseignements à tirer de la situation corse. In: XVII^e CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES, AIX-EN-PROVENCE, 29 AOÛT-3 SEPTEMBRE 1983, 1984, Aix-en-Provence. *Actes...* Aix-en-Provence: Université de Provence, 1984a, p. 307-314.

_____. Actualité du processus de naissance de langues en domaine roman. In: COLLOQUE SOZIOLOGISCHE VARIATION, 1984, Leipzig. *Actes...* Leipzig: [s.n.], 1984b.

_____. *Pour une politique démocratique de la langue*. Bastia: Terre Corse, 1985.

MARTIN, A. *L'état de la planification linguistique: principes généraux*. Québec: Office de la langue française du Québec, 1981a.

_____. *L'état de la planification linguistique: études de cas particuliers*. Québec: Office de la langue française du Québec, 1981b.

MARTINET, A. *Le français sans fard*. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

MAURIS, J. *La crise des langues: textes colligés et présentés*. Montréal: Conseil de la langue française. Paris: Le Robert, 1985a.

_____. Introduction. In: _____. *La crise des langues: textes colligés et présentés*. Montréal: Conseil de la langue française. Paris: Le Robert, 1985b.

- MEISEL, J. L'identification du problème linguistique: données sociolinguistiques et commissions d'enquête. In: MARTIN, A. *L'état de la planification linguistique: principes généraux*. Québec: Office de la langue française du Québec, 1981, p. 57-82.
- MÉRIDA, G. J.; PRUDENT, F. L. ...An langaj kréyòl dimi-panaché...: interlecte et dynamique conversationnelle. *Langages*, Malakoff, n. 74, p. 31-45, 1984.
- MERLE, R. *Culture occitane: per avançar*. Paris: Sociales, 1977.
- ODDONE, I. et al. *Redécouvrir l'expérience ouvrière*. Paris: Sociales, 1981.
- PERL, M. La politique linguistique des Etats-Unis à l'égard de Porto Rico. In: WINTHER, A. (ed.). *Problèmes de glottopolitique: symposium international*, Mont-Saint-Aignan, 20-23 septembre 1984. Mont-Saint-Aignan: Publications de l'Université de Rouen, 1985, p. 131-138.
- POOL, J. Language planning and identity planning. *International Journal of the sociology of language*, Bad Feilnbach, n. 20, p. 5-21, 1979.
- PRUDENT, L. F. Diglossie et interlecte. *Langages*, Malakoff, n. 61, p. 13-38, 1981.
- PRUJINER, A. Contraintes juridico-politiques inhérentes à l'intervention étatique. In: MARTIN, A. *L'état de la planification linguistique: principes généraux*. Québec: Office de la langue française du Québec, 1981, p. 37-56.
- PUIG-MORENO, G. Notes sur la politique linguistique au Québec, en Occitanie, en Corse, en Catalogne. In: WINTHER, A. (ed.). *Problèmes de glottopolitique: symposium international*, Mont-Saint-Aignan, 20-23 septembre 1984. Mont-Saint-Aignan: Publications de l'Université de Rouen, 1985, p. 81-88.
- RUIZ, R. La crise de l'anglais aux Etats-Unis. In: MAURAI, J. *La crise des langues: textes colligés et présentés*. Montréal: Conseil de la langue française; Paris: Le Robert, 1985, p. 147-188.
- SALAS-MARTINELLI, A. P. Glottopolitique et pratiques langagières: tanger au Maroc et Valence en Espagne, deux expériences de l'évolution du plurilinguisme. In: WINTHER, A. (ed.). *Problèmes de glottopolitique: symposium international*, Mont-Saint-Aignan, 20-23 septembre 1984. Mont-Saint-Aignan: Publications de l'Université de Rouen, 1985, p. 189-200.
- SCHLAPFER, R. (ed.). *La Suisse aux quatre langues*. Geneva: Zoé, 1985a.
- _____. Dialecte et langue standard. In: SCHLAPFER, R. (ed.). *La Suisse aux quatre langues*. Geneva: Zoé, 1985b.
- SCHWARTZ, Y. Vers une nouvelle communauté scientifique. In: LE TRAVAIL: colloque de l'institut de recherches marxistes, Paris, 29-30 avril 1983. *Actes...* Paris: Auguste Blaquy, 1983, p. 34-46.
- _____. Prévenir, soigner: le langage à l'ouvrage. *Prévenir*, Marseille, n. 11, 1985.
- _____.; FAÏTA, D. (orgs.). *L'homme producteur: autour des mutations, du travail et des savoirs: ouvrage collectif*. Paris: Sociales, 1985.

- SPINA, J. M. Adolescent attachment to Canada and commitment to bilingualism. *International Journal of the Sociology of Language*, Bad Feilnbach, n. 20, p. 75-88, 1979.
- TECHTMEIER, B. Influencer les comportements langagiers et/ou intervenir dans l'évolution de la langue. In: WINTHER, A. (ed.). *Problèmes de glottopolitique*: symposium international, Mont-Saint-Aignan, 20-23 septembre 1984. Mont-Saint-Aignan: Publications de l'Université de Rouen, 1985, p. 113-119.
- TORRACINTA, C. Préface. In: SCHLAPFER, R. (ed.). *La Suisse aux quatre langues*. Genebra: Zoé, 1985.
- VALLERDU, F. À propos du bilinguisme de masse en Catalogne. In: WINTHER, A. (ed.). *Problèmes de glottopolitique*: symposium international, Mont-Saint-Aignan, 20-23 septembre 1984. Mont-Saint-Aignan: Publications de l'Université de Rouen, 1985.
- VOLOCHINOV, V. N.; BAKHTINE, M. M. *Le marxisme et la philosophie du langage*: essai d'application de la méthode sociologique en linguistique. Paris: Minuit, 1977.
- VYGOTSKI, L. S. *Pensée et langage*. Messidor: Sociales, 1985.
- WINTHER, A. (ed.). *Problèmes de glottopolitique*: symposium international, Mont-Saint-Aignan, 20-23 septembre 1984. Mont-Saint-Aignan: Publications de l'Université de Rouen, 1985.
- YANG JIAN. Problèmes du chinois contemporain. In: MAURAS, J. *La crise des langues*: textes colligés et présentés. Montréal: Conseil de la langue française. Paris: Le Robert, 1985, p. 409- 440.

Uma leitura da “Defesa da Glotopolítica”

Xoán Carlos Lagares

Universidade Federal Fluminense (UFF)

O termo *glotopolítica* tem uma história irregular na área dos estudos sociolinguísticos, com aparições esporádicas na obra de alguns autores e clamorosas ausências na literatura sobre linguagem e política. Herrero Valeiro (2015, p. 81-90), que reivindica a tradição glotopolítica em seu trabalho sobre o conflito normativo galego, elabora uma pequena história do conceito nos estudos sociolinguísticos. Segundo ele, os primeiros usos do termo remontam aos anos 1950, aos primórdios da sociolinguística, quando Robert Hall Jr., ao fazer uma revisão da linguística estadunidense entre os anos 1925-1950, fala do desenvolvimento de uma perspectiva de pesquisa voltada para a aplicação de resultados da sociolinguística em políticas governamentais sobre as línguas, sobretudo em situações de contato.

Naquele momento, e com esse sentido, o termo concorre com o de “planejamento linguístico” (*language planning*), que alcançará sucesso nas pesquisas da área com o trabalho de Haugen, como reconhece Herrero Valeiro (2015, p. 82). O linguista sueco Bertil Malmberg, num livro em que relaciona os novos caminhos da linguística, publicado em 1959, também faz referência à glotopolítica como uma derivação da linguística aplicada, definida como “o uso de resultados ou instruções linguísticas em contextos políticos, por exemplo de tipo cultural” (MALMBERG, 1975, p. 250 apud HERRERO VALEIRO, 2015, p. 83). Posteriormente, esse autor vai propor o termo *glossopolítica* para se referir às intervenções dos linguistas em processos de planejamento.

O próprio Haugen retoma o termo ao tratar das perguntas que poderiam ser feitas para desenvolver um programa de pesquisa sobre a “ecologia” das línguas, que constitui uma proposta para abordar de forma ampla as questões da linguagem, vista em seu contexto social e histórico-cultural.

A glotopolítica, para ele, teria a função de responder à seguinte pergunta: “Que tipo de apoio institucional [a língua] ganhou tanto no governo, na educação e nas instituições privadas, como na regulação da sua forma ou na sua difusão?” (HAUGEN, 1972, p. 337).

Como diz Herrero Valeiro (2015, p. 83-84), é na sociolinguística europeia, e sobretudo na França, que o uso do termo ganhará expressividade, já com um sentido diferente:

Provavelmente a partir do crioulista martinicano Prudent, que o toma de Hall para o empregar na sua análise da história e a situação sociopolítica dos crioulos antilhanos, primeiro Marcellesi (1980) e mais tarde Guespin (1985) e Guespin e Marcellesi (1986) relançarão o uso de glotopolítica ainda que com um significado já muito modificado (HERRERO VALEIRO, 2015, p. 84).

Com efeito, o texto que podemos considerar realmente fundacional de uma leitura glotopolítica das relações linguísticas é o artigo-manifesto de Guespin e Marcellesi (1986), publicado no número 83 da revista *Langages*, intitulado “Pour la glottopolitique” (“Defesa da glotopolítica”), e que aqui apresentamos traduzido por Marcos Bagno.

Os autores começam seu texto questionando a identificação entre política linguística e as situações de línguas minoritárias, como o quebequense e o catalão, e defendendo a existência desse tipo de intervenções também em relação ao francês na França. Esse questionamento e essa afirmação se fazem necessários para denunciar a invisibilidade de políticas referidas a línguas hegemônicas, que precisamente por causa de sua própria *hegemonia* (GRAMSCI, 2008) parecem ter existido desde sempre, sem que intervenções de agentes concretos tivessem tido qualquer incidência no seu *status* nem na sua forma. Quando reconhecidas, essas intervenções são interpretadas mais como políticas do que como linguísticas, fazendo com que os linguistas, “raramente convocados”, não se sintam realmente implicados nelas.

Guespin e Marcellesi reivindicam o termo *glotopolítica*, em vez de locuções como *política linguística* ou *planejamento linguístico*, para referir toda e qualquer ação sobre a linguagem, nos mais diversos âmbitos e níveis, sem pretender tornar obsoletos os termos *planejamento* ou *política linguística*, mas deixando explícito que toda decisão sobre a linguagem tem “efeitos glotopolíticos”. O esforço de abordar o complexo dinamismo das políticas que de alguma maneira afetam a linguagem, com seus jogos de forças e consequências muitas vezes imprevisíveis, faz parte, na realidade, de diversas iniciativas teóricas e vem ocupando as preocupações dos pesquisadores desde o final do século XX.

Para os autores, uma política democrática da língua exigiria uma informação linguística em duas direções. Os agentes que tomam decisões

sobre as línguas devem saber que os usuários precisam participar das discussões e da sua própria implementação, considerando que os debates sobre língua fazem parte de confrontos em que interagem questões concernentes às relações entre identidades sociais e práticas de linguagem. Os usuários também deveriam ter elementos para elaborar suas representações de linguagem, com o fim de “abalar certezas demasiado cômodas e suscetíveis de bloquear o debate” (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 6), para poderem expressar suas necessidades com maior liberdade. Isto é, essa política de informação deve tirar os linguistas de uma posição de poder baseada num saber sobre a linguagem que desconsidera fatos sociopolíticos fundamentais, mas, por outro lado, os falantes teriam direito também a contar com os conhecimentos construídos pelas ciências da linguagem, para serem capazes de superar afirmações do “pseudo-bom senso” que, com frequência, acabam negando o direito à fala de amplas parcelas da população.

Por outro lado, os autores propõem a necessidade de uma revisão de conceitos e métodos dos linguistas, que devem se engajar na luta contra seus próprios preconceitos para poderem participar na organização do debate glotopolítico. Essa revisão começaria pelo avanço no conhecimento sobre as condições e os processos da mudança linguística. Nesse sentido, eles colocam a ênfase no questionamento do caráter “espontâneo” da mudança. Esse “espontaneísmo” que naturaliza determinados processos linguísticos, como eu dizia anteriormente, parece desconsiderar as “forças estruturais em jogo”, as dinâmicas sociais que agem no mercado das trocas simbólicas (BOURDIEU, 1996). Contrariamente a isso, a glotopolítica deveria se preocupar “em agir, não mais apenas sobre o *status* das línguas, mas também sobre as *práticas de linguagem* e sobre as relações, no indivíduo social, entre pensamento e linguagem” (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 9). Isso implica renunciar a um “ideal abstrato de língua”, sobre o qual se alinhariam práticas de linguagem e práticas sociais. Muito pelo contrário, a pesquisa glotopolítica deveria tentar entender como a partir da imbricação de ambos os fenômenos se desenvolve a “personalidade social”, considerando que toda sociedade é languageira e que toda prática de linguagem é social.

Guespin e Marcellesi (1986, p. 9-13) chamavam a atenção, já naquela época pré-internet, para o fato de que a maior parte da produção social passava por práticas de linguagem, dado o modo como a revolução científica e tecnológica tinha fortalecido o papel das interações verbais, e para a necessidade da sociolinguística lidar com essa nova realidade para poder funcionar realmente como “guia para uma glotopolítica adequada”. Para isso, a sociolinguística deveria prestar mais atenção às interações verbais e

abandonar qualquer noção de “fatalismo linguístico”, baseado na autonomia do sistema em relação às condições sociais de produção da linguagem.

Contrariamente a uma política linguística constituída de atos discretos, como decisões e recomendações ou criação de instâncias de intervenção, tentando agir sobre os sistemas linguísticos, também considerados como entidades discretas, a glotopolítica está “incessantemente em ação e visa práticas de linguagem, que são de natureza contínua” (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 14-15). Nesse sentido, uma correção feita sobre um uso linguístico por parte de um professor em sala de aula, que representa uma tomada de palavra “oficial”, é tão glotopolítica como a repressão de um “erro” em uma situação informal, pois em ambos os casos a correção existe em função de uma norma. É preciso, portanto, levar em consideração o caráter idêntico dos dois casos, assim como suas especificidades, englobando ao mesmo tempo as políticas concertadas (o processo de estabelecimento de uma norma) e suas consequências diretas ou indiretas em todos os âmbitos. Quando essas decisões implicam “a língua mesma”, elas são consideradas ações de *política linguística*, que para Guespin e Marcellesi é apenas um caso particular da *glotopolítica*.

Do meu ponto de vista, a contribuição mais original da abordagem glotopolítica, tal como é proposta pelos dois autores, consiste precisamente na ruptura da divisão conceitual entre o linguístico e o social. Ao verem ambas as dimensões integradas, eles convertem a *glotopolítica* num “ponto de vista” que permite observar as consequências linguísticas de qualquer mudança social. Eles dão como exemplo as leis Auroux, que em 1982 modificaram o direito do trabalho na França no referente, entre outras coisas, à organização das instituições representativas dos trabalhadores nas empresas e à negociação coletiva e regulação de conflitos trabalhistas. Essa mudança social, que não constitui propriamente uma *política linguística*, ao intervir sobre as interações verbais no âmbito das empresas, ao constituir determinados sujeitos como falantes legítimos em novas instâncias de negociação, tem evidentes incidências *glotopolíticas*. “Toda medida que afeta a distribuição social da palavra, mesmo que seu objetivo não seja a linguagem em si, afeta a situação glotopolítica”, concluem os autores (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 15).

Finalmente, esclarecem que o termo *glotopolítica* tanto evoca práticas sociais “das quais ninguém escapa”, como designa as análises, uma disciplina de pesquisa, um ramo “hoje necessário” da sociolinguística.

Quanto às práticas glotopolíticas, distinguem fundamentalmente duas: o *liberalismo* e o *dirigismo*. A primeira delas é uma atitude conservadora que favorece a penetração ou a manutenção da ideologia dominante. O liberalismo seria um recurso utilizado por uma classe politicamente

conservadora. O dirigismo, ao contrário, seria uma atitude glotopolítica “mais espetacular”, pois enquanto a morte das línguas pode ser atribuída a uma fatalidade, uma espécie de lei não escrita da história, “o intervencionismo glotopolítico necessariamente cria *eventos*: decisões são tomadas, relatórios são elaborados, instruções são dadas” (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 17). Em sentido diametralmente oposto ao liberalismo, o dirigismo seria a política linguística própria de uma formação social em ascensão.

Também seria necessário diferenciar dentro das políticas dirigistas, segundo os autores, entre aquelas destinadas à promoção e defesa de uma língua e as que promovem um determinado sistema de dominação linguística. Num quadro de glotopolítica dirigista deveria existir espaço para o debate e a discussão de alternativas, para a participação de diversos grupos sociais e de atores glotopolíticos, num modelo de gestão democrática. Como exemplo – não ideal, mas estritamente *real* – eles oferecem o caso do Quebec e sua intervenção a favor do francês dentro do Canadá, em defesa dos direitos da população francófona num país majoritariamente anglófono. As transformações que o mundo contemporâneo experimentou e o mercado de bens linguísticos que se desenvolve em muitos e diversificados âmbitos, assim como a tomada de consciência das minorias, com a valorização das suas formas de falar, fizeram surgir novos modos de encarar a realidade da linguagem. Novas línguas em situações de plurilinguismo, a ruptura de muitas clivagens estanques entre níveis de uso e as crises da instância normativa exigem, portanto, políticas também novas e análises glotopolíticas originais, esteadas na sociolinguística.

Em relação à análise da prática glotopolítica, Guespin e Marcellesi consideram necessário acumular dados sobre os *agentes* e sobre as *instâncias* implicadas. Como elemento central de um programa de pesquisa glotopolítica haveria de colocar, então, o estudo do modo como se constitui um sistema de intervenção sobre a linguagem (sobre a língua, os falares e os discursos), através de qual hierarquia de instâncias, com quais modos de difusão. Em mercados linguísticos em que opera certa autorregulação seria preciso identificar os instrumentos ideológicos de que se serve o liberalismo para tornar legítima a dinâmica da dominação linguística e cultural.

Finalmente, como modelo de ação glotopolítica, os autores defendem a *autogestão linguística*, regida pelo diálogo permanente entre diversos coletivos sociais, entre o que eles chamam de *expert científico* (identificado com o linguista) e *expert bruto* (o ativista), com o objetivo de procurar práticas mais democráticas e melhores condições para a intervenção. A glotopolítica, em suma, seria regida pelo critério de base da utilidade social.

Quais seriam, em resumo, as linhas principais que definem uma abordagem glotopolítica? Do meu ponto de vista, elas se podem resumir em três pontos:

A identificação entre política e democracia

Como acabamos de ver, a palavra “debate” está presente desde o início nas considerações de Guespin e Marcellesi (1986) em relação à perspectiva *glotopolítica*, quando os autores se interrogam sobre a participação dos linguistas em tudo o que tem a ver com a dimensão política das línguas. Também a insistência na “democracia” como imperativo de ação social sobre a linguagem é uma constante no seu texto.

Essa perspectiva nos permite entender a estreita ligação entre *linguagem* e *política*, justificando um tipo de pesquisa que olha para as relações linguísticas na nossa sociedade, em todos os âmbitos de uso, como sendo da ordem do político. Frente a uma visão *policial* da política linguística, entendida como planejamento de cima para baixo, uma perspectiva glotopolítica como esta propõe um programa de pesquisa que procura identificar formas de luta contra a dominação linguística, partindo de um claro engajamento democrático junto com quem nada tem, nem sequer Língua¹.

Esse engajamento significa, para os linguistas, assumir que vivemos em “sistemas de poder”, e colocar-se, sem ambiguidades, do lado dos falantes, como dizia Gilvan Müller de Oliveira ao tratar da “virada político-linguística”, num livro sobre a relevância social da linguística como área de conhecimento:

A política linguística é a tentativa de estruturar os estudos linguísticos desde a perspectiva das lutas políticas dos falantes, das comunidades linguísticas em suas lutas históricas: as lutas tanto dos indígenas como dos imigrantes para a manutenção das suas línguas, a luta dos excluídos da cidadania pela desqualificação dos seus falares, a luta dos falantes para desenvolver novos usos para suas línguas. Ao linguista cabe identificar essas comunidades linguísticas, cada uma delas com suas histórias e estratégias políticas, e se aliar a elas, construir com elas, em parceria, as novas teorias que darão o tom no século XXI (OLIVEIRA, 2007, p. 91).

Nesse intuito também se torna necessário desconfiar do discurso especialista para a construção de propostas de intervenção no campo da linguagem, questionando a suposta neutralidade do cientista e assumindo que

¹ A “Língua” com maiúscula designa aqui esse objeto político construído com os instrumentos do “planejamento”, com gramática, dicionário e ortografia, e com funções sociais delimitadas pela ordem política do Estado.

“trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 125).

Uma perspectiva glotopolítica de análise, portanto, exige tomar partido de acordo com um ideal democrático nas lutas políticas da linguagem, assumindo as implicações éticas que a própria pesquisa tem enquanto prática social. Desse ponto de vista, a distinção radical entre ação e reflexão se vê atenuada, pois toda reflexão vertida no campo social é uma forma de ação; ao mesmo tempo, toda ação constrói, enquanto vai se fazendo, seu próprio modelo de reflexão. Estudar as formas como se constituem o *poder* e a *autoridade* linguísticos (DEL VALLE, 2007) também faz parte, portanto, desse programa de pesquisa.

O questionamento da língua como entidade discreta

A língua passa a ser abordada como construto social e discursivo, objeto de polêmicas e cujo controle faz parte de diversas lutas de poder. Essa percepção está presente nos estudos críticos da linguística desde os anos 1980, quando as intervenções sobre as situações multilíngues da África e da Ásia tornaram evidentes as implicações da construção de línguas discretas a partir das práticas heteroglóssicas da população. Como explicam Makoni e Meinhof (2006, p. 195-198), a introdução de práticas de letramento na África provocou a emergência de línguas e teve profundos impactos no modo como os falantes olhavam para os seus próprios usos, a ponto de fazer surgir identidades compartilhadas com base em línguas, como consequência da colonização e da introdução do cristianismo.

Em relação aos idiomas europeus, a visão das línguas como objetos construídos socialmente está na base de trabalhos de *história glotopolítica*, como a *Historia política del español*, organizada por José del Valle (2015), que tem como subtítulo na sua edição em espanhol: “La creación de una lengua” (“A criação de uma língua”).² Del Valle, para a elaboração da história política da língua, põe o foco, com base nos trabalhos do historiador britânico Peter Burke, na questão do poder, que transforma esse objeto social numa “força ativa na sociedade”, empregada para controlar outras pessoas ou para resistir ao controle, para mudar alguma situação social ou para impedir que ela seja de fato transformada.

A *História sociopolítica da língua portuguesa*, de Carlos Alberto Faraco (2016), também explora a construção do português como objeto político, desde sua “ideação” como língua a partir das falas galegas medievais, até sua

² Para a primeira edição, em inglês, cf. Del Valle (2013).

instrumentalização a serviço de ideologemas imperiais em volta da noção de lusofonia. Para isso é fundamental entender as relações estabelecidas ao longo dos tempos, e em diversos espaços geográficos, entre as práticas sociolinguísticas e os imaginários sobre a língua.

Nesse sentido, a história desse objeto político em disputa, que é a língua, deveria tentar responder à pergunta sobre as relações que sua representação estabelece com o universo cultural, econômico e social, e ao modo como é concebido em seu vínculo com a comunidade política. Também seria preciso perguntar sobre os agentes que intervêm sobre a forma linguística e suas relações com o poder político, ou o modo como é construído e difundido o saber metalinguístico (DEL VALLE, 2015, p. 16-17).

A quebra das fronteiras conceptuais entre o linguístico e o social

A constituição de um olhar que integre essas duas dimensões do ponto de vista de uma sociolinguística que, mais do que interdisciplinar, poderíamos chamar, pegando carona no achado verbal de Moita Lopes, de *indisciplinar*.³

Para isso, é importante considerar a existência de um eixo vertical, como propunham Guespin e Marcellesi, focado especificamente nas intervenções sobre a linguagem, tanto sobre a “língua” entendida enquanto sistema linguístico discreto, construído, de fato, pelas instâncias políticas que a planejam, como sobre as diversas formas de “gestão” das falas e dos discursos. Tudo isso sem deixar de considerar as relações entre os vários níveis desse eixo, isto é, a forma como se exerce a autoridade normativa na seleção das formas linguísticas “legítimas” e os conflitos de poder em torno dela. Essas relações entre forças em conflito pelo controle da língua, em circunstâncias sócio-históricas concretas, constituem o que denomino *dinâmicas normativas*.

Esse foco no eixo vertical da linguagem não poderia desconsiderar, do meu ponto de vista, os pontos de interseção com o que Guespin e Marcellesi chamam de “terreno horizontal mais vasto” e que compreende o conjunto das relações sociais. A análise da “indicialidade” (DEL VALLE, 2014), a capacidade da linguagem de indicar identidades sociais e construir relações entre os interlocutores, pode ser o instrumento adequado para mostrar esses pontos de interseção.

Assim, por exemplo, observamos como no Brasil determinados usos para a expressão do gênero feminino em profissões estão marcados ideologicamente e permitem situar no espectro político (e em alguns casos

³ No livro por ele organizado, *Por uma linguística aplicada indisciplinar*, Luiz Paulo da Moita Lopes (2006, p. 13-44) defende uma Linguística Aplicada que dialogue com as mudanças epistemológicas da pós-modernidade e que pule fronteiras disciplinares, prestando atenção às suas possibilidades políticas.

até mesmo partidário) as pessoas que os utilizam. Durante o governo de Dilma Rousseff, o uso nos meios de comunicação ou em discursos públicos da forma *presidenta*, utilizado pela mandatária e pelo seu governo em todas as comunicações oficiais, ou o seu apagamento e até mesmo proscrição, passou a funcionar de uma forma bastante aproximada como linha divisória entre posições políticas de esquerda e de direita. Após o golpe parlamentar de 2016, o uso da mesóclise pronominal, utilizada publicamente no discurso oral por Michel Temer, o indivíduo que ocupou a presidência, deixou de ser apenas uma antigualha normativa para simbolizar a nova ordem antidemocrática.

Qualquer mudança política ou social, enfim, pode ser analisada pelo linguista a partir dos seus efeitos glotopolíticos, isto é, pelo modo como modifica as relações linguísticas em todos os níveis, do ponto de vista do sistema da língua ou das práticas enunciativas concretas. Os exemplos são inumeráveis. É evidente o efeito glotopolítico da constituição dos Estados nacionais, que construiu mercados linguísticos mais amplos e teve uma influência determinante sobre a construção de línguas e sobre as relações entre as comunidades linguísticas que se reconheciam como tais. Processos históricos de ampliação desse mercado, com a colonização e o imperialismo, ou construções políticas por cima do nível do Estado nacional, como entidades regionais do tipo da Comunidade Europeia ou do Mercosul, também provocam efeitos glotopolíticos que podem ser estudados.

Dante Lucchesi (2015), em seu livro *Língua e sociedade partidas*, propõe uma análise da evolução sociolinguística da sociedade brasileira, considerando processos sociais complexos, como a urbanização, a industrialização, as mudanças nas relações de classe ou a escolarização obrigatória, análise que, do meu ponto de vista, se centra precisamente nos efeitos glotopolíticos dessas mudanças sociais.⁴ Questões como a brutal desigualdade na distribuição de renda ou políticas tendentes a incorporar as camadas sociais mais pobres ao mercado de consumo de bens e serviços têm também consequências linguísticas que podem ser analisadas por esse viés glotopolítico.

Nos últimos anos o termo glotopolítica ganhou novos ares e um forte impulso ao ser utilizado por pesquisadores do âmbito dos estudos hispânicos para designar uma abordagem política sobre a linguagem. Num livro sobre integração regional da América do Sul e Pan-hispanismo, intitulado *Temas*

⁴ Numa entrevista com Dante Lucchesi, que realizei para a revista *Cadernos de Letras da UFF*, ele fala do seu engajamento com uma sociolinguística baseada no conflito e não no consenso, para, superando a simples análise de correlações entre variáveis linguísticas e sociais, tentar entender como processos sociais mais amplos mudam padrões coletivos de comportamento linguístico (LUCCHESI, 2016, p. 20-21).

de *Glotopolítica*, as organizadoras, Elvira Narvaja de Arnoux e Susana Nothstein, definem a glotopolítica como uma disciplina que estuda as intervenções sobre a linguagem no espaço público, estabelecendo relações com posições sociais mais amplas. As intervenções contempladas por elas, e estudadas no livro, dizem respeito à regulamentação de línguas oficiais num organismo multinacional, criação de um museu da língua, elaboração e circulação tanto de instrumentos linguísticos (gramáticas, retóricas, ortografias, dicionários...) como de dispositivos normativos destinados aos meios de comunicação, antologias ou recopilações de textos considerados significativos para a circulação em determinados âmbitos, artigos jornalísticos ou ensaios que tematizam as línguas, pesquisas sociolinguísticas ou programas de ensino de línguas (ARNOUX; NOTHSTEIN, 2014, p. 9-10).

O estudo se baseia fundamentalmente na análise desses enunciados como discursos, prestando atenção a suas condições de enunciação no campo social. É precisamente mediante a análise discursiva que se evidencia a dimensão política dessas instâncias sociais que incidem sobre a linguagem.

Nesse mesmo sentido, José del Valle, ao fazer um estudo sobre as ideologias do espanhol, utiliza o termo *glotopolítica* para se referir a “um espaço disciplinar definido por uma concepção fundamentalmente *contextual* da linguagem” (DEL VALLE, 2007, p. 14) que se centra nas dimensões políticas do fenômeno.

Situar a linguagem num âmbito de ação coletiva como é o da política tem inevitavelmente consequências para seu estudo. Por exemplo, o *poder*, a *autoridade* e a *legitimidade* passam a ser, imediatamente, categorias centrais para a análise de seu funcionamento, e a linguagem mesma, como ação política, exige ser definida como *fenômeno ideológico-discursivo*, isto é, como entidade dinâmica em constante relação dialógica com o contexto (DEL VALLE, 2007, p. 14).

A reivindicação de uma visão mais ampla do político na linguagem é reconhecida por Del Valle (2014) em estudos de diversos autores. Elvira Narvaja de Arnoux (2000) menciona um tipo de pesquisa histórica (como o empreendido por ela sobre o caso chileno, ARNOUX, 2008) que mostraria a relevância da linguagem na vida política dos países, não apenas na ação sobre a língua, mas na “pertinência da práxis linguística e metalinguística no terreno da política” (DEL VALLE, 2014, p. 91). Também o livro de John Joseph, *Language and Politics* (2006), revelaria a participação da linguagem em toda situação em que exista uma distribuição desigual do poder.

Del Valle, refletindo sobre o político na linguagem, indica duas propriedades centrais para uma análise glotopolítica. Uma delas é a *indicialidade*, que tem a ver com a capacidade de “assinalar elementos do contexto da

enunciação, indicar identidades sociais e construir relações entre os interlocutores” (DEL VALLE, 2014, p. 93). Essa capacidade performativa da linguagem a caracteriza como uma prática social, que inexistente para além das situações concretas em que se manifesta e que, por delimitar relações e evidenciar desigualdades, tem uma clara dimensão política. Outra propriedade que o autor considera fundamental é a *normatividade*, dado que toda enunciação existe num contexto de normas sociais, que orientam a prática linguística e conectam “inexoravelmente linguagem e metalinguagem” (DEL VALLE, 2014, p. 93; 2017).

Prova do vigor que a pesquisa glotopolítica ganhou no âmbito dos estudos hispânicos é o desenvolvimento acadêmico-institucional que dá visibilidade a seus resultados. Desde 2015 são realizados anualmente congressos latino-americanos de glotopolítica, e em 2017 foi lançado o primeiro *Anuário de Glotopolítica*, como uma iniciativa de pesquisadores de instituições estadunidenses, como o Queens College e a City University of New York, e argentinas, como a Universidad Nacional de Tres de Febrero e a Universidad de Buenos Aires.⁵

Bibliografia

ARNOUX, E. N. La glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario. In: RUBIONE, A. (coord.). *Lenguajes: teorías y prácticas*. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires: Instituto Superior del Profesorado, 2000, p. 15-42.

_____. *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862)*: estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2008.

_____.; NOTHSTEIN, S. Introducción: glotopolítica, integración regional sudamericana y panhispanismo. In: _____.; NOTHSTEIN, S. (eds.). *Temas de glotopolítica: integración regional sudamericana y panhispanismo*. Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 9-30.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP, 1996.

DEL VALLE, J. La lengua: patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico. In: _____. (ed.). *La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2007.

_____. (ed.). *A political history of spanish: the making of a language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. Lo político del lenguaje y los límites de la política lingüística panhispánica. *Boletín de Filología*, Santiago, n. 2, t. 49, p. 87-112, 2014.

⁵ O *Anuário de Glotopolítica* está disponível on-line: <https://glotopolitica.com/2017/09/23/anuario/>. Acesso em: 14 fev. 2018.

- _____. Lenguaje, política e historia: ensayo introductorio. In: _____. (ed.). *Historia política del español: la creación de una lengua*. Madrid: Aluvión, 2015, p. 3-25.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- GRAMSCI, A. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos: 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GUESPIN, L.; MARCELLESI, J. B. Pour la glottopolitique. *Langages*, Malakoff, n. 83, p. 5-34, 1986.
- HAUGEN, E. *The ecology of language: essays by Einar Haugen*. Selected and introduced by Anwar S. Dil. Palo Alto: Stanford University Press, 1972.
- HERRERO VALEIRO, M. *A normalização linguística, uma ilusão necessária: a substituição do galego e a normalização do espanhol na Galiza contemporânea*. Santiago de Compostela: Através, 2015.
- JOSEPH, J. E. *Language and Politics*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2006.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. Entrevista com Dante Lucchesi. *Cadernos de Letras da UFF Dossiê: línguas e culturas em contato*, Niterói, v. 26, n. 53, p. 17-28, 2016.
- MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. In: MOITA LOPES, L. P. M. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 191-214.
- MALMBERG, B. *Los nuevos caminos de la lingüística*. 2. ed. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1975.
- MOITA LOPES, L. P. M. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: _____. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 13-44.
- OLIVEIRA, G. M. A 'virada político-linguística' e a relevância social da linguística e dos linguistas. In: CORREA, D. A. (org.). *A relevância social da lingüística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola; Ponta Grossa: EdUEPG, 2007, p. 79-93.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

Elementos para uma perspectiva relacional dos campos glotopolíticos

Ariel Matías Blanco
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana (UNILA)

Um ponto de vista conflitivo

Dar início à minha intervenção com a resenha de Alonso-Cortés a respeito do livro *Historia política del español: la creación de una lengua* pode dar, parece-me, uma primeira aproximação do duplo propósito deste artigo: de um lado, fazer uma reflexão crítica sobre as limitações de certos enfoques (estritamente linguísticos) e, de outro, retomar parte da pesquisa realizada entre 2012 e 2016, com o objetivo de propor ferramentas conceituais compatíveis com uma *perspectiva relacional* daquilo que denomino como *campo glotopolítico*.

A resenha à qual farei referência intitula-se *Idioma y poder: el caso del español* (2016). Composta por cinco seções, ela toma como objeto de análise a versão em língua espanhola do livro *A political history of spanish: the making of a language*, editado por José del Valle em 2013. A primeira das seções informa a origem geoacadêmica dos autores e o recorte temporal que limita os vinte e cinco capítulos que integram a obra coletiva. Em relação à finalidade do livro, Alonso-Cortés a define como sendo a identificação das causas exteriores ao idioma que moldaram a língua espanhola – institucionalização, poder político, ortografia, prestígio, nacionalismos e, principalmente, relações entre o poder político e a língua espanhola.

A menção à exterioridade das causas metalinguísticas, metadiscursivas e ideológicas merece nossa atenção. Ela evidencia, já de início, não apenas divergências entre as filiações epistemológicas da resenha e da obra resenhada, como também a hierarquia disciplinar que é posta como evidente.

Desse ângulo, os aspectos ditos extralinguísticos apresentam um estatuto marginal no universo das ciências da linguagem.

Os aspectos metadiscursivos, como os institucionais, ou seja, a maneira como tem sido aceita uma língua por uma comunidade de falantes, não fazem parte do estudo puramente técnico-linguístico, que emprega métodos exclusivamente linguísticos para estudar o sistema da língua e suas mudanças (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução nossa).¹

Para poder justificar que *a língua* (enquanto sistema abstrato) é – ou deveria ser – o autêntico objeto de interesse científico, o autor descarta os elementos sócio-históricos constitutivos (discursos, atitudes, condições institucionais, etc.) do escopo da Linguística. Nessa linha de raciocínio, *os estudos da mudança linguística* (enquanto evolução autônoma do sistema) ficam restritos ao campo de atuação de uma subdisciplina: a linguística histórica.

A história da língua espanhola, ou castelhana, tem sido e é objeto de estudos muito técnicos dentro do contexto da linguística histórica. Essa parte da linguística ocupa-se da estrutura do sistema da língua espanhola nas suas diversas épocas e de como tem evoluído até hoje (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução nossa).²

Ainda no primeiro momento, Alonso-Cortés refere-se ao surgimento de novos instrumentos para o estudo de aspectos metadiscursivos. São os instrumentos propostos, por exemplo, pela Sociolinguística – “híbrido entre Sociologia e Linguística que correlaciona variáveis sociológicas (idade, sexo, cultura, grupo social...) com dados linguísticos (pronúncia, léxico, sintaxe...)” (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução nossa)³ – que fundamentam a perspectiva dos especialistas. O autor acrescenta, também, que esse modo alternativo de pesquisa (inspirado em teóricos como Bourdieu, Foucault, Althusser, Derrida e Blommaert) tende a apagar os significados usuais das expressões “língua espanhola” e “história da língua espanhola”, assemelhando-se a um tipo de funcionalismo contrário às correntes teóricas dominantes, como o formalismo linguístico.

Na segunda seção, o autor se propõe a, com maior ou menor grau de rigorosidade, identificar quais são e que provas sustentam as afirmações metalinguísticas ou metadiscursivas que caracterizam a chamada língua

¹ “Los aspectos metadiscursivos, como los institucionales, es decir, de cómo ha sido aceptada una lengua por una comunidad de hablantes, quedan a las puertas del estudio puramente técnico-lingüístico, que emplea métodos sólo lingüísticos para estudiar el sistema de la lengua y sus cambios”.

² “La historia de la lengua española, o castellana, ha sido y es objeto de estudios muy técnicos dentro del marco de la lingüística histórica. Esta parte de la lingüística se ocupa de la estructura del sistema de la lengua española en sus diversas épocas y de cómo ha evolucionado hasta hoy”.

³ “[...] un híbrido entre Sociología y Lingüística, que correlaciona variables sociológicas (edad, sexo, cultura, grupo social...) con datos lingüísticos (pronunciación, léxico, sintaxis...)”.

espanhola. Retomarei mais adiante os julgamentos a respeito dessas afirmações já que as refutações apresentadas expressam, da perspectiva *relacional*, a posição ocupada pelo autor enquanto agente interessado em dar a conhecer uma leitura legítima da história da língua.

A terceira seção da resenha se ocupa das narrativas da construção institucional do espanhol na América contidas na segunda parte do livro analisado.⁴ Segundo explica Alonso-Cortés, o espanhol da época da independência americana convive com as línguas originárias, mas é ele o idioma das elites e do novo poder. Naquele momento, as línguas americanas não foram consideradas durante os processos de formação de unidades políticas e, atualmente, o espanhol é reconhecido na Constituição de vários países: “o reconhecimento do castelhano ou espanhol é nessas Constituições democráticas um ato livre e voluntário dos constituintes” (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução nossa).⁵

A quarta seção analisa a terceira parte do livro (capítulos 18-21) e oferece alguns comentários sobre as ideologias linguísticas associadas à história do espanhol nos Estados Unidos. Na quinta e última parte são examinados os capítulos finais dedicados a três áreas: O império otomano, Guiné Equatorial e Filipinas.

Dito isso, retomo as cinco afirmações metalinguísticas ou metadiscursivas, alvos das objeções mais enfáticas da resenha. A primeira delas estabelece que a língua espanhola não é o resultado da mera evolução linguística, mas produto de uma nova conceptualização de um discurso falado a partir da reforma carolíngia de 1080. A tese de Roger Wright, que destaca a importância da nova ortografia como fator metadiscursivo na formação do espanhol, é rejeitada. Admite-se que a ortografia tem relevância na medida em que fixa o idioma e intensifica seu caráter conservador, mas no contexto do século XIII, o impacto da reforma não foi tão significativo. Isso deve-se fundamentalmente, a que, naquele período, a maioria dos falantes não lia nem escrevia. Nessa mesma linha, o resenhista acrescenta que a tentativa monárquica de estabelecer foros em castelhano é, sem dúvida alguma, uma dimensão

⁴ Uma questão metadiscursiva em torno da qual gira essa parte do livro é aquela que o autor denomina “a propriedade do espanhol”: a quem pertence o idioma? Quem o regula? Para dar resposta a tais questões (e poder enunciar suas preferências em termos de gestão linguística), Alonso-Cortés se vê obrigado a abandonar, ao menos momentaneamente, os argumentos linguísticos (no sentido estrito). A língua, comenta ele, constitui um importantíssimo componente do sistema econômico internacional. Sendo assim, e levando em consideração que a distribuição geográfica permite a fragmentação linguística, uma língua unificada contribui melhor para o desenvolvimento econômico entre os países que a falam, diminuindo os custos de transação.

⁵ “El reconocimiento del castellano o español es en estas Constituciones democráticas un acto libre y voluntario de los constituyentes”.

política da língua, mas que faltam argumentos para confirmar como essas ações afetaram o que ele chama de “a evolução puramente sistemática ou estrutural de um idioma falado” (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução nossa).⁶

A segunda afirmação metalinguística é atribuída a Miguel Martínez. No quarto capítulo, aponta Alonso-Cortés, o autor sustenta que, na historiografia linguística do idioma espanhol feita na Espanha, há uma narrativa falsa. Nessa narrativa, se vincula a internacionalização do castelhano ao sentido moderno de império e de nação espanhola.

Martínez insiste em afirmar que essa narrativa é falsa, porque a gramática de Nebrija não teve repercussão alguma, nem no status, nem da difusão do espanhol. Ela não afetou, segundo esse autor, a centralização e unificação idiomática da Espanha (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução nossa).⁷

Essa tese é para o resenhista acertada, embora seja irrelevante. Segundo ele, não foi a unidade idiomática dos territórios o objetivo principal dos projetos políticos das monarquias. O único que interessava a Fernando VII era a unidade religiosa. O convívio com outras línguas, o prestígio na corte e na literatura, a utilidade comercial, as relações conjugais, os exércitos multilíngues sugerem, de acordo com o autor, que o catalão, o aragonês e o castelhano conviviam e que isso não impediu as uniões parentais, nem as relações entre os reinos hispânicos.

Basta identificar no texto algumas referências sobre a situação sociolinguística da Roma Imperial para compreender como um olhar estritamente linguístico de uma situação sociolinguística complexa tende a atenuar ou apagar os *efeitos de normatividade* que as condições sociais de existência e o próprio contexto glotopolítico provocam; para além das intenções individuais ou do planejamento racional e sistemático.⁸

A terceira afirmação metalinguística corresponde ao capítulo de Kathryn Woolard que trata das origens da língua espanhola da ótica de dois eruditos do século XVII, Bernardo de Aldrete e Gregorio López Madera. De acordo com Woolard, apesar das diferenças, ambos os intelectuais aceitavam o

⁶ “La evolución puramente sistemática o estructural de un idioma hablado [...]”.

⁷ “Martínez insiste en que esta narrativa es falsa, porque la gramática de Nebrija no tuvo repercusión alguna ni en el estatus ni en la difusión del español. No afectó, según este autor, a la centralización y unificación idiomática de España”.

⁸ “[...] o uso do latim nos territórios conquistados não causou problemas especiais porque as línguas existentes nesses territórios foram absorvidas por um processo natural de aculturação [...]. A língua latina nunca foi uma arma do Império. O latim nunca foi imposto pela força [...]” (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução nossa). Nessa mesma lógica, a resenha menciona uma pesquisa de J. N. Adams (2003) sobre a situação sociolinguística do latim no Império. O latim, explica o autor, foi a língua do poder romano, mas em nenhum sentido os romanos tentaram mediante a força impor a língua no espaço dominado.

imperialismo messianista hispânico. Para refutar essa ideia, Alonso-Cortés relaciona tal afirmação a uma interpretação equivocada da célebre expressão extraída da Gramática de Nebrija: a língua como companheira do império. Assim sendo, a imposição de uma língua em um território dominado não era o objetivo dos reis de Aragão e Castela, nem sequer nas Américas, onde os missionários aprendiam as línguas locais e escreviam suas gramáticas.⁹

No sétimo capítulo da obra resenhada, Laura Villa descreve a Real Academia Espanhola como apêndice do Conselho de Ministros dos Bourbon. A língua espanhola como resultado da institucionalização por parte da Real Academia Espanhola representa a quarta afirmação metalinguística identificada. O vínculo entre poder político e idioma propiciado pela existência de uma academia da língua é desmentido com base no objetivo declarado pelos próprios acadêmicos, isto é, pelo simples desejo de elaborar um dicionário e uma gramática.

Nem o dicionário, nem a gramática, como lê-se nos seus prólogos, excluem as outras línguas hispânicas, nem obrigam a usar o castelhano nos outros reinos da monarquia, excetuando a limitação imposta pelo Decreto da Nova Planta. Se a língua castelhana fosse instrumento do poder do rei, teria estabelecido sua imposição nos reinos, decisão que nem sequer foi cogitada. É, em consequência, injustificável afirmar que existe uma conexão entre os objetivos da Real Academia e a marginalização dos interesses regionais (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução nossa).¹⁰

A última afirmação metadiscursiva atribui aos intelectuais da Segunda República a consolidação do nacionalismo liberal e imperialista espanhol, principalmente Unamuno, Sánchez Albornoz e Menéndez Pidal. Esse último seria o ideólogo do moderno nacionalismo espanhol, segundo Henrique Monteagudo. Para rebater tal declaração, Alonso-Cortés vai buscar na definição lexicográfica¹¹ de nacionalismo argumentos para invalidar qualquer associação do autor da *Historia de España* com a ideologia nacionalista. No entanto, ele acaba reconhecendo que houve, nos famosos artigos publicados no jornal *El Sol*, uma ideia da Espanha como nação espiritualmente unitária, justificada em fontes históricas, nas relações literárias e em uma concepção do nacional vinculados à religião cristã.

⁹ Alonso-Cortés desmente as semelhanças entre o Império romano e o Império hispânico dos Áustria. Semelhante comparação, aduz ele, seria uma deturpação dos fatos históricos, já que Roma apenas pretendia riquezas enquanto Castela tinha ainda uma missão religiosa.

¹⁰ “Ni el diccionario ni la gramática, como se lee en sus prólogos, excluyen a las otras lenguas hispánicas, ni obligan a usar el castellano en los otros reinos de la monarquía, salvo la limitación del Decreto de Nueva Planta. Si la lengua castellana fuese instrumento del poder del rey, habría establecido su imposición en los reinos, algo que ni siquiera se planteó. Es, en consecuencia, injustificable afirmar que existe una conexión entre los objetivos de la Real Academia y la marginalización de los intereses regionales”.

¹¹ O autor entende que o dicionário inglês *Oxford Dictionary* é um ponto de referência “neutral”.

Um fragmento dos comentários finais enquanto apreciação avaliativa dos fundamentos teóricos da obra resenhada é esclarecedor para abrir o debate da ótica glotopolítica. Esse trecho final da resenha (normalmente reservado para ponderar objetivamente a qualidade e as contribuições do conteúdo da obra) pode ser lido, aqui, como evidência discursiva do interesse pela distinção que opõe dois pontos de vista sobre os modos legítimos de interpretar a história política da língua espanhola.

O catedrático de Linguística Geral da Universidade Complutense de Madri conclui:

O livro sustenta-se numa perspectiva pós-colonial e pós-moderna, tendenciosa e forçada em alguns momentos. Nele destaca-se, sobretudo, o papel do idioma espanhol como coadjuvante do império e como precursor do nacionalismo espanhol do passado. É, de certo modo, um uso alternativo da História, como há uma um uso alternativo do Direito. A obra constitui, contudo, uma contribuição estimável e inédita para os estudos da formação do espanhol *do ponto de vista da história externa da língua, da teoria do discurso político e da relação entre idioma e poder político* (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução e grifos nossos).¹²

O valor heurístico da perspectiva glotopolítica que apresentarei a seguir deve ser medido pela capacidade de identificar focos de conflito (materiais e simbólicos) e lutas em torno da definição legítima daquilo que é ou deve ser conhecimento (meta)linguístico. Desta forma, não é de impressionar que a resenha analisada, por ter como base uma teoria formalista¹³ – e por carecer de ferramentas conceituais para incluir, na teoria, as condições ditas exteriores ao sistema linguístico – seja obrigada a condenar perspectivas históricas, políticas e sociais. Buscar reconhecer nos juízos avaliativos (“teoria tendenciosa e forçada”, “uso alternativo da História”, “ponto de vista da história externa”, etc.) a disputa pela hierarquização social do conhecimento disciplinar é uma estratégia eficaz de apreender os antagonismos presentes nos campos de produção mais especializados.

¹² “El libro se sustenta en una perspectiva poscolonial y posmoderna, sesgada y forzada en algunos casos. En él se destaca sobre todo el papel del idioma español como coadyuvante del Imperio y como precursor del nacionalismo español del pasado. Es, en cierto modo, un uso alternativo de la Historia, como hay un uso alternativo del Derecho. Constituye, no obstante, una aportación estimable y novedosa al estudio de la formación del español desde el punto de vista de la historia externa de la lengua, de la teoría del discurso político y de la relación entre idioma y poder político”.

¹³ O autor define língua como um sistema fixo de formas e regras gramaticais, um código que regula a atividade da fala.

Glotopolítica: rastreando um conceito

Na segunda metade do século XX, surge uma progressiva contestação de práticas associadas à definição clássica de políticas linguísticas¹⁴ que, sob a aparência de eficácia e desenvolvimento, acabaram aplicando modelos ideologicamente ocidentais principalmente sobre as novas formações nacionais. As reivindicações de grupos minorizados que não viam seus interesses representados nas políticas oficiais contribuíram para alterar, em parte, os modos dominantes de traçar e implementar políticas linguísticas.

É nesse contexto que começa a circular, no mundo acadêmico, o termo *glotopolítica*, neologismo que pretendia teorizar e, ao mesmo tempo, agir sobre situações em que as políticas linguísticas (no sentido restrito) se mostravam insuficientes. Ao fazer uma revisão da história do termo, Valeiro (2015, p. 81) comenta que o primeiro uso de *glotopolítica* surge na década de 1950 quase em simultâneo com o termo *sociolinguística*. Robert Hall inclui o termo no contexto revisionista da linguística norte-americana entre 1925 e 1950. No entanto, o conceito se manteria subordinado ao campo conceitual da área do planejamento linguístico (*language planning*) e a pesquisas vinculadas a políticas governamentais.

Além de Hall, que continuou empregando o termo, Bertil Malmberg (1975 apud VALEIRO, 2015, p. 83) o descreve como uma derivação da linguística aplicada. A glotopolítica seria, basicamente, uma análise das condições sociolinguísticas de uma determinada comunidade com a intenção de intervir sobre ela de alguma forma. Posteriormente, esse autor dará uma nova definição na qual desaparece de forma explícita a referência à intervenção do linguista no processo planificador. Sob a forma *glossopolítica*, o conceito serviria para se referir ao estudo das medidas adotadas pelas autoridades a fim de regular, em forma legislativa ou consultiva, o uso e a propagação de uma forma de linguagem considerada desejável (MALMBERG, 1979 apud VALEIRO, 2015, p. 83).¹⁵

Sem considerar outras referências isoladas e o impulso inicial, embora ambíguo, dado ao termo pela sociolinguística anglo-saxônica, é no campo da sociolinguística francesa que o termo conhecerá a maior difusão e sofrerá modificações significativas. Em 1980 aparece um número da revista *La Pensée* que, de certo modo, é uma amostra dos estudos críticos que vinham sendo desenvolvidos na França sobre a relação entre língua e

¹⁴ Para um panorama geral da chamada fase inicial da área de Política e Planejamento Linguístico, cf. Calvet (2007), Ricento (2000), Cooper (1997) e Hamel (1993).

¹⁵ Na década de oitenta, Malmberg (1983 apud VALEIRO, 2015, p. 83) acabaria apresentando os conceitos *glossopolítica* e *política linguística* como subdisciplinas da linguística aplicada.

sociedade, além de uma antecipação da forma como tais estudos seriam abordados nas décadas seguintes.

O primeiro artigo do volume, de Jean-Baptiste Marcellesi, faz uma breve introdução crítica à sociolinguística e ao estado das pesquisas no país. Advogando uma abordagem abrangente dos estudos de linguagem e das lutas políticas e sociais, Marcellesi distingue quatro domínios de pesquisa: (a) uma sociolinguística da educação; (b) uma análise do discurso, em especial político; (c) uma epilinguística; e (d) uma glotopolítica ou política de línguas. Em um contexto francês conflituoso devido às tensões existentes entre o Estado e os nacionalismos periféricos, Marcellesi reivindica uma sociolinguística engajada na qual o compromisso social do linguista se opõe à visão organicista ou tecnocrática da *planification linguistique* porque a questão linguística sempre está vinculada, seja qual for a solução que lhe for dada, à questão nacional. Desta forma, “a glotopolítica é essencialmente o problema da minorização” (MARCELLESI, 1980 apud VALEIRO, 2015, p. 84).

Assim, o novo uso do termo servirá para designar não apenas a visão crítica do pesquisador, mas também a responsabilidade política dos efeitos das pesquisas. Além disso, para Guespin e Marcellesi, o espectro da perspectiva glotopolítica deve abranger um vasto campo de atuação, atendendo a todos os âmbitos de uma política global da língua, analítica e interventiva. Esse espectro engloba os diversos enfoques da sociedade (conscientes ou não) a respeito das ações sobre a linguagem. Tais ações podem referir-se à língua, quando a sociedade legisla sobre o estatuto das línguas, ou só à fala, quando a sociedade reprime um determinado uso; ou também ao discurso, quando na escola se torna matéria de exame a produção de um determinado tipo textual. Guespin e Marcellesi (1986, p. 5)¹⁶ consideram que a “glotopolítica é necessária para englobar todos os fatos da linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político”.¹⁷ Ou, por outras palavras, “*será definida como glotopolítica toda ação de gestão da interação linguística em que a sociedade intervenha*” (GUESPIN, 1985 apud VALEIRO, 2015, p. 85, grifos do autor).

Desse modo, as linhas macro e micro não divergem, já que a glotopolítica não procura restringir seus interesses às políticas institucionais e controladas pelo Estado, mas estendê-los para incluir tudo aquilo que está

¹⁶ As citações em português do artigo *Pour la glottopolitique* (1986) são da tradução de Marcos Bagno (neste volume). A tradução inédita foi incluída como material de apoio na disciplina “Glotopolítica e norma linguística” do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense.

¹⁷ “Glottopolitique est nécessaire pour englober tous les faits de langage où l'action de la société revêt la forme du politique”.

em jogo no nível da língua, da fala e dos discursos. A dupla determinação dos fenômenos sociais e linguageiros (a sociedade age sobre todos esses fenômenos, ao mesmo tempo em que esses agem sobre a sociedade) tem consequências práticas para a pesquisa. Em princípio, porque:

a política linguística é constituída de atos discretos (decisões, recomendações, criação de instâncias, etc.) que visam uma ação sobre um ou mais sistemas linguísticos, eles também considerados como discretos. A glotopolítica, em contrapartida, está incessantemente em ação e visa práticas de linguagem que são de natureza contínua (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 14-15).¹⁸

Em termos gerais, pode-se dizer que os defensores de uma política linguística e do planejamento linguístico tendem a se apoiar nas linguísticas do sistema (“linguística saussuriana da língua”) enquanto que os estudos científicos das práticas glotopolíticas se baseiam na linguística da interação verbal (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 13). Nesse confronto entre pontos de vista antagônicos, o conflito epistemológico é inevitável.

Em teoria, as práticas glotopolíticas encontram-se sempre entre dois polos em relação à intervenção: um liberal e outro dirigista. O primeiro consiste em uma política que nega a importância ou a existência do problema linguístico. É, portanto, uma política que confia na autorregulação e na não-intervenção. O segundo polo se refere a uma política de intervenção consciente sobre todos os planos da linguagem. Consta-se, no entanto, que a maioria dos casos pode ser examinada como resultante das duas tendências opostas. Como afirma Guespin (1985 apud VALEIRO, 2015, p. 85), nenhuma sociedade pode negar totalmente o problema linguageiro, e nenhuma pode ditar ou dirigir todos os comportamentos relativos à linguagem.

Embora a definição de sociedade não fique de todo esclarecida – questão, aliás, que a sociolinguística também deve enfrentar ao se apropriar da noção de comunidade –, o mérito da perspectiva glotopolítica reside em que, ao declarar-se abertamente ideológica e ativamente responsável pelas mudanças linguísticas, revela os interesses dos *descritivistas* que, ao mesmo tempo em que repudiam qualquer forma de *prescritivismo*, negam os *efeitos normativos* da sua própria prática. Afinal, como afirmam Guespin e Marcellesi (1986, p. 7) no início do seu artigo: “os linguistas nem sempre estão conscientes do papel glotopolítico que têm a desempenhar”.¹⁹

¹⁸ “[...] la politique de la langue est constituée d'actes discrets (décisions, recommandations, création d'instances, etc.) visant une action sur un ou des systèmes linguistiques eux aussi envisagés comme discrets. La glotopolitique en revanche est sans cesse à l'œuvre, et vise des pratiques langagières, qui sont de l'ordre du continu”.

¹⁹ “Les linguistes ne sont pas toujours conscients du rôle glotopolitique qu'ils ont à jouer”.

Pensando a glotopolítica de modo relacional

Certamente, rastrear o conceito de glotopolítica nos dá a possibilidade de repensar os desafios atuais dos (sócio)linguistas. Entre eles, o de incluir no ato de descrição da norma linguística os *efeitos prescritivos* (socialmente significativos) que o próprio ato de descrever provoca. Guespin e Marcellesi (1986) sugerem que uma atitude desapaixonada dos cientistas foi obtida, na maior parte das vezes, negando a utilidade social. Em geral, essa negação acabou permitindo que a própria linguística, apesar do caráter imparcial de seus postulados, fosse explorada ideologicamente, isto é, usada como instância glotopolítica, ou pelo menos como fonte de legitimação para decisões glotopolíticas.

A proliferação de disciplinas emparentadas com a linguística é, nesse sentido, não apenas um sintoma da crise da ciência, mas também é um apelo: recuperar o interesse pela dimensão social. Os autores franceses viam no desenvolvimento da sociolinguística a possibilidade de enfrentar os desafios da época e de contribuir para glotopolíticas abertas e cientificamente esclarecidas (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 26). Se a ilusão de uma sociolinguística ampla e unificada ainda continua sendo um projeto inacabado, é inegável que, como há mais de trinta anos, diversas abordagens “se confrontam e se enriquecem. Imensas lacunas permanecem, ao mesmo tempo legítimas e perigosas” (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 26).²⁰

Nessa interseção disciplinar é que a *perspectiva relacional* e os conceitos associados (*campo, interesse, capital, mercado, circuitos de legitimidades*) dialogam com a perspectiva glotopolítica. Guespin e Marcellesi (1986, p. 25) levantam uma questão fundamental nesse sentido: “sem recorrer abertamente nem a incitação nem a repressão, que instrumentos ideológicos o liberalismo desenvolve para que tenha fundamento racional, sua dinâmica de morte das línguas e culturas minoritárias?”. A resposta a essa pergunta vem na forma de um plano de ação insipiente: a elaboração de uma história “fria” e cuidadosa da dimensão social, das instâncias glotopolíticas.

O estudo sincrônico terá de dizer como funciona um sistema de regulação glotopolítica; o estudo diacrônico, como as instâncias nascem, se transformam e morrem. Essa investigação comportaria enumeração e estudo dos *modos de difusão* das políticas normativas: meios de pressão, medidas de incitação, sistema de prêmios; o ensino será ali estudado tanto como retransmissor de instâncias normativas quanto como instância específica, provida de seu sistema de prescrição,

²⁰ “[...] se confrontent et s'enrichissent. D'énormes fossés demeurent, à la fois légitimes et dangereux”.

de incitação e de repressão; seria preciso estudar o papel dos ministérios e o de agências intermediárias [...].²¹

[...] Restará ver de que modo tudo isso constitui sistema, em diversos pontos do tempo e do espaço: por qual hierarquia de instâncias a sociedade age sobre a língua, os falares, os discursos. Mas também de que modo o mercado linguístico se autorregula nas sociedades que depositam confiança num certo grau de liberalismo glotopolítico: de que modo a lei do mercado constitui sistema. Será necessário estudar então as políticas editoriais, a penetração das práticas dominantes, os compromissos linguísticos (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 25).²²

Pensar *relacionalmente* é, em certa medida, pensar as pressões e tensões entre instâncias normativas pertinentes, não como um sistema, mas na forma de um espaço de relações, na forma de um *campo glotopolítico*.²³ A seguir, debruçarei-me sobre aspectos terminológicos e conceituais vinculados à perspectiva relacional que proponho neste texto.

Sobre os conceitos de campo e interesse

A noção de campo foi cunhada por Pierre Bourdieu e apresentada de modo sintético na obra *O Poder Simbólico* (1989). Embora tenha servido primeiramente para indicar uma direção de pesquisa, no decorrer do tempo acabou por configurar-se como um elemento fundamental da teoria do espaço social.

Esta noção designa, basicamente, os espaços sociais relativamente autônomos, dotados de leis próprias, nos quais estão inseridos os agentes e grupos de agentes que produzem, reproduzem ou difundem os objetos dignos de interesse e, portanto, de investimento (material e simbólico). Nesses espaços, “os agentes e instituições são definidos pelas suas posições relativas” (BOURDIEU, 2010, p. 134) e, portanto, nem as práticas, nem os

²¹ “L'étude synchronique aura à dire comment fonctionne un système de régulation glotopolitique; l'étude diachronique comment les instances naissent, se transforment et meurent. Cette recherche comporterait énumération et étude des *modes de diffusion* des politiques normatives: moyens de pressions, mesures d'incitation, système de prix; l'enseignement y serait étudié à la fois comme relais d'instances normatives, et comme instance spécifique, pourvue de son système de prescription, d'incitation et de répression; il faudrait étudier le rôle des ministères, et celui de corps intermédiaires [...]”.

²² “Il restera à voir comment tout cela fait système, à divers points du temps et de l'espace: par quelle hiérarchie d'instances la société agit sur la langue, les parlars, les discours. Mais aussi comment le marché linguistique s'auto-régule dans les sociétés faisant confiance à un certain degré de libéralisme glotopolitique: comment la loi du marché fait système. Il y faudra l'étude des politiques éditoriales, de la pénétration des pratiques dominantes, des compromis langagiers”.

²³ Seria necessário indagar com mais detalhes a influência (mútua?) entre a glotopolítica proposta por Guespin e Marcellesi e a sociologia de Pierre Bourdieu. Cabe destacar aqui a convergência metodológica entre os estudos glotopolíticos e a perspectiva relacional. Ambos os pontos de vista não contrapõem os eixos sincrônico e diacrônico da pesquisa, embora seja possível, em determinadas fases, privilegiar um deles.

discursos produzidos no seu interior têm sentido, senão *relacionalmente*²⁴, “por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU, 2010, p. 179).

De acordo com Bourdieu (2004, p. 22-23), “todo campo [...] é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. Quando considerados como resultado de um processo de diferenciação histórica, os *campos* produzem e reproduzem suas distinções e, portanto, instituem suas identidades através dos modos de (re)produção e (re)conhecimento de objetos de *interesse* específicos.

Se for aceitável pensar que na diversidade de campos instituídos há, invariavelmente, alvos que suscitem *interesses*, estamos em condições de afirmar que não há campo de poder desinteressado, isto é, que existem, na e pela relação com um espaço social, *interesses* específicos socialmente (re) conhecidos e (ir)reconhecíveis²⁵ e que, portanto, “cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse” (BOURDIEU, 2014, p. 149).

Sendo desse modo, uma grande parte da pesquisa relacional dos campos glotopolíticos exige trabalhar na direção de objetivar esses *objetos de interesse* e analisar as práticas glotopolíticas, enquanto investimentos materiais e simbólicos, por intermédio das quais os agentes reconhecem o valor do jogo ao reconhecer o valor dos alvos.²⁶

A noção de interesse é, portanto, subsidiária desse conceito bourdieuiano de campo. Ela se revela duplamente produtiva quando empregada como instrumento de ruptura. De um lado, ela se opõe à simplificação promovida pela visão econômico-teleológica que entende a luta glotopolítica apenas

²⁴ É por esse motivo que a noção de campo se vincula a um modo de pesquisa *relacional*. Pensar relacionalmente é pensar em agentes em relação e não em agentes relativos. É ter sempre em mente que um problema social é sempre um problema de relação. A pesquisa relacional enquanto programa de construção sistemática de espaços de relações – que devem ser postos a prova como tais – se coloca fora do eixo irracionalidade/racionalidade da objetivação científico-filosófica do *real*. Em contraste com a filosofia de Hegel – *todo o real é racional* – e a metafísica schopenhaueriana – *todo o real é irracional* – (cf. SIMMEL, 2005, p. 66), Bourdieu (2010, p. 28, grifos do autor) sugerirá, deformando a máxima do primeiro, que “*o real é relacional*”.

²⁵ Os diferentes (grupos de) agentes em relação com um campo glotopolítico podem travar lutas de inversão ou conservação das relações de força, mas é precisamente nesse *agonismo constitutivo* dos espaços sociais que os *alvos de interesse* são reconhecidos. Interesses específicos socialmente constituídos apenas fazem sentido e têm valor na relação com um campo. Isto quer dizer que eles “apenas existem para as pessoas que, presas ao jogo e tendo as disposições para reconhecer os alvos que aí estão em jogo, estão prontas para morrer pelos alvos que, inversamente, parecem desprovidos de interesse (são indiferentes) do ponto de vista daquele que não está preso a este jogo” (BOURDIEU, 1996, p. 140).

²⁶ Inclusive entre agentes que podemos identificar como oponentes, isto é, agentes que ocupam posições opostas em um campo, observa-se uma relação “amigavelmente-hostil” (POPPER, 1945 apud BOURDIEU, 2008b, p. 115) e uma espécie de acordo tácito, não dito, a respeito do fato de que vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo. É a cumplicidade profunda entre adversários inseridos no mesmo campo, os cientistas, por exemplo, a que se refere Bourdieu (2014, p. 141) quando afirma que “eles se enfrentam, mas estão de acordo pelo menos a respeito do objeto do desacordo”, ou melhor, que “estão unidos pelas lutas que os opõem” (BOURDIEU, 2008b, p. 68).

como corrida interesseira e calculista pela maximização econômica e pelo lucro material,²⁷ por exemplo, quando se pretende explicar as causas da unificação (relativa) dos mercados linguísticos única e exclusivamente pelo viés mercantilista. Por outro lado, ela desmistifica a crença – interessada – na ausência de *interesses* específicos nos diversos espaços sociais de práticas.²⁸ Isto é, a recusa de reconhecer a presença de alvos dignos de investimento que, constituídos e reconhecidos pelo próprio funcionamento dos campos, representam, em última instância, o fundamento da existência diferenciada e da autonomia relativa dos mesmos.

Sobre os conceitos de autoridade normativa e capital glotopolítico

Os campos glotopolíticos, enquanto terrenos de dissensos e de consensos,²⁹ delimitam, pelos seus próprios antagonismos e sinergismos, os espaços das discussões legítimas, esbarrando, inevitavelmente, nas antinomias do reconhecimento de *referências de autoridade normativa*.

Pelo fato de que o *status* de autoridade para falar e agir legitimamente é alvo de lutas díspares, a concentração de capital glotopolítico para sustentá-lo nunca está totalmente garantida. Basta salientar que a distribuição desigual de volume e espécie de capital significativo define as posições dos agentes engajados e contribui para reduzir ou ampliar as chances de agir significativamente sobre o campo.

A eficácia do capital glotopolítico que sustenta o reconhecimento normativo não se origina num agente ou numa instituição particular, nem sequer reside nas propriedades linguísticas do discurso de autoridade. É a própria dinâmica do campo que garante (num dado momento) a distribuição (mais ou menos desigual) do capital legitimado (no estado incorporado e

²⁷ Uma das críticas mais insistentemente endereçadas à sociologia bourdieusiana por parte dos seus comentaristas críticos tem sido a de atribuir-lhe um tom excessivamente economicista associado a um *telos social* sintetizado na mera perseguição de prestígio e poder material. Embora seja correto afirmar que, em certas passagens, o sociólogo tem oferecido razões para justificar tais críticas, a leitura extensiva da sua produção permite achar contrarrespostas antecipadoras às objeções apressadas (principalmente àquelas feitas ao modelo econômico das trocas simbólicas).

²⁸ Inclui-se naqueles espaços diferenciados que tradicionalmente têm sido associados à “virtude do *desinteresse*” e que, pela sua própria lógica de funcionamento, tendem a reivindicar a concessão de um pseudoestatuto de exceção. Tal reivindicação é inevitável porque nesses microcosmos sociais é preciso mostrar *desinteresse* nos alvos, ou seja, naquilo que está em jogo e que é verdadeiramente significativo. As ciências, a filosofia, as artes e a literatura são casos exemplares de espaços sociais onde se poderia dizer que existem *interesses* pelo *desinteresse*.

²⁹ Bourdieu emprega o conceito de *doxa* para se referir ao conjunto do que é admitido pelo simples fato de pertencer ao campo. A *doxa* remete ao conjunto do que é colocado fora da discussão (o não discutido, o não pensado) pelo fato de aceitar o que está em jogo na discussão. Ou, por outras palavras, o consenso sobre os objetos da dissensão, os interesses comuns que estão na base dos conflitos de interesse, tacitamente mantidos fora dos limites da luta porque constituem a condição tácita da discussão sobre o que está em jogo no campo.

objetivado) e que confere um domínio (relativamente díspar) sobre os meios de produção e difusão disponíveis.

Por causa disso, todos os esforços que as análises discursivas possam fazer para encontrar nas propriedades linguísticas dos discursos normativos o princípio de sua eficácia simbólica estão condenados ao fracasso quando não logram estabelecer a relação entre as seguintes propriedades: as dos discursos, as daqueles que os pronunciam e as das instituições que autorizam a pronunciá-los. É o que bem lembra Bourdieu (1996, p. 91) ao advertir que os discursos de autoridade, manifestações simbólicas particulares, derivam sua eficácia específica do fato de que parecem encerrar em si mesmos “o princípio de um poder que reside efetivamente nas condições institucionais de sua produção e de sua recepção”.

O interesse pela autoridade normativa promove ações e reações glotopolíticas, ou seja, investimentos estratégicos de conservação e subversão, propensas a garantir ou derrubar a adesão (espontânea ou erudita) a uma ordem normativa (e a todo o sistema de representações associado a ela). Essas lutas infundáveis pela autenticação dos *loci legítimos de autoridade* se devem principalmente ao fato de que, nos *campos glotopolíticos*, assim como em outros campos,

não existem instâncias que legitimam as instâncias de legitimidade; as reivindicações de legitimidade tiram sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses elas exprimem: à medida que a própria definição dos critérios de julgamento e dos princípios de hierarquização estão em jogo na luta, ninguém é *bom* juiz porque não há juiz que não seja, ao mesmo tempo, juiz e parte interessada (BOURDIEU, 1983, p. 130, grifo do autor).

Pode-se inferir que a adesão a algum tipo de referente normativo por parte dos agentes é resultado das lutas pela universalização dos modos de descrever e prescrever normas linguísticas, bem como das lutas pela universalização dos princípios de hierarquização através dos quais esses modos descritivos e prescritivos são avaliados.

O campo glotopolítico do espanhol: uma análise engajada

Em que medida uma perspectiva relacional pode contribuir para (re) construir uma história glotopolítica da língua espanhola? Como ela pode ajudar a desvendar a relevância glotopolítica de práticas que nem sempre são percebidas como significativas pela ótica das políticas linguísticas ou da linguística estruturalista? Fazer funcionar o conceito de *campo glotopolítico do espanhol* como instrumento teórico (de percepção e de ação) é, a meu ver, uma resposta possível para ambas as perguntas.

Durante uma pesquisa realizada anteriormente, eu me propus a testar a produtividade desse conceito a partir de um modelo relacional de posições. Comecei construindo um esboço provisório da rede de relações que ligavam um conjunto de agentes e instituições em torno da norma linguística do espanhol, enquanto objeto de interesse. Tendo em mente isso, tomei como ponto de partida um caso particular: a posição da Real Academia Espanhola (RAE) nessa rede. A percepção inicial de que o peso relativo da posição ocupada pela academia (produto de investimentos materiais e simbólicos anteriores) condicionava todo o espaço de posições glotopolíticas orientou a identificação dos traços distintivos (reconhecimento científico, notoriedade mediática, controle dos meios de produção, acesso a recursos escassos, grau de monopolização dos mercados, etc.) que definiam a RAE como *instância de autoridade normativa*.

Meu propósito não era traçar uma biografia da instituição nem denunciar as inconsistências teórico-metodológicas que desacreditavam o rigor científico das obras publicadas. Tratava-se, na verdade, de examinar os focos de conflito (de interesse) nos quais a RAE intervinha e as *estratégias de defesa coletivas* empregadas para maximizar, conservar e delegar o capital de autoridade acumulado. A partir dali, foi necessário identificar outros agentes engajados nas mesmas lutas e mobilizados pelos mesmos interesses.

Esse primeiro nível de delimitação implicou, antes de tudo, recompor as condições de pertencimento dos agentes a um mesmo campo relacional de práticas e representações, incluindo nele aqueles que não necessariamente eram considerados especialistas em pesquisas linguísticas. Por exemplo, agentes que, estando excluídos dos circuitos de produção especializada, participavam, por intermédio de suas práticas, nas lutas para reforçar ou abalar a ordem normativa num determinado momento. O delineamento, *grosso modo*, dessas condições de pertencimento esteve sujeito, portanto, à identificação daqueles (grupos de) agentes passíveis de receberem e/ou produzirem efeitos em razão das posições ocupadas no espaço hierarquizado de posições.³⁰

Foi necessário, nesse sentido, considerar as relações cruzadas de uma dispersão de agentes (pre)dispostos a entrar nas lutas glotopolíticas e a defender seus interesses.³¹ Além de ponderar tanto as posições de agentes

³⁰ “O limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz” (BOURDIEU, 2010, p. 31).

³¹ Agentes concorrentes e coadjuvantes que, enquanto produtores ou consumidores especializados, participam, direta ou indiretamente, dos mesmos mercados linguísticos.

detentores de um volume significativo de *capital de autoridade*, bem como as daqueles munidos de um volume insuficiente de capital significativo.³²

Durante o trajeto analítico da pesquisa, deparei-me com a necessidade de contestar alguns enunciados que o senso comum de um setor da *filologia pró-panhispanista* vem divulgando amplamente. Afirmações tais como: a RAE tem autoridade normativa porque os falantes delegam a ela tal responsabilidade; a produção acadêmica é a única referência normativa com tradição; os acadêmicos apenas registram aquilo que se diz; a missão das academias é recomendar usos e não impor suas preferências normativas, entre outras.

À vista disso, podemos nos perguntar: como submeter essas afirmações de senso comum a uma crítica glotopolítica? Afinal de contas, os falantes admitem, em diversas pesquisas de opinião, que a academia é uma das principais instituições normativas; os balanços de vendas confirmam o sucesso editorial das gramáticas e dicionários acadêmicos; novos agentes com formação linguística são incorporados à instituição como membros estáveis ou colaboradores; etc. Como fazer uma leitura glotopolítica dessas evidências que parecem constatar a adesão voluntarista de grande parte dos falantes – especialistas ou não – aos critérios normativos propostos por uma instituição? Foi preciso opor a essa explicação ingênua da relação “quase miraculosa” entre a RAE e sua clientela inesgotável uma análise das (des)continuidades dos *circuitos glotopolíticos de produção e consagração*. Circuitos esses capazes de produzir e manter, inseparavelmente, os produtos e a necessidade destes produtos (BOURDIEU, 2008a, p. 149).³³

Como sugeri na pesquisa finalizada em 2016, a omissão desse efeito circular constituído entre a demanda pela produção e a produção da demanda escondia todo o dispêndio de energia e os investimentos realizados para reforçar ou recriar ciclos produtivos favoráveis ao consumo – ou a propensão ao consumo – da produção acadêmica.

Foi preciso, em consequência, reconhecer e examinar o papel desses circuitos na preservação da ordem normativa e na neutralização eficaz das ações diretas ou isoladas dos agentes transgressores. Disso se depreende que, em geral, as denúncias – eventuais ou a título pessoal – destinadas a revelar

³² Agentes cujos interesses são expressados por intermédio de suas pretensões (busca da conformidade com os modelos exemplares, dispêndio de tempo e dinheiro para consumir e adquirir bens legítimos, disposições para apreciar e avaliar positivamente recomendações, prescrições, vereditos, etc.). A pretensão dos excluídos é a forma suprema de reconhecimento, já que contribui para produzir e reproduzir a distinção dos agentes em posições dominantes, diferença arbitrária e desconhecida – portanto, reconhecida como necessária. Cf. Bourdieu (2008a, p. 183).

³³ Cf. Bourdieu (2008a) para o uso que o autor faz desse conceito aplicado aos bens simbólicos próprios de campo da moda.

os fundamentos arbitrários da autoridade dominante para, assim, abalar a confiança dos consumidores convertidos³⁴ não acarretam, a curto prazo, mudanças significativas na distribuição de capital glotopolítico.

Dentre as conclusões derivadas da pesquisa a respeito do campo glotopolítico do espanhol, destacarei duas. Uma diz respeito à variedade de *estratégias de mobilização coletiva* mediante as quais os agentes especializados atualizam, de forma prática, a adesão ou a recusa a um regime normativo e a um sistema de valores. Tais estratégias incluem, no plano discursivo, uma diversidade de tipologias textuais: desde a celebração autorreferencial e a troca direta de elogios ou críticas entre pares (que não passa de uma forma de autoelogio por intermédio – ou à custa – de terceiros) até acontecimentos enunciativos que tomam a forma de citações, prefácios, introduções, resenhas, biografias, convites a eventos (bancas, concursos, palestras, congressos, etc.) premiações, homenagens (em vida ou pós-morte), bem como presença nos manuais escolares, na mídia e no sistema escolar.

A segunda conclusão se refere à constatação da distribuição assimétrica do capital glotopolítico no modelo construído. A fase sincrônica da pesquisa permitiu caracterizar a configuração atual do *campo glotopolítico do espanhol* fundamentalmente pelo acesso desigual aos espaços de discussão legítima e pelo controle díspar dos meios de produção e difusão de conhecimento linguístico. A fase diacrônica, por sua vez, evidenciou a evolução do processo acumulativo de capital de autoridade por parte da RAE. Da nomeação oficial de um conjunto de notáveis aristocratas dotados de um capital difuso e pouco significativo até a ocupação e o controle de posições estratégicas apoiados numa base de solidariedades e alianças duráveis com agentes detentores de capital econômico e político.

Permito-me, finalmente e sob a forma de exercício especular, formular ao menos três perguntas ligadas a situações hipotéticas, obviamente, irrealizadas para, a partir delas, tecer algumas considerações finais: Quais teriam sido os efeitos glotopolíticos de uma política monárquica desinteressada em patrocinar (material e simbolicamente) uma academia real da língua? Qual seria, na configuração atual do campo, o grau de concentração/distribuição do capital normativo, caso muitas das intervenções glotopolíticas não tivessem sido interrompidas ou “sensuradas”?³⁵ E, nessa mesma esteira,

³⁴ É necessário destacar aqui a importância que o sistema escolar detém na seleção e promoção de conhecimento linguístico-normativo. Ele tende a assegurar, pela sua vinculação com interesses predominantes (oficiais ou não), uma produção contínua de consumidores antecipadamente convertidos e em condições de reconhecer o valor dos bens normativos nos diversos mercados linguísticos oficiais.

³⁵ A proposta reformista da *Academia Literaria i Científica de Profesores de Instrucción* é um caso paradigmático. A Academia de Professores decidiu, em abril de 1843, fazer pública e pôr em prática,

considerando o contexto latino-americano, quais condições glotopolíticas teriam favorecido o surgimento de modelos institucionais alternativos ao modelo dominante de *academias satélites* que acabou prevalecendo?

As respostas hipotéticas que possam sugerir essas perguntas baseadas em questões conjecturais podem propiciar um debate interessante e produtivo sobre a real necessidade de incluir na história política da língua espanhola não apenas o conhecimento das mudanças linguísticas espontâneas ou inconscientes, mas também os efeitos normativos advindos das intervenções que, por não serem explicitamente reconhecidas como intervenções sobre a língua são excluídas das análises convencionais. Nesse sentido, devemos concordar com Guespin e Marcellesi (1986, p. 15) quando afirmam que toda decisão capaz de alterar as relações sociais ou afetar a distribuição social da palavra tem, do ponto de vista do linguista, incidência glotopolítica.

O desenvolvimento de uma glotopolítica científica e interventiva, a meu ver, é um processo em andamento. No entanto, a contribuição dos especialistas à organização de debates mais participativos, que favoreçam a divulgação de resultados socialmente relevantes e um planejamento mais democrático de políticas de educação linguística, é ainda insuficiente, principalmente nos espaços sociais marcados por conflitos e tensões. É justamente nesse tipo de contextos, diferente do que acredita Alonso-Cortés³⁶, que uma *glotopolítica engajada* possui maior probabilidade de se desenvolver.

Bibliografia

ALONSO-CORTÉS, A. Idioma y poder: el caso del español. *Revista de libros*, p. 1-14, 2016. Disponível em: https://www.revistadelibros.com/articulo_imprimible.php?art=5297&t=articulos. Acesso em: 03 jan. 2018.

ARNOUX, E. N. La glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario. *Revista Lenguajes: teorías y prácticas*, Buenos Aires, GCBA: Instituto Superior del Profesorado, p. 3-27, 2000.

_____.; BEIN, R. (org.). *La regulación política de las prácticas lingüísticas*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

imediatamente, uma proposta de reforma que se distanciava da norma oficial. No dia 25 de abril de 1844, o Ministro de Governo, José Justiniani Ramírez de Arellano, marquês de Peñaflorida, assinou a real ordem proibindo aos professores de instrução básica ensinarem qualquer ortografia que não fosse aquela reconhecida pela Real Academia Espanhola (SENZ; ALBERETE, 2011, p. 119).

³⁶ O autor destaca que o livro resenhado se apoia em um emaranhado de ideias pós-modernas e pós-coloniais advindas de acadêmicos norte-americanos imersos em um campo político e intelectual explosivo e cheio de tensões. Tal situação, não é, presume ele, “a situação ótima para o trabalho científico, nem para a imparcialidade, nem para entender a realidade do que aconteceu e acontece na rua do espanhol” (ALONSO-CORTÉS, 2016, tradução nossa).

- BLANCO, A. M. *O campo glotopolítico do espanhol: norma linguística e autoridade normativa*. 2016. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/3514/1/O%20CAMPO%20GLOTOPO%20L%20C%3%8DTICO%20DO%20ESPANHOL.%20TESE.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. (org.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-145.
- _____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.
- _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: EdUNESP, 2004.
- _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008a.
- _____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: 70, 2008b.
- _____. *O poder simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. *Homo academicus*. Florianópolis: EdUFSC, 2011a.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2011b.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2014.
- CALVET, L. J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola; Florianópolis: Ipol, 2007.
- COOPER, R. L. *La planificación lingüística y el cambio social*. Madrid: Cambridge University Press, 1997.
- DEL VALLE, J. Glotopolítica, ideología y discurso: categorías para el estudio simbólico del español. In: VALLE, J. (ed.). *La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2007, p. 13-29.
- _____. Lo político del lenguaje y los límites de la política lingüística panhispánica. *Boletín de Filología*, Santiago, n. 2, t. 49, p. 87-112, 2014. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-93032014000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 15 nov. 2015.
- _____. (ed.). *Historia política del español: la creación de una lengua*. Madrid: Aluvión, 2015.
- GARCÍA DE LA CONCHA, V. La Real Academia Española: trescientos años de vida al servicio de la lengua. In: CENTRO VIRTUAL CERVANTES. Madrid, 2013. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_13/garcia/p01.htm. Acesso em: 12 jun. 2017.
- GUESPIN, L.; MARCELLESI, J. B. Pour la glottopolitique. *Langages*, Malakoff, n. 83, p. 5-34, 1986.
- HAMEL, R. E. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. *Iztapalapa*, Iztapalapa, v. 29, p. 5-39, 1993. Disponível em: <http://www.hamel.com.mx/Archivos->

Publicaciones/1993b%20Políticas%20y%20planificacion%20del%20lenguaje%20-%20una%20introduccion.pdf. Acesso em: 21 fev. 2013.

LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. O espaço político da língua espanhola no mundo. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 52, n. 2, p. 385-408, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a09v52n2.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MORENO FERNÁNDEZ, F. Norma y prestigio en el español de América: apuntes para una planificación de la lengua española. *Revista de Filología Española*, Madrid, v. 72, n. 3-4, p. 345-359, 1992. Disponível em: <http://www.revistadefilologiaespañola.revistas.csic.es>. Acesso em: 17 maio 2014.

RICENTO, T. Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. In: _____. (ed.). *Ideology, politics and language policies: focus on English*. Amsterdã: John Benjamins, 2000, p. 9-24.

SENZ, S.; ALBERETE, M. (eds.). *El dardo en la academia: esencia y vigencia de las academias de la lengua española*. Barcelona: Melusina, 2011.

SIMMEL, G. *Schopenhauer y Nietzsche*. 2. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

SUBIRATS, C. ¿Qué hace una lengua como el español en una Academia como ésta?: la institucionalización del atraso en la lingüística española. *Estudios de Lingüística del Español*, Barcelona, n. 36, p. 161-176, 2015. Disponível em: <http://infoling.org/elies/36/elies36-6.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2016.

VALEIRO, M. H. *Uma ilusão necessária: a substituição do galego e a normalização do espanhol na Galiza contemporânea*. Santiago de Compostela: Através da Língua, 2015.

VILLANUEVA, D. Director RAE: el español es universal gracias a las colonias independientes. 2015. *Fundéu BBVA*, Madrid, 2015. Disponível em: <http://www.fundeu.es/noticia/director-rae-el-espanol-es-universal-gracias-a-las-colonias-independientes/>. Acesso em: 3 jan. 2016.

O uso do Pomerano no Brasil: uma prática glotopolítica neoautóctone?

Mônica Maria Guimarães Savedra
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)

Noções introdutórias

O presente capítulo amplia nossas discussões anteriores sobre o reconhecimento do Pomerano, uma variedade de base germânica, como uma variedade brasileira (neo)autóctone. Trazemos, para complementar os estudos sobre língua e territorialidade abordados por Savedra e Mazzelli (2017), os conceitos de práticas glotopolíticas, como apresentados e discutidos em alguns capítulos deste livro, em especial a visão de Guespin e Marcellesi (1986) na tradução de Marcos Bagno, comentada por Lagares.

Inicialmente, vale ressaltar que usaremos o termo variedade podendo o mesmo significar língua ou dialeto. A opção pelo uso do termo variedade justifica-se por entendermos que a distinção *língua-dialeto* não é linguística e sim social e política, uma vez que tratamos variedade como um modo de falar integrado na matriz pluridimensional total de variação da língua, como já proposto por Weinreich (1954).¹ Distinguímos também variedade de variante, como no estudo de Ammon (2004), quando o autor propõe a oposição variante *versus* língua plena e concordamos com Monteagudo (2011) que define variantes como elementos linguísticos em concorrência, que podem ser analisadas não somente em termos gramaticais como fatores linguísticos estruturais, mas em consonância com *fatores sociais ou funcionais*, como por exemplo a identidade do falante ou a situação de uso da língua. O autor utiliza o termo variáveis sociolinguísticas, às quais relaciona a noção de *variedade* (MONTEAGUDO, 2011, p. 19).

Reconhecemos o uso do Pomerano no Brasil como o uso de um “(sub) sistema congruente de variantes, com uma distribuição análoga num determinado parâmetro” (MONTEAGUDO, 2011).² O Pomerano, trazido para o Brasil através do movimento de imigração do final do século XIX, carrega traços de variantes de algumas variedades germânicas em concorrência, no caso variantes do baixo-alemão/baixo-saxão.³

Para elucidar a discussão, selecionamos alguns estudos basilares que remetem ao tema do pluricentrismo linguístico ao abordarem definições, tipos e marcas de distinção de línguas pluricêntricas.⁴

O termo línguas pluricêntricas (*plurizentrische/polyzentrische Sprache*) é introduzido por Kloss (1976) para denotar línguas com diferentes centros interativos, cada um com diferentes variedades nacionais codificadas em normas. Neste contexto, algumas variedades apresentam uma posição intermediária entre [língua] nacional e variedades regionais. Na verdade, este conceito é uma expansão de dois conceitos clássicos já introduzidos pelo estudioso anteriormente para explicar processos distintos, a partir das fronteiras do que ele intitula *língua e dialeto: Abstandsprachen e Ausbausprachen* (KLOSS, 1967).

Abstandsprachen, que pode ser traduzido como [línguas] por distância ou [línguas] independentes,⁵ são variedades desenvolvidas pelo processo de *Abstand*, termo alemão que significa uma distância de separação em curso. No contexto das variedades linguísticas, indica a descontinuidade de dois [dialeto]. Kloss acredita que há uma “ruptura definitiva” entre as variedades, implicando na compreensão e na intercompreensão mútua de duas variedades linguísticas, sobretudo na área estrutural dos idiomas. O autor ainda enfatiza que a distância mencionada é a intrínseca, e não a geográfica. O distanciamento estabelecido por Kloss refere-se ao fato de

² No decorrer do capítulo colocamos entre chaves [] os termos língua e dialeto, sempre os mesmos estiverem no contexto de referência dos autores citados em nossa discussão e que forem usados na concepção de língua e dialeto para denotar a distinção social e política a que nos referimos.

³ O uso indistinto dos termos baixo-alemão e baixo-saxão não é de aceitação unânime. O baixo-saxão representa um grupo de variedades [dialetais] do baixo-alemão faladas nos estados do noroeste da Alemanha (Baixa Saxônia, Renânia do Norte, Vestfália, Bremen, Hamburgo, Schleswig-Holstein e Saxônia-Anhalt), no nordeste dos Países Baixos e por uma minoria no extremo sul da Dinamarca e, juntamente com o baixo-alemão oriental, forma o que denominamos baixo-alemão (SIMONS; FENNIG, 2018).

⁴ Vale registrar que o fenômeno sociolinguístico do pluricentrismo linguístico também é discutido no âmbito da sociolinguística cognitiva, com propostas descritivas e metodológicas para estudos da variação letal. Como referências citamos os trabalhos de Kristiansen e Dirven (2008), Geeraerts, Kristiansen e Peirsman (2010), Kristiansen (2011) e Soares da Silva, Torres e Gonçalves (2011). Entretanto, não iremos abordá-los aqui.

⁵ “The term *Abstandsprache* is paraphrased best as ‘language by distance’, the reference being of course not to geographical but to intrinsic distance” (KLOSS, 1967, p. 29).

que as [línguas] podem ser definidas como [línguas] por sua distância em relação a outras [línguas].

Ausbausprachen, em contrapartida, pode ser definido como [línguas] construídas por desenvolvimento. O verbo alemão *ausbauen*, que significa ‘para construir’, expressa os principais significados de ‘expandir’ algo ou ‘ampliar’ algo até a conclusão, como por exemplo, adicionar algo a uma estrutura já existente. Em seu texto de 1967, Kloss utiliza o termo em inglês *Ausbau language* (língua por desenvolvimento) ao se referir ao desenvolvimento de uma variedade padrão que se desenvolve a partir de um *continuum* ou [dialeto].

O autor afirma que as [línguas] desta categoria são moldadas ou reformuladas, são [línguas] construídas.⁶ E, neste contexto, as variedades *Ausbau* são diferentes das variedades *Abstand* por desempenharem funções sociais distintas. Ainda entendemos por essa definição que as variedades *Ausbau* podem significar “variedades elaboradas” a partir de uma [língua] matriz com a necessária infraestrutura: o planejamento de um *corpus* e de um *status*, quer dizer dos processos de codificação, estandardização e normalização, que culminam com o uso funcional da variedade resultante em contextos comunicativos da administração, nos meios de comunicação de massa, no sistema escolar, na vida política, entre outros. Para o autor, uma *Ausbausprache* é uma variedade autônoma padronizada. Quando dois padrões são baseados em [dialetos] idênticos ou quase idênticos, Kloss os reconhece como variantes do mesmo padrão, constituindo o que denomina de uma [língua] pluricêntrica (KLOSS, 1967, p. 31). Para ele, os padrões criados a partir de [dialetos] diferentes, mas com pouco *Abstand*, não seriam considerados [línguas] separadas, mas sim [línguas] distintas desenvolvidas pelo processo de *Ausbau*. O conceito de *Ausbau* é particularmente importante para o conceito que introduz de *continuum*. O autor afirma que em alguns casos, as *Aubausprachen* foram criadas a partir de [dialetos] para fins de constituição política de países, citando como exemplo as variedades do Luxemburguês (variedades de *Moselle Franconian*), usadas em regiões de fronteira da Alemanha e da França. Finalmente afirma que as *Aubausprachen* podem ser tão diferentes que chegam a constituir variedades *Abstand* distintas, como o caso do holandês e do alemão.

⁶ “The term *Ausbausprache* may be defined as ‘language by development’. Languages belonging in this category are recognized as such because of having been shaped or reshaped, molded or remolded – as the case may be – in order to become a standardized tool of literary expression. We might say that an *Ausbausprache* is called a language by virtue of its having been reshaped, i.e., by virtue of its ‘reshapedness’ if there were such a word” (KLOSS, 1967, p. 29).

Na verdade, a classificação proposta por Kloss invoca o critério de funções sociais e políticas de uso. Numa perspectiva sociolinguística, Trudgill (2004) vincula o quadro teórico de Kloss com o quadro de autonomia e heteronomia de Haugen (1966) para propor que uma variedade é considerada *Ausbau* quando usada “de forma autônoma” em relação a outras variedades relacionadas, assumindo um status cultural independente, embora possa ser mutuamente inteligível com outras *Aubausprachen* do mesmo *continuum*. Nesse sentido, a forma padronizada independente das [línguas] padrão vizinhas é ensinada nas escolas e usada como uma variedade escrita com amplas funções sociais e políticas, possivelmente incluindo a de uma variedade nacional oficial. Em contraste, as variedades que não são [línguas] *Ausbau* são tipicamente faladas e usadas em contextos privados. Trudgill (2004) expande a definição para incluir o conceito de variedades relacionadas.

No âmbito do conceito de *Ausbausprache*, Kloss ainda sugere o conceito de *Dachsprache*. *Dach*, que em alemão significa telhado, tem a conotação de *língua de cobertura*. O autor dispõe desse conceito para definir uma variedade que serve de padrão para outras variedades dialetais, que estão intimamente relacionadas à variedade padrão, mas que não são necessariamente e mutuamente inteligíveis. Como exemplo aponta o búlgaro-baixo, que seria *coberto* pelo alemão padrão; o occitano e o crioulo haitiano, que seriam *cobertos* pelo francês padrão e a [língua] Sarda, que seria *coberta* pelo italiano padrão.

Em estudo crítico posterior Fishman (2008) reconceitua⁷ *Ausbau* e *Abstand*, discordando da forma dicotômica proposta por de Kloss; ou seja do tratamento que Kloss dá aos termos, ao considerá-los como variantes separadas e contínuas. Segundo o autor, ambos os termos não fazem parte de uma mesma dimensão do planejamento linguístico, sendo assim, não podem ser dicotômicos. Para Fishman, a definição de *Abstand* seria:

Uma das maiores contribuições de Heinz Kloss para a macro-sociolinguística foi a formulação de uma distinção entre duas [línguas] ou variedades contrastadas de maneira que elas sejam facilmente reconhecidas (isto é, julgadas) como sendo funcionalmente independentes uma da outra devido diferenças maiores e naturais (isto é, não feitas pelo homem) que tenham transpassado entre elas, referindo-as como independentes por *Abstand* (FISHMAN, 2008, p. 17, tradução de MAZZELI, 2018).⁸

⁷ Nos termos do próprio autor: “There are several advantages to reconceptualizing Heinz Kloss’s dichotomy ‘Ausbau vs. Abstand’ as separate continuous variables, only the former of which (Ausbau) is needed for corpus planning studies”.

⁸ “One of the greatest gifts of Heinz Kloss to macro-sociolinguistics was the formulation of a polar opposite distinction between any two contrasted languages or varieties such that they are each either (a) easily recognized (i.e., judged) to be functionally independent from one another due to the major and natural (that is, not man-made) differences have already transpired between them, referred to as being ‘independent by Abstand.’”

Mazzelli (2018) identifica que o termo *Abstand*, para Fishman (2008) serviria para conotar variedades facilmente identificadas como distantes, que apresentam funções distintas, não devendo o termo ser utilizado para compor o planejamento de *corpus*, pois não possui referência alguma ao envolvimento humano. Já o termo *Ausbau*, ao contrário de *Abstand*, possui envolvimento humano:

[...] aqueles cuja independência funcional é reconhecida apenas como resultado do esforço humano que foi expandido para fazer com que eles parecessem suficientemente diferentes um do outro, para que o menor e mais fraco de ambos pudesse ser reconhecido como independente do maior e mais forte, portanto, é referido como 'independente por Ausbau' (FISHMAN, 2008, p. 17, tradução de MAZZELLI, 2018).⁹

Fishman destaca que para o planejamento linguístico, o termo *Ausbau* possui maior importância do que *Abstand*, pois mais do que parte de uma dicotomia, a *Ausbaization* seria parte de um *continuum* cujos objetivos podem ser os de modernização, classicização e purificação, promovendo a distância de uma direção específica daquela que a [língua] pode ter tomado. A visão apresentada por Fishman para os processos de *Abstand* e *Ausbau* é de relevância inquestionável para nossa proposta de reconhecimento do Pomerano como uma variedade (neo) autóctone brasileira, como veremos a seguir.

Nossa discussão também utiliza as noções de *Sprachplanung* (*Korpusplanung*) e *Statusplanung*, como apresentadas em Kloss (1967 apud SAVEDRA; LAGARES, 2012) e as noções de *Sprach(en)politik* explicadas em Ammon (2004 apud SAVEDRA, 2011), amplamente discutidas em estudos que tratam de políticas linguísticas.

O termo *Sprachplanung* (*Korpusplanung*), refere-se ao planejamento do *corpus*, que compreende o processo de codificação, padronização e modernização de uma língua, ou seja, mudanças realizadas na forma de uma língua, como por exemplo, a proposta de uma escrita para uma língua ágrafa. Já o termo *Statusplanung*, refere-se ao planejamento do *status*, isto é, ao reconhecimento sobre o *status* de uma língua, às intervenções nas suas funções sociais, no seu *status* social e suas relações com outras línguas, como por exemplo nos processos de cooficialização, como no caso do Pomerano no Brasil.

Tal terminologia é bastante discutida nos estudos de Calvet (1993; 1996; 1987; 2002) nos quais o estudioso apresenta definições utilizadas em vários

⁹ “those whose functional independence is recognized only as a result of the human effort that has been expended in order to make them appear sufficiently different from one another, so that the smaller and weaker of the two can be recognized as independent from the larger and stronger one and, therefore, referred to as being ‘independent by Ausbau.’”

trabalhos sobre o tema. Calvet entende por política linguística um conjunto de decisões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão. Considera este tipo de preocupações inerentes à planificação do *status* das línguas.

Ammon (2004), retomando os conceitos de Kloss (1967) e de Glück (1979), distingue entre *Sprachpolitik* e *Sprachenpolitik*. Savedra (2011) explica o uso dos dois termos:¹⁰ *Sprachpolitik*, trata em sentido estrito de uma única língua, enquanto *Sprachenpolitik*, em sentido mais amplo, para tratar do interrelacionamento entre várias línguas, o que Ammon explica ser *Sprachstatus-Politik*, traduzido por Savedra por “*política de status*” em oposição ao termo *Sprachpolitik*, o que Ammon denomina de *Sprachkorpus-Politik*, a partir do que Kloss (1967) denomina *Sprachplanung (Korpusplanung)*, traduzido por Savedra por “*política de corpora*”. Ou seja, planejamento linguístico de *corpora versus* planejamento de *status (Korpusplanung versus Statusplanung)*. Tais noções se mostram importantes para nossa discussão do uso do Pomerano no Brasil. São identificadas ações de *Sprachpolitik* (“políticas de corpora”) evidenciadas, especialmente pela tentativa de propor uma forma de escrita oficial para uma variedade até então praticamente ágrafa no Brasil, como por exemplo, o *Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português. Pomerisch Portugijsisch Wöirbauk* de Tressmann, lançado em 2006.

As políticas de corpora ocorrem em paralelo com ações de *Sprachenpolitik* (“políticas de status”), como a proposta do ensino em Pomerano com o lançamento do PROEPO (Projeto de Educação Escolar Pomerana) em 2005 e a cooficialização do Pomerano no Brasil, em um processo que se inicia em 2009 e que em 2018 já alcança 8 municípios do país, que adquirem a competência de legislar sobre o uso dessa variedade.

Dando continuidade à apresentação dos conceitos sobre pluricentrismo linguístico que embasam nossa discussão, retomamos Savedra (2015) que cita a obra de relevância inquestionável para o estudo da área, *Pluricentric languages: differing norms in different nations*, de Michael Clyne (1992), obra seminal em que o autor apresenta a primeira tentativa de reunir dados de 17 línguas que classifica como pluricêntricas por apresentarem diferentes variedades

¹⁰ Sprachpolitik (im engeren Sinn) richtet sich auf eine einzige Sprache, Sprachenpolitik dagegen auf mehrere Sprachen und ihr Verhältnis zu einander. Für den beides umfassenden Oberbegriff eignet sich der Terminus Sprachpolitik im weiteren Sinn oder – für den schriftlichen Gebrauch – auch Sprach(en) politik. Deutlicher als das Terminologiepaar Sprach- und Sprachenpolitik, das im Deutschen eingeführt ist (Glück 1979: 37), wäre die Gegenüberstellung von Sprachkorpus- und Sprachstatus-Politik, in Anknüpfung an eine auf Heinz Kloss zurückgehende Differenzierung für die Sprachplanung (Korpus-/Statusplanung).

nacionais, cada uma com sua própria norma. No verbete do *International Handbook of the Science of language and Society*, intitulado *Pluricentric languages*, Clyne parte dos conceitos de *Abstand-* e *Ausbausprachen* para comprovar o pluricentrismo linguístico e afirmar que ao estudar diferentes [línguas] pluricêntricas, identifica prioritariamente a relação das [línguas] com a identidade nacional e com o poder, que denomina de *status*.

Savedra afirma que Clyne em seu estudo considera que qualquer variedade nacional ou qualquer [língua] pluricêntrica é uma [língua] potencialmente separada, distinta e que no que se refere ao *status* linguístico, muitas variedades de línguas pluricêntricas foram declaradas [línguas] independentes, de acordo com princípio de *Ausbau*. Reforça ainda que o termo variedade nacional não pode ser confundido com variedade regional, pois suas funções de uso são diferentes. A primeira é empregada para se referir ao uso padrão/*standard* (norma) ou ainda para referir-se ao uso supraregional, em oposição ao uso regional não-padrão/*standard* (CLYNE, 2004, p. 296-300 apud SAVEDRA, 2015).

Ao tratar dos tipos do pluricentrismo linguístico, Clyne (2004) descreve algumas marcas para distinção das línguas pluricêntricas, relevantes para a discussão aqui proposta. Aponta diferentes razões para uma [língua] se tornar pluricêntrica, tais como: colonização, imigração, redesenho histórico de fronteiras e divisões políticas. Além disso, considera que além das variedades de imigrantes, existem as variedades pós-coloniais, que são na verdade *indigenized varieties* (variedades nativizadas), que ganham *status* devido à necessidade constante de uma língua franca para comunicação interna e para comunicação externa mais ampla.

Clyne afirma que muitas línguas são pluricêntricas e que cada uma de suas variedades nacionais refletem identidades distintas. Entretanto, as variedades não são simétricas, por razões demográficas, econômicas, políticas e históricas. Aqui cabe um comentário sobre o reconhecimento de variedades de menor prestígio, por ele intituladas de *less powerful varieties* e o reconhecimento da pluralidade linguística, quando algumas variedades destas variedades conseguem *status* de língua oficial, através de ações de política linguística para reconhecimento de variedades minoritárias.¹¹

¹¹ Neste contexto vale destacar algumas ações de política linguística introduzidas nas últimas décadas. Dentre elas, destacamos: a) defesa das línguas indígenas, normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases (1996), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (1999) e pelo Plano Nacional de Educação (2001); b) cooficialização de línguas indígenas como a Lei n. 145, de 11 de dezembro de 2002, quando três línguas indígenas (Nheengatu, Tukano e Baniwa) ganham a condição de idiomas oficiais no município de São Gabriel da Cachoeira/AM; c) a cooficialização de línguas de imigração e a inclusão destas línguas no currículo escolar de algumas escolas da rede municipal, tais como a Lei Municipal n. 987, de 27 de junho de 2007, que dispõe sobre a inclusão da língua Pomerana

Os estudos de Clyne também são relevantes para nossa discussão dos aspectos glotopolíticos que nos levam a considerar o Pomerano como uma variedade (neo) autóctone brasileira, a partir de ações de *Sprachplanung* e *Statusplanung*, como apresentado no item dois do presente estudo.

Ammon et al (2004) na apresentação do *Variantenwörterbuch des Deutschen*, afirmam que o dicionário é organizado a partir da concepção da língua alemã como uma língua pluricêntrica. Consideram que uma [língua] é reconhecida como pluricêntrica, quando a mesma é usada em mais de um país, como [língua] nacional ou como [língua] regional de prestígio oficial e ainda quando delas emergem diferentes usos linguísticos padrão, denominados por eles de usos *standard* (*standardsprachliche Unterschiede*).

Para o registro de variedades [variantes]¹² nacionais e regionais do alemão padrão, os autores afirmam que o centro de uma língua refere-se a cada nação ou região que dispõe de sua própria variedade padrão. Diferenciam *Vollzentren* (centros plenos) de *Halbzentren* (demicentros), os quais embora dispoñdo de particularidades da língua padrão, não dispõem de codificações próprias. Neste contexto, identificam a Alemanha, a Áustria e a Suíça germanófona como centros plenos, enquanto Liechtenstein, Luxemburgo, a Tirol do Sul e a Bélgica oriental como “demicentros”. Ainda sugerem outras diferenças, como por exemplo a Namíbia e Romênia, que poderiam ser denominadas quartos de centros (*Viertelzentren*) por apresentarem variedades da língua padrão, uma vez que o alemão não é língua oficial naqueles países. Na verdade, os autores identificam no dicionário variedades [variantes] padrão da língua alemã, nos diferentes “centros” que delimitam.

A mesma definição para línguas pluricêntricas é utilizada por Ammon (2004, p. 1536-1542) em outro texto, no qual autor lança mão do conceito de *divided languages* para tratar do conceito do pluricentrismo linguístico. Apresenta seu ponto de vista a partir da distinção entre *standard variety* e *standard language*. Considera que as variedades padrão/*standard* são na verdade variedades de uma [língua] matriz padrão/*standard*, que ainda podem conter outras variedades não *standard* (dialetos regionais ou sociais). Considera que a definição de *divided language* pressupõe a distinção entre [línguas] e variedades de [línguas]. Afirma que uma [língua] torna-se

no currículo escolar do município de Pancas-ES; a Lei Municipal n. 1136 de 26 de junho de 2009, que dispõe sobre a inclusão da língua Pomerana no município de Santa Maria de Jetibá-ES e o Projeto Legislativo n. 132, de 9 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a inclusão da língua *Hunsrückisch* nas escolas da rede municipal do município de Antônio Carlos-SC.

¹² Vale dizer que o termo usado pelos autores é variante. Tratam aqui de variantes identificadas em diferentes variedades padrão da língua alemã: na Alemanha, Áustria e Suíça. Optamos aqui por usar o termo variedade, como já explicado anteriormente e assim procedemos com a tradução do texto original.

pluricêntrica através da divisão de uma única variedade padrão da [língua] ou através do desenvolvimento paralelo de mais de uma variedade padrão da mesma [língua]. Neste contexto, fica claro que o autor trata da divisão das [línguas] a partir dos processos de *Abstand* e *Ausbau*, introduzidos por Kloss (1967) e já explicados anteriormente.

Baseado nos estudos de Clyne, Muhr (2012), em publicação comemorativa aos 20 anos do lançamento de *Pluricentric languages: differing Norms in diferente Nations*, organiza uma obra que alberga 28 capítulos que discutem e exemplificam o conceito de variedade não dominantes de línguas pluricêntricas (*Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages*). Muhr utiliza o termo *non-dominant*, a partir do termo *other varieties* utilizado por Clyne (1992, p. 459) no epílogo de sua obra para contrastar de variedades dominantes. O conceito de *non-dominant varieties* (NDV) de Muhr vem sendo amplamente utilizado para descrever situações nas quais há relação de poder existente entre diferentes nações que compartilham o mesmo idioma. O autor trata de centros de estabelecimento de normas primários e secundários / centros de disseminação de normas dentro de uma língua pluricêntrica. Muhr apresenta 27 características para as NDV, que classifica como características gerais das variedades/nações não dominantes (*General features of non-dominant varieties / nations*) e como atitudes/crenças de variedades/nações de ND (*Attitudes/ Believes of ND-varieties / nations*). Neste segundo grupo aponta a incerteza quanto ao uso adequado da norma (*Uncertainty / uneasiness: Norm-Confusion - Lack of knowledge*); a falta de fidelidade linguística, em especial pelas elites (*Missing language loyalty (esp. of the elites)*); chama a atenção para a relutância do usuário em fazer planejamento do *corpus*, planejamento de *status* e a codificação da NDV, em relação à variedade dominante (*Reluctance to do language planning, status planning and codification*).

Na verdade, o conceito de NDV de Muhr não se aplica ao uso do Pomerano no Brasil, se formos considerar sua relação com o conceito de línguas pluricêntricas defendido pelo autor. O Pomerano não poderia ser considerado uma língua pluricêntrica, pois não tem seu uso identificado em mais de um centro (usando o conceito de Ammon) como variedade padrão (*standard*). No levantamento de alguns estudos linguísticos, em especial sobre o sistema sonoro do Pomerano, como os já desenvolvidos em Minas Gerais por Beilke (2013) e no Espírito Santo por Schaeffer e Meirelles (2014); nas conversas do grupo de Whatsapp intitulado “Pomeranos no Brasil”, onde interagem pomeranos oriundos de vários estados do Brasil, (Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e ainda com os estudos sobre variação e pluricentrismo de línguas germânicas que realizamos no nosso laboratório de contato na UFF, já possível

afirmar que existem diversas variedades do Pomerano no Brasil, que podem ser estudadas como variedades regionais do contato com variedades regionais do português brasileiro e ainda que já são identificadas variantes em concorrência de variedades regionais do alemão padrão como descritas no recente trabalho organizado por Elmentaler e Rosenberg, publicado em 2015 (NORDDEUTSCHER SPRACHATLAS), que passam a servir de base para nossas pesquisas no laboratório de contato da UFF.

Reconhecendo o Pomerano como uma variedade de base germânica, da matriz do baixo-alemão, que se impõe no Brasil como uma variedade (neo) autóctone, a partir da qual já são identificadas variedades regionais, podemos propor algumas hipóteses.

Retomando questões de uso terminológico, mencionamos que o baixo-alemão (*Niederdeutsch*, *Plattdeutsch* ou *Plattdüütsch*, em alemão e *Nederduits* em neerlandês)¹³ é o conjunto de variedades regionais e dialetais que pertencem à área linguística das variedades germânicas ocidentais faladas no norte da Alemanha e no leste dos Países Baixos. Usando a terminologia de Kloss, podemos intuir que o baixo-alemão era ao mesmo tempo uma *Ausbausprache* e uma *Dachsprache* de diferentes variedades locais na Holanda e na Alemanha e em partes dos Países Baixos e que com o fim da Liga Hanseática, o baixo-alemão perde seu *status* oficial.¹⁴

O baixo-alemão, como variedade matriz, forneceu muitos empréstimos às línguas nórdicas, mas, quando a Liga Hanseática perdeu a sua importância na região, a sua influência igualmente diminuiu. Na mesma época, os holandeses desenvolvem o uso de uma variedade [língua] padrão oriunda de variedades [dialetos] do baixo-alemão dos Países Baixos, formando o atual grupo holandês da Baixa Saxônia, que substitui as variedades do baixo-alemão e a maioria das variedades do alemão-central (*Mitteldeutsch*). Foi assim que as variedades do baixo-alemão tornaram-se variedades do baixo-saxão e as do alemão central e do alto-alemão ficam sob a *Dachsprache* do alto-alemão em desenvolvimento. As variedades do alto-alemão são reconhecidas como tendo o alemão padrão (*Hochdeutsch*) como sua *Dachsprache*. As demais variedades da região formam um grupo de variedades regionais que ainda discutem um *status* de standard e ‘lutam’ pelo uso funcional em escolas, ad-

¹³ O termo *Platt* (“plano”, “baixo” em português) refere-se às regiões geograficamente baixas do norte da Alemanha e de partes vizinhas do norte da Europa.

¹⁴ O baixo-alemão desenvolveu-se a partir do saxão antigo e do baixo-alemão médio falado pela maioria dos cidadãos da Liga Hanseática e é fragmentado em vários grupos linguísticos. Atualmente é reconhecido e protegido como língua minoritária desde 1994 pela Comunidade Europeia. Desde maio de 2000, seu código oficial segundo a norma ISO 639-2 é *nds* (SIMONS; FENNIG, 2018).

ministração pública entre outros.¹⁵ Isso aconteceu apesar do efeito de fluxos de migração notáveis em ambas as direções entre as áreas ocidental (holandesa) e oriental (prussiana, mais especificamente, polonesa e russa) da região das línguas do baixo-alemão, motivadas tanto pela intolerância religiosa quanto pela necessidade de trabalho. Em vários pontos ao longo da fronteira holandesa-alemã, variedades [dialetos] idênticos são falados em ambos os lados, mas são considerados pertencentes a *Dachsprachen* diferentes de acordo com o lado da borda em que se encontram (GOLTZ; WALKER, 2013, p. 31-32).

Nesse contexto de desenvolvimento das variedades germânicas, incluímos o estudo do Pomerano em relação à sua evolução linguística e filogenética. O Pomerano também chamado de *Pommersch*, *Pommerschplatt* ou *Pommeranisch*, é uma variedade *Abstand* do baixo-alemão, com variantes em concorrência de outras variedades do baixo-alemão, a partir de critérios de genética, pertença e até inteligibilidade de análise, como demonstrado no quadro a seguir:¹⁶

Quadro 1 - Pomerano e outras variedades germânicas

Idioma	Pomerano	Alemão	Holandês	Sueco	Inglês
Saudações	Gun morgen	Guten morgen	Goedemorgen	God morgon	Good morning
	Gun dag	Guten tag	Goede dag	Bra dag	Good day (hallo)
	Gun äwend	Guten abend	Goede avond	God kväll	Good evening
	Gun nacht	Gute nacht	Goede nacht	God natt	Good night

¹⁵ Tais questões ainda são alvo de discussão, como as tratadas no encontro dos dias 12 e 13 de abril de 2018 (Wie lehrt man die Regionalsprache Niederdeutsch? – Sprach- und fremdsprachdidaktische Perspektiven na europa- UniFlensburg em Greifswald)

¹⁶ O baixo-alemão também é falado por grupos minoritários estabelecidos em outros países da América do Sul e da América do Norte, especialmente em comunidades religiosas como a Menonita. No Brasil, além da presença nas comunidades menonitas, tradicionalmente, o baixo-alemão tem sido falado por pessoas partidárias da confissão luterana.

Idioma	Pomerano	Alemão	Holandês	Sueco	Inglês
Dias da semana	Sündag	Sonntag	Zondag	Söndag	Sunday
	Måndag	Montag	Maandag	Måndag	Monday
	Dinsdag	Dienstag	Dinsdag	Tisdag	Tuesday
	Mirweek	Mittwoch	Woensdag	Onsdag	Wednesday
	Dunerdag	Donnerstag	Donderdag	Torsdag	Thursday
	Frijdag	Freitag	Vrijdag	Fredag	Friday
	Sunåwend	Samstag/ sonnabend	Zatrdag	Lördag	Saturday
Festas Religiosas	Fröilig ousterfet	Frohe ostern	Gelukkige pasen	Lycklig påsk	Happy easter
	Pfinste	Pfingsten	Pinksteren	Pingst	Pentecost

Fonte: Elaboração própria

O quadro acima aponta semelhanças linguísticas que nos induz a um estudo filológico mais aprofundado quanto à questão do pertencimento genético e da inteligibilidade do Pomerano em relação a outras variedades do baixo-alemão. E, neste sentido vale retomar ainda ao estudo de Savedra (2011) quando a autora, ao tratar do desenvolvimento da língua alemã no âmbito de sua *Sprachpolitik* e de sua *Sprachenpolitik*, descreve os fenômenos da *Erste Lautverschiebung* (Primeira mutação consonântica) e da *Zweite-Lautverschiebung* (Segunda mutação consonântica). Por meio da primeira mutação consonântica, que ocorre entre o período do ano de 300 ao ano de 500, o grupo das línguas germânicas se separa das demais línguas do tronco indo-europeu (indo-germânico) e no processo da segunda mutação consonântica, que ocorre entre os anos de 500 e 800, o alemão que dá origem ao *Hochdeutsch* se separa de todas as demais línguas germânicas.

Os estudos, que estamos desenvolvendo, tendem a apontar que o Pomerano passou pelo processo da Primeira Mutação Consonântica, mas não pela segunda, o que vem corroborar a tese de ser o Pomerano uma variedade germânica do baixo-alemão e não uma variedade do alto-alemão, como o alemão atual (*Hochdeutsch*).

Ainda na discussão dos conceitos do teórico Kloss neste capítulo, veremos mostrar que o uso do Pomerano no Brasil também pode ser estudado a partir do uso de uma *Ausbausprache* na concepção de Kloss, mesmo que

em estágio inicial, a partir das funções de seu uso e de critérios sociais e políticos. E também, na perspectiva de Trudgill que, baseando-se em critérios de autonomia e heteronomia, em relação a outras variedades relacionadas, assumindo um *status* cultural independente, mas mutuamente inteligível com outras *Aubausprachen* já cooficializadas no Brasil. Para ainda reforçar nossa proposta do Pomerano como uma *Ausbausprache*, retomamos a perspectiva de Fishman (2008) apresentada anteriormente, que reforça nossa tese de analisar o Pomerano no Brasil no âmbito de sua *Sprachenpolitik*, ou seja, a partir das ações glotopolíticas de manutenção, revitalização, reconhecimento e sua cooficialização como uma língua brasileira.

O Pomerano no Brasil: ações glotopolíticas e (neo)autoctonia

Englobando os conceitos relacionados à *Sprach-* e *Sprachenpolitik* (política de *corpus* e de *status*) já abordados anteriormente, destacamos a seguir o campo de estudo da *Gltopolítica* e selecionamos para discussão a visão de Guespin e Marcellesi (1986), traduzidos por Bagno no capítulo 1 do presente livro e comentada por Lagares no capítulo seguinte.

A partir do texto em original,¹⁷ inferimos que a Gltopolítica surge para neutralizar a oposição entre *langue* e *parole*, e designar os vários enfoques e ações que uma sociedade tem sobre o uso de línguas, tanto os conscientes como os não conscientes. Essas ações, segundo Guespin e Marcellesi, podem tanto ser no âmbito da língua, como por exemplo, na criação de uma norma escrita para determinado idioma, ou da fala, quando uma variedade é proibida ou estigmatizada. Portanto, qualquer ação que interfira de forma política na *língua* e/ou na *fala*, é um ato gltopolítico.

Sobre o emprego do termo, Guespin e Marchellesi (1986, tradução de BAGNO, neste volume) nos mostra que o termo gltopolítica pode ser utilizado tanto para a evocação das práticas quanto para a designação de análise. Desse modo, a Gltopolítica é, portanto, ao mesmo tempo uma prática social, à qual ninguém escapa, pois faz-se gltopolítica sem saber, seja um simples cidadão ou o ministro da economia, e tem a vocação de se tornar uma disciplina de pesquisa, um ramo hoje necessário da sociolinguística (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, tradução de BAGNO, neste volume).¹⁸

¹⁷ "Gltopolitique est nécessaire pour englober tous les faits de langage où l'action de la société revêt la forme du politique" (GUESPIN; MARCELLESI, 1986).

¹⁸ "Le terme gltopolitique peut être utilisé à deux fins: à la fois pour l'évocation des pratiques et pour la désignation de l'analyse ; la gltopolitique est donc à la fois une pratique sociale, à laquelle nul n'échappe (on « fait de la gltopolitique sans le savoir », qu'on soit simple citoyen ou ministre de l'économie), et elle a vocation à devenir une discipline de recherche, une branche aujourd'hui nécessaire de la sociolinguistique."

Em um enfoque mais recente aos estudos glotopolíticos, Lagares (2011) levanta algumas questões necessárias à abordagem glotopolítica em duas perspectivas: a vertical e a horizontal:

De acordo com uma perspectiva vertical, deveria ser capaz de relacionar os fatos normativos ou antinormativos mais banais com decisões políticas especificamente relacionadas com a ação sobre a situação linguística. Num plano horizontal, espera-se que uma abordagem glotopolítica dê atenção também a toda decisão que modifica de algum modo as relações sociais e que tem consequências na linguagem (LAGARES, 2011, p. 98).

Nessa temática, recorremos também ao recente estudo de Mazzelli (2018), que ao tratar do uso do Pomerano no município de Santa Maria do Jetibá (Espírito Santo) afirma ser a Glotopolítica uma abordagem que abarca tanto as acepções de política linguística, quanto as de planejamento linguístico. Sustenta em seu trabalho que a perspectiva glotopolítica de análise fornece ferramentas necessárias para compreender as ações de resistência linguística comunitária, resultantes na manutenção da língua no *locus* e cita como agentes glotopolíticos não somente a comunidade pomerana, o Estado brasileiro, a Igreja Luterana, mas também indivíduos que fazem parte de comunidades políticas e sociais cada um com diferentes alvos de interesse em diferentes situações de práticas linguísticas.

Podemos assim concluir que a partir de ações glotopolíticas, o Pomerano pode ser analisado como uma *Ausbausprache*, a partir de seu uso no Brasil no âmbito do desenvolvimento de sua *Sprachenpolitik*.

No que se refere à questão da (neo)autoctonia, partimos de um estudo anterior em foi apresentada uma descrição pormenorizada dos aspectos históricos, políticos e linguísticos do uso do Pomerano em nosso país (SAVEDRA; MAZZELLI, 2017).

Na época da imigração para o Brasil (1859), a Pomerânia era dividida entre Pomerânia Ocidental - Vorpommern - e Pomerânia Oriental - Hinterpommern. Com a derrota da Alemanha e o fim da II Guerra Mundial em 1945, a Pomerânia Oriental é anexada à Polônia, território até hoje polonês, e a Pomerânia Ocidental passa a fazer parte da República Democrática Alemã, sob domínio da União Soviética. Mais tarde, com a reunificação alemã em 1990, Vorpommern foi incorporada ao atual estado de Mecklenburgo-Pomerânia Ocidental, na atual Alemanha. Vale ainda considerar a Conferência de Potsdam e a divisão territorial da Pomerânia entre Polônia e a República Democrática Alemã. Soviéticos e poloneses expulsaram os povos germânicos que residiam ao leste do rio Oder e Neisse e forçaram uma “russificação” (JACOB, 1992 apud MAZZELLI, 2018). Foi então que

o território conhecido como Pomerânia desaparece e o povo que ali vivia se dissipou, migrando para outras localidades e, como muito bem pontua Mazzelli, “restando apenas as tradições e memórias transmitidas geracionalmente e mantidas pelos descendentes dos imigrantes”. Tais tradições são ainda encontradas nas regiões de imigrantes pomeranos no Brasil.

Na verdade, para os brasileiros a imigração pomerana fica reconhecida como uma *imigração germânica, alemã*, como exemplificado na tabela de Franceschetto (2014 apud MAZZELLI, 2018), onde podemos identificar que dos 4.866 imigrantes que foram considerados “alemães”, 82% deles dispunham de informações que caracterizavam as regiões de origem. A partir disso, sabendo que 18% careciam dessas referências de origem, podemos afirmar que o número de imigrantes oriundos da região da Pomerânia pode ser ainda maior do que a apresentada na tabela a seguir.

Tabela 1 - Imigrantes pomeranos identificados como alemães

Alemães de acordo com as regiões de origem		
Regiões	Imigrantes	%
Pomerânia	2.261	56,3
Renânia-Palatinado	305	7,6
Hesse	257	6,4
Saxônia	246	6,1
Renânia do Norte-Vestfália	189	4,7
Brandenburg	163	4,1
Prússia	149	3,7
Baviera	111	2,8
Baden-Württemberg	87	2,2
Baixa Saxônia	36	0,9
Alta Saxônia	35	0,9
Schleswig-Holstein	30	0,7
Outras	149	3,7
Sem referência	887	–

Fonte: Franceschetto (2014, p. 941)

Nossa proposta de considerar o Pomerano como uma variedade brasileira (neo) autóctone parte do pressuposto da relação dos pomeranos com a terra (*Land*), com o seu enraizamento no território por longo período de tempo e pela vitalidade do uso da língua e cultura pomeranas.

No que se refere ao conceito de *Land*, quando os pomeranos chegaram ao Brasil lhes foi prometido o recebimento de pequenos lotes de terra, designados pelas direções das colônias (RÖLKE, 2016). Na verdade, eram terras bastante isoladas nas montanhas do Espírito Santo, fato que favoreceu o isolamento das comunidades, que se estabeleceram em locais pouco acessíveis, propiciando o fortalecimento e a sobrevivência de traços identitários linguísticos e culturais. Esta visão de territorialidade na identidade local é reforçada no estudo de Tacke (2015), citada também em nosso estudo de 2017. O autor afirma que tanto o indivíduo, quanto a comunidade são ligados fortemente pelo espaço geográfico, e essa ligação sociocultural faz parte da construção da identidade individual e coletiva.

No estudo de 2017 também mostramos como os termos autóctone e alóctone geram discussão, e propomos a análise a partir do tempo que determinada língua e/ou grupo étnico se encontra em um território, como observam (ZENKER, 2011; TACKE, 2015 apud SAVEDRA; MAZZELLI, 2017).

Em seus estudos sobre autoctonia, Zenker (2011), numa perspectiva antropológica, apresenta uma revisão do termo ‘autochthony’ com base no que vem sendo estudado acerca da etnicidade. Zenker conclui que a indigeneidade deveria ser entendida como uma versão particular constituinte da autoctonia, e que o termo ‘autochthony’ não deveria ser restritamente ligado à categoria indígena, que até então era a terminologia utilizada para se tratar de autoctonia (SAVEDRA; MAZZELLI, 2017, p. 12).

Zenker traça uma ligação entre os indivíduos que criam laços com o território e a autoctonia.¹⁹

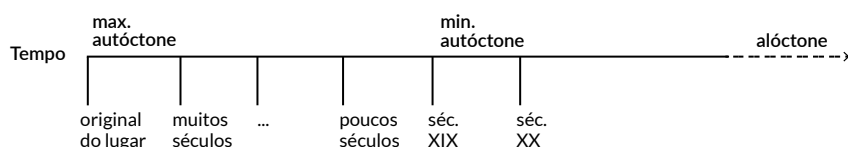
A cooficialização da língua pomerana em oito municípios do Brasil é um exemplo do enraizamento da comunidade pomerana no país. Apoiado na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996), Tacke (2015) afirma que, para uma língua e comunidade linguística serem autóctones, estas devem estar historicamente ligadas ao território e, para isso, classifica os graus de autoctonidade da língua. E, de acordo com os graus de autoctonia apresentados por Tacke (2015), observa-se que a língua

¹⁹ “Conceived of in this way, ‘autochthony’ can be described as a triad in which its three elements – ‘individual’, ‘territory’ and ‘group’ – are causally linked through the interconnections of place of birth/ residence, group membership with land(ed.) rights [...] and shared culture/descent, while thereby being simultaneously situated in time” (ZENKER, 2011, p. 71).

pomerana, ao se fazer presente desde 1859 em território brasileiro, encaixa-se na classificação de “mínima autóctone”, já pertencendo àquela localidade.

A seguir, podemos visualizar o quadro que sugerimos em nosso estudo de 2017 para os graus de autoctonia linguística e propor que o Pomerano é uma variedade (neo) autóctone.

Figura 1 - Graus da autoctonia linguística



Fonte: Savedra e Mazzelli (2017, p. 18)

Estudos recentes (BREMENKAMP, 2014; FOERSTE, 2016), desenvolvidos no Espírito Santo com comunidades de pomeranos, observam que a ligação com a terra é mantida pelos descendentes de pomeranos também nas principais atividades econômicas da região, onde há grande diversidade de produção agrícola, em especial na atividade campesina, como citado por Bahia (2011). Ao reforçar o uso do termo *Land*, termo que em Pomerano significa a unidade familiar e engloba produção, consumo, propriedade, animais, objetos e valores que constituem seu modelo de vida e denotam a ideia de colônia, diretamente ligada ao campesinato e à etnicidade, concluímos assim que o conceito de *Land*, como apresentado por Bahia, representa muito mais que o território por si, mas também a identidade social e a representação de práticas familiares relacionadas à terra, como a divisão do trabalho, herança, comercialização dos excedentes produzidos, entre outras.

Além da *Land*, uma outra ligação que se mostra muito forte para este povo é o uso do Pomerano como variedade de comunicação que expressa a identidade local e tem como marco principal a cooficialização da língua pomerana, iniciada em 2009 e em desenvolvimento até 2017, quando identificamos sua cooficialização em oito municípios do país.²⁰

A cooficialização não somente institucionalizou a grande importância do Pomerano no país para as diferentes regiões e comunidades onde é usado e também como identidade de um povo, o que aprofundou os laços com sua língua e cultura.

²⁰ Atualmente o Pomerano é cooficializado em oito municípios no Brasil: seis no Espírito Santo: Pancas, Laranja da Terra, Domingos Martins, Santa Maria do Jetibá, Vila Pavão e Itarana; um município em Santa Catarina: Pomerode e um município no Rio Grande do Sul: Canguçu.

Entretanto, Savedra e Höhmann (2013) apontam que apesar do uso frequente do pomerano pelos habitantes, a língua se encontra em perigo de extinção, o que poderia classificá-la na escala fornecida pela UNESCO no documento *Language Vitality and Endangerment* (2003), como *definitivamente ameaçada*.

Por isso, incentivados pela política do INDL, ações glotopolíticas são implementadas para a revitalização e cooficialização do Pomerano em alguns municípios brasileiros. Tais ações são reconhecidas pela autora como intervenções de política de *corpus* e política de *status*. Em relação à política de *corpus*, a autora menciona o dicionário criado por Ismael Tressman em 2006, responsável pela primeira tentativa de criar um registro escrito da língua, que serve portanto, como um equipamento linguístico e apoio para a formulação de materiais utilizados pelo Projeto de Educação Escolar Pomerana (PROEPO) desenvolvido na maioria dos municípios onde o Pomerano é oficializado.

Atualmente, o dicionário está sendo revisado por Tressmann, dessa vez, em forma multilíngue, como afirma o autor: pomerano, inglês, alemão, holandês e português. Em relação à política de *status*, a autora menciona a cooficialização do Pomerano em vários municípios a partir de 2009, o que permitiu o uso formal e oficial do Pomerano, que até então havia sofrido a proibição duas vezes, tanto na era de Vargas como na ditadura militar. Savedra ainda cita uma ação muito importante para promover esta variedade: o aplicativo “Aprenda Pomerano”, lançado em 2016, o que tornou possível sua aprendizagem para todos. Outras ações glotopolíticas são ainda citadas por Mazzelli (2018), tais como ações que utilizam aparatos tecnológicos como rádio, internet e redes sociais na difusão da língua e cultura pomeranas. São elas: a) Rádio Pomerana FM, fundada pela Associação de Radiodifusão Comunitária de SMJ em 1998 ; b) o programa *Ümer Lustig* aborda temas diversos, como saúde, violência, educação e religião e, não só faz parte da programação da Rádio Pomerana FM, mas também de outras rádios difundidas no Brasil. Além de ser ouvida via rádio em diversas localidades do Brasil, como visto acima, o conteúdo do programa *Ümer Lustig* também pode ser acessado via internet através da *Pommerisch R@dio TV*²¹, fundada em 2013. Trata-se de uma rádio on-line de programação variada com músicas e narrações feitas prioritariamente em língua pomerana.²²

²¹ Disponível em: <http://www.pomerischradio.com.br/>.

²² Descrição Pommerisch R@dio TV obtida através da página do seu aplicativo para celulares: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.audiobras.pommerisch>.

Considerações finais

Neste estudo, atualizamos reflexões apresentadas em trabalhos anteriores que introduzem a noção de (neo)autoctonia para o estudo do Pomerano no Brasil (SAVEDRA; MAZZELLI, 2017) e incorporamos à discussão os conceitos de *Abstand* e *Ausbausprache*. Para o conceito de *Abstand* recorremos aos estudos de pluricentrismo linguístico e para o conceito de *Ausbau*, buscamos subsídios nas ações glotopolíticas realizadas por diferentes agentes no contexto político linguístico do nosso país nas últimas décadas.

No que se refere à discussão do Pomerano como uma *Abstandsprache* do alemão, ainda estamos desenvolvendo investigações em nosso Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico (LABPEC-UFF) e nos aprofundando na questão filogenética e de inteligibilidade da variedade frente a outras variedades a partir das duas mutações consonânticas no desenvolvimento das línguas germânicas - a *Erste* e a *Zweite- Lautverschiebung*.

No que se refere à questão do reconhecimento do Pomerano como uma *Ausbausprache*, afirmamos que a mesma ainda se encontra em processo de desenvolvimento e a questão da (neo)autoctonia, endossada neste capítulo vêm reforçar o desenvolvimento de tal noção, embasada com fatos pertinentes à história, imigração, identidade, língua, cultura e territorialidade e política, que levam o Pomerano a fazer parte do repertório linguístico do país.

Em toda trajetória do povo pomerano no Brasil, a língua e os valores relacionados à vida campensina e familiar estiveram presentes, e em território campesino, a língua pomerana resistiu, marcando a importante relação que a língua tem com o trabalho, território e família, valores estreitamente relacionados ao conceito de *Land*, transmitidos de geração a geração pelos antepassados imigrantes. E, foi com base nesta transmissão geracional que surgem as ações glotopolíticas que levam ao reconhecimento jurídico do Pomerano como língua cooficial em alguns municípios do país e também ao seu reconhecimento, conforme proposto neste estudo, como uma língua neoautócone brasileira, inserida no contexto pluri- e multilíngue do Brasil.

Com a instauração do Decreto n. 7387 de 9 de dezembro de 2010, que implementa o Inventário Nacional da Diversidade Linguística Brasileira, as minorias linguísticas presentes no Brasil foram institucionalmente reconhecidas em âmbito nacional. O INDL também promove a manutenção e a revitalização de minorias linguísticas no Brasil, inventariando e catalogando essas línguas a fim de criar políticas que permitam fortalecer e promover a diversidade linguística nacional. Para fins de classificação e caracterização, o INDL definiu alguns critérios e procedimentos para que a língua possa ser considerada brasileira: a língua deve ter relevância para a memória e

identidade dos grupos que fazem parte da sociedade brasileira há pelo menos 3 gerações, ou 75 anos (MORELLO, 2012). E, neste quesito, o Pomerano, tem seu grau de vitalidade confirmado: é uma [língua] de imigração, que faz parte do repertório linguístico nacional. Está presente no território brasileiro desde a chegada dos primeiros imigrantes pomeranos há cerca de 160 anos e, mantém um alto grau de vitalidade sendo utilizada por grande parte da população das comunidades de descendentes de pomeranos, como comprovado nos estudos já aqui apresentados. Com um alto grau de vitalidade, a língua pomerana, como língua anteriormente de herança de imigrantes, passou por um processo de cooficialização e faz parte do INDL, tornando-a institucionalmente parte do repertório linguístico brasileiro e é reconhecida como uma “língua brasileira”. E, considerando o tempo no qual a variedade está enraizada no país, reforçamos identificá-la como uma variedade (neo) autóctone brasileira, pois está estabelecida e enraizada em território nacional desde o século XIX.

Reforçamos no capítulo que foi a partir de ações glotopolíticas que atingimos a cooficialização do Pomerano e sua introdução como língua de instrução em alguns municípios.

Lagares, em capítulo do presente livro, ainda reforça que: “Em relação à análise da prática glotopolítica, Guespin e Marcellesi consideram necessário acumular dados sobre os agentes e sobre as instâncias implicadas”. Isso verificamos no percurso descrito por Mazzelli (2018) em sua dissertação de mestrado, quando a autora identifica tais ações no município de Santa Maria de Jetibá, o que pode ser também estudado nos demais municípios onde o Pomerano já é cooficializado e ainda em outros municípios do Brasil, onde já foram desenvolvidos estudos sobre o uso do Pomerano, nos quais o processo de cooficialização ainda não chegou, como por exemplo no estado de Minas Gerais, no citado trabalho de Beilke (2013).

Finalmente, através da relação dos pomeranos com a *Land* e o grau de vitalidade de uso de traços linguísticos e culturais por um longo período de tempo (desde 1859) tais ações foram impulsionadoras para o reconhecimento do Pomerano como uma variedade (neo) autóctone brasileira, variedade representativa de muitas variedades presentes no contexto de um Brasil plurilíngue/multilíngue.²³

²³ Já tratamos em trabalhos anteriores dos conceitos de plurilinguismo e multilinguismo. Os conceitos de “plurilinguismo” e multilinguismo” são utilizados por diferentes autores de forma bastante similar, o que de acordo com SAVEDRA e PEREZ (2017) representa uma escolha arbitrária em relação ao uso dos termos. Diversos este modo, sugerimos o uso da escolha terminológica entre pesquisadores é de caráter bastante arbitrário. Segundo os autores, diversas publicações em línguas germânicas, como o alemão e o holandês não adotam distinções entre multilinguismo e plurilinguismo, como realiza-

Bibliografia

- AMMON, U. Standard variety. In: WIEGAND, H. E. *Sociolinguistics: manual internacional de ciências da linguagem e sociedade*. 2. ed. Berlim: De Gruyter, 2004, p. 273-283.
- _____. et al. *Variantenwörterbuch des Deutschen: die Standardsprache in Österreich, der Schweiz, Deutschland, Liechtenstein, Luxemburg, Ostbelgien und Südtirol sowie Rumänien, Namibia und Mennonitensiedlungen*. 2. ed. Berlim: De Gruyter, 2004.
- BAHIA, J. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BEILKE, N. S. V. Do nativo ao pomerano: as línguas, os dialetos e falares vivos de um Brasil pouco conhecido. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 7, n. 1, p. 263-283, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/DL13-v7n1a2013-14>. Acesso em: 04 ago. 2020.
- BREMENKAMP, E. S. *Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- CALVET, L. J. *La guerre des langues: et les politiques linguistiques*. Paris: Payot, 1987.
- _____. *La sociolinguistique*. Paris: Press Universitaires de France, 1993.
- _____. *Les politiques linguistiques*. Paris: Press Universitaires de France, 1996.
- _____. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.
- _____. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CLYNE, M. *Pluricentric languages: differing norms in different nations*. Berlim: Mouton de Gruyter, 1992.
- _____. Multilingualism. In: COULMAS, F. (ed.) *The handbook of sociolinguistics*. Oxford: Basil Blackwell, 1998, p. 301-314.
- _____. Pluricentric language. In: AMMON, U. et al. *An international handbook of the science of language and society*. Berlim: Walter de Gruyter, 2004, p. 296-300.
- DALEPRONE, L. F.; KUSTER, S. B.; TRESSMANN, I. Programa de educação escolar pomerana (PROEPO). In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2., 2009, Brasília. Disponível em: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_II_congresso_consad/painel_54/programa_de_educacao_escolar_pomerana.pdf Acesso em: 7 set. 2016.

do pelo quadro europeu comum de referência para as línguas, referem-se a ambos com os termos *Mehrsprachigkeit* e *meertaligheid* respectivamente. Como também podemos observar, em publicações de língua inglesa, como as de Romaine (2001) e Clyne (1998), ambos se referem aos fenômenos como *multilingualism*. Desse modo, lançamos mão dos conceitos de plurilinguismo social e plurilinguismo individual. Concordamos com Mackey (2013 apud SAVEDRA; PEREZ, 2017), que as variáveis do plurilinguismo são apenas extensões numéricas do bilinguismo. Por esta razão, utilizamos o termo plurilinguismo para definir o contato, interação e coexistência de duas ou mais línguas.

FISHMAN, J. Rethinking the ausbau–abstand dichotomy into a continuous and multivariate system. *International Journey of the Sociology of Language*, v. 191, p. 17-26, 2008.

FOERSTE, E. Língua pomerana na atualidade: um diálogo sobre patrimônio cultural do povo tradicional pomerano. In: SEIBEL, I. (org.). *O povo pomerano no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2016, p. 1-13.

FRANCESCHETTO, C. *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GLÜCK, H. *Die preussisch-polonische sprachenpolitik: eine studie zur theorie und methodologie der forschung über sprachenpolitik, sprachenbewusstsein und sozialgeschichte am beispiel der preussisch-deutschen politik gegenüber der polnischen minderheit vor 1914*. Hamburgo: Buske, 1979.

GOLTZ, R. H.; WALKER, A. G. H. Northern saxon. In: RUSS, C. V. J. *The dialects of modern german: a linguistic survey*. Londres: Routledge, 2013, p. 31-58.

GUESPIN, L.; MARCELLESI, J. B. Pour la glottopolitique. *Langages*, Malakoff, n. 83, p. 5-34, 1986.

HAUGEN, E. Dialect, language, nation. *American Anthropologist*, Nova Jersey, v. 68, n. 4, p. 922-935, 1966.

KLOSS, H. Abstand languages and ausbau languages. *Anthropological Linguistics*, Bloomington, v. 9, n. 7, p. 29-41, 1967.

_____. *Research possibilities on group bilingualism: a report*. Québec: CIRB, 1969.

_____. Abstandsprachen und Ausbausprachen. In: GÖSCHEL, J.; NAIL, N.; ELST, G. *Zur theorie des dialekts: aufsätze aus 100 jahren forschung mit biograph*. Wiesbaden: F. Steiner, 1976, p. 301-322.

LAGARES, X. C. O galego em seu labirinto: breve análise glotopolítica. *Letras*, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 97-128, jan./jun. 2011.

MAZZELLI, L. *Ações glotopolíticas em Santa Maria de Jetibá - ES: em evidência a língua pomerana*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MONTEAGUDO, H. Variação e norma linguística: subsídios para uma (re)visão. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 16-48.

MORELLO, R. A. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Gragoatá*, Niterói, v. 17, n. 32, p. 32-42, 2012.

MUHR, R. Linguistic dominance and non-dominance in pluricentric languages: a typology. In: _____. (ed.). *Non-dominant varieties of pluricentric languages: getting the picture*. Frankfurt: Peter Lang, 2012, p. 23-48.

- RÖLKE, H. R. *Raízes da imigração alemã: história e cultura alemã no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.
- ROMAINE, S. Multilingualism. In: ARONOFF, M.; RESS-MILLER, J. (eds). *The handbook of linguistics*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 512-532.
- SAVEDRA, M. M. G. O desenvolvimento da língua alemã. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 277-298.
- _____.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*, Niterói, v. 17, n. 32, p. 11-27, 2012.
- _____.; HÖHMANN, B. Das plurizentrische deutsch in brasilien und die regionale koofizialisierung eines ostniederdeutschen dialekts. In: SCHEIDER-WIEJOWSKI, K.; KELLERMEIER-REHBEIN, B.; HASELHUBER, J. (orgs.). *Vielfalt, variation und stellung der deutschen sprache*. Berlim: De Gruyter, 2013, p. 411-426.
- _____. A língua pluricêntrica alemã em variedades dialetais no contexto plurilíngue do Brasil. In: _____.; MARTINS, M. A.; HORA, D. *Identidade social e contato linguístico no português brasileiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015, p. 147-164.
- _____.; MAZZELLI, L. A língua pomerana em percurso histórico brasileiro: uma variedade (neo)autóctone. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 6-22, 2017.
- _____.; PEREZ, G. M. H. Plurilinguismo: práticas linguísticas de imigrantes brasileiros no Suriname. *Organon*, Porto Alegre, v. 32, n. 62, p. 1-16, 2017.
- SCHAFFER, S. C. B.; MEIRELES, A. R. Descrição sonora da língua pomerana. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 46-55, 2014.
- SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (eds.). *Ethnologue: languages of the world*. 20. ed. Dallas: SIL International, 2018. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- TACKE, F. *Sprache und raum in der romania: fallstudien zu belgien, frankreich, der schweiz und spanien*. Berlim: De Gruyter, 2015.
- TRESSMANN, I. *Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- _____. *Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português: pomerisch portugijssich wöirbauk*. Santa Maria de Jetibá: Secretaria de Educação, 2006.
- _____. Pomerano: uma língua baixo-saxônica. *Educação, Cultura, Sociedade: revista da Farese*, Santa Maria de Jetibá, v. 1. p. 10- 21, 2008.
- TRUDGILL, P. Globalisation and the Ausbau sociolinguistics of modern Europe. In: DUSZAK, A.; OKULSKA, U. (eds.). *Speaking from the margin: global english from a european perspective*. Frankfurt: Peter Lang, 2004, p. 35-49.

UNESCO. *Declaração universal dos direitos linguísticos*. Barcelona, jun. 1996.

_____. *Language, vitality and endangerment*. Paris, mar. 2003.

WEINREICH, U. Is a structural dialectology possible? *Word* 10, Londres, v. 10, n. 2-3, p. 388-400, 1954.

ZENKER, O. Autochthony, ethnicity, indigeneity and nationalism: time-honouring and state-oriented modes of rooting individual-territory-group triads in a globalizing world. *Critique of Anthropology*, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 63-81, 2011.

Migração, diglossia e identidade: a língua e a cultura galegas em Buenos Aires

Henrique Monteagudo

Instituto da Língua Galega

Universidade de Santiago de Compostela

Facundo Reyna Muniain

Universität Bremen

Iberoromanische Sprachwissenschaft

Introdução

A Galiza se caracterizou, no transcurso da sua história, por um importante excedente demográfico. Assim, a partir de meados do século XIX, como o país ficou em posição periférica no processo de desenvolvimento capitalista e em situação de dependência de um estado centralista que negligenciava os seus interesses, boa parte da população galega se viu forçada a emigrar (VILLARES, 2014, p. 338-346). Esse fluxo se encaminhou à América como um destino preferencial: de 1850 até 1960 (datas de início e fim do grande ciclo de migração galega transoceânica), entre um milhão e meio e dois milhões de galegos cruzaram o Atlântico e mais da metade deles se estabeleceu definitivamente nas terras de destino. Para avaliar a dimensão do êxodo em relação à demografia da própria Galiza, deve-se levar em conta que a população atual desta é inferior a três milhões de pessoas. Após 1960, a emigração galega continuou, mas em direção aos países mais industrializados da Europa Ocidental, particularmente a Suíça, República Federal da Alemanha, Países Baixos e Reino Unido.

A emigração galega se espalhou por todo o continente americano, mas se dirigiu de forma particularmente intensa a dois destinos: Cuba, que foi o principal destino até o início do século XX, e o Rio da Prata, que substituiria a ilha caribenha como o principal destino ao longo das três

primeiras décadas do século XX, mas mais tarde recebeu uma nova onda, que começou ao final da década de quarenta e durou até aproximadamente 1960. Cuba foi o destino escolhido por 1/3 dos emigrantes galegos para a América, Argentina por quase a metade, e os 20% restantes são compartilhados por Uruguai, Brasil e Estados Unidos, embora Venezuela e México também tenham atraído muitos migrantes nos anos 1950 e 1960. Em suma, o principal foco de atração para os emigrantes galegos nos tempos modernos tem sido o Rio da Prata e particularmente a cidade de Buenos Aires, foco da presente contribuição.

A importância da migração na formação da Argentina explica que, neste país, a tradição do estudo de línguas e das comunidades linguísticas de imigração seja notável. Trabalhos de inestimável valor como os desenvolvidos por Fontanella de Weinberg e a sua equipe (1979; 1991) tratam de casos como a comunidade italiana, ou mesmo outros como os alemães do Volga ou a dinamarquesa, quantitativamente de muito menor peso do que a comunidade galega na Argentina. Porém, até hoje, a comunidade galega na Argentina ainda não recebeu a atenção que merece, embora tenham sido feitos alguns estudos muito interessantes dos processos de manutenção ou de assimilação linguística e cultural dos emigrantes galegos em vários estados da América do Sul, principalmente no Uruguai, Brasil e também na Argentina (BARRIOS; RIVERO, 1997; GUGENBERGER, 2000; 2001; 2011; GUGENBERGER; SOTO ANDIÓN, 2002).

O propósito do nosso artigo é, em primeiro lugar, chamar a atenção para a importância da comunidade galego-descendente na cidade de Buenos Aires e para o interesse da pesquisa acadêmica sobre os processos de assimilação / manutenção ou recuperação da língua e da identidade de origem nos contextos migratórios, no caso de uma língua minoritária como o galego. Para tanto, tentaremos mostrar como uma comunidade periférica de origem (periférica não tanto por causa da sua situação geográfica, mas pela sua subordinação socioeconômica e política) falante de uma língua minoritária, consegue se adaptar dinamicamente a um ambiente metropolitano, mantendo — pelo menos, parcialmente — a identidade de origem. Mas também queremos salientar que a emigração tem um “efeito rebote” sobre as dinâmicas etnolinguísticas, culturais e de identidade do país de partida. Em outras palavras, pretendemos assinalar como as dinâmicas sociolinguísticas, etnoculturais e glotopolíticas das comunidades migrantes interagem com as comunidades de origem. O caso da Galiza apresenta um interesse particular nesta matéria, como esperamos mostrar.

A língua galega: da minorização a uma (precária) normalização

Antes de continuar, é conveniente nos determos brevemente a caracterizar a condição do Galego como idioma minorizado ou regional na Europa. O Galego tem uma origem comum com o Português, mas, depois de experimentar uma emergência como língua escrita e literária a partir do século XIII, desde o século XV foi expulso da escrita, dos âmbitos de poder e da alta cultura, âmbitos que ocupou o Castelhana. Assim, a partir do fim da Idade Média, o Galego manteve um contato próximo numa relação de diglossia funcional e social com o seu vizinho, o Castelhana. O Galego ficou reduzido durante três séculos ao uso oral (*Séculos escuros*) e progressivamente foi abandonado pelas classes dirigentes em favor do Castelhana, língua do poder, das classes dominantes, da comunicação escrita e da alta cultura na Galiza (MONTEAGUDO, 1999). Em vista disso, não é de estranhar que o Galego fosse considerado, do ponto de vista linguístico, dialeto ou variedade do Português e, do ponto de vista sociolinguístico, dialeto ou variedade subordinada ao Espanhol.

No entanto, desde o século XIX, iniciou um processo de revitalização, primeiro como linguagem poética e literária e, em seguida, também como linguagem pública e política. A obra *Cantares Gallegos* do poeta Rosalía de Castro, publicada em 1863, marcou o fim dos *Séculos escuros* e o começo do *Rexurdimento* (MONTEAGUDO, 1999). Mais adiante, chamaremos a atenção para a importância da contribuição das comunidades emigrantes na América, em particular em Cuba e Argentina, ao processo de reivindicação da língua e da cultura galegas a partir das últimas décadas do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, o Galego experimentou uma vigorosa revitalização como língua literária, em paralelo ao surgimento de um movimento político e cultural galeguista que reivindicava a importância da língua própria como elemento fulcral numa identidade nacional diferenciada, em que se apoiava a reclamação de um Estatuto de Autonomia para a Galiza. Durante a IIª República (1931-1939), conseguiu-se a aprovação de tal Estatuto, mas o triunfo do levantamento militar fascista de 1936 impediu a inserção em prática da Autonomia, desatou a perseguição do movimento galeguista e provocou uma nova marginalização da língua galega.

Durante os quase quarenta anos que durou a ditadura de Franco (1936-1975), o galeguismo, assim como o uso público do Galego, foi severamente perseguido e o próprio idioma sofreu um forte desprestígio. Nos momentos mais difíceis do pós-guerra e da ditadura, a cultura de expressão galega e o cultivo de Galego, reprimido na terra de origem, se refugiaram nos países de acolhimento dos exilados. Assim, nas décadas de 1940 e 1950, Buenos Aires se tornou a capital da cultura galega.

Após a ditadura (1975) e a aprovação da Constituição espanhola de 1978, o Galego foi reconhecido como língua cooficial no Estatuto de Autonomia da própria Galiza (aprovado em 1980) e desde então é promovido pelo governo e pelas instituições autônomas da Galiza. De acordo com os dados mais recentes, o galego é a língua inicial ou materna de cerca de dois terços dos habitantes da comunidade autônoma e é usado como uma linguagem habitual da comunicação oral por mais da metade destes. Isto significa que há cerca de dois milhões de falantes na própria Galiza e aproximadamente meio milhão de falantes espalhados pelo mundo. Portanto, apesar de sua história secular de marginalização, o Galego é, dentre as línguas regionais ou minoritárias da Europa, uma das que mantêm mais altas taxas de vitalidade (NELDE, 1996).

O processo de institucionalização da língua galega, que começou com o desenvolvimento da autonomia, favoreceu um reforço inquestionável da identidade étnico-cultural galega e uma melhoria relativa do prestígio da língua, com efeitos também nas comunidades migrantes, como veremos.

Galegos em Buenos Aires: de camponeses galego-falantes a urbanitas bilíngues

A presença da imigração galega em Buenos Aires já foi significativa nos tempos coloniais, quando a ligação comercial entre A Coruña e o Rio da Prata facilitava para que os galegos fossem o principal grupo ibérico na Argentina. Deste período procede a utilização do etnônimo *gayego* como sinônimo de *español* – uso geral tanto na Argentina como em Cuba, – que mais tarde (na época da luta pela independência) iria adquirir conotações negativas, conotações que com o passar do tempo tomariam acentos de marcado desprezo. Enquanto isso, no final do século XIX, a Argentina passou de uma etapa *criolla*, após a independência, a um estágio “aluvial”, caracterizado por um forte crescimento da população abastecido por uma intensa migração, em que se destacavam os componentes Italiano (o maior) e Espanhol (incluindo o Galego, que representava mais da metade deste): o país passou de menos de dois milhões de habitantes em 1869 para mais de onze por volta de 1930. Esta população estava concentrada nas cidades, sobretudo na capital. Buenos Aires passou de 432 mil habitantes em 1887 para atingir, em 1936, nada menos que 2,4 milhões de habitantes, dos quais 36% eram considerados estrangeiros.

Destarte, na primeira metade do século passado, Buenos Aires se tornou rapidamente uma das grandes metrópoles do planeta: era a segunda cidade latina no mundo, depois de Paris, e a terceira em que mais espanhóis viviam, depois de Madri e Barcelona. Era tipicamente comparada com a capital da

França, considerada a metrópole exemplar no mundo ocidental, ao ponto de ser conhecida como a “Paris do Sul”. A sua condição de metrópole escondia uma grande diversidade étnica. Era uma metrópole plural, mas com fracas barreiras étnicas e culturais entre as suas diferentes comunidades, pelo menos em comparação com outras cidades americanas de intensa emigração, como Nova York ou Chicago. Além disso, a portenha era uma sociedade muito urbanizada e com um notável terceiro setor, muito avançada a este respeito em relação à maioria das sociedades europeias, que ora estavam ainda ruralizadas (como a Espanhola e, muito mais, a Galega), ora se achavam em estágio industrial (como as sociedades da Europa Central).

Quase todos os migrantes que deixaram a Galiza eram de origem camponesa. Na verdade, a região era habitada por uma população predominantemente rural (quase 90%), caracterizada por uma elevada dispersão em pequenas aldeias e minúsculos lugares, até um total de nada menos que 40 mil povoados. Além disso, durante o período de crescimento da migração para a América, a predominância de monolinguismo em Galego fora das pequenas cidades da Galiza era esmagadora: os migrantes eram em sua maioria camponeses falantes de Galego (principalmente monolíngues) e boa parte analfabetos ou escassamente alfabetizados (MONTEAGUDO, 1999, p. 330). Além dos testemunhos da época, podemos apresentar os resultados dos inquéritos sociolinguísticos realizados na Galiza nas últimas décadas. A partir dos dados coletados no *Mapa Sociolingüístico de Galicia* de 1992, estima-se que o Galego era a língua habitual única de 88,5% dos nascidos em 1877 e de 71,6% dos nascidos em 1924 (FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ; RODRÍGUEZ NEIRA, 1995, p. 53). Como observou o linguista espanhol Amado Alonso, muitos dos milhares de galegos que enxameavam em Buenos Aires na década de 1930 “vinieron a aprender el español aquí”, dado que “solo lo conocían, al llegar, de modo deficiente” (ALONSO, 1935 apud LOJO, 2016). Portanto, é óbvio que a língua predominante de imigrantes galegos na sua chegada à América foi a galega.

Em contraste com a sua origem, majoritariamente rural, a emigração galega para a América se instalou maciçamente em áreas urbanas. Assim, os emigrantes galegos no Rio da Prata estabeleceram-se preferencialmente em Montevideu e, muito especialmente, em Buenos Aires e sua periferia (VILLARES, 2014, p. 475-476). De acordo com estimativas recentes, na década de 1930, 10% dos habitantes desta cidade, cerca de 240 mil, eram galegos – isto é, imigrantes de primeira geração –, de modo que a capital do Prata se tornou a urbe do mundo em que mais galegos viviam, dado que naquele tempo as duas principais cidades da Galiza, a Coruña e Vigo, não ultrapassavam os 50 mil habitantes cada uma. Hoje vivem em Buenos Aires e a sua

área metropolitana em torno de 800.000 galego-descendentes (de primeira, mas, sobretudo, de segunda, terceira e quarta gerações).

Portanto, camponeses que quase não conheciam mais do que a sua aldeia, que quase não passaram pela escola e que mal conseguiam falar castelhano, de repente se viram no meio de uma das cidades mais vibrantes e cosmopolitas do planeta. O caráter maciço da emigração galega e sua radicação urbana constituem um ambiente propício para a criação de uma densa rede de associações que, juntamente com a acusada endogamia (sete em cada dez galegos de primeira geração casaram com um conterrâneo), foram fatores fundamentais para a manutenção de uma identidade étnico-cultural forte (VILLARES, 2014, p. 479-484). A influência das redes de familiares e conterrâneos é um dos fatores mais fortes para explicar esta concentração galega na capital, ou melhor, em certos bairros da capital. Em uma amostra de mais de 2.500 indivíduos residentes em Buenos Aires procedentes de várias populações espanholas no período 1902/1930, verificou-se que apenas 9% viviam a mais de quatro blocos de distância de um compatriota. Os galegos eram, portanto, mais *portenhos* do que argentinos.

O peso e a concentração da comunidade galega na Argentina poderiam ter dado como resultado que a sua língua desfrutasse de uma posição de importância entre as línguas de migração (GUGENBERGER, 2000, p. 43). No entanto, apesar da força das suas associações e em contraste com a manutenção da sua identidade étnico-cultural, a presença maciça do galego no Rio da Prata não teve um impacto proporcional na manutenção ou presença pública da língua galega (BARRIOS; RIVERO, 1997, p. 55). Podemos perguntar-nos pelas razões disto.

A investigadora Maria Rosa Lojo tem assinalado que a identidade etnocultural dos emigrantes galegos estava (e ainda está) frequentemente *mascarada* (LOJO, 2016), em parte como resposta aos preconceitos contra os galegos, difundidos na sociedade argentina (LOJO, 2008); se bem que outros investigadores sustentam que os preconceitos contra os emigrantes galegos não foram mais marcados dos que os sofridos por outros grupos, tais como judeus e italianos (NÚÑEZ SEIXAS, 2002, p. 102). A escassa presença pública da língua e da cultura propriamente galega, assim como a desatenção à comunidade galega por parte dos investigadores das comunidades emigrantes na Argentina poderiam estar relacionadas à própria ocultação da identidade de origem pelos emigrantes galegos, escondida sob uma outra de maior prestígio, a identidade espanhola (eis o *maskamento* de que fala Lojo), associada a um desejo de integração e de promoção social na sociedade de acolhimento: daí as estratégias de assimilação linguística e cultural tão rápida e completa quanto possível (LOJO, 2016).

Porém, nos últimos tempos, se verifica a multiplicação de esforços para a manutenção e revitalização da etnicidade galega na Argentina e, especificamente, em Buenos Aires, protagonizados principalmente por galego-descendentes de terceira geração, com uma notável presença de jovens totalmente integrados à sociedade argentina, dotados de estudos universitários e com perfis profissionais de tipo colarinho branco, muito diferentes dos emigrantes pobres, analfabetos ou pouco alfabetizados e envolvidos em trabalho manual nos ramos da hotelaria, comércio, transporte, típicos dos emigrantes galegos (NÚÑEZ SEIXAS, 2007; REYNA MUNIAIN, 2015).

A cultura galega na Argentina e sua importância para a Galiza metropolitana

A dinâmica associativa da comunidade galega na Prata vem de longe. Depois da experiência do primeiro *Centro Gallego* de Buenos Aires (1879-1892), em 1907 se fundou com o mesmo nome a instituição que é referência inevitável do associacionismo galego na América (VÁZQUEZ VILLANUEVA; SÁNCHEZ MILLARES, 1993). O *Centro Gallego* combinou seu papel comunitário, funcionando como hospital, mutual e farmácia, com uma notável (por momentos, febril) atividade cultural. Nos seguintes anos, constituíram-se numerosas sociedades recreativas, beneficentes e políticas. A expansão foi de tal envergadura que em 1930 já funcionavam por volta de 400 entidades galegas na urbe portenha (TILVE ROUCO, 2007, p. 29), boa parte delas aderidas à Federação de Sociedades Galegas (DÍAZ, 2007).

Por outra parte, as comunidades emigrantes também desempenharam um importante papel modernizador da sociedade galega e, em particular, na reivindicação de sua língua e identidade específicas. Assim, as ações impulsionadas pelos emigrantes galegos na América propiciaram a transformação socioeconômica, cultural, social e política da Galiza (NÚÑEZ SEIXAS, 1998; CAGIAO VILA, p. 1999; VILLARES, 2014, p. 342-346, 498-504). Tal é o caso de iniciativas extraordinárias, como a fundação de escolas para a população camponesa na Galiza, não devidas à generosidade de mecenas individuais, mas levantadas mediante pequenas contribuições de modestos emigrantes (PEÑA SAAVEDRA, 1991; 2013).

O apoio das comunidades emigrantes também resultou decisivo na reivindicação da língua e da cultura galegas desde o século XIX (MONTEAGUDO, 2001, p. 117-118). Basta lembrar a publicação de obras como *Follas Novas*, da já citada Rosalía de Castro, considerada uma das mais importantes da literatura galega e uma das mais significativas do *Rexurdimento*, que se publica em Havana em 1880, financiada por uma associação de emigrantes.

São muitas as publicações periódicas em galego aparecidas na América desde finais do século XIX (PEÑA SAAVEDRA; FERNÁNDEZ SANTIAGO, 1998). A mesma fundação, em 1905, da Real Academia Galega, cujo principal objetivo é a defesa, codificação e cultivo do idioma galego se deve ao apoio moral e econômico das coletividades emigrantes (BARREIRO FERNÁNDEZ; VILLARES, 2007; LÓPEZ VARELA, 2001).

No entanto, foi talvez nos anos posteriores ao levantamento militar de Francisco Franco e durante o seu regime ditatorial (1939-1975) que a comunidade galega em Buenos Aires adquiriu clara relevância histórica. Nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta do século passado, a metrópole portenha teve um papel chave para a história da língua e da cultura galegas ao tomar para si a defesa das liberdades e da língua e cultura galegas (MACEIRA FERNÁNDEZ, 1995; VILLARES, 2014, p. 485-497). O exílio em massa de intelectuais galegos por causa da Guerra civil (1936-1939) e a conseguinte instauração da ditadura fascista na Espanha em 1939 veio a introduzir uma inflexão na coletividade galega do Prata. A mobilização em apoio ao governo da República durante a contenda e a chegada em massa de exilados políticos nos anos da guerra e do imediato pós-guerra supuseram um revulsivo político e cultural para a comunidade (DÍAZ, 2007; NÚÑEZ SEIXAS, 1993; VILLARES, 2014, p. 486-493), do mesmo modo que aconteceu em Montevideu e na Cidade do México.

A produção cultural originada pela coletividade galega se incrementou em quantidade, variedade e qualidade, de programas de rádio em galego e conferências acadêmicas até publicações de livros ou revistas. Tudo isto não apenas foi importante para a divulgação da cultura e da língua da Galiza, mas para seu posicionamento dentro do espaço cultural argentino e latino-americano (VILLARES, 2014, p. 486-498).

Durante as décadas de 1940 e 1950 do século passado, em Buenos Aires se encontravam os grandes nomes do mundo político e cultural da Galiza. Foi nesta mesma cidade onde estabeleceu sua sede o Consello de Galiza, tipo de governo autônomo galego no exílio. Também ali aconteceu em 1956 o Primeiro Congresso da Emigração Galega, meta histórica que reuniu as duas Galizas, “a Galicia territorial e a do desterro; entre os que tiñan ideas afíns nunha e outra banda do Atlántico” (NEIRA VILAS, 2001, p. 14; FERNÁNDEZ SANTIAGO, 2006). Ali também viveu seus últimos anos Alfonso Castelao, artista e intelectual líder do galeguismo progressista, que desenvolveu um intenso ativismo cultural e político no exílio e estreou em 1941, em Buenos Aires e posteriormente em Montevideu, sua obra teatral em galego *Os vellos non deben de namorarse* (MONTEAGUDO, 2016). Castelao considerou Buenos Aires, segundo suas próprias palavras, como “a metrópole da Galiza ideal”,

uma Galiza ideal que ele começa a conceber como uma comunidade dispersa, diaspórica, não cingida à terra de origem, com uma capital também ideal na urbe portenha, onde acabaria seus dias em 1950.

Todos estes fatos, somados ao florescimento de centros de agrupamentos e associações galegas e à imensa quantidade de galegos residentes, como indicamos anteriormente, fizeram de Buenos Aires a capital de fato da Galiza livre. Em resumo, no Prata, a língua e a cultura galegas acharam refúgio da barbárie fascista que as ameaçava em seu país de origem. Isto favoreceu uma mudança das representações da língua e da identidade galegas no seio da própria comunidade emigrante, num sentido reivindicativo e revalorizador, que de fato já se tinha iniciado em décadas anteriores como consequência do auge do nacionalismo galego na Galiza e de seu notável impacto em setores da coletividade emigrante do Prata (FARÍAS, 2010; DÍAZ, 2007).

Foi provavelmente graças ao caráter cosmopolita e multilíngue adquirido pela capital da Argentina nesse período que a língua galega conseguiu não só escapar da perseguição que sofria na Galiza territorial, mas também atingir inclusive um prestígio superior que lhe permitiu um desenvolvimento mais amplo. Testemunha disto é a descrição do ambiente cultural galego-portenho em 1950 que nos oferece de primeira mão Xosé Neira Vilas, ele mesmo emigrante chegado à Argentina no começo da década de 1950:

En Buenos Aires, nos anos cincuenta, os galegos sabían que accedían a unhas liberdades que non tiñan no seu país de orixe, entre elas a de poder ler revistas e xornais nos que aparecían traballos, ás veces de contido político, escritos en lingua galega; oían galego na radio, vían representacións teatrais e utilizaban a fala herdada cos paisanos. Nunha cidade onde se falaba italiano, alemán, árabe, quechua, guaraní... era un idioma máis, un dos tantos que circulaban nesa babel étnica e lingüística. Ninguén se burlaba de ninguén porque prescindise do castelán oficial (NEIRA VILAS, 2001, p. 19).

Nesse contexto, começou a se desenvolver a noção, de que antes falamos, de uma “Galiza ideal”, um país que já não se limitava a um território originário lá na Europa, uma comunidade transatlântica, desterritorializada e sem limites definidos. O elemento que daria unidade a essa Galiza ideal seria a manutenção e o desenvolvimento de sua identidade própria, baseada numa cultura diferenciada e numa língua diferente. Em coerência com esta ideia, nascida nos círculos exilados da elite cultural da coletividade emigrante, desenvolve-se um ambicioso programa de aculturação desta em sentido galeguista.

Tratava-se de esticar os referentes identitários locais para criar uma identidade galega não só espontânea (étnica), mas também consciente; tratava-se de superar o folclórico para atingir o cultivado, de conseguir, a partir da

prática informal dos dialetos locais que os emigrantes trouxeram à América, ao menos o reconhecimento, e na medida do possível, o conhecimento do galego culto que os literatos vinham forjando desde os finais do século XIX. O desafio era enorme, e os recursos com que se contava, muito precários. Além disso, o fortalecimento de uma identidade galega que superasse o estágio étnico deveria ser conseguido em concorrência com dois rivais poderosíssimos: o estado espanhol, principalmente, empenhado num processo de nacionalização autoritária em chave centralista e uniformizadora e, mais em diagonal, o estado argentino, que perseguia empenho parecido, embora, pelo menos, não tão autoritário (ou não constantemente autoritário) nem tão diretamente confrontado com as identidades de partida dos emigrantes.

Língua e identidade da comunidade galega imigrante: recuo e revitalização

Dissemos antes que a imensa maioria da população que emigrou da Galiza à América era galego-falante. Portanto, a presença da língua galega em Buenos Aires é antiga e contínua até nossos dias. Como antes assinalamos, o galego é o segundo grupo de imigrantes em número e extensão atrás somente do italiano (GUGENBERGER, 2000, p. 43). No entanto, como também temos assinalado, a presença maciça de galegos no Rio da Prata não teve um impacto proporcional na manutenção e presença pública da língua galega (BARRIOS; RIVERO, 1997, p. 55). Para conhecer mais a fundo e em perspectiva os processos de assimilação linguística e manutenção / abandono da língua dos emigrantes galegos no Prata, devemos recorrer aos trabalhos de Graciela Barrios, realizados nos anos oitenta e noventa e centrados em Montevideu, de Ewa Gugenberger, desenvolvidos entre finais dos 1990 e começos de 2000 em Buenos Aires, e Facundo Reyna, empreendidos na presente década nesta mesma cidade: Graciela Barrios e Ewa Gugenberger centram sua atenção nas primeiras e segundas gerações, Facundo Reyna nas terceiras e quartas.

Entre os fatores que propiciaram o abandono do idioma nativo no Prata foi considerada central a própria condição prévia do Galego como língua estigmatizada e minorizada na própria terra de origem (SAMUELLE LAMELA, 2000, p. 370-373; GUGENBERGER, 2000, p. 47; 2011, p. 128-129; LOJO, 2016), à qual estão associados a procedência rural e o nível socioeducacional baixo dos seus falantes. Neste contexto, o Castelhana rio-platense apresentou-se como língua de progresso social e cultural para os imigrantes, expostos já a este tipo de mensagens (referidos ao Castelhana peninsular) em seu país de origem (BARRIOS; RIVERO, 1997, p. 54; SAMUELLE LAMELA, 2000, p. 370-373; LOJO,

2016). A atitude desdenhosa dos nativos para os galegos era sentida por estes como “unha prolongación da síndrome de aldraxe” sofrida na terra de origem (LOJO, 2016; NÚÑEZ SEIXAS, 2002, p. 126-131). A pesquisadora galego-argentina María Rosa Lojo, a quem já nos referimos, fala de um *mascreamento* da identidade de origem (LOJO, 2016), tornada em *criptoidentidade*: uma identidade de grupo que se mantém e se manifesta para dentro, no endogrupo, mas que se oculta para fora, para o exogrupo.

Em definitiva, apesar da pretensão de oferecer um âmbito propício ao uso da língua, o mesmo tecido associativo articulado pelos imigrantes que contribuiu decisivamente à manutenção de uma identidade etnocultural distintiva não foi efetivo para assegurar sua manutenção e transmissão intergeracional:

El movimiento intelectual galleguista no logró cambiar la actitud de la masa de los migrantes, ni de los ya residentes en Buenos Aires, ni de los que llegaron en los años 50, huidos de la miseria de la posguerra y marcados por el sistema represivo del franquismo (GUGENBERGER, 2011, p. 129).

Os imigrantes galegos de primeira geração se esforçaram por transplantar à Argentina e cultivar ali uma referência marcadamente local: como temos assinalado, durante décadas, existiram, em Buenos Aires, mais de quatrocentas associações galegas, a maior parte de caráter paroquial ou local. Uma das atividades mais importantes dessas associações era a organização das festividades padroeiras de cada localidade, tentando repetir os ritos e celebrações (incluindo os banquetes ao ar livre, com menus típicos) que se realizavam na Galiza territorial. Ainda hoje se podem presenciar essas festas em alguns bairros da capital. Provavelmente, seu esforço por recriar em Buenos Aires a aldeia e a comunidade paroquial de origem reduziu a “argentinização” dos galegos, bem mais tardia do que a dos italianos (LOJO, 2016).

Essas identidades locais estavam associadas a uma fala dialetal, que não só carecia de um referente culto (um inexistente galego culto de referência), pois os emigrantes eram analfabetos em seu próprio idioma, mas que também era sentida em boa parte como um dialeto do castelhano (de fato, funcional e sociolinguisticamente, ainda que não linguisticamente, o era). Além disso, a língua de prestígio hegemônica superposta ao galego na Espanha era a mesma que a língua de integração na Argentina: o Castelhana. O núcleo galeguista não conseguiu que a massa de emigrantes transferisse ao galego culto a lealdade conservada (mais ou menos) à fala local. O Galego conseguiu um verdadeiro prestígio simbólico, mas reservado apenas às celebrações rituais da comunidade, de caráter folclórico ou paralitúrgico (ZUBILLAGA, 2015).

Autonomia da Galiza e recuperação da língua e identidade imigrante

Tendo cessado o movimento migratório desde o começo da década de 1960 e apagado inexoravelmente o fogo de um exílio que se estava a extinguir biologicamente, nas décadas finais do passado século, parecia que a sorte estava jogada contra a sobrevivência da língua e da identidade da comunidade galego-descendente na Argentina. Mas, como antes assinalamos, o final do franquismo e a instauração da democracia na Espanha propiciaram a aprovação do Estatuto de Autonomia da Galiza (1980), com o estabelecimento de um governo (*Xunta de Galicia*) e um parlamento autônomos e o reconhecimento da cooficialidade do idioma galego. Ainda que lento e trabalhoso, o processo autonômico acabou fortalecendo a identidade galega e prestigiando o idioma, agora utilizado na vida pública e nos centros de ensino. E este fenômeno, reforçado por uma (hesitante) ação exterior do governo galego (com especial impacto nas comunidades da emigração) não deixou de ter consequências na própria Argentina. Sem dúvida, contribuiu a este impacto a maior facilidade para a comunicação entre um e outro lado do Atlântico (e entre os dois hemisférios) e, nos últimos tempos, o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação: a onipresente rede (CAMPOS, 2007). Precisamente, é a rede de redes que está a oferecer um apoio valiosíssimo ao reforço de uma comunidade desterritorializada, à conversão em realidade virtual daquele projeto visionário de Castelao da “Galiza ideal” de que falamos antes: a comunidade diaspórica que o líder galeguista sonhou em seu exílio.

Atualmente, os focos de difusão da língua galega na cidade portenha encontram-se por uma parte nos centros galegos que contam com cursos de língua, mas também em novas instituições, como o colégio Santiago Apóstolo, fundado em 1998, que dá aulas em língua galega nos cursos de nível primário e secundário (RODRÍGUEZ BRANDEIRO, 2015). Até a chegada dos cortes no investimento público, provocados pela crise econômica mundial, ministravam-se aulas de galego na delegação da Xunta de Galicia em Buenos Aires, onde também se oferecia uma convocação de exames para a obtenção da certificação oficial de língua galega segundo o quadro europeu das línguas, a CELGA. Aliás, a universidade de Buenos Aires (UBA), desde 1995, e a de Belgrano, desde 1989, contam com convênios, financiados pela Xunta de Galicia para a difusão da língua e cultura de Galiza. Na Universidade de Belgrano, criou-se um Instituto Universitário de Estudos Galegos com um enfoque cultural (LOZANO BRAVO, 2007) e a UBA acolhe a Cátedra livre de estudos galegos Alfonso Castelao, com um marcado

perfil sociolinguístico (VÁZQUEZ VILLANUEVA, 2009). Por esta última, passaram várias gerações de pesquisadores que depois levariam adiante novas iniciativas, como o grupo de Leitores Galegos, o coletivo Tira-língua, o Departamento de Língua e Investigação da Fundação Xeito Novo de Cultura Galega ou o Museu da Emigração Galega (MEGA) (CAMPOS, 2007; MARCHIO; REYNA MUNIAIN; WELLER, 2011; REYNA MUNIAIN, 2015; RUY FARÍAS; CHILOTEGUI, 2015). Recentemente, constituiu-se a cátedra Galiza / América promovida na Universidad Nacional del Salvador.

Nos últimos tempos, a partir de um renovado interesse por suas raízes familiares, muitos descendentes de galegos identificam-se e interessam-se pela língua de seus antepassados. Estes netos e bisnetos de galegos, à diferença de seus ancestrais imigrantes (em sua maioria semianalfabetos ou analfabetos), atingem um nível elevado de formação e em alguns casos acedem aos estudos superiores e ao domínio de uma ou duas línguas estrangeiras. Particularmente no campo da revitalização linguística do galego em Buenos Aires, destacam-se nos últimos anos coletivos como Herbas de Prata ou Os Gromos, a eles se somou O Terzo da Fala, constituído por ex-alunos dos cursos de galego que foram ministrados na delegação da Xunta de Galicia em Buenos Aires (O TERZO FALA, 2015).

Este grupo, ao ver descontinuada a oferta docente, organizou-se para continuar a aprendizagem da língua galega em parte autodidaticamente e em parte com o suporte da equipe docente do Colégio Galego Santiago Apóstolo. Ao se constituírem como associações, estabeleceram vínculos com instituições já existentes na coletividade galega com as quais compartilham atividades, como o Centro Lalín ou Centro Betanzos. Um exemplo desta estreita colaboração são os atos comemorativos do Dia das letras galegas realizados na sede do Centro Betanzos e organizados pelo Terzo da Fala, acompanhado por Herbas de Prata e o grupo musical Herba da boa da Fundação Xeito Novo (FERNÁNDEZ, 2007).

Todos estes ativistas da língua galega também participaram ativamente de manifestações organizadas a partir da Galiza territorial a favor da língua galega, como a plataforma Queremos Galego, e, do mesmo modo que já o tinham feito os membros de outras associações galegas em Buenos Aires, participaram dos cursos de galego para estrangeiros organizados em Santiago de Compostela pelo Instituto da Lingua Galega (ILG), em colaboração com a Real Academia Galega (RAG) e a Secretaria Xeral de Política Lingüística da Xunta de Galicia. Ademais estabelecem contato com cada uma das personalidades da vida cultural da Galiza que visita a Argentina, organizando encontros com escritores, músicos ou intelectuais. Em 2015, a Associação Internacional de Estudos Galegos realizou o seu congresso em

Buenos Aires e a importante feira do livro desta cidade teve como cidade convidada Santiago de Compostela. Ambos os acontecimentos favoreceram uma maior presença de escritores, intelectuais e artistas galegos na cidade e deram maior visibilidade pública à língua e à cultura galegas.

Estas iniciativas coletivas, autoconvocadas e voluntárias, interessadas na revitalização do galego e na ativação da cultura, saem do esquema folclorista e institucional, frequentes na coletividade galega nas últimas décadas, e são levadas adiante pelas terceiras e quartas gerações de argentinos de origem galega ou inclusive em mais de um caso sem vinculação familiar com a Galiza. Do que se trata não é tanto de uma volta às raízes, mas da recuperação de memórias enterradas, do resgate de histórias silenciadas, da reivindicação de senhas de identidade previamente reprimidas e estigmatizadas no processo de imposição de uma identidade estado-nacional padronizada, rígida e monolítica – e, ultimamente, internacional e despersonalizada (REYNA MUNIAIN, 2015). A revalorização da etnicidade galega específica não tem só – ou não tanto – um sentido de reparação de uma injustiça histórica nem é uma reação de enclausuramento, mas tem também – ou bem mais – um sentido projetivo de procura de traços singularizadores sobre os quais deve-se estear a afirmação do valor da diversidade e o respeito à diferença, que são pressupostos da igualdade. As novas identidades recriam-se e enriquecem-se, reconhecendo-se como plurais, versáteis, híbridas e mutantes:

A identidade etnocultural galega parece condenada a marxinalidade desde a súa orixe: unha dobre marxinalización, dos propios e dos alleos, que moitos outros colectivos non sufriron [...] Con todo, algunhas cousas mudaron e poden seguir mudando na construción dos imaxinarios, na medida en que a mesma visión de identidades nacionais homoxéneas está en crise e en tanto ningunha identidade, marxinal ou central, permanece estática [...] A nosa identidade galego-arxentina é creativamente mestiza [...] Se hai unha Arxentina galega, non será nunca unha sucursal de Galicia. Os mesmos sentidos de centro e periferia deixaron de ter sentido. Somos o noso propio centro, aínda que poidamos falar galego e mesmo escribir nesa lingua (LOJO, 2015, p. 30).

Além disso, estas iniciativas apoiaram-se de modo decisivo nas redes sociais que surgiram nas últimas décadas graças à difusão das novas tecnologias da informação e da comunicação: o canal internacional da televisão de Galiza e, muito particularmente, a Internet, que abriu a possibilidade do aparecimento de meios de comunicação digitais, e a criação de redes autorreguladas e de canais tão poderosos como o Facebook.

Galiza está, pois, a caminho de constituir uma comunidade-rede transatlântica, desterritorializada, de que fazem parte os galegos emigrados ou galego-descendentes em muitas partes do mundo, particularmente

na América, num processo que desafia a lógica do centro e da periferia. Neste processo, Buenos Aires aparece como um nó muito importante, onde a coletividade galega emigrante aprendeu a se redefinir superando as exigências de uma identidade estado-nacional (argentina ou espanhola) rígida, uniforme e excludente, optando, ao invés, pela identidade múltipla, inclusiva e compatível, uma identidade transatlântica, americana e europeia, argentina e espanhola, sem deixar de ser galega.

Bibliografía

ALONSO MONTERO, X. *As palabras no exilio*: biografía intelectual de Luís Seoane. A Coruña: La voz de Galicia; Vigo: Xerais, 2002.

BARRIOS, G.; RIVERO, R. El proceso de asimilación lingüística en los inmigrantes gallegos residentes en Montevideo. In: ANUARIO DEL CENTRO de Estudios Gallegos. Montevideo: Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1997, p. 45-73.

CAGIAO VILA, P. *Galegos en América e “americanos” en Galicia*: as colectividades inmigrantes en América e a súa impronta na sociedade galega, séculos XIX-XX. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1999.

CAMPOS, D. Los blogs como espacio de construcción de una identidad gallega en la diáspora: tres blogs escritos desde Buenos Aires. In: FARÍAS, R. (comp.). *Buenos Aires gallega*: inmigración, pasado y presente. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Cultural de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2007, p. 323-342.

CONSELHO DE CULTURA GALEGA. Galicia Comisionado Director del V Centenario. *Galicia & América*: cinco siglos de historia. Santiago de Compostela: Consellería de Relacións Institucionais e Portavoz do Goberno, Comisionado Director do V Centenario: Consello da Cultura Galega, 1992.

DÍAZ, Hernán M. *Historia de la Federación de Sociedades Gallegas*: identidades políticas y prácticas militantes. Santiago de Compostela: Fundación Sotelo Blanco; Buenos Aires: Biblos, 2007.

FARÍAS, R. (comp.). *Buenos Aires gallega*: inmigración, pasado y presente. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Cultural de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2007.

_____. Los fondos documentales de la FAGA-MEGA y el estudio de la integración de los gallegos en la Argentina: una primera aproximación. In: ENCUESTRO DE BIBLIOTECAS DE COLECTIVIDADES, 5., 2010, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: [s.n.], 2010a. Disponível em: <http://www.bn.gov.ar/descargas/recursos/colectividades/1-farias.pdf>. Acesso em 10 jun. 2013.

_____. Viejos estereotipos y nuevos discursos: la visión de Galicia y de los gallegos en una fracción de la élite galaicoporteña a mediados de la década de 1940. *Madrygal*, Madrid, n. 13, p. 51-61, 2010b.

_____.; CHILOTEGUY, M. L. O Museo de la Emigración Gallega en Argentina: historia, memoria e identidade galaica na quinta provincia. *Grial*, Vigo, v. 53, n. 206, p. 46-55, 2015.

FERNÁNDEZ, C. Reinventar la música gallega: la experiencia de *Xeito Novo*. In: FARIAS, R. (comp.). *Buenos Aires gallega: inmigración, pasado y presente*. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Cultural de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2007, p. 313-322.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M.; RODRÍGUEZ NEIRA, M. (coord.). *Usos lingüísticos en Galicia*. A Coruña: Real Academia Galega, 1995.

FERNÁNDEZ SANTIAGO, M. X. Asociacionismo gallego en Buenos Aires (1936-1960). In: NÚÑEZ SEIXAS, X. M. (ed.). *La Galicia austral: la inmigración gallega en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2001, p. 181-201.

_____. Introducción. In: CONGRESO DA EMIGRACIÓN GALEGA, 1., 1956. *Anais...* Santiago: Consello da Cultura Galega, 2006, p. VII-XIII.

FONTANELLA DE WEINBERG, M. B. *La asimilación lingüística de los inmigrantes: mantenimiento y cambio de lengua en el sudoeste bonaerense*. Bahía Blanca: Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Nacional del Sur, 1979.

_____. *Lengua e inmigración: mantenimiento y cambio de lenguas inmigratorias*. Bahía Blanca: Departamento de Humanidades, Universidad Nacional del Sur, 1991.

GUGENBERGER, E. Lengua y emigración: dos factores aceleradores del desplazamiento de la lengua gallega en Buenos Aires. *Iberoamericana: Lateinamerika, Spanien, Portugal*, Frankfurt, v. 4, n. 80, p. 43-67, 2000.

_____. Identidad, conflicto lingüístico y asimilación: observaciones acerca de la lengua gallega en Buenos Aires. In: NÚÑEZ SEIXAS, X. M. (ed.). *La Galicia austral: la inmigración gallega en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2001, p. 251-277.

_____.; SOTO ANDIÓN, X. Aspectos lingüísticos e sociolingüísticos do contacto entre galego e castelán en Bos Aires. *Estudios migratorios*, Santiago de Compostela, n. 13-14, p. 247-288, 2002.

_____. ¿Existe un *cocoliche* gallego? la inmigración gallega y sus implicaciones lingüísticas. In: DI TULLIO, Á.; KAILUWEIT, R. (ed.). *El español rioplatense: lengua, literatura, expresiones culturales*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2011, p. 124-135.

LOJO, M. R. *Los “gallegos” en el imaginario argentino: literatura, sainete, prensa*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 2008.

_____. A excentricidade galega e a nosa Galicia mestiza. *Grial*, Vigo, v. 53, n. 206, p. 21-31, 2015.

_____. La Argentina y su criptoidentidad gallega. *Olivar*, La Plata, v. 17, n. 25, p. 1-20, 2016.

LÓPEZ VARELA, E. *Unha casa para a lingua: a Real Academia Galega baixo a presidencia de Manuel Murguía (1905-1923)*. A Coruña: Espiral Maior, 2001.

LOZANO BRAVO, A. J. La transmisión de la cultura gallega en el ámbito educativo. In: FARÍAS, R. (comp.). *Buenos Aires gallega: inmigración, pasado y presente*. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Cultural de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2007, p. 359-372.

MACEIRA FERNÁNDEZ, X. M. *A literatura galega no exilio: consciencia e continuidade cultural*. Vigo: Cumio, 1995.

MARCHIO, M. L.; REYNA MUNIAIN, F.; WELER, A. Xeito Novo e a lingua en Buenos Aires. *Grial*, Vigo, v. 49, n. 191, p. 148-151, 2011.

MONTEAGUDO, H. *Estudios de sociolingüística galega: sobre a norma do galego culto*. Vigo: Galaxia, 1995.

_____. El idioma. In: FREIXANES, V. *Galicia: una luz en el Atlántico*. Vigo: Xerais, 2001, p. 108-131.

_____. A invenção do monolingüismo e da lingua nacional. *Gragoatá*, Niterói, v. 17, n. 32, p. 43-52, 2012.

_____. Castelao en Buenos Aires, 1940-1950. *Olivar*, La Plata, v. 17, n. 25, p. 1-18, 2016.

_____. *Historia social da lingua galega: idioma, sociedade e cultura a través do tempo*. 2. ed. Vigo: Galaxia, 2017.

NEIRA VILAS, X. *A Cultura Galega en Buenos Aires, 1950-1960*: discurso lido o día 17 de novembro de 2001, no acto da súa recepción, polo Ilustrísimo Señor don Xosé Neira Vilas e resposta do Excelentísimo Señor don Xesús Alonso Montero. A Coruña: Real Academia Galega, 2001.

NELDE, P. *Euromosaic: production et reproduction des groupes linguistiques minoritaires au sein de l'Union européenne*. Luxemburgo: Office des publications officielles des Communautés européennes, 1996.

NÚÑEZ SEIXAS, X. M. Compromiso político e galeguismo na diáspora, 1879-1950. In: PEÑA SAAVEDRA, V. *Galicia-América: relacións históricas e retos de futuro*. Santiago de Compostela: Secretaría Xeral para as Relacións coas Comunidades Galegas, 1993, p. 45-79.

_____. *Emigrantes, caciques e indianos: o influxo sociopolítico da emigración transoceánica en Galicia (1900-1930)*. Vigo: Xerais, 1998.

_____. *La Galicia austral: la inmigración gallega en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2001.

_____. *O inmigrante imaxinario: estereotipos, representacións e identidades dos galegos na Arxentina (1880-1940)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2002.

_____. Un panorama social de la inmigración gallega en Buenos Aires, 1750-1930. In: FARÍAS, R. (comp.). *Buenos Aires gallega: inmigración, pasado y presente*. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Cultural de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2007, p. 25-44.

_____. *Las patrias ausentes: estudios sobre historia y memoria de las migraciones ibéricas (1830-1960)*. Oviedo: Genuveve, 2014.

O TERZO DA FALA. Testemuño directo: a lingua dos avós con cadencia porteña. *Grial*, Vigo, v. 53, n. 206, p. 56-59, 2015.

PEÑA SAAVEDRA, V. Éxodo, *organización comunitaria e intervención escolar*: la importancia educativa de la emigración transoceánica en Galicia. A Coruña: Secretaría Xeral para as Relacións coas Comunidades Galegas, 1991.

_____.; FERNÁNDEZ SANTIAGO, M. *Repertorio de prensa galega da emigración*. Santiago de Compostela: Arquivo da Emigración Galega, 1998.

_____. *Luces de alén mar*: as escolas de americanos en Galicia. 2. ed. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013.

PÉREZ-PRADO, A. *Los gallegos y Buenos Aires*. Buenos Aires: La Bastilla, 1973.

REYNA MUNIAIN, F. Políticas culturais no exilio galego: centro gallego de Buenos Aires, 1940-1960. *Grial*, Vigo, v. 52, n. 201, p. 122-127, 2014.

_____. Lingua, cultura e identidade: estratexias de aculturalización e reculturalización na colectividade galega de Buenos Aires. *Grial: revista galega de cultura*, Vigo, v. 53, n. 206, p. 38-45, 2015a.

_____. La diáspora e identidade nacional argentina: los jóvenes de las colectividades extranxeras de la uniformidad a la diversidade. In: ALIAGA SÁEZ, F.; BASULTO GALLEGOS, O. (coord.). *Diálogos sobre juventud en Iberoamérica*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, 2015b, p. 91-110.

RODRÍGUEZ BRANDEIRO, C. Instituto Santiago Apóstol.: un proxecto integral para a educación dende Galicia no mundo. *Grial: revista galega de cultura*, Vigo, v. 53, n. 206, p. 60-69, 2015.

SAMUELLE LAMELA, C. *La emigración gallega al Río de la Plata*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2000.

SIXIREI PAREDES, C.; CAMPOS ÁLVAREZ, X. R.; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, E. *Asociacionismo Galego no exterior*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2001.

TILVE ROUCO, M. *El despertar de la conciencia gallega en Buenos Aires*: Luis Seoane y Galicia emigrante. Buenos Aires: Fundación Xeito Novo de Cultura Gallega, 2007.

VÁZQUEZ VILLANUEVA, G.; SÁNCHEZ MILLARES, E. *Medio siglo en la historia del Centro Gallego de Buenos Aires*. Santiago de Compostela: Secretaría Xeral para as Relacións coas Comunidades Galegas, 1993.

_____. (ed.). *Discursos, lingua, imáxenes: la cultura gallega en paradigmas plurales*. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires; Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2009.

VILANOVA RODRÍGUEZ, A. *Los gallegos en la Argentina*. Buenos Aires: Galicia, 1966.

VILLARES, R. *Historia de Galicia*. Vigo: Mar Maior, 2014.

ZUBILLAGA, C. Entre inclusión e elitismo: asociacionismo galego de inmigración. *Grial*, Vigo, v. 53, n. 206, p. 32-37, 2015.

As novas práticas de interação comunicativa: isolamento ou ampliação do espaço de comunicação?

Mario Luis Monachesi Gaio
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Introdução

Um dos escopos deste ensaio é propor uma revisão conceitual de território nos estudos ecolinguísticos em virtude dos avanços tecnológicos recentes, que têm provocado profundas mudanças nas formas de interação humana. A interação comunicativa é uma premissa básica dos estudos da Linguística Ecolinguística, a vertente brasileira da Ecolinguística, e julgo necessário observar essas mudanças de perto para entendê-las. Também se pretende trazer à luz a relação da glotopolítica com essas novas formas de interação, a partir do momento em que elas quebram paradigmas linguísticos normativo-prescritivos e, por isso, são por vezes criticadas socialmente em sua forma. “Glotopolítica é necessário para englobar todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político” (GUESPIN; MARCELLESI, 1986).¹

Arrisco dizer que nunca na história da humanidade interagimos comunicativamente tanto como nos tempos atuais. As novas ferramentas tecnológicas, sobretudo telefones celulares e seus aplicativos, nos permitem conversar animadamente em contextos formais ou informais e com diversas pessoas. Podemos manter contato frequente com quem está distante geograficamente ao mesmo tempo em que vivemos nossas vidas regularmente,

interagindo com as pessoas no mesmo espaço, como sempre fizemos. Vale dizer que aumentamos o tempo dedicado às interações comunicativas.

Entretanto, essas novas modalidades de interação não são realizadas face a face, e muitas vezes um indivíduo pode ser flagrado fisicamente num lugar, mas mentalmente em outro, transmitindo a nítida sensação de que esteja isolado do mundo real porque está imerso num mundo virtual. Há uma quebra de paradigma porque até bem pouco tempo essa situação só existia em ficção.

Essa condição, absolutamente nova nas relações humanas, merece ser observada e estudada. São Atos de Interação Comunicativa regulares e cada vez mais frequentes, mas não se realizam num território fisicamente observável. É um espaço virtual. Mas em que medida ele pode ser comparado a um Território, como na tríade Povo-Língua-Território que compõe o Ecossistema Fundamental da Língua? E o que dizer da Comunhão? Couto (2015) nos mostra que a Comunhão, para a Linguística Ecossistêmica, “é um pré-requisito para que os atos de interação comunicativa sejam eficazes”. Em outras palavras, a Comunhão “é pressuposta para que haja interação comunicativa, ou seja, comunicação linguística eficaz” (COUTO, 2017a). Então, por reciprocidade, onde há interações comunicativas eficazes, entende-se que em algum momento anterior houve Comunhão. Se as interações comunicativas nesse espaço virtual são eficazes, então houve um estado de Comunhão prévia. Portanto, creio que as interações através de aplicativos devam ser mais bem exploradas e investigadas porque carregam consigo alterações sociais e linguísticas importantes, e só o tempo poderá dizer se elas são benéficas ou não. Qualquer previsão nesse momento, em que estamos apenas começando, é extemporânea.

As alterações sociais e linguísticas a que me refiro se inserem nas transformações de maior âmbito que o mundo tem experimentado ao longo dos últimos anos. Como aponta Xoán Lagares (neste volume, grifo nosso):

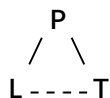
As transformações que o mundo contemporâneo experimentou e o mercado de bens linguísticos que se desenvolve em muitos e diversificados âmbitos, assim como a tomada de consciência das minorias, com a valorização das suas formas de falar, fizeram surgir novos modos de encarar a realidade da linguagem. Novas línguas em situações de plurilinguismo, *a ruptura de muitas clivagens estanques entre níveis de uso e as crises da instância normativa exigem, portanto, políticas também novas e análises glotopolíticas originais, esteadas na sociolinguística.*

Chamo particular atenção a essa “ruptura de muitas clivagens estanques entre níveis de uso”, que, ao lado das “crises da instância normativa”, exige análises glotopolíticas originais. Embora neste ensaio eu me atenha mais pormenorizadamente à observação dos espaços virtuais de interação,

fica claro que as interações realizadas nestes novos espaços são parte dos novos modos de encarar a realidade da linguagem, como apontou Lagares. Partindo da premissa de que “toda sociedade é languageira e que toda prática de linguagem é social” (LAGARES, neste volume), entendo que essas novas práticas de linguagem possam também ser objeto de estudo glotopolítico. Afinal, como apontaram Guespin e Marcellesi (neste volume), a glotopolítica deve se preocupar “em agir, não mais apenas sobre o *status* das línguas, mas também sobre *as práticas de linguagem* e sobre as relações, no indivíduo social, entre pensamento e linguagem”.

Contextualização

Em minha tese de doutoramento (GAIO, 2017), tratei das Comunidades de Fala sob o viés da Linguística Ecológica. Revi a bibliografia seminal acerca de Comunidades de Fala até chegar à definição adotada pela Linguística Ecológica: “um pequeno ecossistema linguístico no qual há solidariedade e frequente interação entre seus membros” (GAIO, 2017, p. 21, 133). O Ecossistema Fundamental da Língua ou Ecossistema Integral da Língua como vem sendo denominado mais recentemente, vale lembrar, é formado por um *Povo* que ocupa um *Território* e *interage* através do modo tradicional de interação, isto é, sua *Língua/Linguagem* (COUTO, 2007; 2009; 2016). Costumeiramente, essa tríade é assim representada:



As quatro palavras-chave destacadas são a base do ecossistema linguístico: Povo, Território, Língua e Interação. Para que haja uma Comunidade de Fala, são necessários P, T, L como elementos físicos, concretos, mas é fundamental que haja interação através da língua e essas interações são denominadas Atos de Interação Comunicativa. Portanto, como afirma Couto (2016, p. 53), “Comunidade de Fala é o ecossistema linguístico encarado da perspectiva dos Atos de Interação Comunicativa”.

Minha pesquisa encontra lugar dentro da temática das Línguas em Contato, especificamente o contato entre as línguas dos imigrantes italianos e o Português Brasileiro, delimitado geograficamente ao que chamei de eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora, essa última minha cidade natal. As línguas dos imigrantes italianos nessa região desapareceram, mas restaram marcas culturais importantes, um legado transmitido aos descendentes. Assim, encontramos na

denominação Brasileirítalo a melhor maneira de expressar a formação cultural dos descendentes de imigrantes italianos, uma vez que são – e se sentem – brasileiros, mas carregam intrinsecamente traços culturais e linguísticos de seus ancestrais italianos. Como esses traços não são claramente mensuráveis, pois podem se manifestar em maior ou menor grau em função da intensidade em que o legado tenha sido transmitido aos descendentes, mostrei que as gerações descendentes são transculturais. É essa transculturalidade que define os descendentes como Brasileirítalos.

E o conceito pode ser estendido a *brasileiteutos*², *brasileiripônicos*, *brasileirárbes* (*brasileissiriolibaneses*), dentro da perspectiva da imigração de povos de todo o mundo como parte da formação do povo brasileiro. É também viável a extensão desse conceito aos *brasileirafros*, mas isso requer outro tipo de estudo (GAIO, 2017, p. 20).

Durante todo o processo de investigação, verifiquei que, assim como aconteceu com meus ancestrais, a comunicação entre os italianos imigrados e os parentes que permaneceram em sua terra de origem se esvaiu ao longo do tempo, e pouco ou nenhum contato foi mantido pelos descendentes. É natural. Refiro-me a imigrantes que atravessaram o oceano entre o fim do século XIX e meados do século XX. O meio de comunicação, no início, eram as cartas, que levavam tempo para chegar aos destinatários. Posteriormente, havia o telefone, mas uma chamada internacional sempre foi muito onerosa. Some-se a isso a natural adaptação à nova sociedade, que fomentava um novo estilo de vida. Assim, os descendentes dos imigrantes e os descendentes dos parentes não imigrados praticamente não se conhecem ou, quando se conhecem, têm uma relação sem nenhuma intimidade. Já no século XXI, com a melhoria das condições de vida dos brasileiros, alguns descendentes se propõem a procurar por seus possíveis parentes na terra de origem dos ancestrais. A relação, nestes casos, é de mera curiosidade, não se sentem efetivamente parentes, embora os laços comuns criem condições para uma *Comunhão*, tema sobre o qual dissertarei mais à frente.

Revelações de pesquisa

Minha pesquisa de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas, durante as quais tive oportunidade de observar uma interessante mudança de paradigma na relação entre descendentes de imigrantes e eventuais parentes descendentes de familiares não emigrados. Essa mudança é motivada por melhoria geral de condições de vida, incluindo educação formal e avanço

² *Deutschbrasilianische*, em alemão, como propõem Savedra e Rosenberg (no prelo).

tecnológico. Meus ancestrais, imigrados no fim do século XIX assim como inúmeros outros, mal conseguiam redigir cartas, e quando o faziam sabiam que o tempo entre envio e recebimento era longo. Os parentes não emigrados respondiam às cartas da mesma forma. O tempo de diálogo era enorme. Naturalmente, o contato tendia a se perder ao longo do tempo e, evidentemente, os descendentes tanto daqui como de lá raramente se conheciam. Os laços familiares se perdiam com certa rapidez.

Esse panorama mudou bastante nos dias de hoje. Três dos meus informantes mantêm contato regular com seus parentes descendentes de familiares não emigrados e o fazem através de mídias sociais e aplicativos de mensagens instantâneas (como o WhatsApp). Claramente, essa relação foi recuperada pela facilidade promovida por tais mídias. Desses informantes, dois são da primeira geração, são filhas de imigrantes, o que torna toda a relação mais próxima. Seus pais já utilizavam o telefone em vez da carta, a comunicação era mais ‘real’ (por assim dizer), e colaborava na manutenção de relações familiares afetuosas entre descendentes de um e outro lado do oceano. Com o surgimento dos aplicativos de troca de mensagens, esse contato se reestreitou, e se mantém bastante vivo, auxiliando na manutenção e na troca de hábitos culturais e linguísticos.

Para tomar outro exemplo, Monteagudo e Reyna Muniain (neste volume) citam a importância da internet e das novas tecnologias de informação e comunicação para agregar a comunidade galega “entre um e outro lado do Atlântico (e entre dois hemisférios)”. E acerca da internet, “está a oferecer um apoio valiosíssimo ao reforço de uma comunidade desterritorializada, à conversão em realidade virtual daquele projeto visionário de Castelao³ da ‘Galiza ideal’”.

É fundamental lembrar que, embora a internet já faça parte de nossas vidas bem naturalmente, ela se tornou pública somente em meados dos anos 1990 e só se popularizou já no século XXI. Os aplicativos de mensagens instantâneas surgiram e se espalharam mundialmente já no fim da primeira década do novo milênio. É tudo muito recente! E considerando também o exponencial avanço tecnológico que vivenciamos, ninguém pode prever o que acontecerá nos próximos dez ou vinte anos, a não ser por especulação.

Há reflexos desses novos hábitos na nossa língua. Dizer *entrar* ou *sair* da internet não faz mais sentido já que estamos nela o tempo todo com nossos smartphones. Porém, esses verbos, ao lado de *ficar*, *permanecer* e outros semelhantes são usados para referência a espaços virtuais específicos:

³ Alfonso Castelao, líder galeguista; cf. Monteagudo e Reyna Muniain (neste volume).

portais de notícias, aplicativos de busca, blogs, redes sociais virtuais etc. Os muitos locais virtuais também acabam sendo referenciados por dêiticos e advérbios de lugar, evidenciando seu caráter de verdadeiros territórios.

A internet é um espaço virtual infinito, comparável ao universo. Não é um lugar específico. Através dela podemos ter acesso virtual ao que existe no mundo real, mas com limitação a dois dos nossos sentidos naturais: visão e audição. Nesse espaço é perfeitamente possível haver *interação* entre pessoas. Assim como ocorre no mundo real, na internet há territórios diferentes, delimitados pelos usuários. No mundo real, os territórios são tangíveis; no mundo virtual, são intangíveis. Em vez de refutá-los, temos que aprender a lidar com isso. Para os ecolinguistas, talvez seja importante ampliar o conceito de Território.

Quando Morse inventou o telégrafo, estava ali identificado o espaço virtual de que falamos. Em 1849, Antonio Meucci elaborou e fabricou o *telettrofono*, que podemos chamar de avô do telefone atual e que foi patenteado por Graham Bell, inaugurando assim a comunicação oral à distância. Do *telettrofono* aos modernos smartphones, houve enorme avanço tecnológico, mas do ponto de vista da interação, houve pequena evolução até os anos 1990 do século passado. Até então era somente um sistema que permitia a interação entre duas pessoas que estavam fisicamente distantes. Era uma muleta de apoio a uma comunicação.

A diferença para os dias atuais é tão grande que me inspira a pensar nesse espaço onde os Atos de Interação Comunicativa acontecem como um Território Virtual, e que pode ser nomeado como Nuvem de Interação, como eu propus em minha tese, numa analogia ao nome genérico dos espaços de armazenamento de dados que se localizam fora de nossos computadores e aparatos eletrônicos. A Nuvem de Interação é um espaço virtual, porém permite a sua representação mental porque alude a uma entidade física constante na natureza. Além disso, é compatível com a Ecolinguagem (MATOS et al, 2014).

Comunhão e Descomunhão

Falar sobre Comunhão depois de Couto (2017a) é tarefa árdua. É difícil acrescentar algo à revisão que o autor fez sobre o tema, mostrando que, ao contrário do que propõem alguns autores, a Comunhão precede à comunicação.

A Comunhão precede a fala e até pode prescindir dela. Em várias situações, ela existe independentemente da troca de palavras. Pelo contrário, a troca de palavras, ou seja, a *interlocução* é que precisa ser apoiada por uma atitude de Comunhão prévia (COUTO, 2017a, grifo nosso).

Prossegue o autor: “como concebida pela Ecolinguística, sobretudo a Linguística Ecolinguística, Comunhão não pressupõe nada. Ela é que é pressuposta para que haja interação comunicativa, ou seja, comunicação linguística eficaz”. E mais ainda: “Comunhão não é troca de informação propriamente dita, mas a criação de uma predisposição nos indivíduos que estão juntos em determinado espaço para que isso se dê”.

Entendo a Comunhão como um estado de espírito, baseado na necessidade humana de convivência social. Aristóteles dizia que o homem é um animal social. Precisa viver em sociedade. Talvez por isso, em regra geral, as pessoas se revelam disponíveis e acessíveis no momento em que se conhecem, ou que são apresentadas umas às outras. Foi o que aconteceu em 22 de abril de 1500 na costa da Bahia, um dos exemplos de que Couto se vale para embasar sua argumentação.⁴

É preciso levar em consideração que a necessidade de segurança é um estímulo ao estado de Comunhão. Bauman (2005) nos mostra que as pessoas submetidas a condições e necessidades semelhantes se agrupam por solidariedade, com a esperança de sentirem-se seguras e ajudarem-se reciprocamente.

Há que se considerar um paradoxo importante, entretanto. Da mesma forma que os seres humanos têm necessidade de convivência social – o animal social –, eles também se separam em grupos distintos na medida em que se conhecem mais profundamente. “Tendem a se separar de outros grupos quando não encontram a necessária identificação que os agrupa” (GAIO, 2017, p. 101). É nesse momento que acontece a Descomunhão, mas não quero de modo nenhum fazer uma apropriação indevida do termo, citado pela primeira vez em Matos et al (2014) e posteriormente desenvolvido por Couto (2015).

Matos et al (2014) definem Descomunhão (ou Incomunhão) como a linguagem não harmoniosa, a que leva ao desentendimento. O conceito parte da ideia da Ecolinguagem como linguagem da Comunhão, dentro da sintonia entre ecologia e taoísmo. “Comunhão é a base para todo e qualquer entendimento”, afirmam eles, definição que corrobora o entendimento da Linguística Ecolinguística sobre o tema. Assim, “‘entendimento’ está para ‘comunhão’ assim como ‘desentendimento’ para ‘incomunhão’” (MATOS et al, 2014).

⁴ Deve ficar claro que me refiro ao momento do encontro, como relatado por Pero Vaz de Caminha. Houve um claro estado de comunhão naquele momento. Evidentemente, ao longo do tempo esse contato revelou-se péssimo para os habitantes locais e o estado de Comunhão daquele momento se tornou Descomunhão.

⁵ Ou ‘Descomunhão’, como sugerem os autores.

Essa definição me parece bastante coerente com a que sugeri, pois a Descomunhão surgiria no momento da separação dos grupos de indivíduos motivada por desentendimento. Admitindo que nas relações humanas seja impossível haver perfeito entendimento em todo e qualquer tema ou assunto, considero que o momento da Descomunhão é aquele em que há mais pontos de desentendimentos do que de entendimentos.

Partindo do mesmo pressuposto – Descomunhão⁶ como estado antagônico a Comunhão – Couto (2015) a interpreta de outro modo. Segundo ele, a Descomunhão tem relação direta com o avanço da tecnologia, especificamente dos meios de comunicação de massa, que cria e desenvolve apetrechos estimuladores do isolamento das pessoas, mesmo que em presença física no mesmo recinto. Cita como exemplo o rádio, que transmitia alguns poucos programas que mobilizavam toda a família para ouvi-los, e posteriormente a televisão, que quando se tornaram populares, passaram a ser o centro das atenções de uma casa: todos reunidos na sala, mas não se comunicando porque a atenção era dada à transmissão televisiva do momento. Depois, menciona o que gradativamente, segundo ele, foram os passos seguintes na direção do isolamento: a invenção do *walkman* e posteriormente a dos telefones celulares. Em seguida aos celulares, os aplicativos de mensagens instantâneas que neles encontram suporte de funcionamento, tais como o WhatsApp.

Numa análise diacrônica, não creio que parem dúvidas sobre a interferência dos meios de comunicação de massa na vida das pessoas, e que os momentos de Comunhão são diretamente afetados por eles. Em palestra proferida algum tempo atrás, o filósofo Mário Sérgio Cortella abordava o tema Comunhão, embora não fosse especificamente dedicada a isso (e talvez nem mesmo esse termo tenha sido usado). Dizia ele que tinha onze anos quando sua família adquiriu o primeiro aparelho de TV. Ele então descrevia que observou uma mudança de configuração da própria sala de casa porque as pessoas, antes da TV, se reuniam em formação circular, de frente uns para os outros. Com a entrada da TV em casa, todos ficavam em linha, de frente para o aparelho. Essa imagem é muito representativa. Couto (2015) diz que, “com o advento dos meios de comunicação de massa, essa vida comunal⁷ começou a se deteriorar”. Que a vida comunal, sobretudo familiar, tenha sofrido uma grande transformação com a entrada desse elemento estranho chamado televisão não há dúvidas, mas creio que o verbo escolhido pelo

⁶ O autor opta pelo termo Descomunhão em vez de Incomunhão por conta do prefixo DES-, mais adequado à ideia de contrário (de Comunhão).

⁷ Em seu texto, há diversos exemplos do que ele chama de vida comunal.

autor demonstre exagerado pessimismo. Portanto, prefiro dizer que a vida comunal começou a se modificar, talvez com a adição de um advérbio (sensivelmente, rapidamente...). Minha preferência lexical se baseia em dois pontos: primeiro, porque deteriorar significa piorar algo, sair de uma situação boa e torná-la ruim. Não vejo motivos para considerar a vida comunal do passado como ideal, ou como melhor. Entendo que era assim porque os seres humanos têm necessidade de viver em comunidade; segundo, porque não se pode, a priori, assumir que essa ou aquela mudança no modo de vida de uma sociedade será ruim, até porque esse é um conceito subjetivo.

Portanto, discordo em alguns pontos das impressões transmitidas por Couto (2015) no excerto a seguir:

[...] após esses dois artefatos [celular e WhatsApp] as pessoas estão deixando de conviver efetivamente com quem está a seu lado, interagindo sempre com quem está ausente. Em vez da Comunhão, estão todas em Descomunhão, ou seja, fisicamente juntas, mas mental e espiritualmente separadas pelo aparelho de celular e o WhatsApp. Em vez da aldeia global prevista por Marshall McLuhan na década de sessenta do século passado, o que temos é um bando de individualidades, de pessoas que se consideram livres, mas que estão escravas de uma engenhoca criada pela tecnologia. Esta desfaz o que a natureza faz. O espaço físico mantém as pessoas juntas, com o que deveriam interagir entre si como antigamente. No entanto, a tecnologia as separa (COUTO, 2015).

Eu gostaria de ponderar suas palavras. Vejamos:

[...] após esses dois artefatos [celular e WhatsApp] as pessoas estão deixando de conviver efetivamente com quem está a seu lado, interagindo sempre com quem está ausente.

Parece-me um exagero afirmar que as pessoas estejam deixando de conviver efetivamente com quem está a seu lado porque estão interagindo *sempre* com quem está ausente. Pode ser um caso de percepção pessoal, e a minha é diferente. Já vivenciei momentos em que meu interlocutor interrompeu a conversa para atender a um chamado do WhatsApp, e isso me incomodou. Não é muito diferente do que acontecia no passado, com o telefone fixo: por exemplo, o médico conversando com o paciente sobre a doença após a consulta, o telefone toca, e o médico atende, interrompendo um Ato de Interação Comunicativa para estabelecer outro com quem não está presente.

Em vez da Comunhão, estão todas em Descomunhão, ou seja, fisicamente juntas, mas mental e espiritualmente separadas pelo aparelho de celular e o WhatsApp.

Esta afirmação é uma generalização que exige mais observação e coleta de evidências. Tenho ouvido e lido desabafos semelhantes a esse já há algum tempo. Assim, passei a fazer observações que, quando bem sistematizadas, poderão trazer dados importantes para essa discussão. A metodologia que pretendo utilizar é quali-quantitativa e constará de imagens coletadas em ambientes aleatoriamente selecionados onde pessoas se reúnem para confraternização (restaurantes, festas de aniversário...). Tais imagens devem ser colhidas em intervalos de tempo delimitados, a cada 15 minutos, por exemplo, e fornecerão dados para observação do comportamento das pessoas presentes naquele ambiente. Assim, haverá elementos para verificar com que frequência os aparelhos de telefone celular interferem na comunhão dos grupos reunidos. Em princípio, creio que essa interferência seja irrelevante e que, ao contrário da ideia de que todos estão juntos, mas separados pelo celular, a enorme maioria estará conversando, rindo, enfim interagindo normalmente, como se fazia antes da existência desses aparelhos. Se executado criteriosamente, esse método de coleta de dados me parece bastante bom e simples para confirmar ou não as hipóteses suscitadas. Pode ser realizado em espaços e tempos diferentes. Essa metodologia pode ser mais apurada se em vez de imagens fixas o pesquisador puder se valer de gravação de vídeos, mas a questão aqui envolve outras dificuldades, como a perda da espontaneidade de grupos que têm consciência de que estão sendo filmados. As imagens fixas e temporárias têm efeito bem mais ameno. Relembrando Labov (2008, p. 63), “os meios empregados para coletar os dados interferem nos dados a serem coletados”.

Em vez da aldeia global prevista por Marshall McLuhan na década de sessenta do século passado, o que temos é um bando de individualidades, de pessoas que se consideram livres, mas que estão escravas de uma engenhoca criada pela tecnologia. Esta desfaz o que a natureza faz.

Creio que quando previu a aldeia global, Marshall McLuhan anteviu algo bem próximo do que está acontecendo em termos de comunicação. Afinal, ele é conhecido por vislumbrar a internet. Quanto à suposta escravidão imposta por uma engenhoca, considero uma preocupação legítima. As inovações tecnológicas causam um certo deslumbre nas pessoas. Em alguma medida, acho que todos nós já fomos um dia um pouco escravos da TV. Refletindo sobre nosso comportamento, sobretudo antes da popularização da internet, é notável como sentíamos falta de uma TV, quando por qualquer motivo ela não funcionava. E hoje, quem faz muita falta é o Wi-Fi.

O espaço físico mantém as pessoas juntas, com o que deveriam interagir entre si como antigamente. No entanto, a tecnologia as separa.

É fato que o espaço físico mantenha as pessoas juntas, mas isso não as obriga a querer estar juntas. Portanto, não há como afirmar que obrigatoriamente elas “deveriam interagir entre si”. Em minha tese de doutoramento, comento uma conversa que tive com o linguista português Rui Ramos, que cito aqui para demonstrar o que penso a respeito:

Qualquer pessoa sempre pode se isolar de outra, evitar troca de olhares, evitar conversas. Os modernos apetrechos eletrônicos que nos permitem fazê-lo com facilidade são somente mais um dos muitos objetos que usamos como justificativa. Mudam os objetos, permanecem as atitudes. Antes dos celulares, se uma pessoa não estivesse disposta a conversar, por exemplo, num ônibus, ou num consultório médico, bastava para isso simular a leitura de um livro, ou de uma revista. A atitude é que provoca o isolamento ou a conjunção (GAIO, 2017, p. 135).

Os princípios da territorialidade e personalidade

Essas novas formas de interação comunicativa dentro desse espaço virtual trazem à luz a questão dos princípios da territorialidade e da personalidade, abordados por Calvet (2007, p. 81). A discussão tem como pano de fundo as políticas linguísticas e gira em torno daquilo que prevalece na escolha de uma língua, se território ou o falante.

Todos sabem que hoje em dia não há necessariamente coincidência entre uma língua e as fronteiras de um Estado. Sabe-se que há línguas que são faladas em um território menor que o do Estado [...], que há línguas cujo território se sobrepõe às fronteiras interestatais [...], que há, enfim, línguas que são dominantes em vários Estados. Existem também os impérios linguísticos [...]. Mas, como mencionamos, a política linguística continua tendo, na grande maioria das vezes, uma dimensão nacional: ela intervém em um *território* delimitado pelas *fronteiras*. Ora, existem outros casos possíveis: as diásporas e os grupos de migrantes, por exemplo, que não se definem pelo território que ocupam mas, sobretudo, por sua dispersão. Foi isso que levou a distinguir, nas políticas linguísticas, entre o princípio da *territorialidade* e o princípio da *personalidade*. No primeiro caso, é o território que determina a escolha da língua ou o direito à língua [...]. No segundo caso, a pessoa que pertence a um grupo linguístico reconhecido tem o direito de falar sua língua, não importa em que ponto do território (CALVET, 2007, p. 81-82).

No espaço virtual não há como estabelecer políticas linguísticas de dimensão nacional. Primeiro, porque tal espaço dispensa solenemente o conceito de fronteira geográfica. Segundo, porque é um espaço supraestatal e não está submetido à regulação de nenhum organismo que tradicionalmente legisle sobre língua. Esse espaço permite que quaisquer indivíduos,

sejam eles usuários de línguas faladas em território menor que os seus Estados nacionais, falantes de línguas que se sobrepõem às fronteiras interestatais, falantes de línguas dominantes em seus Estados ou falantes de línguas definidas pela sua dispersão, interajam com outros falantes sem nenhum tipo de intervenção que ultrapasse os seus próprios níveis de letramento.⁸

Esse espaço permite aos indivíduos agregar-se usando suas próprias línguas, independentemente de onde estejam, como no caso dos galegos, citados por Monteagudo e Reyna Muniain (neste volume). Permite também que indivíduos falantes de línguas diferentes, mas que compartilham interesses comuns, possam interagir sem culpa de transgressão normativo-prescritiva fazendo uso de um *code-switching* ou uma *língua franca*, como pode ser o caso dos descendentes de imigrantes italianos em contato com os descendentes dos parentes não emigrados. Em outras palavras, são os falantes que decidem sobre a língua. De certo modo, prevalece o princípio da personalidade, mas sem que haja necessidade de sua legitimação por parte de algum ente superior. É a gestão de uma situação linguística que procede das práticas sociais, que Calvet (2007, p. 69) denominou gestão *in vivo*.

Ecossistemas linguísticos

Segundo os preceitos da Linguística Ecossistêmica, o Ecossistema Integral da Língua é formado por um P que habita um T e interage fazendo uso de uma L. É em T que se realizam os Atos de Interação Comunicativa. Porém, o Ecossistema Integral da Língua se desdobra em três outros ecossistemas: o Natural, o Mental e o Social, associados, respectivamente, aos meios ambientes natural, mental e social da língua. Os três juntos constituem o Ecossistema Integral da Língua (COUTO, 2016).

No Ecossistema Mental da Língua, T é mente do falante, L é o conjunto de conexões neurais que dão ao indivíduo a capacidade de comunicação e expressão e P tem a ver com a vontade da pessoa. No Ecossistema Social da Língua, T é a sociedade onde o sujeito está incluído e P é a própria coletividade. Assim, L é a manifestação linguística usada na interação entre os sujeitos na mesma coletividade. No Ecossistema Natural da Língua, T é o território físico (uma aldeia indígena, por exemplo) e P são as pessoas naturais. Essa é a diferença em relação aos outros Ecossistemas. T e P são entidades físicas, naturais (GAIO, 2017, p. 116).⁹

⁸ Com isso, quero dizer que alfabetização e letramento são tipos de intervenção motivados por políticas linguísticas.

⁹ Baseado em Couto (2016).

No contexto de um Ato de Interação Comunicativa realizado por meio de aplicativos semelhantes ao WhatsApp, proponho uma análise de cada ecossistema constituinte do Ecossistema Integral da Língua separadamente.

O Ecossistema Mental da Língua permanece praticamente inalterado. As interações mudam somente para se adaptar ao diverso processamento mental, uma vez que se lê mais do que se ouve nesse tipo de interação. Essencialmente, não há diferença.

O Ecossistema Social da Língua passa por uma mudança de plataforma de interação. Os sujeitos e seus papéis sociais não mudam e continuam interagindo de acordo com o domínio (GUMPERZ, 1982), mas nota-se que esse domínio não carece de um espaço real. Os Atos de Interação Comunicativa realizados entre familiares, colegas de trabalho, amigos, permanecem acontecendo e são uma extensão dos Atos de Interação Comunicativa realizados no mundo real. O conceito de ambientes comunicativos sugerido por Savedra (1994; 2009) pode ser ressignificado para dar conta de incluir os espaços virtuais, mas é claro que tais ambientes permanecem os mesmos. As interações é que se estendem a outro espaço, o virtual.

Por exemplo, as interações no ambiente de trabalho podem acontecer totalmente no espaço virtual (e-mails, chats...) ou em extensão às que acontecem no espaço real. Nas interações familiares, é fácil enxergar essa extensão virtual do espaço real. Portanto, a expressão ‘ambiente comunicativo’ não pode mais ser associada a espaço unicamente físico (GAIO, 2017, p. 119).

Deixei o Ecossistema Natural da Língua por último intencionalmente porque esse sofre alteração. P é o mesmo, L é a mesma com alteração do registro, quase sempre escrito, mas com aproximação deliberada ao oral. Esse novo registro passa a ser usado em um “*espaçotempo*”¹⁰ novo e sofre variações. T é bem diferente. Esse Território não é natural, no sentido de aparição espontânea. Surge, então, o que chamo, momentaneamente, de Ecossistema Artificial da Língua em contraposição a Natural, assim como venho considerando o termo Virtual em contraposição a Real.

No entanto, é preciso discutir a dimensão dessa naturalidade de T no chamado Ecossistema Natural, facilmente imaginado quando tratamos de comunidades isoladas, tais como uma tribo indígena, ou uma comunidade campesina de imigrantes, grupos de indivíduos que, por isolamento, mantêm língua e tradições culturais ao longo de anos a fio. Essa, porém, não é a realidade da maioria da população do planeta atualmente. Praticamente não existe mais a “minissociedade de familiaridade mútua”, mencionada

¹⁰ Tradução livre de *timespace*, como proposto por Mufwene e Vigouroux (2012).

por Zygmunt Bauman, da era pré-moderna e pré-mobilidade, quando era comum nascer, crescer e morrer dentro da mesma comunidade da qual os indivíduos se identificavam, pertenciam e se sentiam parte. Havia âncoras sociais importantes e presentes, tais como família, etnia, classe social, às quais o indivíduo se sentia afiliado. Sua identidade estava ligada ao *modus vivendi* da comunidade onde havia nascido, e onde provavelmente morreria (BAUMAN, 2005, p. 29). Esse é o Ecossistema Natural basilar.

Atualmente é difícil pensar em comunidades tão isoladas, embora ainda existam, e é pouco provável imaginar um Ecossistema Natural dessa forma. Ao contrário, vivemos em sociedades complexas, multilíngues e culturalmente sincréticas (CANEVACCI, 2004). O fenômeno da globalização é uma demonstração dessa complexidade. Por isso, o sociolinguista deve se interessar pelo Ecossistema Social da Língua. Em outras palavras, a sociedade em que os indivíduos estão inseridos, com todas as suas características, inclusive conflituosas, é o Território propício para os estudos sociolinguísticos.

Assim, retomo o conceito de Ecossistema Artificial, aquele cujo território é o espaço virtual onde acontecem as interações comunicativas através do Whatsapp. Podemos dizer que ele é, então, uma extensão do Ecossistema Social da Língua, e não do Natural. O Ecossistema Artificial surge a partir das necessidades eminentemente humanas de comunicação, essas são sociais. Contraponho, então, minha afirmação de que “o Artificial só existe porque existe o Natural” (GAIO, 2017, p. 119) e a reformulo: o Artificial só existe porque existe o Social.

Este é o ponto crucial da discussão. Os Atos de Interação Comunicativa realizados no WhatsApp dependem de um estado de Comunhão acontecido no Ecossistema Social. Então, se para a Linguística Ecossistêmica todo e qualquer Ato de Interação Comunicativa “tem que ser precedido de um relativo estado de Comunhão” e “Comunhão é um pré-requisito para que os Atos de Interação Comunicativa sejam eficazes” (COUTO, 2015), fica claro que os Atos de Interação Comunicativa realizados no Ecossistema Artificial da Língua só existem porque houve Comunhão em algum momento anterior.

Da mesma forma, a Descomunhão é um processo normal. Porém, acontece no sentido proposto por Matos et al (2014): “a linguagem não harmoniosa, a que leva ao desentendimento”. Um Ato de Interação Comunicativa não é sempre e necessariamente harmonioso. Pode haver momentos tensos que levam ao desentendimento e até mesmo a conflitos. É da natureza humana não concordarmos com todos e com tudo sempre. A Descomunhão acontece no momento em que os grupos se dividem porque há mais pontos de desentendimento do que de entendimento. Porém, o binômio Comunhão/

Descomunhão não é fechado em si mesmo. Entre dois grupos de pessoas pode haver desentendimento sobre um tema e entendimento sobre outro. Num exemplo didático, os gaúchos são conhecidos pelo orgulho de sua cultura e seu estilo de vida, estão em permanente estado de Comunhão nesse sentido. Porém, quando o tema é futebol, se dividem quase belicosamente entre colorados e gremistas, é um completo estado de Descomunhão.

O registro linguístico nos aplicativos de mensagens instantâneas e os desvios da norma

Os Atos de Interação Comunicativa realizados neste território virtual são tão corriqueiros e comuns quanto os que acontecem nos territórios naturais. Na história das interações humanas, é uma modalidade nunca antes experimentada. Entretanto, eles seguem regras interacionais (COUTO, 2017b, p. 32-33) assim como qualquer interação comunicativa. Porém, a regra sistêmica,¹¹ aquela relativa à gramática e à estrutura, segue caminhos próprios. Como normalmente esses Atos de Interação Comunicativa são realizados através do registro escrito, mas com clara intenção de se aproximarem do registro oral, falantes/escreventes concebem formas específicas de escrita para acelerar a comunicação e torná-la ágil. Como essa comunicação goza de certa liberdade das amarras normativo-prescritivas, seus usuários inovam sem sentimento de culpa. Por conta disso, o registro escrito das línguas tem sofrido variações interessantes que merecem estudos mais profundos. Como exemplo, cito as formas lexicais encurtadas e sem vogais, tais como *vc* para ‘você’ e *pq* para todos os ‘porquês’. Nesse último caso, há uma importante quebra de paradigma: o uso de *pq* mostra que as convenções prescritivas que definem diferenças morfossintáticas entre *por que*, *porque*, *por quê* e *porquê* talvez não tenham mais sentido, pois pragmaticamente o *pq* dá conta de todos os usos sem causar ruído na comunicação.

Ainda dentro das minhas observações empíricas, percebo o hábito (mais comum entre os mais jovens) de escrever e enviar enunciados curtos seguidamente, em vez de um período completo. A razão é bem prática, e tem relação com a função fática da linguagem, proposta por Jakobson. É uma verificação constante do canal, mantém a conversa ativa. Como se trata de comunicação a distância, enunciados longos demoram a surgir na tela e podem dar a sensação de que a comunicação terminou, ou também fazer com que os interlocutores se distraiam e percam o fio da meada. Com pequenas frases enviadas em brevíssimo tempo, o emissor está sempre testando o

¹¹ Couto (2017a, p. 32-33) propõe 15 regras interacionais, a sistêmica é uma delas.

canal de comunicação e o interlocutor se mantém atento. Os falantes têm perfeita noção de onde terminar uma frase e começar uma nova, baseada na própria estrutura da língua. Dessa forma, a pontuação é praticamente suprimida porque a divisão do enunciado cumpre essa função, salvo em caso de perguntas, que exigem o ponto de interrogação. Embora seja muito prematuro afirmar, essa mesma divisão cumpre a função das marcas de pausa e entonação nas interações.

As mudanças linguísticas promovidas pelos usuários de mídias sociais interferem na *dinâmica normativa* (LAGARES, neste volume). Subvertem a norma porque são mudanças surgidas a partir de necessidades comunicativas absolutamente novas nas relações humanas.

Há também estudos sobre variação relacionada a novas mídias. Jakob (2017) toma como exemplo conversas entre italianos realizadas através do WhatsApp. Krefeld e Jakob (2017) propõe um ambiente de pesquisa virtual. Ele sugere que as novas tecnologias de comunicação devam ser usadas para implementar uma espécie de “glotoscopia”:

Tal projeto deve ser conduzido por uma contínua proliferação de informantes e inclui as relações espaciais criadas pelos dispositivos móveis. O enorme sucesso do smartphone se deve particularmente ao fato de que permite diferentes formas de comunicação quase simultâneas sem que os interlocutores estejam no mesmo lugar (KREFELD; JAKOB, 2017, tradução nossa).¹²

O espaço virtual é que permite essas diferentes formas de comunicação e, mais ainda, libera os usuários de fazerem uso de seus conhecimentos linguísticos sem exageradas preocupações normativo-prescritivas. São atos glotopolíticos democráticos, realizados pelos sujeitos envolvidos nas práticas comunicativas. Retomando Guespin e Marcellesi (neste volume): a glotopolítica deve se preocupar “em agir, não mais apenas sobre o *status* das línguas, mas também sobre *as práticas de linguagem* e sobre as relações, no indivíduo social, entre pensamento e linguagem”.

Portanto, e até mesmo pela sua natureza holística, creio que a Ecolinguística e a sua vertente brasileira, a Linguística Ecológica, tenham um interessante caminho a percorrer e novos campos de estudos a desbravar.

¹² “Such a project must be driven by a continuous proliferation of informants and include the spatial relations created by mobile devices. The tremendous success of the smartphone is not least due to the fact that it allows different forms of quasi-synchronous communication without being present at the same place.”

Gostaria de me alongar um pouco e discutir as Regras Interacionais,¹³ requisitadas para um Ato de Interação Comunicativa no espaço virtual, mas não é escopo deste ensaio. Pretendo debruçar-me sobre esse tema em breve.

Considerações Finais

Este ensaio tem o propósito de apontar rumos para a investigação ecolinguística a partir de sua própria premissa. Einar Haugen (1972) definiu a Ecolinguística como o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Numa definição contemporânea, é o estudo das interações verbais que se dão no interior do Ecossistema Linguístico. A premissa básica da Linguística Ecossistêmica é a existência de um ecossistema, conceito central da ecologia; enxerga a língua como parte do Ecossistema Linguístico. Um ecossistema é constituído por uma população que convive em um território e interage por uma língua/linguagem. E aqui vem o questionamento: é possível pensar em um meio ambiente virtual? Vejo o meio ambiente virtual como uma extensão do meio ambiente social. Assim, podemos pensar em um Ecossistema Artificial como extensão do Ecossistema Social da Língua. Não o concebo isoladamente.

Considero contraproducente desprezar ou ignorar os Atos de Interação Comunicativa que se realizam cada vez mais frequentemente nas Nuvens de Interação. Interações comunicativas são sempre interações, não importa como e onde aconteçam. Há necessidade de Comunhão, de compartilhamento de códigos, de contexto. Couto (2016) afirma que, na perspectiva da Linguística Ecossistêmica, uma Comunidade de Fala é um pequeno ecossistema linguístico no qual há solidariedade e frequente interação entre seus membros. Considerando que as novas interações são muito frequentes, e que o Ecossistema Artificial da Língua é a extensão do seu Ecossistema Social, ou seja, motivadas também por solidariedade, temos potencialmente Comunidades de Fala ainda mais intensas e extensas: intensas no sentido da frequência das interações entre os membros e extensas no sentido da ampliação do espaço em que as interações se realizam.

Evidentemente, é fundamental observar esses Atos de Interação Comunicativa por outros vieses, que de certo modo endossam as preocupações de Couto (2015) em relação à sua definição de Descomunhão. Atos de Interação Comunicativa realizados a distância, sem presença física, podem ser muito voláteis e, conseqüentemente, superficiais. À diferença de uma conversa face a face, interromper uma conversa a distância é muito simples,

¹³ Friso, como fez Couto (2017b, p. 31), que as Regras Interacionais são regras por regularidade e não por regulamento.

e não causa maiores constrangimentos, pelo menos no momento em que há a interrupção. Os três momentos da função fática (abertura, manutenção e fechamento do canal de comunicação)

são apropriados pela Comunhão linguístico-ecossistêmica. No compartilhamento de sentimentos entre indivíduos que se veem juntos, ela [a função fática] tem o mesmo papel de preparar o cenário em que a comunicação pode se dar. Isso implica os momentos de encetar, manter e encerrar a comunicação (COUTO, 2017a).

Ora, se por um lado é muito fácil encetar uma comunicação a distância, o que é uma vantagem para os mais tímidos, por outro é igualmente muito fácil encerrá-la sem a criação de vínculos comuniais. Como apontou Bauman em 2014¹⁴, “se a interação com alguém na rede não te interessa, aperta um botão e adeus”. Porém, como espaço extensivo de uma Comunidade de Fala, entendo que esses Atos de Interação Comunicativa são potenciais reforçadores do estado de Comunhão e colaboram para que a própria Comunidade de Fala se mantenha fortalecida. E como novas formas de comunicação que são, criam situações linguísticas novas que são geridas *in vivo* pelas próprias práticas sociais dos usuários.

Bibliografia

- BAUMAN, Z. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CALVET, L. J. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola; Florianópolis: IPOL, 2007.
- CANEVACCI, M. *Sincretismi*: esplorazioni diasporiche sulle ibridazioni culturali. Milão: Costa & Nolan, 2004.
- COUTO, H. H. *Ecolinguística*: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. *Linguística, ecologia e ecolinguística*: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. Descomunhão. In: _____. *Ilinguagem e glotopolítica*. [S.l.], 27 set. 2015. Disponível em: <http://ilinguagem.blogspot.com.br/2015/09/descomunhao.html>. Acesso em: 20 mai. 2015.
- _____. Comunidade de fala revisitada. *Ecolinguística*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 47-72, 2016.
- _____. Comunhão. In: _____. *Meio ambiente e linguagem*. [S.l.], 22 dez. 2017a. Disponível em: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2017/12/comunhao.html>. Acesso em: 20 jun. 2017.

¹⁴ Cf. acima, nota 8.

_____. *Linguística ecossistêmica: um novo modo de estudar os fenômenos da linguagem*. In: _____. et al. (orgs.). *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2017b.

GAIO, M. L. M. *Etnicidade linguística em movimento: os processos de transculturalidade revelados nos brasileiro-italos do eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

GUESPIN, L.; MARCELLESI, J.-B. Glottopolitique. *Languages*, v. 83, 1986.

GUMPERZ, J. J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HAUGEN, E. *The ecology of language: essays by Einar Haugen*. Selected and edited by Anwar S. Dil. Stanford: Stanford University Press, 1972.

JAKOB, Katharina. *Medienbedingte variation am beispiel italienischer whatsapp-chats*. 2017. Dissertação. Munique, 2017. Disponível em: https://edoc.ub.uni-muenchen.de/24332/1/Jakob_Katharina.pdf. Acesso em: 20 mai. 2017.

KREFELD, T.; JAKOB, K. From isogloss to glossotope: towards a virtual research environment for multilingualism. In: IT-GRUPPE GEISTESWISSENSCHAFTEN. *Lehre in den Digital Humanities*. [S.l.], 9 aug. 2017. Disponível em: <https://www.dh-lehre.gwi.uni-muenchen.de/?p=69157>. Acesso em: 2017.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATOS, F. G. et al. Ecolinguagem. In: COUTO, E. K. N. N.; DUNCK-CINTRA, E. M.; BORGES, L. A. O. (orgs.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014, p. 215-224.

SAVEDRA, M. M. G. *Bilinguismo e bilingualidade: o tempo passado no discurso em língua portuguesa e língua alemã*. 1994. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

_____. Bilinguismo e bilingualidade: uma nova proposta conceitual. In: _____.; SALGADO, A. C. P. (orgs.). *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato: homenagem ao professor Jürgen Heye*. Rio de Janeiro: 7Letras: FAPERJ, 2009, p. 121-140.

_____.; ROSENBERG, P. Etnicidade em movimento: das Deutschbrasilianische Bauernfest em contexto de transnacionalização. In: BORN, J. et al. (eds.). *Línguas, culturas e políticas em movimento?: (r)evoluções, transformações e contatos na lusofonia*. Bern: Peter Lang, [s.d.].

Contato do Português com as Línguas Bantu Moçambicanas: Vitalidade e Manutenção Etnolinguísticas

Letícia Cao Ponso

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Introdução e contexto da pesquisa

Este artigo consiste em uma reflexão metodológica etnograficamente baseada em trabalho de campo feito durante seis meses em 2012 na capital de Moçambique, Maputo, e nas regiões rurais das províncias de Inhambane, na costa do Oceano Índico, e de Manica, fronteira com o Zimbábue, sobre o contato entre o português e as línguas bantu. Observou-se o uso ritual das línguas bantu moçambicanas na cerimônia familiar do lobolo, ou casamento tradicional. Parte-se do pressuposto de que tais ritos configuram domínios de uso linguístico favoráveis à manutenção e vitalização das línguas autóctones em Moçambique. Neles, evoca-se a presença dos espíritos antepassados e, por conta disso, a língua portuguesa é interdita.

Figura 1 - Províncias de Moçambique



Fonte: MapsOfWorld.

A intenção aqui é destacar a relevância de abordagens socio-históricas e etnográficas nos estudos de contato plurilíngue, especialmente de áreas de descolonização recente (1975), que sofreram forte colonização linguística pela dominação cultural e exploração de força de trabalho na África subsaariana, a exemplo de Angola e Moçambique. Destaco que, embora os estudos de contato plurilíngue pressuponham uma base etnográfica e histórica, há uma evidente carência de trabalhos de campo mais aprofundados sobre o contato do português africano já apontados por Faraco (2016, p. 248), em sua análise crítica do discurso da Lusofonia:

Não há espaço para dar visibilidade aos ressentimentos e conflitos sociolinguísticos que a divisão social que o colonialismo impôs às sociedades africanas e que, no fundo, é sinalizada pelas diferentes formas como a língua funciona socialmente.

Muitas línguas autóctones moçambicanas, como o Xichangana, Cimanyika, Cinyanja e Shimakonde, são faladas de forma transnacional em Moçambique e nos países com que faz fronteira (respectivamente África do Sul, Zimbábue, Malaui e Tanzânia no caso das línguas citadas, todos “anglófonos”) já que muitos dos povos que habitam as zonas fronteiriças entre esses países foram brutalmente separados pela colonização.

A reflexão aqui incide em como, em termos metodológicos, nos despojamos de conceitos totalizantes sobre as diferenças entre os povos – como por exemplo *cultura, língua, tradição e identidade* - e nos desprendemos epistemologicamente da ideologia colonialista e etnocêntrica “do déficit linguístico”, ou seja, da supremacia das línguas ex-coloniais em convívio com as línguas autóctones. Os estudos linguísticos que nos anos 1970 e 1980 se voltaram à descrição e à classificação das línguas nativas da África e da América não abandonaram sua matriz epistêmica europeia ou norte-americana. Ademais, concentraram-se maiormente em aspectos descritivos e estruturais, não abrindo espaço, por exemplo, para uma discussão de políticas linguísticas ou educacionais adequadas à realidade sociolinguística dessas comunidades. Argumentamos aqui sobre a necessidade de um olhar socio-histórico, etnográfico e intercultural para as culturas indígenas, seja da América, seja da África, como pressuposto de uma melhor compreensão dos seus processos de perda e manutenção linguísticas.

A pergunta motivadora para este artigo seria: *quais as consequências políticas de nossas percepções linguísticas serem mediadas exclusivamente pelas nossas próprias orientações culturais, epistemológicas e conceituais?* A reflexão que gostaria de empreender diz respeito a como os resultados de uma pesquisa de contato linguístico nesse contexto podem estar condicionados por um olhar *a priori* do pesquisador sobre as motivações que levam à manutenção/substituição das línguas.

No âmbito teórico de uma política linguística crítica, neste trabalho considera-se a língua portuguesa uma invenção política a serviço de interesses geoestratégicos e econômicos, a qual reproduz relações históricas de poder e construções imaginário-ideológicas de seus falantes (MAKONI; PENNYCOOK, 2005; SEVERO; MAKONI, 2015). Além disso, neste caso, aborda-se uma situação de colonização linguística, em que os discursos estão comprometidos com a visão colonialista e etnocêntrica da supremacia das línguas ex-coloniais em contato com as línguas e culturas autóctones. Vale-se também da reflexão feita por teóricos da pós-colonialidade (FANON, 1968; WA THIONG’O, 1986; TENGAN, 1994; APPIAH, 1997; ALTUNA, 2006; SANTOS; MENESES, 2010; SANTOS, 2003; 2006; 2011; BOKAMBA, 2011; RAMOSE; 2010; PRAH, 2011) para tecer uma discussão sobre processos

de minorização das línguas efetuados pelo encontro colonial em África e seus desdobramentos na construção de identidades linguísticas híbridas. Não se pode esquecer que tanto a língua quanto a discursividade sobre ela se constroem sobre relações de poder contextualizadas e legitimadas historicamente e que, como nos lembram alguns teóricos da pós-colonialidade, o “cânone epistemológico da modernidade engendrou-se por meio de processos de marginalização, supressão e subversão de epistemologias, tradições culturais e políticas alternativas em relação às que foram nele incluídas” (SANTOS, 2011, p. 17).

O aporte metodológico por outro lado advém da Etnografia da Fala e da Sociolinguística Interacional de base interpretativa (HYMES, 1968; 1969; 1972; 1974; HYMES; GUMPERZ, 1964; GOFFMAN, 1979; GUMPERZ, 1982; BRIGGS, 1986). Tal metodologia propõe-se a ir além de uma abordagem descritivista e classificatória que caracteriza muitos dos estudos dedicados às línguas autóctones africanas ou ameríndias e busca em geral compreender suas estruturas, mas não o seu funcionamento como sistemas culturais com valores estabelecidos dentro de relações socioculturais específicas, nas práticas socio-históricas que as tornaram possíveis (BRIGGS, 1986; SAHLINS, 2007).

Argumenta-se que, no contato plurilíngue em Moçambique, o uso das línguas bantu não se apresenta como *resistência* ao português, conferindo a essa palavra um sentido de oposição, esforço, insurgência, luta ou contestação. O que há é uma espécie de continuidade, de lealdade a essa estrutura de pertencimento, de prolongamento das tradições bantu. A explicação dessa permanência está na história pré-colonial africana: “o princípio-base da cultura bantu”, que Senghor chama de “supranaturalismo” e outros de “pan-vitalismo”, pertença, *heritage*, etc. É mais uma *permanência* desses sujeitos que buscam continuamente construir e reconstruir o “ubuntu”, princípio segundo o qual a comunidade é lógica e historicamente anterior ao indivíduo. Essa comunidade é definida como uma “entidade dinâmica” entre três esferas: a dos vivos, a dos mortos-vivos (“ancestrais”) e a dos ainda não nascidos. Com base nisso, a primazia é atribuída à comunidade, à organização das famílias, do parentesco, do clã, da aldeia e ao vínculo inquebrantável que os mantém unidos – pela linguagem – desde tempos imemoriais.

Metodologia e Aporte Teórico

A metodologia proposta aqui para os estudos de contato plurilíngue baseia-se no pressuposto de que a análise social do uso da língua em uma situação de descolonização implica basicamente em reportar, traduzir e codificar o

repertório nativo metacognitivo dos falantes e para isso devem-se utilizar conceitos derivados de outros tipos de ciência, da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia. Só isso permite ao investigador 1) investigar a especificidade, a diferença e a integridade cultural de comunidades de fala marginalizadas ou periféricas em relação às línguas majoritárias e hegemônicas; 2) relacionar os estatutos das línguas às experiências particulares e concretas dos sujeitos da pesquisa (SAHLINS, 2007), tentando compreendê-los à luz dos significados sociossimbólicos de “ser plurilíngue” nesta cultura específica (GEERTZ, 1989; 2001; BRIGGS, 1986); 3) abdicar de uma atribuição de valores positivos ou negativos *a priori* às línguas em contato para outra em que os valores são dinâmicos, flexíveis e negociáveis conforme os parâmetros e repertórios comunicacionais nativos.

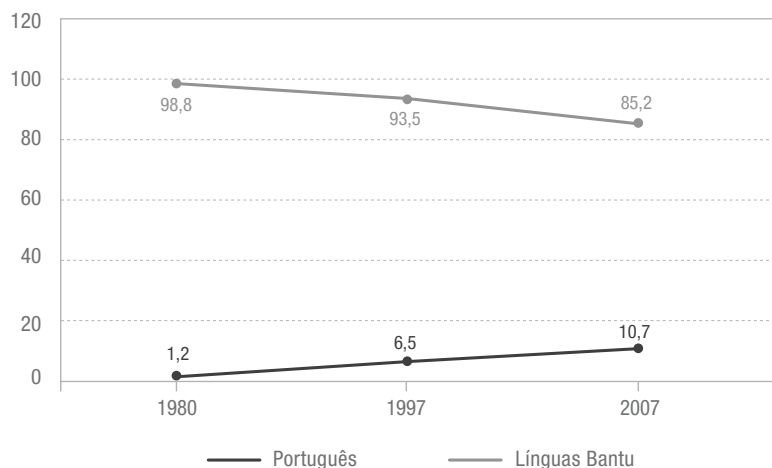
Essa reflexão parte de um trabalho de campo em 2012 na capital de Moçambique, Maputo, e nas regiões rurais das províncias de Inhambane, na Costa do Oceano Índico, e de Manica, fronteira com o Zimbábue. Moçambique está situado na costa oriental do Sul da África e tem uma superfície de 801.590 km². De acordo com dados da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 2012), a população em 2010 era de 23.405.670 habitantes, dos quais 38,43% constituíam a população urbana e 61,47%, a população rural. A expectativa de vida era de 48,4 anos; a porcentagem de subnutridos era 38% e a taxa bruta de matrícula para todos os níveis de ensino era de 54,8%. Moçambique enfrentou, na segunda metade do século XX, duas guerras, a luta pela independência e uma guerra civil entre facções políticas, a Frente pela Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO). Após a independência em 25 de junho de 1975, com a denominação de República Popular de Moçambique, foi instituído no país um regime socialista de partido único, cuja base de sustentação política e econômica viria a se degradar progressivamente até a abertura ao capitalismo internacional feita nos anos de 1986-1987, quando foram assinados acordos com o Banco Mundial e o FMI.

Como quase todo país africano, Moçambique tem um grau elevadíssimo de diversidade linguística endógena, (medida, segundo Calvet (2012), pela soma dos quadrados das proporções de locutores de cada uma das línguas em presença). O plurilinguismo é societal, estável e revela inúmeras relações de estatuto entre as línguas envolvidas no contato. Elas são recursos explorados socialmente, já que tanto o uso das muitas variedades de português com interferência das línguas locais (variação intralinguística) como a alternância de códigos, *code-switching*, *code-mixing* (variação interlinguística) são indissociáveis de manifestações de solidariedade étnica

e de grupo e de disputas pelos escassos recursos socioeconômicos e políticos que a elite local detém.

De acordo com Perpétua Gonçalves (2010, p. 4), os dados estatísticos dos censos da população (1980, 1997 e 2007) apontam para estágios de evolução de número de falantes do português como primeira língua (1980 – 1.2%; 1997 – 6.5%; 2007 – 10,7%), ao passo que, relativamente para as línguas moçambicanas, há um visível recuo (1980 – 98.8%; 1997 – 93.5% e 2007 – 85.2%). Para essa linguista, o português moçambicano nasce com a independência, a partir dos primeiros contatos reais entre ele e as línguas moçambicanas por volta dos anos 1980. Portanto, o seu processo de nativização é muito recente, não havendo, propriamente, até 1990, descrições de suas características gramaticais (GONÇALVES, 2010).

Gráfico 1 - Número de falantes de Português e LB (em %)



Fonte: Gonçalves (2010)

Por um lado, o gráfico mostra que os falantes do Português como língua materna vêm aumentando desde 1980. Por outros, no entanto, esses dados mostram que, em Moçambique, as línguas autóctones prevalecem em cerca de 89,3% contra 10,7% de falantes do Português como língua materna. Apesar do rápido aumento de falantes do Português como língua materna, os dados mostram o quanto as línguas bantu resistem desde a colonização, passando pela marginalização do pós-independência, às investidas da língua oficial e a ausência de uma política linguística e educacional pró ensino bilíngue ou oficialização de uma (ou mais) língua bantu nacional. Isso significa que

Moçambique, sob ponto de vista linguístico real, é mais um país bantúfono que lusófono (NGOMANE, 2012).

Os sujeitos da pesquisa são sessenta estudantes de Linguística Descritiva das Línguas Bantu, licenciandos em Letras da Universidade Eduardo Mondlane e falantes plurilíngues de 23 línguas, com possibilidades combinatórias e graus de proficiência variados, com seus códigos culturais e sistemas de valores linguísticos, habilidades que os capacitam a construir os interstícios e a fluidez entre padrões identitários marcados pelo hibridismo cultural. Por meio de seus olhares e vozes, examinaram-se os âmbitos sociais em que se articulam movimentos de persistência e emancipação plurilinguística em Moçambique.

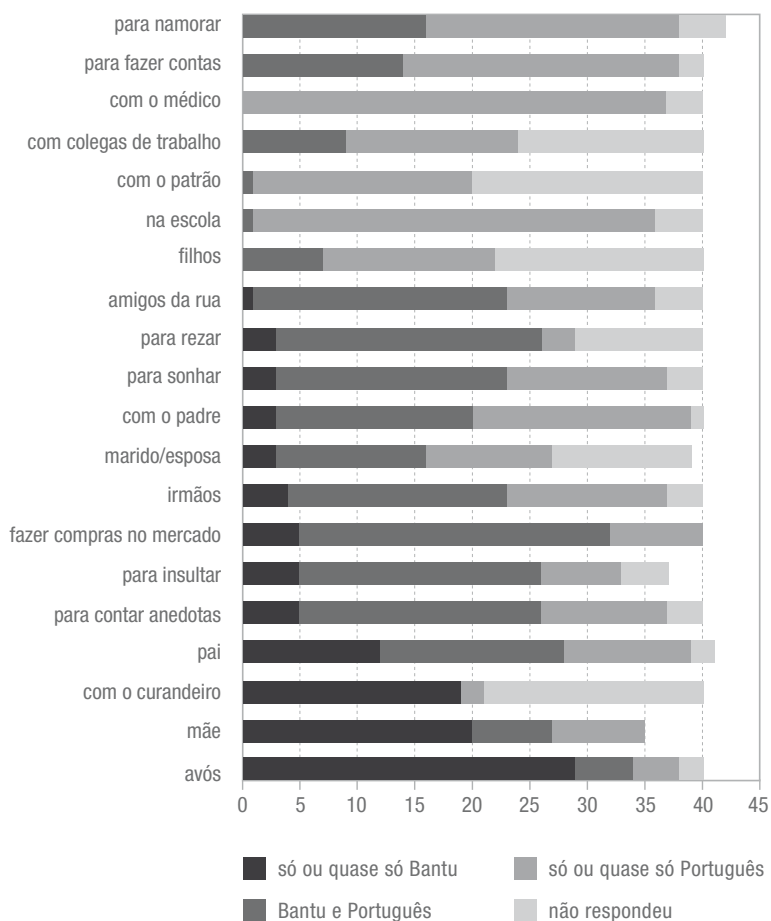
Na primeira etapa da pesquisa, foi aplicado um instrumento de pesquisa a todo o grupo de estudantes da turma: um questionário com perguntas sobre o perfil sociolinguístico dos falantes, os domínios de uso das línguas e a maneira como concebem o estatuto das línguas faladas em Moçambique. As vantagens dos inquéritos sociolinguísticos são a fácil sistematização dos dados, o pouco tempo em que são recolhidos e o grande número de participantes que podem contemplar; por outro lado, os questionários restringem as manifestações dos falantes em seus termos nativos e não permitem que eles sejam acompanhados em suas práticas linguísticas cotidianas. Portanto, tal etapa preparou e embasou a pesquisa etnográfica que permitiu a posterior triangulação de dados.

Na segunda etapa, usei uma metodologia qualitativa em busca de compreender os contextos culturais específicos, acompanhando pela observação participante um pequeno grupo selecionado dentro do maior, com uma pluralidade de técnicas de pesquisa auxiliares, como gravações, filmagens, registro em diário de campo, entrevistas com informantes-chave, narrativas autobiográficas, etc. Tomo como pontos de partida para a análise eventos de fala em diversas situações sociais e analiso, além do contexto comunicacional, os participantes envolvidos, os papéis sociais que assumem, o tópico ou gama de tópicos que afetam a forma da mensagem verbal, os enquadres, as pistas conversacionais, buscando relacionar esses elementos ao estatuto das línguas em questão. Nesse sentido, a linguagem simboliza as relações culturais através de seus aspectos verbais e não verbais e, portanto, é necessária uma análise do contexto em que os falantes interagem. As vantagens de uma abordagem contextual são a observação de elementos situacionais como pausas, feições, trejeitos, respiração, alinhamento dos participantes na interação, etc. e o acompanhamento dos informantes da pesquisa como agentes sociais interagindo em seus contextos de atuação, relacionados à história de vida de cada um, bem como às suas redes sociais. No entanto,

essa abordagem adequa-se a um número menor de participantes e a pesquisas de longo prazo, como estudos de caso longitudinais, por exemplo.

Da primeira etapa resultaram gráficos como o abaixo, sobre os domínios de uso das línguas (Gráfico 2). Da segunda, mostraram-se os contextos mais favoráveis à manutenção das línguas bantu, os ritos tradicionais, as cerimônias familiares de atribuição do nome tradicional e do espírito de um antepassado ao recém-nascido, o casamento tradicional, os ritos de sororato e levirato após a morte, as práticas de curandeira e de medicina tradicional.

Gráfico 2 – Domínios de uso das línguas



Fonte: Elaboração própria

Entre vários aspectos que contribuíram para a não marginalização contínua e perpétua das línguas bantu, o principal e o mais importante é o fato de os falantes terem continuado a falar suas línguas e a viver suas vidas em função delas, mostrando que as línguas não são realidades autônomas e abstratas, mas sim produtos de práticas sociais historicamente situadas. Isto trouxe e traz à tona várias discussões que problematizam os conceitos de língua, comunidade linguística, família de língua, entre outros tidos como universais e ou hegemônicos.

O conceito de relativismo cultural foi uma das três premissas básicas – além da heterogeneidade linguística inerente e da relação dialética entre forma e função linguística – para a emergência da Sociolinguística, na segunda metade do século XX. A premissa do relativismo cultural rejeitava o mito de línguas e culturas primitivas e subdesenvolvidas, postulando a igualdade essencial e a equivalência funcional entre as línguas, além de rejeitar a noção de dialetos ou variedades inadequados ou inferiores.

No entanto, o discurso que se produz sobre a equivalência dialetal, muitas vezes mascara ou não chama a devida atenção para o fato de uma lógica hierárquica inter e intradialetal. Se todo ato de fala é um fato social, ele nunca está dissociado dos valores que o cercam e que lhes são atribuídos pelo falante e pelo ouvinte. Durante anos, a Sociolinguística defendeu a equivalência dos dialetos sem ressaltar que em um contexto real dos usos linguísticos tal equivalência é uma utopia. Ou seja, se as línguas são iguais em termos de essência e função, são diferentes em termos dos valores que adquirem situacionalmente para os falantes, que são constituídos no repertório de práticas dentro de cada língua enquanto sistema cultural, com suas relações próprias de poder e prestígio, o que é muito variável, especialmente em contextos multilíngues e multiétnicos.

John Gumperz (1982a) propõe uma perspectiva interacional e uma abordagem interpretativa da conversação como mais adequadas para a análise nas sociedades modernas, nas quais as fronteiras sociais são difusas, e os falantes têm repertórios linguísticos diferentes, que se adequam a cada situação de uso. Principal teórico da Sociolinguística Interacional, Gumperz defende que não há normas e categorias sociais pré-existentes a partir das quais se prevê e explica o comportamento dos indivíduos; é a partilha dos repertórios linguísticos na interação em redes e seus objetivos comunicativos o que constitui a natureza da atividade linguística (GUMPERZ, 1982, p. 4). Por isso, os significados associados aos usos linguísticos não podem ser assumidos de antemão; é a função social das variantes que está no foco da compreensão da escolha linguística.

Encontra-se também em Erving Goffman (1979) um grande contributo na introdução do conceito de *footing*¹, isto é, o “alinhamento, a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção”. Uma mudança de *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na maneira como conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução. Uma mudança em nosso *footing* é um outro modo de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos (GOFFMAN, 2002, p. 113).

Tais aproximações entre o sociointeracionismo (Goffman), a antropologia simbólica (Geertz) e a etnografia da fala (Dell Hymes e John Gumperz) inauguram a Sociolinguística Interacional, marcadamente influenciada pelos antropólogos norte-americanos. Tal convívio e proximidade ajudaram a linguística a incorporar conceitos como sistema cultural, relativismo linguístico, interação social e performance, fundamentais para o diálogo com as Ciências Sociais. A partir disso, o uso da língua pode ser visto como um ato performático.

A seguir, por meio de um breve exemplo de rituais familiares tradicionais em que se evoca a presença dos espíritos antepassados e nos quais a língua portuguesa é interdita, pretendemos refletir sobre a importância do método etnográfico para a apreensão, decodificação e tradução cultural dos repertórios metacognitivos nativos.

O uso das línguas nos rituais familiares junto aos antepassados

Pretende-se nesta seção dar um exemplo de uma tensão presente na experiência de toda uma geração de jovens moçambicanos que hoje tem entre 20 e 30 anos de idade (segunda geração depois da independência), que é central na construção de um hibridismo identitário em relação às línguas bantu em contato com o português: a participação em ritos familiares que envolvem a interlocução dos antepassados em línguas bantu.

Uma dessas cerimônias é o lobolo (casamento tradicional), espécie de negociação entre duas famílias, no âmbito privado e sem a intervenção de autoridades políticas e religiosas, e com a evocação dos espíritos dos antepassados familiares, comum nas sociedades patrilineares da África bantu. Tê-lo presenciado foi uma dádiva, para repetir o predicativo usado por Paulo Granjo, antropólogo português que viveu em Maputo e autor de um detalhado relato etnográfico sobre esse ritual, o qual dispõe de poucas

¹ Traduzido como “enquadre” por Beatriz Fontana (2002), na versão brasileira do artigo.

descrições na literatura antropológica (GRANJO, 2005). Ademais, seria uma das raras cerimônias representativas do tipo de “situação de fala” (HYMES, 1972; GUMPERZ, 1982) em que eu poderia acompanhar atos de fala com o uso ritual das línguas na tradição moçambicana. No sistema patrilinear (províncias do sul de Moçambique), como explica Felizardo Cipire (1996, p. 58), o lobolo é encarado como uma troca de serviços entre duas famílias pertencentes a clãs diferentes, e o pagamento dado ao responsável pela jovem noiva (irmão, tio, pai) é uma forma de informar aos espíritos dos mortos que ela sairá da casa paterna. Em uma época mais antiga, as funções do lobolo em alguns grupos étnicos moçambicanos eram múltiplas. O pesquisador português António Rita-Ferreira aponta algumas funções: o *lobolo* representava uma compensação (no sentido lato) e não um “dote” nem um “preço de compra”, como alguns o consideram; legalizava a transferência da capacidade reprodutora da mulher para o grupo familiar do marido, de que passava a fazer parte; dava caráter legal e estabilidade à união matrimonial; tornava o marido e a respectiva família responsáveis pela manutenção e bem-estar da mulher lobolada (esposa); legitimava os filhos gerados, que se consideravam sempre como pertencentes à família que havia pago o lobolo; constituía um meio de aquisição de outra unidade reprodutora para o grupo enfraquecido (RITA-FERREIRA, 1967/1968, p. 292). Mais recentemente, o antropólogo Paulo Granjo (2005) fez uma descrição etnográfica de um lobolo no sul de Moçambique com uma análise pormenorizada de dinâmicas e mutações que o ritual sofre nos dias de hoje em relação ao lobolo no passado. Para Granjo, o lobolo destaca-se como uma instituição polissêmica, manipulável e capaz de recobrir motivações muito diferentes. Esse tipo de pesquisa insere-se em um grupo de trabalhos que reelaboram mapas de orientação sociocultural na realidade atual de Moçambique, geralmente conjugando tradição e modernidade. Na cerimônia que presenciei, houve, por exemplo, muitos cantos e rezas a Deus em português e em línguas bantu (pois um dos tios era pastor da Igreja Universal) mesclados a canções tradicionais bantu, o que destoava de um lobolo típico. Assim, como nos lembra Sahlins (2007, p. 315), as regras e os valores de uma estrutura *a priori* são atualizados de modo a se ajustarem à especificidade particular da relação entre os atores sociais.

Mais antigamente, e especialmente nas zonas rurais, a mulher tornava-se esposa do irmão mais novo do marido caso este morresse. Pelo lobolo, mais do que esposa de determinado indivíduo, a mulher tornava-se membro

da linhagem² do marido. Logo, o lobolo serve de mecanismo protetor da mulher lobolada e dos seus filhos em caso de uma fatalidade que a deixe sem recursos, uma vez que ela passa a ser um encargo da povoação onde vive, isto é, sente-se amparada por ela. Daí decorre a importância do valor simbólico atribuído a esse ritual pelas mulheres mais velhas. Em função da representatividade que para elas traz o acesso aos antepassados, a sua proteção, a garantia de que seus descendentes serão salvaguardados, o cerimonial atende uma série de gestos de eficácia simbólica. Na cerimônia de que fiz parte, de repente, pedem à colega que me levou que também ela vista uma capulana.³ O momento solene exige. Uma das tias da noiva se aproxima e Paula me apresenta:

P: *Awuwa i Leticia, n'ndoni wangu.* (Esta é a Letícia, ela é minha colega.)

L: Olá, como vai a senhora?

Tia: *Ohhh... wuyani. Wa kutsakisa? Tindingeto anu miva katamwani vangu. Awe u katamwani wangu nawe... ahahaahaha... (Ahhh... olá, está gostando? Ele gostou de você (aponta para um dos tios). Então vocês duas são as minhas cunhadas. (Paula ri muito). Minha cunhada... ahahahahaha...*

(Elas seguem o diálogo na língua cicopi, imagino que falam de mim, de onde eu venho e do que estou a pesquisar, mas ao contrário das outras vezes, Paula não traduz simultaneamente para mim, e o português fica completamente excluído do diálogo. Apenas quando a tia afasta-se, muito sorridente, Paula explica-me por quê.)

P: Para minha tia, é uma ofensa eu falar com ela em português. Aqui a hierarquia das línguas é outra. Se eu não falo com ela na língua dela, eu a estou negando, negando sua cultura e a dos antepassados. É uma falta de respeito. Mesmo que tu sejas visita, aqui a língua importante não é o português, é o cicopi. Todos aqui na família são da província de Gaza.

Em outras ocasiões do meu trabalho de campo, e em outras situações de fala em que o nome dos antepassados é invocado, reconheci a importância de agradar a essa ancestralidade no sucesso de muitos empreendimentos da vida cotidiana das pessoas em Maputo. Como afirma Granjo (2005), os antepassados serão o alvo e a garantia da cerimônia; serão eles os sancionadores

² Sigo a indicação de Paulo Granjo (2005), que opta pelo termo *linhagem*, a despeito das críticas a esse conceito, porque ele constitui para os atores sociais no sul de Moçambique uma realidade sociológica e ontológica.

³ Na sociedade moçambicana, o uso da capulana é simbólico para a mulher (mulher recatada, mulher bem conservada, mulher idônea, bem vestida e respeitável, são alguns exemplos), então a mulher lobolada deve usar a capulana para mostrar tudo isso. É por isso que a mulher moçambicana, quanto mais capulanas tiver, melhor é. Em sociedades mais conservadoras, à mulher lobolada (a que está no lar), obriga-se o uso da capulana durante as suas atividades diárias e até mesmo quando sai para um evento, sobretudo se viver junto dos pais do noivo.

e guardiões da união, cabendo-lhes daí em diante proteger os noivos e os seus descendentes. No caso do ritual presenciado, eles não podiam ser afrontados pelo uso de uma língua que não fosse a deles, deviam ser libados com a bebida adequada e receberiam um cabrito em sacrifício.

No domingo, dois dias depois do lobolo, a família em cortejo acompanharia os noivos, com todos os presentes, enxoval, eletrodomésticos até a casa nova. O nome dessa parte do ritual em changana é *xigiyani*. Há muitos cantos que acompanham essa procissão; cantos jocosos e brincalhões em que os parentes “advertem” sobre as futuras obrigações da vida de casados. Posteriormente, explicam-me que, em certas regiões rurais no interior do país, o noivo e a noiva esperam as altas horas da madrugada, depois que todos dormem e não podem mais espreitar, despem-se completamente e cozinham juntos nus a primeira refeição na casa nova. Só então é que podem considerar-se casados.

Segundo Granjo, o lobolo foi catalogado pelos colonizadores como um “exótico e incivilizado arcaísmo” e foi incluído entre as práticas e instituições a abater pelas autoridades do Estado Independente (GRANJO, 2005, p. 85). Juntando em si a legitimação conjugal, o controle da descendência, a dignificação das partes envolvidas e a domesticação do aleatório através das ações dos antepassados, por um lado, e tendo, por outro, o espaço e a capacidade de se assumir (através das representações que lhes são associadas) como instrumento para a superação de problemas inovadores, o lobolo não encontra no seu contexto sociocultural qualquer outro rival à altura. Assim, o lobolo é um ritual que se mantém e reforça um discurso de resgate da tradição, inclusive entre a geração dos mais jovens, como minha colega, que declarou admiração pela prima que “agora está lobolada e adquiriu o estatuto de mulher completa e respeitável”.

Ubuntu: pertença vital e continuidade dos seres

O filósofo sul-africano Mogobe Ramose define *Ubuntu* como um dos conceitos filosóficos e um dos princípios organizacionais essenciais das populações que falam línguas Bantu. Para o autor, essas populações precisam, face à globalização econômica, cimentar fortes vínculos de solidariedade, em primeiro lugar entre elas mesmas. Em *African Philosophy Through Ubuntu* (1999), Ramose discute duas teses encontradas na maioria das línguas africanas vivas. A primeira é *Motho ke motho ka batho* e a segunda, *Feta kgomo o tshware motho*.⁴ Embora seja muito difícil, afirma o autor, traduzir o sentido exato

⁴ Expressões estão em Sapedi, uma das línguas que integra o grupo linguístico do Shoto do Norte (África do Sul).

da língua original, o significado essencial da primeira é que “ser humano é afirmar a humanidade própria através do reconhecimento da humanidade dos outros, e sobre tal embasamento, estabelecer relações humanas respeitadas para com eles”. O segundo aforismo significa que “se e quando uma pessoa enfrenta uma escolha decisiva entre a riqueza e a preservação da vida de outro ser humano, ela deve optar pela preservação da vida”. Porém, o princípio da solidariedade juntamente com os princípios da partilha e do cuidado mútuo têm todos sido alvo de ataque pela globalização capitalista.

Compreender o pensamento e as manifestações culturais bantu, portanto, passa por uma fenomenologia da participação vital (ALTUNA, 2006, p. 48). A concepção que o *Muntu* (pessoa) tem do ser é sintética, unificadora, e todos os seres estão ontologicamente ligados. A partir da sua integração na família-comunidade pelo sangue-vida recebido dos antepassados, “essa corrente vital é uma força-energia de idêntica ‘qualidade’ porque partiu de um mesmo princípio. Entretanto, a sua ‘quantidade’ está possuída, aumentada ou diminuída de maneira diversa nos variados seres da criação” (ALTUNA, 2006, p. 48).

A sua ontologia fundamenta-se no dinamismo do ser, que leva, desde a participação vital, à interação permanente. Por isso o ‘ntu’ é capaz de aumentar ou diminuir. Eles insistem mais no aspecto dinâmico do seu ‘ntu’. É nesse sentido que se pode falar numa ‘dinamologia bantu’. [...] As filosofias conhecidas da África tradicional são em comum dinamistas. Representam o mundo não como uma entidade fixa no ser, mas como um devir em perpétuo crescimento (ALTUNA, 2006, p. 52).

Assim, o “ntu” é inseparável dos outros seres. Nenhuma pessoa, diz-se, pode possuir algo que pertence a todos, algo que tem o poder de vincular o passado e o presente. Assim, esse todo constitui um corpo, que, a partir de um epônimo, se sucede pela instauração de novas linhagens com as alianças matrimoniais. Logo, nas culturas bantu, “toda sociedade, família, clã, tribo, nação pode ser considerada do ponto de vista da participação” (ALTUNA, 2006, p. 54). Mogobe Ramose (2010) explica que, na filosofia ubuntu, a comunidade é lógica e historicamente anterior ao indivíduo. Com base nisso, a primazia é atribuída à comunidade, e não ao indivíduo. Essa comunidade é definida como uma “entidade dinâmica” entre três esferas: a dos vivos, a dos mortos-vivos (“ancestrais”) e a dos ainda não nascidos.

Dessas considerações decorrem aspectos importantes a levar em conta nesta análise. Um deles é que existe uma ambivalência nesse princípio de participação:

[...] ela é querida e cuidada até o delírio, porém também é temida pavorosamente. Desse modo, as comunidades bantu experimentam permanentemente a dialética do gozo e do terror, da paz-harmonia e da perturbação-desagregação, do amor-fraternidade e do ódio-vingança (ALTUNA, 2006, p. 54).

Então, o que eu chamo de *permanência* linguística está na ordem de um enraizado sentimento de pertencimento a essa coletividade, subjacente à filosofia de ubuntu. Esse sentimento gera uma tensa, conflitiva, emocionalmente intensa prática de participação no mundo possível e disponível para os jovens sujeitos dessa pesquisa. Uma prática que, em tempo presente, tem de saber decidir o que fazer e como se posicionar neste mundo que herdaram. Não podemos esquecer que a maioria deles estuda para ser professor de português neste contexto educacional plurilíngue. Nas sociedades orientadas para a coletividade (ao contrário da nossa ocidental, orientada para o individualismo), há um tipo de sociabilidade subterrânea que fala de raízes muito profundas. Não que não haja espaço nessa coletividade para a agentividade do sujeito; há espaço, afinal, para a tensão entre o desejo individual e a vontade do grupo. Nessa linha, os estudantes reproduzem respeitosamente as fábulas e narrativas que ouviram de seus avós, acrescentando-lhes suas variações e seu talento como narradores; por outro lado, atualizam essa língua defendendo-a na aula de Linguística na universidade e na comunicação transfronteiras, alterando o estatuto que ela tem para si e para os outros.

De acordo com a Etnografia da Fala, para julgarmos o que determina quais são os domínios altos (privilegiados) e baixos (desprestigiados), há que se considerar os saberes nativos. Interpretar as motivações sociolinguísticas de um falante moçambicano “decalcando-as” de uma verticalidade de valores baseados na cultura ocidental (por exemplo, almejar uma vaga e competir por ela no mercado de trabalho) e considerar a partir dela o que é alto e baixo generalizando para todas as culturas do mundo, não apenas ignora os valores assumidos dentro do repertório comunicacional das culturas específicas, como reforça a circularidade de discursos que perpetua as instâncias de poder ligadas à lógica do sistema capitalista neoliberal em um contexto de globalização. Significa pressupor que todos os homens situam-se no mundo afirmando-se, como o ocidental, pela diferença, pelo que *não* é ele mesmo, e não pelo pertencimento, como uma continuidade do todo vital, como parte de uma harmonia cósmica (RAMOSE, 2010, p. 175). Ao contrário da noção ocidental que enfatiza a ideia de indivíduo como uma entidade fragmentada que age com base nas contingências de

interesses pessoais, a concepção africana sublinha a ideia do ser humano como totalidade, tendo suas ações e seus direitos assegurados como tal.

Aqui, como interpretamos, o hibridismo identitário consiste a) na alternância de atitudes sobre o significado social das línguas; b) no deslocamento constante de atos de identidade; c) na multiplicidade de lógicas operadas, de práticas de poder e prestígio linguístico de várias naturezas, umas hegemônicas, outras contra-hegemônicas, contraditórias e desafiantes, que colocam o falante em um papel ativo e protagônico em relação às suas identidades linguísticas.

Palavras finais

Em uma etnografia da fala da comunidade de um grupo de estudantes universitários plurilíngues na cidade de Maputo, especialmente nos rituais familiares de convívio e interlocução com os antepassados, buscou-se compreender os eventos do presente etnográfico, com foco nas relações entre o uso das línguas e seus significados sociais, a partir de conceitualizações nativas, locais, endógenas. Com este artigo, pretendeu-se contribuir para a teoria sociolinguística do contato de línguas com a proposição de uma abordagem quantitativa de base fenomenológica e interpretativa na descrição de contextos plurilíngues.

Isso não nega o peso identitário e definidor do *status* das línguas, mas desloca a sua existência biunívoca e fixa (*status* alto para classe alta e *status* baixo para a classe baixa, por exemplo) para um universo de circulação de vários poderes e *haveres* diferentes, performatizáveis e negociáveis nas ações sociais. Assim as identidades linguísticas híbridas no contexto pós-colonial melhor serão estudadas na pluralidade de relações que cada falante estabelece em suas ações sociais. Portanto, neste trabalho não se tratou de saber como o ator social, cuja identidade linguística é fixa e pré-determinada, se relaciona com uma língua majoritária cuja dominação lhe é natural ou estrutural, mas como a dominação, o prestígio, o *status* e o poder são criados e recriados a cada ato de fala, a cada evento linguístico. Se as relações sociais e consequentemente as relações linguísticas são sistemas de relações que se transformam em novas relações, numa concatenação infinita de representações sociais e linguísticas (efeito dominó), busquei apreendê-las, descrevê-las em termos de identidades linguísticas segundo um método de pesquisa qualitativa etnográfico que permitisse a análise dessas relações. Em outras palavras: os elementos que perfazem a interação, o ponto “entre” um falante e outro que estabelece a zona intersticial para a construção de uma identidade híbrida, concebendo aqui identidade não como algo herdado

e fixo, mas como “identificação”, como uma opção – nem sempre consciente – de pertencimento e atuação.

Diante da multiplicidade de lógicas operando nos contextos plurilíngues da sociedade moçambicana pós-colonial, enfatizar o tema da estrutura social condicionante e da dominação, tomados na verticalidade das relações de prestígio (variedades altas e baixas) e de poder (classe, gênero, poder econômico), não daria conta de explicar os sistemas de significado atribuídos às línguas nesta cultura específica. Uma abordagem metodológica qualitativa de base etnográfica para os estudos contatuais pode ser vantajosa nos contextos multilíngues pós-coloniais, na medida em que é uma fotografia sociolinguística a partir do olhar endógeno. A autonomia nativa e a resistência local face à dominação mundial e à hegemonia cultural (principal foco do interesse e debate da antropologia na atualidade) não parecem ter sido objeto de especial atenção da Linguística contemporânea.

Nesse sentido, em um cenário de pós-colonialidade, nós linguistas estudamos políticas de línguas e contato plurilinguístico criando conhecimento a partir do ponto de vista de quem? É a nossa capacidade, sobretudo desenvolvida no trabalho de campo, de adotar a perspectiva do outro que nos permite aprender o seu repertório linguístico para além do que pressupomos. É essa nossa localização “no mesmo chão dos nativos” que nos permite ver as pessoas não simplesmente como reprodutores e reagentes passivos a um “sistema”, mas como agentes ativos e sujeitos da sua própria história (ORTNER, 2011, p. 439). Seria desejável que do ponto de vista epistemológico e metodológico nos desfamiliarizássemos dos códigos da língua majoritária e hegemônica e aprendêssemos mais da interculturalidade, da fluidez e do hibridismo identitário dos falantes plurilíngues, da permanência das línguas e das motivações de sua resistência à colonização linguística.

Bibliografia

- ALTUNA, R. R. A. *Cultura tradicional banto*. Maputo: Paulinas, 2006.
- ANGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.
- APPIAH, K. A. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BAMGBOSE, A. *Language and the nation: the language question in Sub-Saharan Africa*. Edimburgo: Edinburgh University Press for the International African Institute, 1991.
- BOKAMBA, E. G. Ukolonia in african language policies and practices”. In: BOKAMBA, E. G.; SHOSTED, R. K.; AYALEW, B. T. (ed.). *Selected proceedings of the 40th annual*

conference on african linguistics: african languages and linguistics today. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2011.

BONVINI, E. Motivações linguísticas e extralinguísticas em interação: a história da linguística africana à luz da epistemologia. In: Instituto de Verão da ABRALIN, 20. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 07-09 fev. 2011. Minicurso.

BRIGGS, C. L. *Learn how to ask: a sociolinguist appraisal of the role of the interview in social science research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CALVET, L.-J. Nouvelles perspectives sur les politiques linguistiques: les poids des langues. *Gragoatá*, Niterói, v. 32, p. 55-74, 2012.

CIPIRE, F. *A educação tradicional em Moçambique*. Maputo: EMEDIL, 1996.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FIRMINO, G. A “*questão linguística*” na *África pós-colonial*: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo: Promedia, 2002.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOFFMAN, E. (ed.). *Interactional ritual: essays on face-to-face behavior*. Nova York: Anchor, 1967.

_____. Footing. *Semiotica*, Bad Feilnbach, v. 25, n.1-2, p. 1-29, 1979.

_____. (1964). A situação negligenciada. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (orgs.). *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002, p. 13-20.

GONÇALVES, P. *A génese do português de Moçambique*. Lisboa: INCM, 2010.

GRANJO, P. *Lobolo em Maputo: um velho idioma para novas vivências conjugais*. Porto: Campo de Letras, 2005.

GUMPERZ, J. Language in social interaction. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ANTHROPOLOGICAL AND ETHNOLOGICAL SCIENCES, 8. *Proceedings...* Tóquio: Science Council of Japan, 1968, p. 408-411.

_____. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.

_____. (ed.). *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982b.

HYMES, D. Ethnography of speaking. In: FISHMAN, J. (ed.). *Readings in the sociology of language*. Paris: The Hague & Mouton, 1968, p. 99-138.

_____. Por que la linguística necesita del sociólogo. In: BARBANO, F. et al. *Estructuralismo y sociología*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1969.

_____. Models of the interaction of language in the social life. In: GUMPERZ, J.; HYMES, D. (ed.). *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1972, p. 35-71.

_____. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1974.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Desinventando e (re)constituindo línguas. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 9-34, 2015.

MAPSOFWORLD. Moçambique Mapa. Disponível em: <https://pt.mapsofworld.com/mozambique/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. Divisão de Estatísticas das Nações Unidas. *Social indicators*. 2012. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm>. Acesso em: 17 dez. 2017.

NGOMANE, Nataniel. Lusofonia: quem quer ser apagado? *Semanário SOL*, 06 jan. 2012.

OBENG, S. G.; ECHU, G. West african languages in contact with european languages In: _____.; ECHU, G. *Africa meets Europa: language contact in West Africa*. Nova York: Nova Science, 2004.

ORTNER, S. Teoria na antropologia desde os anos 60. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

PONSO, L.; SILVA, D.; RONCARATI, C. Um olhar crítico sobre a sociometria da língua portuguesa. *Gragoatá*, Niterói, v. 17, n. 32, p. 11-27, 2012.

_____. *As línguas não ocupam espaço dentro de nós: práticas, atitudes e identidades linguísticas entre jovens moçambicanos plurilíngues*. 2014. Tese (Doutorado em Letras) – Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PRAH, K. K. The language of development and the development of language in contemporary Africa. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE AMERICAN ASSOCIATION FOR APPLIED LINGUISTICS (AAAL), 2011, Chicago. *Proceedings...* Chicago: [s. n.], 2011.

RAMOSE, M. *African philosophy through ubuntu*. Harare: Mond Books, 1999.

_____. Globalização e ubuntu. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 175-220.

RITA-FERREIRA, A. *Os africanos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: [s. n.], 1967-1968.

SAHLINS, M. *Cultura na prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2007.

SANTOS, B. S. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 66, p. 23-52, 2003.

_____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*, volume 4: a gramática do tempo: para uma nova cultura política. 2. ed. Porto: Afrontamento; São Paulo: Cortez, 2006.

_____.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*, volume 1: a crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TENGAN, A. B. European languages in african society and culture: a view on cultural authenticity. In: PÜTZ, M. (ed.). *Language contact and language conflict*. Amsterdã: John Benjamins, 1994, p. 125-138.

WA THIONG'O, N. *Decolonizing the mind: the politics of language in african literature*. Harare: Zimbabwe, 1986.

Ser bicultural não foi uma escolha: consequências do contato entre os Kaxinawás (Huni-Kuin) e a sociedade majoritária

Beatriz Christino

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Introdução

Neste trabalho, abordaremos algumas das consequências do contato entre a sociedade majoritária e o povo Kaxinawá, que se viu obrigado a assumir uma identidade, por assim dizer, bicultural como forma própria de resistência. Os Kaxinawá (cuja autodenominação é *huni kuin*, traduzível, apenas de forma bastante aproximada, por ‘humanos autênticos’¹) vivem na região do Alto Rio Juruá, na fronteira entre o Brasil e o Peru, na Amazônia Ocidental. No lado peruano, habitam as margens do Purus e do Curanja, e, no brasileiro, encontram-se nos rios Purus, Humaitá, Tarauacá, Jordão, Muru, Envira e Breu, distribuindo-se por doze Terras Indígenas², todas no estado do Acre. Essas áreas demarcadas e reconhecidas pelo governo brasileiro somam uma população superior a dez mil pessoas, das quais cerca de 80% são bilíngues, falando tanto o Kaxinawá (língua da família Pano) quanto sua variedade específica de Português que lhes serve de língua franca interétnica e pode ser considerada um dos componentes de sua identidade bicultural.

Os primeiros contatos em grande escala entre não-indígenas e Kaxinawás, marcados pela extrema violência imposta pelos exploradores dos seringais, correspondem ao tema da primeira seção deste trabalho. Em seguida, são discutidas algumas dimensões do(s) processo(s) de (re) combinação dos traços das culturas Kaxinawá e não indígena, como as consequências da introdução do sistema alfabético de escrita em uma

sociedade de tradição oral e os conteúdos do sistema de educação escolar. No tocante a questões mais especificamente linguísticas, consideram-se possíveis processos de transferência nos níveis sintático e morfossintático que diferenciam o Português Kaxinawá no conjunto das variedades de Português. Além disso, aponta-se para especificidades no campo das normas interacionais da comunidade falante de Português-Kaxinawá.

O ciclo da borracha e a extrema violência dos primeiros contatos

Conforme indica a obra organizada por Gonçalves (1991), os primeiros exploradores encarregados de demarcar terras para a exploração da borracha chegaram à região do rio Juruá em 1882 e, no ano de 1890, o rio Tarauacá e seus principais afluentes, como o Envira e o Muru, foram invadidos por seringueiros.

Para a infelicidade dos diversos povos indígenas da região, a borracha, insumo necessário para indústrias de ponta como a ciclística e a automobilística, passou por um processo de significativa valorização no mercado internacional: de 45 libras a tonelada em 1840 para 118 libras/tonelada na década seguinte, passando por um preço de 125 libras/tonelada nos anos 1860 e 182 libras/tonelada na década de 1870. Entre os anos de 1909 e 1911, o valor vem a atingir a cifra de 512 libras por tonelada (GONÇALVES, 1991, p. 19).

Na virada do século, como aponta Weinstein (1993, p. 90), a borracha representou o segundo produto de exportação nacional, respondendo por 24% do total das vendas ao exterior. Numa constante tendência de aumento da produção, a borracha correspondeu a 40% das exportações brasileiras no ano de 1910, colocando-se ao lado do café, com 41% (WEINSTEIN, 1993, p. 256).

Inegavelmente, foi imenso o impacto econômico dessa realidade para a região do Alto Juruá, o que fica evidente levando-se em conta que, no auge do ciclo da borracha, o estado do Acre detinha a terceira renda nacional, ficando atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais (GONÇALVES, 1991, p. 27). De fato, o Acre veio a se tornar “a área mais importante do mundo na produção da borracha” (WEINSTEIN, 1993, p. 198) e viu sua população aumentar de 74.484 habitantes para 92.379 habitantes entre 1910 e 1920 (WEINSTEIN, 1993, p. 272). Considerando a região amazônica como um todo, Weinstein faz o seguinte balanço da “era da borracha”:

É bem verdade que a era da borracha deixou a Amazônia substancialmente alterada em relação ao período anterior à expansão, ao introduzir centenas de milhares de novos habitantes, povoando os mais longínquos rincões da região, *exterminando culturas tribais inteiras na busca de mão-de-obra*, e criando uma ampla rede de elites comerciais (WEINSTEIN, 1993, p. 301, grifos nossos).

A desintegração de culturas indígenas e o genocídio de muitos povos, que decorreram da “febre da borracha” ou “*Kautschukfieber*” na expressão de Nordenskiöld (1922, p. 3), foi testemunhada de perto por americanistas europeus que empreenderam viagens de pesquisas etnográfico-linguísticas no período que vai de 1890 a 1929, como descrito por Christino (2007). Numa de suas obras, o sueco Erland Nordenskiöld (1877-1932) oferece ao leitor uma dimensão da tragédia que se dava nos seringais amazônicos, reproduzindo as palavras de um seringalista, incapaz de compreender a indignação daquele pesquisador: “*Ohne Indianer keine Kautschukindustrie!*” - “Sem índios, sem indústria da borracha!” (NORDENSKIÖLD, 1923, p. 113, tradução nossa).

Dentre as terríveis atrocidades cometidas pelos exploradores da borracha, tornaram-se frequentes as chamadas “correrias”, que significavam o massacre de povos indígenas e a anexação de seus territórios tradicionais pelos seringueiros. Nomeado delegado para o Alto Tarauacá no ano de 1905,³ o então tenente do exército Luís Sombra declarou ter recebido:

[p]ellas instruções annexas à portaria de minha nomeação [...] plenos poderes para a repressão das correrias de indios naquelle rio, e que ainda la se fazem, não só lá como em todo o Amazonas, onde constituem esporte predileto de muitos seringueiros durante os lazeres da safra (SOMBRA, 1913, p. 3).⁴

E revelou as nefastas consequências dessas “correrias”, em especial, para os Kaxinawá, destacando que:

Os indios ainda restantes dessa tribu vivem em malocas⁵ situadas em terras firmes nos fundos dos seringaes da margem direita do referido rio, da fóz do Chiruan para cima, até o salto riozinho da Liberdade, e vivem tão dispersos que na maioria dos que se refugiaram nos mais reconditos igarapés do Alto Tarauacá, acoçados pelas crueis correrias de que são annualmente victimas, já não ha mais noticias dos que ficaram embrenhados em outros affluentes do baixo Juruá. [...]

[...] Outrora cultivavam em torno dos copicháuas⁶ muita *popunha*, palmeira que dá um côco muito alimenticio e que se come cosido; mas actualmente, já a não plantam mais, por não terem a certeza de chegar a colher seus fructos, devido ao receio em que vivem de ser expulsos de seus roçados a qualquer instante. Esses *popunhaes* extinguem-se logo em seguida ás correrias, porque os seringueiros deitam

³ Pelo general Gregório Thaumaturgo de Azevedo, na época prefeito da recém-criada cidade de Cruzeiro do Sul.

⁴ A ortografia do texto original foi conservada, como em todas as demais citações.

⁵ Grandes habitações coletivas tradicionais, ocupadas por várias famílias.

⁶ Termo do português amazônico, com origem na Língua Geral Amazônica, que significa grande construção de uso coletivo destinada à realização de reuniões, festas tradicionais e rituais (grafa-se atualmente “cupixauá”). Seu correspondente em Kaxinawá é *shubuã*, traduzível por “casa grande”.

geralmente abaixo essas e outras palmeiras para colher seus frutos (SOMBRA, 1913, p. 3).

Com a intenção de guiar-se pelos “tempos da história indígena” dos povos habitantes do território acreano, publicações como Kaxinawá et al (2002) estabelecem a seguinte divisão cronológica: tempo das malocas (anterior ao contato com os não-indígenas); tempo das correrias (aproximadamente entre 1890 e 1920); tempo do cativo e tempo dos direitos (a partir dos anos 1980).

Como se pode perceber, a duração do “tempo do cativo” se estende para muito além da época em que entra em crise a extração de borracha nativa amazônica, em face da concorrência da borracha cultivada na Ásia — já em 1913, a produção de borracha asiática ultrapassou largamente a amazônica e a Amazônia passou a ser um fornecedor apenas marginal do produto, segundo Weinstein (1993). Embora a relevância de sua participação no mercado internacional tenha diminuído drasticamente ao longo das décadas do século XX, a extração de borracha no Acre continuou a constituir a principal atividade econômica da região e, cada vez mais, passou a contar com o trabalho de indígenas escravizados, uma vez que, consideravelmente menos lucrativa que nos tempos do ciclo da borracha, não tinha mais como atrair grandes contingentes de mão de obra migrante do nordeste empobrecido.

A extrema violência do “tempo do cativo”, que acarretou a perda de muitos elementos da cultura tradicional Kaxinawá, segue ainda muito viva na memória de quem esteve sob o domínio dos “patrões”. Nas palavras de Remilde Henrique Kaxinawá:⁷

aí eu... eu comecei a cortar seringa também... de tempo de cati... cativo, né... tempo de cativo [...]. eu sempre já cortava a seringa com m... junto com meu pai, eu era pequeno... tempo eu... eu cortava mais ele, meu irmão... que... dois pessoa, Fernando Henrique e eu, que sofria mais com meu pai, né, que ele sempre trabalhava cortando seringa, nós saía de madrugada, quando tá chovendo ou num chovendo... tem que trabalhar, né... se você trabalhar só no roçado ou caçada... os patrão num cons... ele não... aceita iss-que... ele faz: ‘é preguiçoso, os índio são preguiçosos!’ [...] diz assim: ‘num trabalhou nada!’... aquele que... num colocou roçado ou se... só fazendo borracha... aquele... falava: ‘aquele é trabalhador... ele tira saldo tanto’ [...] eu trabalhava só no seringal.

⁷ Esse depoimento, assim como os demais de colaboradores de pesquisa Kaxinawás em que não há indicação diversa de fonte, foi coletado por mim durante pesquisa de campo realizada no início de 2014, com apoio financeiro da Faperj (Processo nº E-26/111.344/2013).

Nesse tempo de trabalho compulsório e sem descanso para os patrões dos seringais, o português converteu-se em língua veicular interétnica, não apenas para a comunicação com os dominadores não-indígenas, como também para estabelecer diálogo com os Ashaninka, povo Aruak, vítima das mesmas injustiças:

Lá mesmo tinha povo ashaninka, mas só aqui no Breu né, e também apareceu na cabeceira do do Jordão.. aquele tempo..eh. o... seringa... trabalhava pu seringalista né. Aí a gente sempre encontra[va] com o outro povo e dialoga[va] com ele com português, né, sempre... nunca entende[ia] a língua do outro né, aí tem que falar na língua português (KAXINAWÁ, Rufino Mayá, 2014).

O impacto da introdução da escrita alfabética na cultura Kaxinawá

De acordo com D' Angelis (2007, p. 13), “[c]omo o ‘falar Português’ também o ler e escrever (o Português) torna-se, em algum momento, uma necessidade coletiva de uma comunidade indígena em contato permanente com a sociedade brasileira”. Isso implica, inevitavelmente, a introdução do sistema alfabético de escrita em sociedades tradicionalmente fundadas na oralidade como a forma primordial de transmissão de conhecimentos. No caso específico dos Kaxinawá, a escrita alfabética recebeu a denominação de *nawa kene*, que se pode traduzir como o *kene* do estrangeiro. Fundamentais na cultura Kaxinawá e importante marca de sua identidade, os *kene* representam os estilos tradicionais de desenho inspirados em animais como a jiboia encantada e vinculados a rituais, que decoram e tornam especiais peças de cerâmica, vestimentas e outros objetos têxteis, adornos corporais e peças de cestaria, assim como marcam presença na pintura facial e corporal. Sendo assim, encontram-se em todas as produções artísticas realizadas pelas mulheres Kaxinawá e constituem elemento crucial na construção da beleza das pessoas e das coisas.

A antropóloga Elsje Lagrou dedicou-se a estudar em profundidade o significado dos *kene* e seu papel para a cosmovisão dos Kaxinawá e para o (complexo) estabelecimento das fronteiras entre alteridade/ identidade em sua cultura. Segundo ela:

[...] o conceito de *desenho* (*kene*), um desenho que nunca existe como conceito abstrato, mas que adere sempre a alguma coisa ou é incorporado em um suporte. Desenho é aquilo que separa o dentro e o fora do ‘corpo’ (ou mundo), assim como aquilo que constitui o meio de comunicação entre ambos os lados (LAGROU, 2002, p. 38, grifo nosso).

Repleta de significados simbólicos, a arte gráfica tradicional Kaxinawá passou a ser chamada especificamente de *kene kuin* (ou *kene* autêntico) por oposição ao *nawa kene*. Esse último, ou seja, a escrita alfabética imposta pelo não-indígena, tem sido empregado inclusive para grafar textos em Kaxinawá. Significativamente, as ortografias estabelecidas para a língua Kaxinawá revelam-se um produto e um reforço da divisão Brasil/ Peru, imposta pelo ‘*nawa*’: do lado peruano, por influência dos missionários do Summer Institute of Linguistics, criou-se um sistema com formas inspiradas na ortografia do Espanhol (a exemplo de *j* para a velar aspirada), enquanto, do lado brasileiro, educadores Kaxinawá assessorados por linguistas chegaram a um sistema ortográfico que toma como base o da língua portuguesa (com a grafia *r* para a mesma velar aspirada).⁸

Conforme apontou D’ Angelis (2007, p. 17), “[n]ão está claro para boa parte das comunidades indígenas, [...] como e o quê, efetivamente, sua língua ancestral ganha [...] com uma escrita”. No entanto, a escrita em *hantxa kuin* – a denominação que os Kaxinawá dão a sua própria língua – vem, de certa forma, ganhando significados sociais e deixando de ser exclusivamente um recurso pedagógico, facilitador do processo de alfabetização. Para isso, contribuem as inovações tecnológicas e as novas possibilidades de comunicação nascidas com a internet: mensagens escritas em *hantxa kuin* circulam em celulares (na forma de torpedos ou em grupos de WhatsApp) ou chegam a seus destinatários por meio das redes sociais, em especial do Facebook.

Como abordaremos na próxima seção, a escolarização corresponde atualmente a uma das dimensões centrais na constante (re)construção da identidade bicultural Kaxinawá e, para a educação escolar diferenciada e autogerenciada, assume grande relevância a escrita da e na própria língua. Nas palavras de Rufino Mayá Kaxinawá, educador e liderança da Terra Indígena Seringal Independência: “Então como nós tamo já professor, nós tamo educando nossos jovem [...] a escrever também a hantxakuin, rezistrar a própria hantxakuin”.

Não por acaso, a relação entre a escrita em Kaxinawá, objeto de ensino escolar, e as formas orais de transmissão do conhecimento revela-se um tanto delicada. Nesse contexto, há um claro empenho na direção de converter a escrita em um reforço para as técnicas orais de transmissão de saberes e afastar uma potencial ameaça de torná-la um substituto daquelas. O contato das novas gerações com as festas tradicionais e rituais – como o *katxanawa*,

⁸ Cf. Camargo (2002).

a festa do legume, para assegurar uma colheita farta – constitui um território vedado à escrita:

o aquele pajé canta pra... pra ensinar criança pá num... *no oral, na escrita não, no oral* pa futuramente com... o *katxanawa* aprende o povo, a criança aprende e pai canta, o pajé canta, acompanha junto (KAXINAWÁ, Anastácio Banê, 2014).

Por conta dos períodos marcados pela violenta dominação dos patrões não- indígenas e da aculturação imposta por eles, diversos traços da cultura Kaxinawá tiveram sua continuidade interrompida. Com tristeza, os Kaxinawá não têm como deixar de constatar que dos “tempo ancestrais ah perdemo muitas coisa porque esse... a educação indígena não é resistrado, não é registrado no papel, a gente é só na oralidade né, passa geração por geração” (KAXINAWÁ, Rufino Mayá, 2014).

Os professores-pesquisadores Kaxinawá, cuja atuação apresenta entre os seus objetivos o de resgatar, ao menos em parte, o saber dos ‘tempos ancestrais’ e de preservar o que hoje se conhece, fazem do registro escrito um grande aliado. Nesse sentido, percebem a escrita como detentora de uma capacidade de amplificar a memória das tradições, conforme evidência o relato de Ibã Sales Kaxinawá, autor dos livros *O espírito da floresta* e *Os cantos do cipó*:

[...] eu pratiquei já o conhecimento, quando eu saí com 19 anos, eu me desloquei pra cidade pra formar professor; aí eu comecei estudando, de 1983 até 2000; aí eu terminei o magistério e os professores me deram tarefa: - *ibã*, agora você vai pesquisar seus conhecimentos, você já terminou seu magistério, agora você vai aprofundando mais os seus conhecimentos; mas ao mesmo tempo, *eu tinha escrito pouco do meu conhecimento*; eu voltei e comecei a perguntar pro meu pai: - *pai, agora não é só no oral*, agora eu tô aprendendo a ler e a escrever e eu *quero registrar, escrever*, não quero mais esquecer, na oralidade, quem tem cabeça boa, ele vai aprender, quem tem cabeça meio ruim é muito difícil ele aprender oralmente (CORISCO, S.d., grifos nossos).

Se, como no caso de Ibã Sales, o emprego da escrita em *hantxa kuin* corresponde, muitas vezes, a uma decisão consciente e a um projeto pessoal e político, a escrita em sua variedade Português Kaxinawá, com frequência, atende a obrigações colocadas pela sociedade majoritária. É recorrente a necessidade, entre os Kaxinawá letrados, de produzirem textos requisitados por exigências burocráticas, como prestações de contas de verbas ou auxílios concedidos. Aos professores cabe preencher vários tipos de documentos cobrados pelas secretarias municipais de educação (alguns de periodicidade mensal e outros de periodicidade bimestral ou semestral). Nesse particular, as escolas indígenas e não-indígenas estão submetidas aos mesmos critérios,

que incluem a elaboração de ficha de matrícula individualizada de cada aluno com respectivo número de registro e seus relatórios bimestrais, além de detalhados diários de classe.

Os agentes de saúde Kaxinawá, por sua vez, por se encontrarem vinculados às secretarias municipais de saúde, devem fornecer a esses órgãos planilhas de registro dos atendimentos realizados, no mesmo modelo das utilizadas nos postos de saúde. Documentos dessa natureza demandam letramentos específicos, nem sempre acessíveis àqueles que são incumbidos de responder por eles. Pude presenciar isso bem de perto, pois, no ano de 2010, fiz uma viagem de pesquisa à aldeia Glória de Deus, no Rio Breu⁹, e, naquela ocasião, o agente de saúde me relatou dificuldades com essa documentação e, inclusive, pediu o meu auxílio para o processo de preenchimento.

Quando retornei ao Acre, no início de 2014, ele havia deixado de ser agente de saúde e estava residindo na cidade de Cruzeiro do Sul, onde ganhava a vida como tecladista contratado para ficar à porta de lojas. Um primo dele justificou essa mudança considerável com a seguinte constatação: “Ele foi pra cidade porque ele não tinha Português pra trabalhar aqui na aldeia”. Aparentemente paradoxal, essa declaração aponta que lhe faltaram, efetivamente, condições de apropriar-se do letramento indispensável para fazer jus às atribuições (burocráticas) do cargo de agente de saúde.

Ainda no campo das exigências da burocracia das instituições do *nawa*, os Kaxinawá precisam, não raramente, registrar em forma de ofício suas solicitações a autoridades das várias esferas. É o que se nota claramente no trecho abaixo:

formar outro cupixaua de novo, né? pra transformar, né? aí a palha é difícil, então nós vamo fazer de alumínio, aí nós pedimo, *fizemo a documento para prefeito ajudar* só alumínio, né ah que madeira nós já tem tudo, né? Aí nós fizemo nesse ano passado *o documento* [...] pra nesse ano que entrou (KAXINAWÁ, Remilde Henrique, 2014, grifo nosso).

Vale destacar, ainda, uma outra dimensão da escrita em Português Kaxinawá: a que se transforma em um espaço de autoria, de afirmação da identidade e divulgação da própria cultura, tanto quanto de reivindicação dos direitos indígenas. Desse âmbito fazem parte as produções acadêmicas redigidas em Português pelos Kaxinawá, alunos de cursos de graduação, como a Licenciatura Intercultural da UFAC de Cruzeiro do Sul (que formou sua primeira turma ao final do ano de 2013) e, em especial, seus trabalhos de conclusão de curso. No que diz respeito à escrita em Português Kaxinawá

⁹ Vinculada ao meu projeto de pesquisa de pós-doutorado, desenvolvido entre 2008 e 2011 no IEL-U-nicamp e com apoio financeiro da Fapesp (Processo nº 2007/08390-1).

ganhar um destacado papel de instrumento de mobilização e de resistência dos movimentos sociais indígenas, as redes sociais configuram-se num dos espaços privilegiados. Escrito em 2012 pelo atual presidente da Federação Huni Kuin do Acre (Fephac), Ninawa Inu Huni Kuin, a postagem do Facebook transcrita abaixo ilustra muito bem esse processo:

O abril indígena do acre, é um espaço aonde indígenas de varios povos e varias regiões, vindo de sua mais longe aldeias, se encontram para debater sua problematicas, sistemar sugestões e encaminhar ao poderes publicos, para as possiveis providencias de resolutividades.

‘A diferença entre um chefe e um líder: um chefe diz, Vá! um líder diz, Vamos!’

Vamos lá todos os parentes que sofrem preconceitos – discriminação – perseguição, que são excluídos pelos poderes publicos, os que não se vendem, os que não tem terra, os que são desrespeitados os seu direitos, os humilhados, os que acreditam em dia melhores para seus filhos...vamos nos preparar para o *abril indígena 2013* (HUNI KUIN, Ninawa Inu, 14 nov. 2012).

Expressa na língua que viabiliza a comunicação interétnica, a conclamação acima se dirige a todos os povos indígenas brasileiros, uma vez que abrange “todos os parentes”. Isso porque, tanto para os Kaxinawá quanto para diversas das etnias presentes em nosso país, o termo “parente” recebe também o significado de indígena de outro grupo étnico.

Para além das problemáticas relacionadas com o emprego da escrita alfabética e dos gêneros textuais exclusivamente escritos, a seção seguinte discute outros aspectos da identidade bicultural Kaxinawá.

“Ensinar tudo né às criança”: a perpetuação da identidade bicultural

No início do século XX, época em que João Capistrano de Abreu (1853-1927) escreveu sua obra sobre os Kaxinawá contendo uma breve descrição gramatical de sua língua e a transcrição de dezenas de mitos e lendas, acompanhadas de tradução palavra por palavra (ABREU, 1914)¹⁰, muitos membros da elite brasileira acreditavam que este povo seria “absorvido” pela “civilização”.¹¹ Nesse processo, perderia, por completo, a sua singularidade.

A forma Kaxinawá de responder a essa ameaça, colocada desde sempre pela intensa pressão da sociedade majoritária, foi o desenvolvimento de uma

¹⁰ Sobre a obra de Capistrano de Abreu e seu circuito de produção e circulação, v. Christino (2007).

¹¹ Por exemplo, numa resenha à obra de Capistrano de Abreu publicada no jornal de grande circulação *O Paiz* lê-se: “Para que serve todo esse esforço de Capistrano de Abreu, que lucra elle e que lucrámos nós na divulgação de um idioma de indios, idioma que ninguém querérá aprender e indios que a civilização vai absorver?” (LOPES, 1914).

identidade bicultural, que permite o diálogo com os não-indígenas, assim como tenciona fortalecer a herança étnica tradicional. Em constante (re) construção, a identidade Kaxinawá vem buscando uma fusão entre inovações técnicas e tecnológicas alcançadas pelos não-indígenas e a sabedoria transmitida de geração a geração desde o “tempo das malocas”. Sendo assim, o povo Kaxinawá considera como o ideal, no campo da atenção e cuidado com a saúde, a atuação conjunta, integrada e complementar da chamada “medicina da farmácia” (praticada, no âmbito das aldeias, pelos agentes de saúde) e o emprego das ervas medicinais, tradicionalmente a cargo dos pajés, que passam por um duradouro e rigoroso processo de formação. A combinação entre medicina ocidental/indústria farmacêutica e medicina tradicional/da floresta encontra um paralelo perfeito na identidade bilíngue dos Kaxinawá, o que fica explícito no depoimento de Marciano Kaxinawá durante um curso de formação de agentes de saúde, promovido pela Comissão Pró-Índio do Acre.¹²

Que esse plano é... contempla mesmo fazer a formação técnica mesmo desses desses AIS [Agentes Indígenas de Saúde] e que eles também não perda a nossa tradição mesmo as erva medicinal né? E os dois conhecimento é muito importante porque *hoje nós não somos mais só huni kuin* não hoje *falamos português* e acho que isso vale a pena mesmo nós discutir uma área de saúde muito melhor do que nós tamo hoje (KAXINAWÁ, Marciano, 2010).

Certamente, não é apenas nos terrenos da cura para as doenças e da comunicação linguística que os Kaxinawá procuram uma complementaridade entre aspectos da sociedade majoritária (ou cultura(s) regional(is) não-indígena(s)) e aspectos herdados dos ‘antigos’. Importante liderança em sua comunidade e um dos integrantes da primeira turma de licenciatura intercultural a se graduar na UFAC (concluindo um longo processo de formação, iniciado ainda na década de 1980),¹³ Anastácio Banê Kaxinawá enfatizou a importância de “ensinar tudo às crianças”, indicando a preocupação de seu povo em abarcar, no ideal Kaxinawá atual de educação das novas gerações, manifestações culturais regionais/ da sociedade majoritária e aquelas próprias e distintivas de seu povo.

nóis faz [...] *katxanawa* [a festa do legume, ritual para obtenção de colheita farta], batismo, pescaria e dança da... forró também da cidade também, do nauá mesmo [...]

¹² Agradeço de maneira especial à Comissão Pró-Índio do Acre por ter, gentilmente, me cedido as gravações em áudio deste curso, realizado em 2010.

¹³ Segundo seu relato, Anastácio Banê Kaxinawá começou seus estudos em 1983, em um dos projetos pioneiros de formação de professores indígenas desenvolvidos sob a orientação do antropólogo Terri Aquino.

eu danço também o mariri, os dois, pá num esquecer e pá [...] *ensinar tudo né as criança* [...] nós tamo aprendendo língua português e ensina também esse música festa como funciona a cultura do Brasil, assim nós tamo vivendo hoje (KAXINAWÁ, Anastácio Banê, 2014).

Uma parcela significativa da educação das novas gerações, tal como hoje se dá entre os Kaxinawá, transcorre em ambiente escolar. Como apontou outro professor, Rufino Mayá, cuja extensa formação também incluiu sucessivos cursos promovidos pela Comissão Pró-Índio do Acre e a graduação na UFAC:

[Nós] dá aula.. [pro] nossos parente, [...] o que é o nossos... o conhecimento, e nosso conhecimento e conhecimento do mundo não- indígena né... e precisamos de conhecer dois lado, porque [...] não pode perder tem que ser equilibrado (KAXINAWÁ, Rufino Mayá, 2014).

Apesar de original e fundamentalmente uma instituição não-indígena (e vinculada fortemente, no passado, a projetos de caráter assimilacionista), a escola vem assumindo, ao longo das últimas décadas, uma configuração marcada pela autogestão e (re)afirmação da identidade Kaxinawá, sem que isso acarrete a recusa aos conhecimentos e saberes do mundo não-indígena. Nesse sentido, ganha concretude o direito à educação bilíngue e diferenciada, que, em razão da intensa luta dos movimentos sociais indígenas, foi incluído na Constituição de 1988.

Representando mais uma evidência de que textos escritos em Português Kaxinawá nas redes sociais se tornaram espaço de autoria e poderoso instrumento de mobilização, a postagem, reproduzida logo abaixo, por Ibã Sales Kaxinawá dedica-se, especialmente, a caracterizar o sistema de educação escolar construído pelos Kaxinawá, mostrando como se mesclam as dimensões comum (presente nos parâmetros curriculares nacionais, válidos para qualquer escola brasileira) e específica/particular (calcada na herança cultural Kaxinawá).

Nosso ensino é diferente de outras escolas porque a educação de cada povo é diferenciada das outras. Diferencia quando ensina a ler e escrever na nossa própria hãtxa kuin ensina o período da colheita dos plantios, a pescaria, a caçada, a construção da nossa moradia, o artesanato e a nossa medicina tradicional, a nossa música de cipó e a festa de katxa nawa mariri. Ensina a defender a nossa terra demarcada. Ao mesmo tempo nossa escola se aproxima de todas as escolas pelos métodos pedagógicos de ensinar a ler e escrever que são parecidos com o de outras escolas. Ensina Língua Portuguesa, matemática, História, Ciência, Geografia, [...] e sempre os novos conhecimento (KAXINAWÁ, Ibã Sales, 31 jul. 2013).

Traços linguístico-interacionais da identidade bicultural Kaxinawá

Analogamente à educação escolar entre os Kaxinawá, sua variedade específica de Português também conta com uma dimensão particular – vinculada a mecanismos de transferência da primeira língua. Fica a dúvida, no entanto, se a sua consciência com relação a essas peculiaridades linguísticas se dá de maneira tão cristalina como se fazem sentir as fronteiras entre o forró, de um lado, e o *mariri*, de outro, ou a diferenciação entre ‘medicina da farmácia’ e ‘medicina do pajé’. Dito de outro modo, as transferências linguísticas são, possivelmente, um elemento da identidade bicultural dos Kaxinawá menos evidente para eles próprios (e, presume-se, menos sob seu controle que as demais esferas).

As pesquisas que vêm sendo empreendidas desde 2012 no âmbito do projeto “Aspectos morfosintáticos do Português Kaxinawá” reconheceram que a imensa maioria das estruturas presentes no *corpus* coincide com aquelas encontradas, de forma geral, nas chamadas variedades populares de Português Brasileiro – caso da presença de morfema indicador de plural apenas no primeiro elemento do sintagma nominal. Nesse sentido, a maior relevância, do ponto de vista dos estudos do contato linguístico, recai justamente sobre um pequeno (do ponto de vista estatístico¹⁴) conjunto de dados que, por conta disso, optamos por denominar “a minoria significativa”. No que toca à ordem dos constituintes na sentença, por exemplo, verificou-se que, em meio a um grande montante de frases do tipo sujeito-verbo-objeto (e, portanto, nesse particular, idênticas às estruturas das variedades L1 de Português) havia algumas estruturas que contavam com verbo na última posição, à semelhança da ordem canônica das línguas Pano.¹⁵

Dentre as sentenças com ordem V- final identificadas no *corpus* em Português Kaxinawá, tem-se:

- (1) “a mãe que a gente cria”

subj. subj. obj. verbo

(de acordo com a ordem canônica do Português L1, ocorreria(1°) ‘a mãe que cria a gente’).

- (2) “ele chamou a macaxera comer”

obj. verbo

- (3) “aí [o motor] os bicho espantava”

subj. obj. verbo

¹⁴ Para uma abordagem da expressão de plural nos sintagmas nominais em Português Kaxinawá segundo os referenciais teórico-metodológicos da Sociolinguística Quantitativa, v. Christino e Silva (2017).

¹⁵ No caso específico da língua Kaxinawá, sempre que um constituinte é posposto ao verbo, recebe obrigatoriamente o morfema – *dan*.

Além da presença da ordem V- final nas sentenças não subordinadas, as línguas da família Pano caracterizam-se, também, por sua natureza sufixal e aglutinante, assim como pela tendência a expressar as noções, por assim dizer, + gramaticais na extremidade da direita dos constituintes. Sendo assim, os morfemas indicadores de tempo, modo, aspecto e força ilocucionária (indispensáveis para a gramaticalidade das sentenças finitas) ocupam os últimos *slots* das formas verbais.

Embora, como indicado acima, o *corpus* de Português Kaxinawá reunido contenha fundamentalmente sintagmas nominais no plural com marcação expressa no primeiro elemento do sintagma, observaram-se, também, sintagmas com marcação expressa de plural na extremidade da direita do SN (conforme se atesta em 4-8, abaixo). Acreditamos, nesse caso, tratar-se de uma transferência da primeira língua, envolvendo os traços a) + aglutinante (na medida em que um vocábulo fonológico português é percebido como um único constituinte morfossintático) e b) indicação no último *slot* de noções + gramaticais.

- (4) “*tempo ancestrais* ah perdemo muitas coisa”
- (5) “tô trabalhando pelo conhecimento *do meu tradições*”
- (6) “estamos organização de dez escola, ensinamento ou *criança dimenores*”
- (7) “então *essa pesquisas* tão muitos que é... estão mais é... perdido né”
- (8) “tem que cuidá é *nosso arrecurso naturais* adentro da terra indígena”

Para estruturas como (4) - (8) contribui, ainda, o fato de que, nas línguas Pano, a expressão de plural não é obrigatória e o morfema indicativo desta noção (-*bu*) pode ser expresso em qualquer elemento do constituinte, seja o modificado-núcleo ou o modificador. Desse modo, (9), (10) e (11) são equivalentes e correspondem, em significado, a “crianças pequenas”.

- (9) *bake* *pixta*¹⁶
crianças pequenas
- (10) *bakebu* *pixta*
crianças pequenas
- (11) *bake* *pixtabu*
crianças pequenas

¹⁶ Estrutura, no que tange à composição morfêmica, idêntica à forma do singular, cabendo ao contexto comunicativo a diferenciação entre singular/ plural.

Uma tendência para vincular noções gramaticais à extremidade da direita em Português Kaxinawá marcou presença, ainda, no processo de concordância de gênero. A exemplo das variedades L2 de Português, o Português Kaxinawá apresenta concordância variável de gênero,¹⁷ mas, na contramão do processo de sobre - generalização do elemento não marcado, conta não só com emprego de determinantes e modificadores no masculino subordinados a núcleos do gênero feminino, como também com a associação de determinantes e modificadores no feminino ligados a núcleos do gênero masculino. É o que se constata em (12) - (15):

(12) “*a* preço da *borracha* caiu”

(13) “caiu *a* preço da *borracha*”

(14) “entre parente com parente fazendo *essa* tipo de *inveja*”

(15) “primeiramente fiz *dessa* levantamento *das* música”

Foram destacados em *itálico*, em (12) - (15), tanto o artigo/pronome demonstrativo com a forma do gênero feminino (e ligado, à primeira vista, a um núcleo masculino) quanto o complemento nominal/adjunto adnominal que se liga ao nome (e que corresponde, em si, a um constituinte com núcleo feminino e concordância idêntica à verificada nas variedades L1 de Português). Nossa hipótese de análise, efetivamente, relaciona ambos os elementos grifados, uma vez que compreendemos uma estrutura do tipo de (15) “*dessa* levantamento *das* música”, como assumindo, para o falante de Português Kaxinawá, não a configuração de constituinte (1), com núcleo masculino, + constituinte (2), com núcleo feminino (que orientaria a produção de um falante de L1), mas apresentando, de fato, o caráter de um constituinte único, coincidente com o vocábulo fonológico e mais semelhante às estruturas de línguas aglutinantes.

Assim, postulamos que o falante tenha construído a estrutura sintática indivisível “*dessa*-levantamento-*das*-música” e, também orientado por traços das línguas Pano, tomado a extremidade da direita como especialmente relevante para a definição/expressão das relações gramaticais. Vale dizer, “música”, no feminino e na extremidade da direita do constituinte, seria o elemento que determinaria a presença de “*dessa*” na extremidade da esquerda do (mesmo) constituinte.

Pelo que vêm revelando nossas pesquisas, as particularidades do Português Kaxinawá não se encontrariam restritas ao domínio das estru-

¹⁷ Para uma análise aprofundada da concordância variável de gênero no sintagma nominal em Português Kaxinawá, cf. Christino (2015).

turas morfossintáticas e sintáticas, mas alcançariam, inclusive, o domínio da chamada “cultura interacional”, nos termos de Arlene Stairs e Robert M. Leavitt (apud MAHER, 1996; 1998). Com efeito, comportamentos discursivos que parecem estar enraizados na cultura interacional própria dos Kaxinawá surgem como balizas nos depoimentos coletados em Português Kaxinawá. Esse, conforme veremos, é o caso das fórmulas de fechamento de tópico/turno.

Facilmente reconhecíveis nos mitos e narrativas tradicionais registradas por João Capistrano de Abreu no início do século passado, as fórmulas de fechamento de tópico/turno marcam presença, também, nos relatos reunidos e traduzidos, cerca de cem anos depois, por Eliane Camargo e Diego Villar, na obra *A história dos caxinauás por eles mesmos*. Na listagem abaixo, os três primeiros exemplos provêm da obra de Capistrano de Abreu, de que foi mantida a numeração original das sentenças, enquanto os outros dois pertencem às páginas da publicação organizada por Camargo e Villar (2013).

(16) 515. *bônirā raç'kamiç'bôki./*

515. fome têm, assim fazem.

(17) 1263. *ãibô bakökāinā raç'kamiç'ki/*

1263. mulher quando pare, assim faz.

(18) 1284. *raç'kamiç'bôki in nabôrā./*

1284. assim fazem minhas gentes.

(19) Haska en uintanimaki nawabu hiweabudan./

Assim conheci a vida dos nauás das grandes cidades

(CAMARGO; VILLAR, 2013, p. 222, 225).

(20) Haskai unu manankidi Kudan henwen hiweakiki./

É assim que vivem os maxicos do alto Curanja

(CAMARGO; VILLAR, 2013, p. 163).

Em que pese a sensível diferença entre os sistemas gráficos estabelecidos por Abreu (1914), de um lado, e a ortografia atual para a língua Kaxinawá, de outro, é patente, nos trechos acima, a identidade entre *raç'ka* e *haska*, tanto no âmbito da forma, como no âmbito do sentido/função. Os textos orais em Português Kaxinawá reunidos por nosso projeto de pesquisa contêm estruturas com *assim e isso* que, sem sombra de dúvida, desempenham o mesmo papel de fechamento de tópico/turno, na dinâmica interacional, que se nota em (16) - (20). Os trechos (21) - (23) ilustram o emprego da forma *assim*, ao passo que os exemplos de (24) - (26) fazem uso de *isso*:

(21) Não tem ninguém, porque assim, num tem muita gente, né?

Pa organizar assim, tem gente mas é pouco, aí a gente vai organizar, o pessoal pouco inda é mais bom, porque a gente organiza bem né?

Quando a gente, alguém fala, nós fala mulherada ‘bora fazer assim, bora fazer assim, bora fazeno, bora pegar cerâmica, bora pegar cestinha pa fazer’, aí a gente vai junta, gente pega e senta na escola aí vai fazeno. É assim *nós trabalha*.

(22) O roçado de primeiro assim a gente brocava num tinha é... num tinha consulta né, agora hoje em dia tem a capoeira, mas tem que consultá hã... onde tem medicina num pode derrubá mais num pode botá roçado se não acaba tudinho medicina boa, tem que... fizemo capueira aquele capueira nós pranta hã; nosso ligume, macaxera, bananas, milho, *assim que nós funciona nossa terra indígena*.

(23) Nixipã é...Santo Daime pra.. pra fazê preparo, né? Junto com os todo representante, os aluno jovem cada vez aprendê mais, né? Mestre é..vamo capacitano isso, cada grupo, cada aldeia, cantando música de cura, né? *A gente faz assim na nossa aldeia*.

(24) É pesquisa nós fazemos é..de nossa cura mesmo é dos... medicina é do floresta mesmo precisamos tirá as folha né? Nós cura é assim tomano banho, é isso.

(25) [...] É nosso pai já te contou a história de nosso pai é... seringueiro, cortava seringa, trabalha com o patrão, hoje nós só filho dele, nós quero o... quero conhecimento todas terra indígena, aqui cidade. Nós vem passeá não, nós que busca semente pra nós colocá a nossa aldeia todos comunidade todos terra indígena. Se o pessoa, é... o professor e o agente de saúde, liderança, concordaro se nosso trabalho, nós trabalha junto com todos terra indígena. Aí nós vem buscá esse semente pra nós semeá tudo a terra indígena. *Só isso que é meu ideia*.

(26) É... esses dois mil pinto foi um... uma empresa de... de uma empresa do Rio Branco, né, que ele sempre tá negociando com o SEAPROF, né, essa prova da empresa né que a empresa que ele faz um entrego pra Seaprof, Seaprof repassa pra comunidade, então foi negociado com eles pra compra, ele foi negociado assim quinhentos pinto é nascido com trinta dias, quinhentos pinto, pá dividi, ficá pra comunidade cada que cem pinto pra comunidade, então ele trouxe essas pinto nascido com trinta dia, eu no meio da viagem com caminhão, que aquelas balanço de caminhão, deles morreu quase toda, aí pra num entrega assim o empresa voltou de novo pra Rio Branco, trouxe duas veze num deu certo aí, depois conversou comigo, né, “Ah, Fernando porque num dessa... dessas pinto galinha que eu tô levando num deu certo não” melhor pra nós... pra nós experimentá será que os... os pinto é nascido, já pode entrega é mais fácil de levar de avião, né, então tá bom, né, então vamo fazê... vamo experimentá vê se vai dá certo, esse expremento não deu... quase não deu certo, né, até chegou aqui em Cruzeiro, daqui chegou aqui em Cruzeiro pa levá na comunidade essa mais... é mais pobrema que a gente que a gente enfrentô, né, *então isso... essa foi tudo*.

Na realidade, os turnos conversacionais reproduzidos em (21) - (26) compõem apenas uma pequena amostra de um procedimento claramente recorrente nos textos em Português Kaxinawá examinados: de um total de vinte textos, nada menos que dezoito incluem fórmulas de fechamento de tópico/turno. Esse levantamento, evidentemente, corresponde a um estudo em estágio muito inicial, que precisa ser aprofundado de forma considerável e complementado por pesquisas de natureza etnográfica, a fim de se dimensionar melhor a(s) dinâmica(s) de inserção das fórmulas de tópico/turno nas estratégias interacionais da comunidade de falantes de Português Kaxinawá. De qualquer modo, mesmo essa abordagem um tanto superficial da questão já tem condições de apontar a existência de especificidades na cultura interacional norteadora dos diálogos em Português Kaxinawá, desvelando, assim, mais uma das dimensões em que os Kaxinawá se constituem como essencialmente biculturais.

Bibliografia

ABREU, J. C. *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ: a língua dos caxinauás do rio Ibuacú, afluente do Muru* (prefeitura de Tarauacá). Rio de Janeiro: Leuzinger, 1914.

CAMARGO, E. Grafando o ágrafo: um ponto de vista linguístico a partir do caxinauá. In: SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (org.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: FAPESP; Global, 2002, p. 360-396.

_____. Introdução. In: _____.; VILLAR, D. (org.). *Huni Kuin hiwepaunibuki: a história dos caxinauás por eles mesmos*. São Paulo: Edições Sesc, 2013, p. 43-47.

_____.; VILLAR, D. (org.). *Huni Kuin hiwepaunibuki: a história dos caxinauás por eles mesmos*. São Paulo: Edições Sesc, 2013.

CHRISTINO, B. *A rede de Capistrano de Abreu: uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-ĩ em face da Sul-Americanística dos anos 1890-1929*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Concordância de participante em Kaxinawá (Pano). *Lengua y Literatura Mapuche*, n. 14, p. 95-110, 2010.

_____. Gender agreement in Huni-Kuin portuguese noun phrases. *Papia*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 77-102, 2015.

_____.; SILVA, A. A expressão de plural em português Huni-Kuin: um exame dos sintagmas nominais. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 30-45, 2017.

CORISCO. O projeto. *O espírito da floresta*. S.d. Disponível em: <http://nixi-pae0.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

D'ANGELIS, W. R. *Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?* Campinas: Curt Nimuendaju, 2007.

- GONÇALVES, M. A. T. (org.). *Acre: história e etnologia*. Rio de Janeiro: Núcleo de Etnologia Indígena Laboratório de Pesquisa Social IFCS – UFRJ; Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.
- KAXINAWÁ, I. S. I. *Nixi pae: o espírito da floresta*. Rio Branco: CPI-AC, 2006.
- KAXINAWÁ, J. P. M. et al. *Índios do Acre: história e organização*. 2. ed. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2002.
- LAGROU, E. M. O que nos diz a arte Kaxinawá sobre a relação entre identidade e alteridade?. *Mana: estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-61, 2002.
- LOPES, O. A semana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano 29, n. 10.716, 8 fev. 1914.
- MAHER, T. J. M. *Ser professor sendo índio: questões de língua(gem) e identidade*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- _____. Sendo índio em português... In: SIGNORINI, I. (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. São Paulo: FAPESP; Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- NORDENSKIÖLD, E. *Indianer und Weisse in Nordostbolivien*. Stuttgart: Strecker und Schröder, 1923.
- SALES, I. *Huni Meka: os cantos do cipó*. Brasília: IPHAN; Rio Branco: CPI, 2007.
- SOMBRA, L. Os cachinauás: ligeiras notas sobre seus usos e costumes. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 87, n. 11, p. 3, 11 jan. 1913.
- WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Hucitec; EdUSP, 1993.

Língua, norma, nação e ideologia

Dante Lucchesi

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Introdução

No processo histórico de formação das grandes línguas nacionais modernas, uma determinada variedade linguística se impôs sobre um conjunto de variedades regionais e sociais, mais ou menos aparentadas. Esse processo, crucial para a formação dos modernos Estados nacionais, deu-se por meio da *normatização linguística*, que codificou e impôs uma variedade de língua, definida como *padrão* (*standard*). Ao impor a língua de uma classe de uma região às demais classes e regiões, a normatização linguística atua como um poderoso instrumento a serviço da dominação política e econômica dessa classe e dessa região sobre as demais. E sua natureza ideológica se revela, na medida em que obnubila o caráter regional e de classe da variedade linguística eleita, apresentando-a como o resultado de uma seleção racional das formas mais perfeitas de expressão na língua. Chancelada pela autoridade dos gramáticos, essa norma se impõe como uma lei que regula e constrange o comportamento linguístico dos indivíduos, como uma *norma*. Assim, a variedade padrão (*standard*) se impõe como *a norma da língua*. A norma, portanto, é, a um só tempo, uso e prescrição, mas sua dimensão prescritiva, impositiva se sobrepõe, determinando seu sentido primeiro na tradição gramatical, e no *sensu comum*.

Na concepção aqui adotada, ideologia é o discurso que se nega enquanto tal. Assim, em um aparente paradoxo, capturar ou revelar (ou mesmo, autorrevelar) a ideologia seria o melhor antídoto contra a ideologização do discurso. Este texto lança um olhar sobre como a ideologia perpassa e enforma o processo de normatização da língua, e está estruturado da seguinte maneira: A primeira seção lança o seu olhar sobre as origens da normatização

no Ocidente, buscando revelar como alguns dos parâmetros centrais da normatização linguística já se definem no universo cultural da antiguidade greco-romana. A segunda seção traça um breve panorama de como a normatização da língua se insere no processo histórico de formação dos Estados nacionais modernos. A normatização linguística desempenhará um papel decisivo na construção da ideologia da língua nacional, tornando a língua um dos mais poderosos instrumentos ideológicos de dominação de classe da atualidade.

Origens da normatização linguística no Ocidente

Em princípio, todo grupo social tem um ideal de língua, que reflete os usos hegemônicos dentro do grupo e ao qual todo membro deve ajustar os seus atos de fala. Em agrupamentos de estrutura social mais simples, onde todos os membros compartilham praticamente o mesmo *modus vivendi*, a variação entre os padrões de comportamento será muito restrita, não obstante não deixe de acontecer, já que toda língua viva varia no espaço e no tempo, o que garante o ininterrupto processo de mudança, que só cessa quando a língua deixa de existir. Essa seria a situação típica dos pequenos agrupamentos de caçadores coletores e das pequenas comunidades que só praticam alguma agricultura incipiente, desde os primórdios da humanidade até os dias atuais.

Porém, há cerca de quinze mil anos, a configuração das comunidades linguísticas começa a mudar, quando se desencadeia, a partir do Oriente Médio, a chamada *revolução agrícola*. A produção agrícola em larga escala determinou a expansão do universo da cultura, definitivamente apartado do mundo natural, dando ensejo às sociedades de classe, que se fundam na contradição central entre os que produzem e os que se apropriam da produção, da qual deriva uma série de contradições: entre campo e cidade, entre trabalho manual e trabalho intelectual etc. A estratificação social vai ampliar e aprofundar a variação linguística no interior das comunidades de fala, inclusive porque o número de seus membros irá se multiplicar. O surgimento da escrita, elemento integrante da sociedade de tipo civilizado (baseada na dicotomia cidade-campo e na estratificação social), estabelecerá também a clivagem entre a cultura letrada, de uma minoria dirigente, e a cultura oral da maioria da população, já que a educação de massa é um fenômeno muito recente. Com isso, aprofunda-se o fosso da divisão linguística da sociedade, condenando-se ao desprezo os falares populares e rurais, que passam a ser vistos como rústicos e primitivos, quando não deteriorados. Espelha-se na língua a assimetria entre a cultura letrada hegemônica e a cultura popular oral.

O domínio de vastas populações por um único aparelho de Estado vai demandar o acionamento de vários mecanismos sociais de coesão, dentre os quais a normatização e a homogeneização linguísticas. Quanto maior for a centralização do poder, mais intensa será a pressão por uma coesão linguística.

Na Grécia antiga, até o período clássico, a autonomia das cidades-estados possibilitava a coexistência de diversas normas, ditos dialetos, que tinham, inclusive, uma escrita própria.¹ Porém, isso não impedia a existência de um sentimento de unidade linguística, integrante da identidade grega,² tanto que o qualificativo *bárbaro* ‘estrangeiro’ tinha um caráter onomatopaico, designando aquele que balbuciava, não possuía linguagem articulada, não falava grego, o que revela um componente que parece universal ao sentimento de pertencimento linguístico: o *etnocentrismo*.³ Esse caráter da consciência linguística será decisivo para que a língua se torne um poderoso mecanismo de dominação ideológica, como se verá adiante.

A diversidade linguística grega era percebida pelos gregos, que muitas vezes retratavam as particularidades dos dialetos vizinhos com fins jocosos.⁴ Por outro lado, desenvolveu-se uma especialização, no plano literário, já que cada dialeto era usado para um gênero específico: “por exemplo, o jônico para a história, o dórico para a lírica coral, e o ático para a tragédia” (HAUGEN, 2001, p. 99). Portanto, a diversidade linguística da Grécia Clássica presta-se à desconstrução do mito de que uma rígida centralização linguística, por meio de uma violenta ação coercitiva do aparelho de Estado das instituições sociais, é necessária para evitar o rompimento da unidade linguística. Ao contrário, pode-se pensar que a coerção linguística tem menos efeitos sobre a língua, do que sobre a sociedade, atuando como um poderoso mecanismo de coesão

¹ “[...] cada região, cada cidade tem seu falar próprio, e este falar local que, quase por toda parte, é escrito nos atos oficiais ou privados; cada gênero literário tem sua língua particular, e quase cada autor trata essa língua de uma maneira especial. Essas formas diversas que o grego exhibe desde o início da época histórica se agrupam num pequeno número de famílias que são chamados *dialetos*” (MEILLET, 1965 apud CASEVITZ; CHARPIN, 2001, p. 24). Veja-se também Haugen (2001, p. 98-99): “no período clássico não existia nenhuma norma grega unificada, somente um grupo de normas estreitamente aparentadas. [...] Naquele período, a língua chamada *grego* era, portanto, um grupo de normas distintas, mas aparentadas, conhecidas como *dialetos*”.

² “Essas considerações [sobre] a grande diversidade dos falares e das línguas da Grécia não devem, contudo, obscurecer o sentimento que os falantes gregos sempre tiveram de uma unidade da língua grega” (CASEVITZ; CHARPIN, 2001, p. 27-28).

³ Isso se comprova, quando quase mil e quinhentos anos depois, do outro lado do mundo, os tupinambás, da costa do Brasil se referiam a sua língua como *nheengatu* ‘língua boa’, em oposição aos *tapuias*, os que não eram tupis e que falavam língua *travadas*, um estereótipo que atravessa todo o período colonial brasileiro.

⁴ “os autores cômicos obtêm efeitos fáceis ao parodiar diante do seu público local os dialetos de seus vizinhos” (CASEVITZ; CHARPIN, 2001, p. 25).

social (melhor seria dizer conformação social) e de legitimação ideológica de relações de dominação, bem como de exclusão social.⁵

Porém, no que concerne à língua propriamente dita, a normatização linguística (processo também denominado como *padronização linguística*⁶) não impede, por exemplo, que a língua continue a mudar ininterruptamente, o que acaba por levar à própria renovação da norma padrão (*standard*), a qual segundo os desígnios da normatização/padronização deveria ser, em princípio, *imutável*.⁷

Portanto, mais do que um requerimento da atividade linguística no seio da vida social, a normatização linguística se afigura como uma exigência das relações de poder de uma classe, por meio do aparelho de Estado, bem como através da ação de diversas instituições da sociedade civil, como escola, academias etc. Pode-se, a partir daí desenvolver um amplo programa de estudo que analise a relação entre a centralização do poder e a construção de grandes estados nacionais, de um lado, e crescente coerção linguística, por meio da imposição de uma variedade linguística como modelo para toda a atividade linguística, sobretudo nas situações formais de uso da língua, mas não só.

Ainda no âmbito da Grécia Antiga, já se pode surpreender essa correlação entre centralização do poder e homogeneização/normatização linguística. A centralização do poder, no período helenístico⁸, que sucede o período clássico, implica uma centralização linguística, com a preponderância de uma *coiné* (termo que significa ‘a língua comum’). Como observa Haugen (2001, p. 99), “no período pós-clássico, porém, os dialetos gregos desapareceram e foram substituídos por uma norma grega bastante unificada, a *coiné*, essencialmente o dialeto de Atenas”.⁹

A partir das imensas conquistas de Alexandre, da Macedônia, o mundo helênico se expande por vastas áreas do mundo antigo, difundindo-se a *coiné* grega “desde a Sicília até as fronteiras da Índia, desde o Egito até as margens setentrionais do mar Negro” (MEILLET, 1965, apud CASEVITZ; CHARPIN, 2001, p. 31). No grande centro do saber desse vasto mundo

⁵ Haugen (2001, p. 101), por exemplo se refere ao desenvolvimento de uma língua padrão, “com toda segregação de uma elite e a estrutura de poder piramidal que isso tem implicado, geralmente”.

⁶ Neste caso, adota-se também como equivalente o anglicismo *standardização*, do inglês *standardization*, derivado *standard* ‘padrão’, que também é correntemente usado, porém sem qualquer aportuguesamento mórfico, como ocorre com o substantivo derivado.

⁷ Sobre padronização linguística, veja-se também Milroy (2011).

⁸ Convencionou-se chamar de helenístico o período que se estende da morte de Alexandre Magno (323 a.C.) até o período romano, que se inicia em 146 a. C., com a tomada de Corinto pelos romanos.

⁹ Casevitz e Charpin (2001, p. 23-24) referem-se à “preponderância da *coiné* jônio-ática”, “a partir do século IV a.C.”.

helênico, a cidade de Alexandria, desenvolveu-se, então, um esforço para fixar uma forma original e superior da língua, que pudesse se contrapor a inexorável diversificação (ou “*degeneração/degradação/deterioração*”), resultante da difusão da língua grega por tão longo tempo e por tão vasta área. O modelo não poderia ser outro, senão o dos grandes poetas e prosadores, conferindo primazia aos poemas homéricos, que ocupam uma posição central no universo da cultura helênica. O trabalho dos filólogos e gramáticos de Alexandria forjaram, assim, o princípio que norteará toda a tradição gramatical até os dias atuais (plasmando, por conseguinte, a visão hegemônica de língua na sociedade): a visão de que a língua atingiu seu estado de maior perfeição, no passado, na obra dos poetas e escritores clássicos, e desde então só se vem deteriorando, sendo absolutamente necessário o trabalho ingente dos gramáticos e das mentes esclarecidas em defesa do idioma, para que a sociedade não mergulhe na anarquia ou no caos linguístico.¹⁰

Por outro lado, a língua fixada pela gramática é a um só tempo descritiva/prescritiva, pois o modelo a ser seguido pelos usuários resulta da descrição da língua usada pelos grandes poetas e escritores. Isso já fica claro no mais antigo tratado gramatical que chegou aos dias atuais, *Tékhnē Grammatikē*, escrita por Dionísio Trácio, em Alexandria, entre os finais do século II a.C. e o início do século I a.C. Nela se encontra a seguinte lição: “A gramática é o conhecimento empírico das palavras que encontramos geralmente nos poetas e nos prosadores”. Portanto, já nas origens da tradição gramatical, pode-se constatar a diluição da dicotomia entre uma norma subjetiva (ideal) e uma norma objetiva (real), postulada pelos linguistas estruturalistas.

Por outro lado, a gramática grega, ao lado de sua função normativa, exibiu um caráter pragmático muito evidente. A descrição da linguagem dos grandes poetas e prosadores visava a fornecer ao aprendiz os recursos linguísticos para uma expressão clara, sofisticada e eficiente. Essa relação entre a gramática e a retórica, já presente no seu surgimento no mundo helênico, vai se tornar crucial no Império Romano, que assimilou o modelo gramatical grego. Em Roma, uma boa retórica era decisiva nas disputas de poder que os membros da classe dominante dos patrícios travavam em instituições, como o Senado. E a eficácia ou não de uma performance discursiva poderia significar a diferença entre a glória e a morte, numa época em que as relações sociais eram muito mais violentas.

A variedade literária da língua latina, fundada no uso dos grandes poetas e prosadores, como Virgílio, Júlio César e Cícero, era cultivada pela

¹⁰ Sobre o mito da eterna ameaça de deterioração da língua, veja-se Deutscher (2005, p. 73-77) e Lucchesi (2015, p. 15-16).

elite romana, principalmente a partir da época imperial, constituindo-se o que ficou conhecido como *Latim Clássico*. A dicotomia entre o Latim Clássico e a variedade de latim falado pela população iletrada, que passou para a história com a denominação de Latim Vulgar, era de grande valor simbólico para legitimar ideologicamente a divisão social entre patrícios (os membros da elite dominante) e a massa de plebeus, estrangeiros radicados e escravos. Assim, o cultivo da linguagem literária pela elite romana não obedecia apenas a fins práticos, retóricos, mas também cumpria uma importante função simbólica, forjando a legitimidade de sua dominação social, política e ideológica. O modelo cultural, filosófico e literário era proveniente da Grécia, tanto que, fazendo às vezes dos poemas homéricos, os romanos adotaram como poema épico fundador a Eneida, de Virgílio, cujo herói era ninguém menos do que Enéias, fundador mítico da latinidade, troiano que teria fugido à destruição de sua Tróia pelos gregos, desembarcando e se fixando no Lácio. Além disso, a maioria da elite letrada romana aprendia e tinha fluência na língua grega, não apenas para possibilitar o acesso à filosofia e a à literatura grega, mas também com fins práticos de permitir o intercâmbio comercial e diplomático com o Oriente, onde o grego era a língua corrente.

A predominância do grego na parte oriental do que veio a constituir o Império Romano tem suas origens nas conquistas de Alexandre, o Grande, da Macedônia, que determinava a imposição da cultura e da língua grega às regiões conquistadas, no que ficou conhecido como helenismo. Já o latim se impôs na parte ocidental do Império, particularmente nas regiões da Gália e da Hispania, fazendo com que o latim progressivamente substituísse as primitivas línguas de seus habitantes. Porém, não havia uma política explícita de imposição do latim por parte de Roma, nem escolas oficiais de promoção dessa língua. Era até possível ser cidadão romano sem falar o latim fluentemente, embora se devesse possuir ao menos um conhecimento simbólico do latim (ROCHETTE, 2011).

Portanto, a difusão e a predominância da língua latina deveram-se mais às relações econômicas, sociais e culturais que se plasmaram em determinadas regiões do Império do que a uma política explícita e deliberada de imposição da língua por parte de Roma. Deve-se pensar inicialmente na fixação dos soldados romanos, pois muitos se tornaram colonos nas regiões conquistadas. Em seguida, as profundas relações comerciais que se estabeleceram com o centro do Império, bem como a difusão das instituições e da cultura romana. O prestígio inerente à língua latina em tal ambiente cultural favoreceria inexoravelmente a adoção e a sedimentação do latim entre as populações romanizadas. Portanto, a sedimentação do latim na vasta região que passou a ser conhecida como *România* demonstra, mais uma vez, que as

relações socioeconômicas têm um peso muito mais determinante sobre o destino das línguas do que leis e decretos.¹¹

As relações socioeconômicas, políticas e culturais que garantiram a sedimentação do latim na vasta região da România se esgarçaram e desapareceram com declínio e queda do Império Romano do Ocidente, no século V d.C. O fim da unidade monetária, do comércio e da circulação de pessoas isolou as comunidades de tal modo que a fragmentação linguística foi inexorável. A base da unidade linguística é a interação entre os membros da comunidade (GUY, 2000). Se os grupos se isolam e perdem contato entre si, cria-se um terreno fértil à diferenciação linguística. Durante muitos séculos, a Europa foi uma miríade de feudos que praticamente não mantinham contato entre si. Portanto, o grande mosaico dialetal que se formou no continente europeu é profundamente tributário desse mundo feudal que se manteve na região por cerca de dez séculos, no que se chamou de “a grande noite”.

A fragmentação do latim nas modernas línguas românicas deveu-se, assim, a condições socio-históricas concretas, da mesma forma como o chamado protoindo-europeu se fragmentou em famílias linguísticas em um processo milenar no qual povos se dividiram, se afastaram uns dos outros e perderam totalmente o contato entre si. Porém existe uma crença generalizada entre os linguistas de que essa seria uma tendência universal, de modo que toda língua tenderia à fragmentação, sendo esse considerado o “caso *default*” (WRIGHT, 2012, p. 553). Talvez isso se deva à cultura dos linguistas, que tendem sempre a pensar a língua e os processos linguísticos em termos universais, e não em termos históricos e, enquanto tais, determinados por condições concretas e particulares de uso e transmissão.

Se um contexto histórico específico, a Idade Média, determinou a fragmentação linguística da Europa, no plano espacial, o fim dessa era e o advento da Idade Moderna, marcada pelo surgimento dos grandes Estados nacionais, vão desencadear uma tendência diversa, de aplainamento do mosaico linguístico medieval, em função da homogeneização linguística inerente à cultura e à ideologia do Estado-Nação. Em muitos casos, o nivelamento diatópico foi acompanhado de um aprofundamento da clivagem linguística no plano diastrático. E, para além das relações socioeconômicas subjacentes, esses processos linguísticos foram igualmente impulsionados, nessa nova época, por uma política deliberada e muitas vezes orgânica de imposição e normatização da língua, fazendo com que *língua* e *nação* se tornassem conceitos indissociáveis, na modernidade.

¹¹ Uma questão histórica interessante é saber por que o grego não se desenvolveu da mesma sorte no lado oriental do Império, mantendo-se como língua vernácula apenas entre as populações que já falavam grego originalmente.

Normatização linguística: Estado, nação e hegemonia

O processo social e histórico que constitui a passagem da Idade Média à Idade Moderna tem em seu cerne a formação dos grandes Estados nacionais. A superposição de um aparelho de Estado que garantiu a unificação de um conjunto de comunidades, relativamente autônomas, no antigo contexto feudal, exigiu um enorme esforço para promover a coesão, nos planos político, econômico, social, cultural, simbólico e linguístico, da população de uma vasta região, que passou a ser considerada o *território nacional*.

No plano político, essa coesão se deu, inicialmente, em torno da figura do *rei*, o monarca, com seu poder absoluto, ungido por Deus, ao qual os barões feudais passaram a dever vassalagem. O fortalecimento do Estado nacional implicava uma crescente ampliação do poder central do rei concomitantemente com um crescente esvaziamento do poder dos antigos senhores feudais, a *nobreza*, que vai progressivamente se reunindo em torno do Rei, no que passou a se denominar *a corte*. A partir da Revolução Francesa, que determina o fim da nobreza feudal, e da própria monarquia em muitos países, a ideia de nação deixa de ser personalizada, ganhando um caráter mais abstrato. E mesmo nos países europeus que mantiveram a monarquia, no geral como figuras meramente decorativas, a realeza se imiscui entre os símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, que ganham uma maior proeminência na representação da nacionalidade.

No plano econômico, a constituição dos Estados Nacionais estará associada ao mercantilismo e ao colonialismo, através do qual a Europa vai subjugar todos os demais continentes, colonizando quase que inteiramente alguns deles, como a América. O empreendimento colonial mercantilista demandará muitos recursos, em sua maior parte, suportados pela nascente burguesia, que irá igualmente apoiar e fortalecer o poder do rei, em contraposição ao poder da aristocracia dos antigos senhores feudais. O acirramento dessa contradição atingirá seu ápice com a Revolução Francesa, em 1789, que marca a passagem da Idade Moderna à Idade Contemporânea, com a derrocada da aristocracia, e de roldão da monarquia, já que esta se identificava como símbolo maior do poder aristocrático. A ascensão da burguesia ao poder tem como base socioeconômica a profunda industrialização da Europa Ocidental, e a urbanização da sociedade decorrente do predomínio da atividade industrial. Está embutido nesse processo o domínio político e econômico de uma região sobre as demais que virão a constituir o território nacional, o que terá profundas implicações no plano linguístico.

Portanto, a formação dos Estados Nacionais está profundamente associada ao desenvolvimento do comércio e da indústria, e da crescente urbanização da sociedade, de modo que a passagem da Europa medieval para a Europa contemporânea deve ser vista como a transformação de uma Europa essencialmente rural em uma Europa profundamente industrializada e urbanizada. Por outro lado, o desenvolvimento do comércio e da indústria vão demandar toda uma infraestrutura e todo um conjunto de instrumentos e representações, como uma unidade monetária e um sistema geral de pesos e medidas. Nesse sentido, um dos desdobramentos da Revolução Francesa foi a universalização do sistema métrico decimal de pesos e medidas.

No plano simbólico e cultural, há um esforço orgânico e explícito para plasmar, ao nível das mentalidades e das representações sociais, a unidade nacional, no que se pode denominar *ideologia nacional*. Para além dos símbolos nacionais por excelência, como a bandeira e o hino, que alcançam uma força simbólica incomensurável no mundo moderno, a língua passa a ocupar uma posição central na construção da nacionalidade, o que se traduz na correlação: *uma nação, um povo, uma língua*. No mundo atual, naturalizou-se a ideia de que um francês fala francês, um alemão fala alemão, um chinês fala chinês e assim por diante. Mas isso é uma construção moderna, pois, como se viu, ao fim da Idade Média, a Europa era um mosaico linguístico, onde, não raro, o deslocamento por umas poucas dezenas de quilômetros implicava a passagem de uma língua a outra.¹² Portanto, uma das dimensões da constituição dos modernos Estados nacionais é um violento processo de homogeneização linguística, tendo como base uma variedade de língua que é codificada e desenvolvida no âmbito da cultura letrada.

A centralização do poder em uma região, onde se situava a cidade que sediava a corte e que, no geral, se tornará a região mais industrializada do país, faz com que a variedade linguística dessa região se torne o modelo de uso da língua em todo o território nacional. Essa imposição de uma variedade linguística para uma vasta área geográfica vai aplainar o mosaico linguístico que inclui, tanto variedades de uma mesma língua, como língua distintas mais ou menos aparentadas. No caso exemplar da França, ocorre a expansão da variedade linguística da região de Paris, a língua d'oïl, para todo o território atual da França, dragando nesse processo, tanto as demais variedades diatópicas dessa língua, como as variedades da chamada língua d'oc, o provençal – língua que possuía inclusive uma rica tradição literária, no universo da lírica trovadoresca, na Idade Média –, e até mesmo línguas

¹² No restante do mundo, também se deve pensar na larga predominância de um cenário de ampla diversidade linguística.

de outras famílias linguísticas, como o bretão. Essas outras variedades linguísticas, ou são absorvidas pela expansão da variedade dominante, ou se retraem, enquanto a variedade linguística dominante se expande geográfica, social e funcionalmente, ocupando cada vez mais espaço no crescente cenário nacional.

Assim, a homogeneização linguística passou a ser parte integrante do processo de construção da unidade nacional, como ferramenta para garantir a integração e a lealdade dos cidadãos:

Uma vez que o estímulo a essa lealdade requer livre e intensa comunicação dentro da nação, o ideal de nacional exige que exista um único código linguístico por meio do qual tal comunicação possa existir. É revelador que os revolucionários franceses tenham aprovado uma resolução condenando os dialetos como remanescentes da sociedade feudal (HAUGEN, 2001, p. 106).

O princípio da uniformização linguística foi igualmente na colonização da América, impondo-se a língua do colonizador, tanto às populações indígenas, quanto às populações africanas trazidas pelo tráfico negreiro, com tal intensidade que, na atualidade, a grande maioria da população da América tem uma língua europeia como sua língua materna.

Por outro lado, deve-se ter em conta que essa difusão da variedade linguística dominante está intimamente associada à expansão do aparelho de Estado e de toda atividade burocrático-administrativa a ele inerente: repartições públicas, postos fiscais, tribunais, cartórios etc. Todo esse aparato aumentará o peso e a importância da língua escrita, demandando uma padronização dessa modalidade linguística, assim como foi preciso padronizar um sistema de pesos e medidas, para a expansão do comércio e da atividade industrial. Se a retórica e a expressão oral tiveram um peso muito grande na normatização da língua na Antiguidade, na Modernidade a normatização linguística volta-se, sobretudo, para a escrita, embora a força ideológica da padronização linguística se reflita também pesadamente na oralidade.

Na Idade Média, os vernáculos estavam circunscritos ao plano da oralidade, toda a atividade escrita, hegemonizada pela Igreja, se dava em latim. A constituição do aparelho burocrático-administrativo dos nascentes Estados nacionais está na base da substituição do latim pelos vernáculos na atividade escrita, como ocorreu em Portugal no decorrer do século XIII (FARACO, 2016). Paralelamente, os vernáculos também vão se tornando o meio da produção literária. E, com o movimento da Reforma, no século XVI, os vernáculos também são alçados à condição de veículo da pregação religiosa, com a tradução da Bíblia para todas as línguas vivas.

O emprego dos vernáculos na escrita oficial e nas demais formas prestigiadas de língua escrita criará a necessidade de sua normatização, o que só acontecerá séculos depois, já que em Portugal, por exemplo, as primeiras gramáticas da língua portuguesa só são escritas no século XVI. Surgidas no ambiente intelectual do Renascimento, as gramáticas terão como modelo a gramática latina:

Como a cultura do Renascimento bebe nas fontes da civilização greco-romana, isso traz consequências profundas para o desenvolvimento das teorias gramaticais. Dado o prestígio e a utilização universal do latim, é inevitável que as primeiras gramáticas das línguas vivas sejam calcadas em modelos concebidos para a descrição daquela língua. [...] Na primeira metade do século XVI, os países da Europa ocidental têm todos os seus grandes gramáticos do latim, cuja obra determina em larga medida o caráter dos primeiros gramáticos da língua materna (PADLEY, 2001, p. 56-57).

A normatização dos vernáculos requereu uma profunda mudança na própria visão que se tinha dessas línguas, porque, até então, “as línguas vivas eram consideradas corrompidas e pouco aptas à regulamentação” (PADLEY, 2001, p. 57). Por outro lado, a regulamentação de uma variedade de língua, entendida como sua “redução às regras”, tendo como modelo o latim, visava a preservar essa variedade, assim formalizada, da corrupção proveniente do uso. Dessa forma, a fixação de uma norma gramatical almeja a sua imutabilidade. E o modelo do latim fornecia os argumentos a esse raciocínio. A língua em sua forma mais perfeita – o Latim Clássico – era imutável, posto que era uma língua morta. E, ao se reduzir às regras, essa variedade de língua vernácula deveria ser equiparada ao latim e se tornar igualmente imutável, conquanto ainda fosse uma língua viva.

O transbordamento ideológico desse princípio da fixação gramatical da língua se revela nas concepções de Nebrija, autor da *Gramática Castellana*, de 1492, para quem a função da normatização gramatical era “preservar o uso de ser corrompido pela ignorância”, donde o princípio de que “o uso dos sábios deve preponderar” (apud PADLEY, 2001, p. 58). O caráter de classe desse princípio fica mais claro na definição em que se funda a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de 1540, do intelectual renascentista português João de Barros, como “um módo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos”. Portanto, a variedade linguística que foi fixada como modelo gramatical não poderia ser outra que a linguagem da aristocracia ilustrada, “a parte mais sadia da corte”, como definiria o gramático purista francês Claude Vaugelas, no século XVII. Esse se tornou

o modelo a ser seguido por todos aqueles que quisessem “falar e escrever bem”, o *bon usage* da língua.

O reforço ideológico desse princípio vem com a adoção, com o passar do tempo, das grandes obras escritas nas nascentes línguas nacionais como matéria básica da codificação gramatical. Elegem-se, assim, os clássicos, em língua vernácula, como o magnífico poema a (*Divina*) *Commedia*, de Dante Alighieri, para o italiano, no século XIV, o grande poema épico *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, para o português, no século XVI, e o romance *El ingenioso hidalgo Don Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, para o espanhol, no século XVII, que vão ser crescentemente tomados como uso exemplar da língua, embora – como se verá na próxima seção – as formas que constituirão a norma padrão da língua resultarão, em última instância, da seleção feita pelos gramáticos. O que é certo, entretanto, é que a formação da língua nacional está profundamente imbrincada ao processo de constituição da literatura nacional, tanto é assim que grandes institutos de promoção e difusão da língua nacional levam o nome dos grandes autores nacionais, como o Instituto Camões e o Instituto Cervantes.

A construção da língua nacional pressupõe a ampliação funcional e modal da variedade linguística que é tomada como padrão. É uma variedade linguística que é codificada e largamente empregada na modalidade escrita, e se torna também o veículo para elaboração de textos mais extensos e articulados, no universo do saber formal, de natureza jurídica, filosófica, científica, religiosa etc. Portanto, a constituição da língua nacional implica a expansão de uma variedade linguística em três planos distintos: funcional/modal, geográfico/espacial, social/simbólico.

Na medida em que a variedade linguística dominante se torna o único veículo de produção escrita, cria-se a imagem de sua superioridade em relação às demais variedades da língua (empregadas quase que exclusivamente na oralidade), em função da força e do prestígio da escrita nas sociedades modernas. Reforça-se, por outro lado, a associação, que vem desde a antiguidade, a correlação entre o uso da norma padrão e a capacidade de ler e escrever corretamente. Justifica-se e legitima-se, assim, todo o esforço institucional e de políticas públicas para a preservação, o cultivo e a difusão da norma linguística dominante, que passa a se confundir com a própria língua. Essa concepção está na base da criação das academias de letras, cujo arquétipo é a Academia Francesa, bem como do papel preponderante da disciplina dedicada ao ensino da língua vernácula na grade curricular de toda e qualquer escola do país.

A disciplina que deveria se chamar algo como *Leitura e Escrita*, pois seu fim precípuo é tornar o aluno apto a ler e a escrever bem,

chama-se, por exemplo, *Língua Portuguesa*, em Portugal, bem como em todos os países que têm o português como língua oficial, como o Brasil. Estabelece-se, assim, uma série de associações que têm um profundo impacto no imaginário coletivo e no conjunto das representações sociais. Primeiramente, se confunde o aprendizado da escrita com a aquisição da variedade linguística empregada na escrita. E essa variedade linguística, por sua vez, se confunde com a própria língua. Assim, cria-se uma situação paradoxal, na qual os legítimos falantes da língua têm de ir à escola para aprender... a própria língua!

Com isso é possível compreender assim a imensa força ideológica que a língua tem na sociedade contemporânea, quicá como o mais poderoso mecanismo de legitimação das relações de poder e de dominação. A variedade linguística da classe dominante não é a melhor variedade da língua, ela é a própria língua. As demais variedades linguísticas, sobretudo as das classes subalternas, subjugadas e economicamente exploradas, não são variedades inferiores, não são sequer variedades da língua, são simplesmente deformações, deteriorações, aberrações, que devem ser eliminadas, não apenas para se garantir o bom funcionamento da língua, mas para impedir o caos e a anarquia linguística, para evitar o próprio fim da comunicação verbal. A imposição da norma da classe dominante assume, então, o caráter de ação civilizatória, imprescindível à promoção do progresso e do bem-estar coletivo, enquanto a linguagem popular torna-se o índice claro e inegável da inferioridade mental dos seus usuários. A força ideológica dessas relações em torno da língua é tanto maior quanto menor é a consciência que os falantes têm dela; daí o caráter potencialmente subversivo da ciência da linguagem; daí o ostracismo da Linguística na sociedade capitalista.

Conclusão: o caráter ideológico da normatização da língua

Na tradição de uma reflexão crítica sobre *ideologia*, o termo é aqui tomado como um mecanismo de dominação que se insinua nas formas de representação do real (THOMPSON, 1995; MARX, ENGELS, 2001; KOSIK, 2010; BOSI, 2010, p. 61-82). Pode-se, num certo sentido, pensar ideologia como uma estratégia discursiva, na qual a representação de um objeto que é feita a partir da posição de um grupo dentro da estrutura social, e diz respeito aos interesses desse grupo, se apresenta como uma representação objetiva, universal, e não uma representação determinada por um ponto de vista específico, particular, um ponto de vista de classe. Esse falseamento que torna o que é particular universal; e o que é num certo sentido subjetivo, objetivo,

é fundamental para a construção de uma dominação por consenso, dentro da concepção gramsciana de *hegemonia* (GRUPPI, 1978).

Como se pode ver aqui, a normatização da língua embutida no processo histórico de construção dos modernos Estados nacionais é um processo ideológico *par excellence*, atingindo o seu ápice quando a variedade de língua que é plasmada como o padrão de correção linguística se confunde com a própria língua. As sociedades fundadas na cultura escrita demandam um padrão linguístico que normatize os atos verbais, particularmente na modalidade escrita. Como sublinhou Haugen (2001, p. 102), “a língua das classes altas é automaticamente estabelecida como a forma correta de expressão. Elas não só podem dizer ‘*l’État, c’est moi*’, mas também que ‘*le langage, c’est le mien*’”.

Tal construção do modelo de correção gramatical torna-se, então, um dos mais poderosos instrumentos de construção da hegemonia das classes dominantes nas sociedades modernas. Por um lado, fazer da linguagem das elites a forma mais perfeita e eficaz de expressão legitima o poder dessa classe sobre toda a sociedade, sua posição de mando, não como um privilégio, mais pelo mérito, por sua maior capacidade de conduzir os destinos do país, em prol do bem-estar de toda a sociedade. Nesse processo, é crucial a identificação entre a variedade linguística da elite letrada e a capacidade de ler e escrever, assumida axiomáticamente na rede pública de ensino. Com isso, a norma padrão incorpora todo o peso, toda a força da escrita na sociedade capitalista contemporânea.

Mas, a força ideológica das representações sociais da língua engendradas pelo processo institucional de sua normatização atua em uma direção dupla: se por um lado afirma a superioridade das classes dominantes, marca, por outro lado, a inferioridade das classes populares. A força dos estereótipos construídos pela milenar tradição gramatical é tanta que a variedade de língua que se forja na e para a expressão escrita confunde-se com a própria língua, e as demais variedades, sobretudo aquelas se atualizam apenas na oralidade (como é o caso da linguagem popular), deixam de ser parte da língua, ou ao menos da parte saudável da língua, assumindo o caráter de deteriorações, de deformações e aberrações, que revelam de maneira inequívoca a inferioridade intelectual de seus utentes. Essa marca linguística negativa se integra ao conjunto de estigmas que plasmam a ideologia da subalternidade das classes populares na estrutura social, tais como: sua cultura folclórica, seu misticismo primitivo, sua indolência atávica, a cor de sua pele etc. Essa classificação como seres inferiores, cidadãos de segunda classe, ou mesmo *impessoas*, neologismo criado por Noam Chomsky, com esse sentido, plasma a mentalidade que justifica toda exploração de sua força de trabalho,

como uma fatalidade, já que não se pode querer mais de indivíduos que não são sequer capazes de falar a própria língua. Portanto, numa sociedade em que a concentração da renda e a exploração do trabalho atingem níveis absurdos, como a brasileira, o preconceito linguístico, com motivações historicamente racistas, tem um papel importante na legitimação ideológica da exclusão social (LUCCHESI, 2015).

O conhecimento científico da língua, com os fundamentos introduzidos pela Linguística Moderna, a partir do início do século XX, fornece os elementos essenciais para a desconstrução do saber ideológico gerado pela normatização linguística, tais como o axioma de que toda frase produzida pelos falantes nativos de uma língua é gerada por um sistema de regras altamente complexo e articulado e toda variedade linguística goza de plenitude funcional. Tais princípios chocam-se frontalmente com toda valoração impingida pela normatização linguística, durante séculos. Porém, diante da força dos estereótipos plasmados pela tradição gramatical no senso comum, tais princípios são recebidos pelos não iniciados com absoluta desconfiança, e soam como absolutamente ideológicos – numa perversa inversão, já que são, por sua própria concepção, contrários à ideologia purista (LUCCHESI, 2015). Desse modo, a Linguística se coloca como uma das ciências humanas que menos consegue dialogar com a sociedade em um nível mais amplo. A difusão de uma visão científica da língua teria um forte impacto contra toda uma ideologia de discriminação e exclusão fortemente sedimentada na sociedade. A questão que se coloca: como a ciência da linguagem poderá se preparar para enfrentar esse desafio?

Bibliografia

- BOSI, A. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CASEVITZ, M.; CHARPIN, F. A herança greco-latina. In: BAGNO, M. (org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 23-54.
- DEUTSCHER, G. *The unfolding of language: an evolutionary tour of mankind's greatest invention*. Nova York: Metropolitan, 2005.
- FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- HAUGEN, E. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 97-114.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUY, G. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões da variação linguística. *Organon*, Porto Alegre, v. 14, n. 28-29, p. 17-32, 2000.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011, p. 49-87.
- PADLEY, G. A. A norma na tradição dos gramáticos. In: BAGNO, M. (org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 55-96.
- ROCHETTE, B. Language policies in the roman republic and empire. In: CLACKSON, J. (ed.). *A companion to the latin language*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011, p. 549-563.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WRIGHT, R. Convergence and divergence in world languages. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE-SILVESTRE, J. C. (eds.). *The handbook of historical sociolinguistics*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012, p. 552-568.

Representações sociolinguísticas e políticas de imigração: os haitianos no Rio de Janeiro

Telma Pereira

Débora Costa

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Enquanto Emília conversava com aquele Nome sem serviço, Pedrinho ia atentando na soberbia dos Nomes indicativos de países e continentes. O nome EUROPA era o mais empavesado de todos; louro, e de um orgulho infinito. Passou rente ao nome AMÉRICA e torceu o nariz (LOBATO, 2008).¹

Emília, uma boneca falante, personagem de Monteiro Lobato, resolve empreender uma viagem com Pedrinho, um menino do Sítio do Picapau Amarelo, *a cavalo no rinoceronte*, rumo ao país da gramática. Após passar pelas palavras latinas e gregas, entram em Portugália, um lugar com *gente importante e gente pobre*. No bairro dos Nomes, Pedrinho percebeu que alguns *nomes indicativos de países e continentes* eram mais importantes do que outros. Essa obra literária infanto-juvenil proporciona uma série de reflexões sobre a adequação da norma gramatical aos usos, além de abrir a possibilidade de questionamentos sobre o valor das pessoas, medido pelas categorizações sociais.

Neste trabalho, abordaremos a representação da língua do país de acolhimento, por parte dos imigrantes haitianos residentes no Rio de Janeiro, como fundamental para a inserção social de imigrantes e a valorização do seu repertório plurilíngue como compensação do desconhecimento da norma da língua portuguesa. Além disso, discutiremos a representação das

identidades nacionais, por parte da sociedade do país de destino. Para tanto, utilizaremos fragmentos de entrevistas, nas quais os sujeitos relatam a intenção de apropriação da norma culta portuguesa, as dificuldades iniciais de emigrados ocasionadas pela falta de domínio da língua portuguesa e os estereótipos vinculados ao país de origem desses informantes. Pelo fato de serem rotulados como imigrante “não ideal”², esses sujeitos têm acumulado experiências que apontam para a distinção social/nacional trazida pelo personagem Pedrinho na obra de Lobato.

Como observado por esses imigrantes, os adjetivos “europeu” e “americano” são associados a representações sociais sobre povos e podem determinar, em último caso, se uma pessoa pode conhecer certos países ou efetivar projetos de migração. O Brasil, por exemplo, ao longo de sua história, implementou algumas medidas para favorecer a entrada de imigrantes e para negar esse acesso a outros. Excluindo-se a entrada de colonizadores e escravos, a imigração internacional voluntária intensificou-se durante o século XIX, com a entrada de europeus primordialmente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. A diversificação de imigrantes teve início no século XX, devido a fatores *push*,³ como a crise nipônica e as duas Grandes Guerras. Com a Revolução de 30, houve mudanças na política de imigração, sendo determinantes “as motivações e discursos para se atrair em especial o ‘elemento branco’, ligado à agricultura” (KOIFMAN, 2002, p. 103).

A Constituinte de 1934 torna mais rígidas as regras de imigração, ao restringir a entrada de judeus e japoneses, que não correspondiam “racial” e culturalmente aos projetos de formação étnico-raciais concebidos pela alta burocracia” (KOIFMAN, 2002, p. 103). Embora a conjuntura política não fosse assumidamente antijudaica, um dos principais líderes do movimento de extrema-direita, o integralista Gustavo Barroso, havia se transformado, ao longo da década de 1930, no principal divulgador da literatura antisemita importada da Europa, como também de sua própria lavra (KOIFMAN, 2012, p. 107). A medida refletia, portanto, um intenso debate ideológico da década de 1930, associado à eugenia.

Essa política seletiva se manteve até o final do governo Dutra⁴, mas foi durante os primeiros anos da década de 1940 que a entrada de refugiados, interpretados quase exclusivamente como judeus, era evitada de modo bastante

² Cf. Koifman (2002).

³ Fatores *push* são aqueles que impulsionam os indivíduos a deixarem seu país e fatores *pull* são aqueles que atraem imigrantes para um destino, de acordo com Massey (1988).

⁴ Para uma leitura detalhada sobre as políticas migratórias do Brasil, sobretudo durante a Era Vargas, recomendamos o livro *Quixote nas Trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do Nazismo*, de Fábio Koifman (2002).

eficaz. O Brasil retomou esse debate político sobre a entrada de refugiados no início da década de 2010, com a entrada de haitianos, motivados pela crise econômica aliada ao desastre ambiental. Com eles, a reflexão sobre o que caracteriza visto por refúgio precisou ser reanalisada, porque esses migrantes não eram vítimas de perseguição política.

Em um estudo realizado pelo IPEA (BRASIL, 2015, p. 20), os pesquisadores definiram os *status* do migrante em diferentes categorias: refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados ambientais, imigrantes econômicos, imigrantes humanitários, apátridas e imigrantes em fluxos mistos. O grupo de haitianos observado, neste trabalho, relaciona-se aos imigrantes em fluxos mistos – que compreendem pessoas em busca de refúgio, deslocados por razões ambientais – e aos imigrantes econômicos. Em sua maioria, estes imigrantes partilham a situação de irregularidade migratória, recorrendo a coiotes ou outros meios inseguros. A definição também abrange os imigrantes que podem ser enquadrados em mais de uma das referidas categorias migratórias (BRASIL, 2015).

Os haitianos migrantes no Brasil fazem parte de um coletivo amplo de deslocamentos imperativos do nosso século, como os sírios, os libaneses e os venezuelanos. Essa onda migratória está registrada nos índices divulgados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (HCR), que registrou em 2015 o maior número de pessoas vítimas de migração forçada no mundo, desde os últimos cinquenta anos: cerca de 53 milhões de refugiados “registrados” (RODIER, 2016, p. 25).

Com a mesma intensidade, as nações tidas como os principais destinos desses refugiados articulam medidas legais para barrar esse fluxo. Apesar de Joppke (1998), assim como grande parte dos pesquisadores da área, afirmar que “a aceitação da imigração é inerente à liberalidade dos Estados liberais” (JOPPKE, 1998, p. 293, tradução nossa)⁵, ainda se verificam formas de exclusão bastante significativas e persistentes nessas democracias liberais. Dentre elas, estão iniciativas diplomáticas e políticas como a decisão da União Europeia de que o refugiado deveria permanecer na nação em que entrou, mas após o excessivo contingente de migrantes na Grécia e na Itália, haver uma presunção de que os Estados-membros deveriam distribuir proporcionalmente o visto para os refugiados.

⁵ “At the risk of stating a tautology, accepting unwanted immigration is inherent in the liberalness of liberal states.”

A relação política entre o Brasil e o Haiti

No Haiti, primeiro país das Américas a conquistar a independência por meio de uma revolução dos escravos, a emigração é resultado histórico da escassez econômica provocada por essa vitória, pois os países vizinhos ainda eram colônias e as suas metrópoles não permitiam relações internacionais com o Haiti. Os motivos para o exílio sempre foram muitos e os principais destinos foram se alterando ao longo dos anos, tendo sempre o Canadá e os Estados Unidos como principal ponto de chegada.

Convém ressaltar que, antes do terremoto de 2010, o país já estava assolado pela instabilidade econômica, o que levou milhares de cidadãos a verem na emigração um caminho para melhoria de condições de vida. Essa situação de vulnerabilidade política e econômica remonta a sua independência, em 1804: aliado ao fato de a liberdade ter sido alcançada por meio de revoluções organizadas por escravos, as nações europeias temiam novas ondas de revoluções pró-independência influenciadas pelo Haiti. No Brasil, por exemplo, o movimento conhecido como Haitianismo surgiu como reflexo desse momento de tensão. A Lei Eusébio de Queirós (1850) e a tentativa de branqueamento da população (KOIFMAN, 2012) são fatos históricos associados ao medo dos colonizadores do Brasil de que a vitória dos escravos, no Haiti, impulsionasse revoluções escravocratas em sua colônia.

Devido à forma como ocorreu a revolta dos escravos, a Revolução do Haiti pode ser considerada uma virada na história, pois mostrou aos negros de grande parte do Atlântico que o cativeiro não era uma condição necessária e que a liberdade poderia ser um produto do próprio esforço. Com esse fato ímpar,

os territórios que estavam reconfigurando as bases de suas sociedades escravistas (Brasil, Cuba e Estados Unidos) viram-se diante de um problema que poderia colocar um fim definitivo à tão lucrativa instituição: o ‘espectro do Haiti’ (YOUSSEF, 2009, p. 3).

A partir de 2010, essa relação do Brasil com o Haiti transformou-se consideravelmente: se antes havia um medo dos efeitos das conquistas dos escravos haitianos, agora, o governo brasileiro adota uma série de medidas de proteção ao cidadão haitiano, inclusive no que se refere a dispositivos legais. Quando o Haiti sofreu o terremoto, que causou cerca de duzentas mil mortes e a falta de abrigo para três milhões de pessoas, ocasionando também um *déficit* de aproximadamente 120% do Produto Interno Bruto haitiano, a Força para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) atuou naquele país sob a liderança do exército brasileiro.

Vale lembrar que esse desastre renova o interesse internacional no Haiti, com a disputa pela liderança na reconstrução do país, entre os Estados Unidos e a Europa. A Comissão Interina Para a Reconstrução do Haiti (CIRH) é uma das instituições haitiano-internacionais, na qual os Estados Unidos exercem atuação principal de liderança. De acordo com Gaviria Mejía e Simon (2015), a CIRH não beneficia os haitianos, mas os países doadores, porque permite a eles o fechamento de contratos de projetos multinacionais. O Estado, ao ser tomado por intervenções estrangeiras, carece de autonomia no território nacional, o que levou mais de um quarto da população a emigrar, segundo dados de Louidor (2013 apud GAVIRIA MEJÍA; SIMON, 2015). Nesse contexto, após a visita presidencial brasileira ao Haiti, foram anunciadas políticas de abertura de fronteiras para os haitianos, sendo a principal delas a Resolução Normativa 97/2012, que diz:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro. Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País (BRASIL, 2012).

Os haitianos foram recebidos pelos brasileiros, portanto, com amparo legal e documentação suficiente para a entrada no mercado de trabalho formal. No entanto, apesar do suporte institucional, os imigrantes encontraram dificuldades em conseguir emprego por diversos fatores, tais como sua nacionalidade, a falta de comprovantes de formação acadêmica, em grande parte porque perderam muitos pertences na ocasião do terremoto, o preconceito em geral e, principalmente, a barreira linguística encontrada nos períodos iniciais de instalação no Brasil.

Representações sociolinguísticas e construção de identidades de haitianos no Rio de Janeiro

Em uma pesquisa realizada junto a um grupo de haitianos residente em Jacarepaguá, bairro da cidade do Rio de Janeiro, Costa (2018) analisou as representações sociolinguísticas desses imigrantes e as formações de novas identidades, com base em uma metodologia qualitativa e de orientação etnográfica. Neste artigo, utilizaremos trechos das entrevistas realizadas pela autora, no período de 2014 a 2016, nas quais buscam-se pequenas narrativas que materializem novas representações em contexto de renegociação de identidades.

Utilizamos o termo “sociolinguística” como qualificador de representação, em detrimento de “representação linguística” porque entendemos que os estudos relativos a fenômenos sociais devem contemplar os aspectos da sociedade na qual vivem os seus sujeitos.

Costa (2018) conceitua as representações sociolinguísticas a fim de caracterizar um estudo primordialmente social que constrói seus dados e os interpreta do ponto de vista linguístico, levando em conta a análise da conversação, a linguística textual e a análise crítica do discurso, dentre outras teorias linguísticas, para investigar as representações dos sujeitos por meio da compreensão semântica –expressa nas escolhas lexicais ou entre as línguas maternas e estrangeiras, entre outras-, sintática – materializada em construções truncadas, por exemplo, e morfológica –caracterizada, em alguns casos, pelo *code mixing*.

Por essas especificidades, ressaltamos que a análise da representação sociolinguística considera tanto os aspectos do campo da linguística quanto às relações sociais e culturais envolvidas na pesquisa. No que se refere às relações sociais, assumimos que a presença do pesquisador exerce influência nos dados ofertados pelos sujeitos e que as posições sociais que ambos ocupam interferem na interação, na produção, na coleta e na análise do *corpus*. No que tange às relações culturais, compreendemos que as afirmações dos sujeitos não ocorrem de maneira independente, pois são relativamente determinadas pelas associações culturais dos indivíduos.

Costa (2018) destaca que o repertório plurilíngue dos imigrantes é utilizado com frequência como argumento para romper com aquelas barreiras linguísticas geradas pela falta de conhecimento da língua portuguesa, na busca pelo primeiro emprego em território brasileiro. O trecho abaixo, retirado de uma entrevista, evidencia essa dificuldade enfrentada pelos imigrantes:

I7: Sim. Eh quando chegou aqui no Brasil, pela primeira vez, não posso dizer nada, só (Pausa) eh posso dizer “Bom dia”, “boa noite”. Se uma pessoa me dá uma coisa pode dizer “obrigado”, “obrigada”. *Enton*, depois um mês, eu comecei a estudar português na/ no LIVRO, na internet, escutar música português, aqui. E mais ou menos eu consegui falou só um minutinho com uma pessoa. *E a primeira empresa que eu fui lá para perguntar trabalho, quando eu chegou [inint.]: Est-ce que você fala português? Non, fala só um (2.0) pouco espanhol, um pouquinho inglês, e francês muito bem. Disait “oh aqui não tem ninguém que falo inglês, que falo francês, que falo espanhol. Est-ce que você, se você fala/ se eu falo com você est-ce que você, vai entender?” Disse: “se você fala uhm LENTO, eu posso conseguir uma coisa, então se você fala muito rápido, não vai entender nada”. Disait: Est-ce que você tem carteira de trabalho, CPF e cartão identidade?” Eu disse eu tinha *todo*. Ele me manda apresentar *todo*. Me mandou apresentar e depois me *disait* “quarta-feira que vem, (2.0) vem aqui para passar o [inint.] médico. E depois, eu chego lá, passei o texto do médico e depois eu vou começar a trabalhar. Trabalhei lá, eu passei três meses pra Porto Alegre, a trabalho.e não fica mais no Porto Alegre porque lá faz muito frio. Eu não gosto, eu/ se você não foi no Haiti, você pode entender como Haiti tem uma temperatura igual que o Rio de Janeiro. *Enton*, eu tinha um amigo que se mora aqui e falei com ele, *disait* “ah, aqui é melhor porque aqui é calor sempre, um pouquinho frio que tem aqui.” Diz: “*Enton*, eu trabalho aqui eu eu vou encontrar trabalho fácil?” E *disait*: “sim. Pode” *Enton*, chegou aqui//*

Fragmento de entrevista 1 (jun. 2015)

I7 é homem, de aproximadamente 30 anos, e estava há oito meses no Brasil, no momento da entrevista.

Conforme se pode observar, esse imigrante argumenta, em português, que o seu plurilinguismo é uma comprovação de que possui condições de se comunicar no espaço profissional. É curiosa a representação sociolinguística do imigrante sobre o que seja falar português, porque justifica *nessa língua* que pode se utilizar de outras línguas (espanhol, inglês e francês) para suprir essa carência. [Est-ce que você fala português? Non, fala só um (2.0) pouco espanhol, um pouquinho inglês, e francês muito bem. Disait “oh aqui não tem ninguém que falo inglês, que falo francês, que falo espanhol. Est-ce que você, se você fala/ se eu falo com você est-ce que você, vai entender?” Disse: “se você fala uhm LENTO, eu posso conseguir uma coisa, então se você fala muito rápido, não vai entender nada”]. Neste caso, se ele lida com o desconhecimento do português como um entrave para a inclusão social, também se utiliza de sua identidade coletiva plurilíngue para se integrar ao mundo do trabalho.

Se a expressão *língua materna* condena o indivíduo a uma única língua ligada à homogeneidade de um povo e à hereditariedade biológica, a migração constitui a evidência de uma experiência de recomposição do repertório linguístico. Ainda quando se debate a aquisição da língua de um país de acolhimento, é necessário acrescentar a aquisição de uma gramática de alternância (ELOY, 2007, p. 33- 34). A questão, então, seria decidir se apenas a habilidade perfeita em uma língua, idêntica a dos nativos, ou a capacidade de se utilizá-la em todas as circunstâncias, constituiria um conhecimento útil. Nas palavras de Eloy,

a pessoa que fala a língua do país de acolhimento com um sotaque estrangeiro será aceita como falante desta língua ou enquadrada como “não tendo o falar nativo”? A questão não é só linguística, porque através da ideologia linguística se encontram transmitidos os comportamentos dos grupos, que nos é, assim, permitido decifrar (ELOY, 2007, p. 34, tradução nossa).⁶

No mesmo sentido da citação acima, Deborah Cameron (1995), ao definir higiene verbal, ressalta a importância social da norma e a percepção de pertencimento de um indivíduo em uma comunidade. Essa reflexão demonstra como as línguas se relacionam com a problemática da identidade, tanto dos indivíduos quanto dos grupos. Os dados de Costa (2018) levam a crer que os imigrantes não querem apenas se integrar à sociedade de acolhimento, mas pertencer a estratos específicos dessa sociedade. Uma representação que também ilustra essa ideia é a de que *o português “coloquial” é ilegítimo*, exemplificado no fragmento abaixo:

P: Quais foram as suas dificuldades quando você chegou no Brasil [...]?

I1: É mas, coisas que aconteceu comigo quando eu cheguei aqui, é... na língua mesmo, pra aprender a falar português, entendeu? *A gente fala muita coisa. até agora a gente não consigo falar português bem, entendeu? Por causa que a gente não estuda (2.0) a gente aprende a falar português na rua, aprende com algumas pessoas que não é formado mesmo, e os cara tá falando errado e a gente aprende errado e fala errado, entendeu? Só o que eu acho das coisas engraçado é da língua mesmo pra aprender falar, às vezes também// é isso mesmo.*

Fragmento de entrevista 2 (out. 2016)

I1 tem 27 anos, homem, residente há 4 anos no Brasil.

O informante que participa da entrevista acima, apesar de se comunicar com a interlocutora exclusivamente em português, de viver no país de forma autônoma, trabalhando e resolvendo questões legais e do cotidiano,

acredita que não fala o português de maneira satisfatória [até agora a gente não consigo falar português bem, entendeu?] e explica a razão dessa realidade [a gente aprende a falar português na rua, aprende com algumas pessoas que não é formado mesmo, e os cara tá falando errado e a gente aprende errado e fala errado, entendeu?].

De acordo com a representação linguística expressa no discurso desse imigrante, os brasileiros que não estudam ou que não são formados não falam bem a língua portuguesa e, uma vez que seu convívio é primordialmente com eles, parece inviável que este aprenda o “bom” português. Sobre esse tópico, Houdebine (2008) explica que a avaliação metalinguística faz parte da linguagem, que todo falante se coloca em uma posição de distanciamento de sua fala, via discurso, para fazer uma crítica de fundamentação prescritiva, balizada nas hierarquias e discriminações da própria sociedade.

Apesar da autoavaliação e do julgamento de variedades, de caráter normatizador, a *representação da língua como ferramenta de inserção imediata na sociedade de acolhimento*, em qualquer que seja a variante, é uníssona. O agrupamento de duas respostas de imigrantes sobre as dificuldades no primeiro momento da migração corrobora para essa representação:

Pesquisadora: Me conta como foi a sua chegada no Brasil, [...] se teve alguma dificuldade no caminho. P: E quais são as coisas que você pensava que eram diferentes no Brasil e que depois de ter vivido já dois anos você percebe que são diferentes do que você imaginava?

Imigrante 1: É mas, coisas que aconteceu comigo quando eu cheguei aqui, é... na língua mesmo, pra aprender a falar português, entendeu? A gente fala muita coisa// até agora a gente não consigo falar português bem, entendeu? Por causa que a gente não estuda (Pausa) a gente aprende a falar português na rua, aprende com algumas pessoas que não é formado mesmo, e os cara tá falando errado e a gente aprende errado e fala errado, entendeu? Só o que eu acho das coisas engraçado é da língua mesmo pra aprender falar, às vezes também// é isso mesmo.

Imigrante 4: O primeiro é a língua do português. Eu não tava conseguindo falar NADA e aí, quando eu chegar lá na polícia federal, ninguém me atende porque ninguém não tava a conseguir falar comigo e aí a primeira dificuldade.

Nos dois relatos, os imigrantes apontam a língua como o maior desafio a ser superado para conseguirem se inserir na nova sociedade. O primeiro deles traz na sua resposta aquela representação de que a língua falada no cotidiano da cidade não é a ideal. Se a língua que ele aprendeu não é sufi-

ciente para se integrar, esta afirmação sugere que, apesar desse imigrante estar inserido na sociedade, o grupo com o qual interage não é aquele com que busca interagir no futuro.

Essa representação é constituída por uma concepção na qual a sociedade é um conjunto que contém subconjuntos. O imigrante, apesar de estar contido em um subconjunto, caracterizado pelos colegas de trabalho, não considera que o fato de fazer parte dele significa estar inserido na sociedade, pois, para essa inserção, ele precisa sair deste subconjunto e entrar em outro que contenha capital simbólico de prestígio, sendo o conhecimento da modalidade da língua que os membros desse grupo julgam como a mais correta um dos fatores mais importantes. O imigrante reproduz essa representação, apesar de não explicitá-la, ao atribuir ao desconhecimento da língua a principal causa de não conseguir ser atendido em um órgão público e, portanto, não ter os atributos necessários para a sua inserção.

Se a aprendizagem da língua é uma ferramenta de inserção, a representação linguística complementar a essa, e bastante recorrente, é a de que *o desconhecimento da língua é uma barreira social*. O informante abaixo narra um dia em que percebeu isso em sua vida:

I1: Um dia eu lembrei que eu sofri mesmo foi o dia que eu fui buscar minha carteira de trabalho, porque eu tava novo aqui, na hora que eu fui lá pra fazer, o amigo meu me leva, beleza, mas marcaram o *agendamento pra mim voltar pra buscar, nesse dia não tem ninguém pra me levar e eu tenho que ir sozinho*. Tava tendo necessidade mesmo para ter a carteira de trabalho, aí eu fui sozinho. Eu peguei o ônibus, desci no ponto final, na praça quinze, na época era praça quinze, e eu não fala nada, eu não falo nada, eu não consigo perguntar ninguém aonde é o ministério do trabalho, mas antes de sair de casa, eu escrevi umas pa// algumas frases no papel, cada vez eu mostrava uma pessoa aonde que eu quero ir, aí assim demora mais, eu chego, fazer o que eu queria fazer.

Fragmento de entrevista 3 (out. 2016)

I1 tem 27 anos, homem, residente há 4 anos no Brasil.

O uso do advérbio *mesmo* marca a motivação que o levou a sair sozinho nos seus primeiros dias no Brasil [Tava tendo necessidade mesmo para ter a carteira de trabalho, aí eu fui sozinho.]. Munido de perguntas elaboradas previamente, em casa, o imigrante se vê diante da necessidade de chegar a um órgão público e da barreira que encontra em seu caminho: a impossibilidade de se comunicar, expressa pela repetição oracional [eu não fala nada, eu não falo nada,], seguida de um período que mantém a ideia principal do tópico [eu não consigo perguntar ninguém aonde é o ministério

do trabalho]. Com muitas dificuldades no percurso [cada vez eu mostrava uma pessoa aonde que eu quero ir, aí assim demora mais, eu chego], o haitiano finalmente consegue chegar ao seu destino.

No exemplo abaixo, a representação *o desconhecimento da língua é uma barreira social* é bastante evidente. Uma conversa casual entre a entrevistadora e um haitiano chegou ao tópico que dizia respeito a uma haitiana grávida, a qual transitava pela casa deles durante as aulas de português. Ao ser informada de que a moça estaria prestes a dar à luz, a pesquisadora foi visitá-la para saber se ela necessitava de algum auxílio. Como a haitiana não falava português, a professora se dispôs a acompanhá-la em uma consulta pré-natal, no posto de saúde do bairro. Dessa visita surge o trecho abaixo, copiado do diário de campo:

N. vai ao posto de saúde (16/12/2015)

Ao chegar ao posto de saúde, perguntei como se davam as consultas, visto que N. não fala português. Respondeu-me que *era muito difícil, que estava sempre sozinha e que havia uma enfermeira que falava um pouco de inglês e que a ajudava, às vezes. Acrescentou que as enfermeiras ficam nervosas porque não entendem nada e não conseguem conversar.*

Quando chegou a sua vez, entramos e eu me apresentei. Elas já conheciam N. Sentamos, ela de frente para a enfermeira e eu em uma cadeira no canto da sala. Traduzi praticamente toda a conversa e a enfermeira falava com muitos gestos e lentamente, a fim de alcançar o entendimento. Como N. havia perdido o cartão do pré-natal, a enfermeira passou um bom tempo reescrevendo todas as informações das últimas consultas, analisando exames e papéis diversos.

Fragmento de nota de campo 1 (dez. 2015)

Visita ao posto de saúde, para traduzir a conversa entre a haitiana e a enfermeira.

A haitiana retrata que sentia muita dificuldade em estar nas consultas sozinha [era muito difícil, que estava sempre sozinha], sendo auxiliada algumas vezes por uma enfermeira [havia uma enfermeira que falava um pouco de inglês e que a ajudava, às vezes]. Na percepção dela, as funcionárias do posto ficavam nervosas porque não conseguiam conversar com a informante [as enfermeiras ficam nervosas porque não entendem nada e não conseguem conversar]. A representação *o desconhecimento da língua é uma barreira social* é apresentada, portanto, de modo bilateral.

A representação continua em pauta, com o agravamento de a barreira linguística significar risco de morte tanto para a gestante como para o bebê, conforme trecho abaixo:

N. vai ao posto de saúde (16/12/2015)

As enfermeiras encerraram a consulta sem saber se N. fez os exames preventivos, o que eu não consegui traduzir, sem terem certeza sobre a administração das vacinas e explicando que ela poderia levar qualquer pessoa para acompanhá-la durante parto, e que no primeiro momento seria indispensável alguém que atue como intérprete. Afirmaram, ainda, que sem um acompanhante, o médico não pode liberar o paciente do hospital, sendo, portanto, fundamental que esteja acompanhada no momento da alta. Explicaram-me que, em casos extremos, quando não há realmente ninguém, a assistente social solicita um representante do poder público para sair do hospital com a paciente.

Fragmento de nota de campo 2 (dez. 2015)

Visita ao posto de saúde, para traduzir a conversa entre a haitiana e a enfermeira.

Na ocasião descrita acima, as funcionárias do posto foram bastante categóricas, com uso de elementos não verbais, deixando claro que a falta de alguém que fizesse uma ponte linguística resultaria em risco efetivo para o parto. A consulta posterior também se deu com o auxílio da pesquisadora e, na ocasião do nascimento da criança, sua amiga brasileira, que não fala crioulo nem francês, mas que já havia visitado a haitiana algumas vezes, esteve no hospital oferecendo o suporte necessário.

A representação do repertório linguístico dos haitianos também está presente na narrativa abaixo, na qual um imigrante iniciou um novo movimento migratório do Brasil rumo aos Estados Unidos, passando pelo México. É importante salientar que as políticas para a entrada de haitianos no México e nos Estados Unidos são muito diferentes daquelas implementadas no Brasil, pois são mais inflexíveis, uma vez que não promovem normas e orientações específicas para haitianos, como fez o governo brasileiro.

IA: eu passei quatro meses pra chegar nos EUA. Foi muito complicado, muito difícil. Muita gente morreu muita gente morreu no mar. Eu passei quatro horas no barco e depois eu passei 9 dias caminhando porque não tem caminho de carro. Foi muito complicado, muita prisão. Quando eu cheguei no México, a imigração, a lei imigração no México, a gente não pode passar mais que sete dias e eu fiquei até 49 dias. Sofri muito. Sofri muito muito muito muito. [...]

Eu entrei pra sair em até sete dias, mas eu fiquei 49 dias. Eu passei Panamá, Costa Rica, Honduras, etc. Mas nesses países, Haiti tem embaixador. Se souber que nós somos haitianos, vai me mandar para o Haiti. É por isso que nós dizemos que somos africanos. Todo mundo passava, mas eu não passei. O chefe da imigração me chamou e falou assim pra mim: não é africano. É haitiano. Você não vai sair daqui, você vai sair quando você falar a verdade pra mim.

Depois de 23 dias, o chefe da imigração me chamou de novo e me falou: agora você vai falar a verdade pra mim. Ele me chamou e mostrou no computador o primeiro ministro do Haiti e perguntou se eu não conhecia. Eu disse que não. Até ele me mostrou a foto do presidente do Congo e eu disse que eu conhecia.

Eles mandaram eu falar Lingala e eu falei crioulo com eles. Depois o chefe da imigração me chamou e me disse que eu não era africano porque eu não estava cheirando mal. Meu cabelo estava cortado e lavado e os africanos cheiram mal e foi por isso que eles descobriram que eu era haitiano. Mas eu só disse que sou africano porque a gente tem que manter a palavra.

Fragmento de entrevista 2

Entrevista com um imigrante haitiano em travessia para os Estados Unidos.

Na narrativa acima, o imigrante explica que, para cruzar a fronteira entre o México e os Estados Unidos, deveria se passar por africano [Se souber que nós somos haitianos, vai me mandar para o Haiti. É por isso que nós dizemos que somos africanos.]. Se ele fosse identificado como haitiano residente no Brasil, não teria direito à solicitação de asilo político, uma vez que não vivia sob ameaça em território brasileiro. Além disso, havia o risco de que o deportassem para o Haiti, o que tornaria praticamente inviável uma nova migração para os Estados Unidos ou mesmo para o Brasil. Por outro lado, por ser jornalista, afirmando ser africano, poderia solicitar a entrada em território americano com o *status* de asilado, declarando receber ameaças do governo de seu país graças a sua posição política desfavorável ao regime.

Diante desse quadro de políticas migratórias internacionais, o informante optou pela construção de uma identidade nova, que o permitisse realizar seus objetivos de modo mais efetivo. No entanto, as autoridades mexicanas não acreditaram nessa identidade forjada [O chefe da imigração me chamou e falou assim pra mim: não é africano. É haitiano. Você não vai sair daqui, você vai sair quando você falar a verdade pra mim.] e deixaram-no preso para que confessasse sua nacionalidade.

Após um período de detenção, o setor de imigração o convocou e aplicou alguns testes de identidade coletiva para obter a prova de que o

haitiano não era congolês [Ele me chamou e mostrou no computador o primeiro ministro do Haiti e perguntou se eu não conhecia. Eu disse que não. Até ele me mostrou a foto do presidente do Congo e eu disse que eu conhecia.], mas não tiveram êxito. O próximo teste então seria linguístico: [Eles mandaram eu falar Lingala e eu falei crioulo com eles].

Uma vez que o Haiti e o Congo foram colonizados por franceses, nos dois países o francês tem *status* de língua oficial. Como consequência, ambos possuem uma língua nacional de base autóctone com léxico francês, o crioulo e o lingala. O teste de nacionalidade não obteve resultados satisfatórios porque a equipe, cuja língua materna provavelmente era o espanhol e cuja principal língua estrangeira era o inglês, provavelmente não tinha conhecimentos suficientes para distinguir entre o crioulo e o lingala.

Para quem possui um repertório linguístico amplo, a escolha das línguas nas situações comunicativas pode sugerir uma posição identitária frente à comunidade local, seja de pertencimento ou de distanciamento. Do ponto de vista do imigrante, ele não só construiu uma identidade nova que lhe convinha à situação como se utilizou de seu acervo plurilíngue para renomear a sua língua e se passar por falante de outra, em um movimento de formação de identidades plurais.

Os migrantes têm, de acordo com Eloy (2007), acumulado uma rica experiência em matéria de aprendizagem de línguas, de diálogo intercultural e de reflexão metalinguística. No que diz respeito aos haitianos, são bastante caracterizados pela sociedade de acolhimento como povo que fala muitas línguas e que, por causa disso, aprende rapidamente o português. Para alguns brasileiros que conviviam com esse grupo de imigrantes, os haitianos eram vistos como um povo que falava uma língua muito diferente (o crioulo), além do francês, do inglês e de muitos dialetos locais.

Sobre esses rótulos linguísticos, Eloy (2007) aponta que os migrantes são identificados em função de uma língua de origem, que não corresponde necessariamente à realidade das práticas familiares efetivas. Para ele, essas etiquetas linguísticas se inscrevem numa lógica monolíngue e mascaram as realidades linguísticas e identitárias plurais. O autor apresenta ainda uma concepção de formação linguística de imigrantes, visando à inclusão. Para ele, a noção de repertório linguístico permitiria repensar a concepção do ensino da língua do país de acolhimento, por exemplo, que não deveria ser ensinado com vistas à mudança de língua, a uma mobilidade linguística, mas a um alargamento e a uma reestruturação do repertório verbal.

O grupo de haitianos residentes no Rio de Janeiro mantém uma forte rede de compatriotas na sociedade de acolhimento, com quem se comunica em crioulo, além de permanecer vinculado ao grupo de origem no

seu país, por meio da mesma língua, mas convive diariamente e nos mais variados contextos com os brasileiros, com os quais procura estabelecer contato em português.

Assim, a comunicação na língua da comunidade de acolhimento não significa somente a apropriação do novo idioma, se nós o entendemos pela utilização de palavras. O resultado linguístico dessa aprendizagem é uma espécie de bricolagem, a partir de conhecimentos retirados de diferentes línguas, além das inovações e das tentativas. Portanto, não se tem como resultado uma “língua”, mas uma ampliação de repertório verbal e não verbal que possibilita a comunicação entre pessoas de diferentes povos.

Eloy explica que a caracterização das pessoas pela sua primeira língua pode ser um tipo de armadilha, porque o que caracteriza um indivíduo ou um grupo “*não é uma língua, mas um repertório linguístico adquirido*”⁷ (ELOY, 2007, p. 33, tradução nossa). Na mesma direção, Bhabha aponta para a inviabilidade de se falar de povos, nação ou tradição autêntica popular, por se tratarem de discursos unificadores que desconsideram grandes diferenças internas:

A dimensão transnacional da transformação cultural - migração, diáspora, deslocamento, deslocalização - torna o processo de tradução cultural uma forma complexa de significação. O discurso natural(izado), unificador da tradição popular ‘nacional’, do ‘povo’ ou autêntica ‘tradição popular’, daqueles mitos embutidos na particularidade da cultura, não pode ser facilmente referenciado. A grande vantagem, apesar de inquietante, desta posição é que ela permite que sejamos mais conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição (BHABHA, 1994, p. 172, tradução nossa).⁸

Considerações finais

Como se pode perceber nos depoimentos apresentados neste artigo, a barreira linguística pode gerar a necessidade de um posicionamento identitário, relacionado às representações das línguas e de seus falantes, sendo eles legitimados pela sociedade de acolhimento ou não. Assim como Pedrinho, no texto da epígrafe, percebe que os Nomes podem conferir importância às coisas, Quindim, o rinoceronte, afirma que:

⁷ “Ce qui caractérise un humain (individu ou groupe), ce n’est pas une langue, mais un ‘répertoire linguistique acquis.’”

⁸ “The transnational dimension of cultural transformation- migration, diaspora, displacement, relocation – makes the process of cultural translation a complex form of signification. The natural(ized), unifying discourse of ‘nation’, ‘peoples’, or authentic ‘folk’ tradition, those embedded myths of culture’s particularity, cannot be readily referenced. The great, though unsettling, advantage of this position is that it makes you increasingly aware of the construction of culture and the invention of tradition.”

Estes Nomes Próprios têm a seu serviço essa infinidade de Nomes Comuns que formigam pelas ruas. Os Nomes Comuns formam a plebe, o povo, o operariado e têm a obrigação de designar qualquer coisa que existe, por mais insignificante que seja (LOBATO, 2008, p. 32).

De modo semelhante, os nomes das línguas representam povos, trazendo consigo atributos distintivos de importância ou de insignificância, favorecendo ou dificultando, por exemplo, a entrada de uma pessoa em outro território nacional. Mesmo quando tratamos de uma origem, encontramos a inviabilidade de se falar em povos, nação ou tradição autêntica, por se tratarem de representações sociais que desconsideram grandes diferenças internas.

Retomando o conceito de representações sociolinguísticas, reiteramos com os exemplos acima, que as diferenças linguísticas e as representações sobre as línguas são, de fato, barreiras para a inserção de imigrantes em uma nova comunidade. No entanto, a análise de questões cuja natureza é social torna-se indispensável para a compreensão de fenômenos relativos à migração, uma vez que esse entendimento possa resultar em políticas de inclusão mais efetivas e na diminuição de desigualdades sociais balizadas em origem nacional, nas quais europeus, americanos e africanos comumente recebem sentenças *a priori*, com justificativas pautadas em estereótipos, preconceitos e representações consolidadas ao longo dos anos, como bem observaram Emília e Pedrinho na obra de Lobato.

Bibliografia

- BHABHA, H. *The location of culture*. Londres: Routledge, 1994.
- BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. Resolução normativa CNIG n. 97 de 12/01/2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. *Diário Oficial da União*, 13 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça; IPEA, 2015. (Série Pensando o Direito, 57).
- CAMERON, D. *Verbal hygiene*. Milton Park: Routledge, 1995.
- COSTA, D. A. *Negociação de identidades e formação de novas representações sociais em narrativas de migração: uma proposta metodológica*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- ELOY, J-M. Migrants et langues: quelles articulations? In: BRETEGNIER, A. (ed.). *Langues et insertions: recherches, interventions, réflexivité*. Paris: L'Harmattan, 2007.
- GAVIRIA MEJÍA, M.; SIMON, R. *Sonhos que mobilizam o imigrante haitiano: biografia de Renel Simon*. Lajeado: UNIVATES, 2015.

HOUDEBINE, A-M. *De l'imaginaire linguistique a l'imaginaire culturel*. Travaux de sémiologie n. 7, 2008.

JOPPKE, C. Why liberal states accept unwanted immigration. *World Politics*, Cambridge, v. 50, n. 2, p. 266-293, 1998.

KOIFMAN, F. *Quixote nas trevas*: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Imigrante ideal*: o Ministério da Justiça e a estrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LOBATO, M. *Emília no país da gramática*. São Paulo: Globo, 2008.

MASSEY, D. Economic development and international migration in comparative perspective. *Population and development review*, v. 14, n. 3, 1988.

RODIER, C. *Migrants & réfugiés*: réponse aux indécis, aux inquiets et aux réticents. Paris: La Découverte, 2016.

YOUSSEF, A. E. *Haitianismo em perspectiva comparativa*: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4. 13-15 mai. 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2009.

Sobre os autores

Beatriz Protti Christino

Professora Associada I do Departamento de Letras Vernáculas (Setor de Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora-colaboradora do Setor de Linguística do Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Dante Lucchesi

Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense – UFF. Bolsista de produtividade em Pesquisa do CNPq.

Débora Amaral Costa

Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense – UFF e pela Europa-Universität Viadrina. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico (LABPEC-UFF).

Facundo Reyna Muniain

Mestre em Estudos de Literatura e Cultura pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). Pesquisador e docente do Seminário de Romanística da Universidade Christian Albrecht Universität zu Kiel. Doutorando da Universität Bremen.

Henrique Monteagudo

Professor da Universidade de Santiago de Compostela. Membro permanente da Real Academia Galega.

Letícia Cao Ponso

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Rio Grande (NEABI-FURG) e do Grupo de Pesquisa Políticas Linguísticas Críticas da Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC.

Jean-Baptiste Marcellesi (1930-2019)

Sociolinguista francês. Precursor da abordagem glotopolítica nos estudos de linguagem.

Louis-Guespin (1934-1993)

Linguista francês. Especialista em socioterminologia. Atuou com Marcellesi para a definição do conceito de glotopolítica.

Marcos Bagno

Professor Associado do Instituto de Letras da Universidade de Brasília - UnB. Pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico da Universidade Federal Fluminense - LABPEC-UFF.

Mario Luis Monachesi Gaio

Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense e pela Europa-Universität Viadrina. Pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico (LABPEC-UFF)

Matías Blanco

Docente no Ciclo Comum de Estudos e no curso de Letras - Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Membro do Grupo de Pesquisa "Linguagem, Política e Cidadania"

Mônica Maria Guimarães Savedra

Professora da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora na área de sociolinguística, com ênfase na área de contato linguístico. Líder do Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico (LABPEC-UFF).

Telma Cristina de Almeida Silva Pereira

Professora da Universidade Federal Fluminense. Membro do GT de Socio-linguística da ANPOLL. Coordenadora do Programa de Universalização de Línguas Estrangeiras da UFF (PULE). Vice líder do Laboratório de pesquisas em contato linguístico (LABPEC-UFF)

Xoán Carlos Lagares

Professor associado da Universidade Federal Fluminense. Líder do Núcleo de Estudos Galegos da Universidade Federal Fluminense – UFF/NUEG.

Este livro é resultado de pesquisas desenvolvidas no âmbito da linha de pesquisa sobre história, política e contato linguístico do programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF. Nesses trabalhos participam tanto pesquisadores e pesquisadoras do programa quanto colabores e colaboradoras, pertencentes a outras universidades, que mantêm uma presença e uma interlocução habituais nas nossas atividades e encontros.

Todos os trabalhos do livro compartilham, de um lado, uma perspectiva glotopolítica no estudo da linguagem, como uma abordagem propositadamente ampla e abrangente de questões de políticas linguística, e do outro lado, a concepção das práticas de linguagem como práticas sociais que se dão em contextos complexos, em que podem estar implicadas o que consideramos ser uma ou várias línguas, e que mantêm uma estreita relação com representações sociais e ideologias linguísticas.

ISBN 978-85-228-1359-9



9 788522 813599